



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O NACIONALISMO E O ESTADO:
UM ESTUDO SOBRE A
HISTÓRIA POLÍTICA DE ANGOLA
(1961-1991)**

Tese de Doutoramento

Zeferino Capoco

Lisboa, Abril de 2013

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

*O NACIONALISMO E O ESTADO:
UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA DE ANGOLA
(1961-1991)*

*Dissertação de Doutoramento em Ciência Política e
Relações Internacionais, apresentada à Universidade
Católica Portuguesa, pelo Aluno **Zeferino Capoco**, nº
100807001, sob a orientação do Professor Doutor
Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia.*

Instituto de Estudos Políticos

2013

ÍNDICE GERAL

Índice dos Anexos.....	6
Siglas e Abreviaturas	7
Dedicatória.....	10
Agradecimento.....	11
Resumo.....	12
Introdução.....	15

Capítulo I

Fundamentos do Nacionalismo e a Génese do Nacionalismo Angolano

1. Conceito de Nacionalismo.....	24
2. Os nacionalismos europeus e a construção da ideia de Estado-nação.....	30
3. O nacionalismo como ideologia política.....	33
4. Influência dos nacionalismos europeus em África: o caso de Angola.....	38
5. Influência das correntes africanistas em Angola: o Pan-africanismo e a Negritude.....	48
6. A consciência nacionalista e a ideia de Estado em Angola.....	60
6.1. O movimento nativista e a formulação de um nacionalismo da população branca de Angola	67
6.2. O papel dos intelectuais e dos movimentos literários.....	73
7. O espírito da Conferência de Bandung e o debate	

do problema colonial nas Nações Unidas.....	78
8. A formação dos movimentos de libertação nacional.....	84
9. O contributo das Igrejas cristãs e dos movimentos proféticos angolanos.....	99

Capítulo II

A luta pela Independência Nacional e Afirmação da Soberania Portuguesa em Angola

1. Ideologias dos movimentos nacionalistas e a sua influência na luta de libertação nacional.....	110
2. A defesa da soberania portuguesa em Angola face à condenação interna e externa da sua política colonial.....	123
3. A conjuntura política colonial e o problema do estatuto de Angola antes da independência.....	130
4. Os movimentos nacionalistas e a estratégia negocial com o poder colonial face ao ideal da independência nacional.....	136
5. Significado político dos acordos de Alvor e o processo de descolonização de Angola.....	140
6. Comportamento dos movimentos nacionalistas durante o processo de transição: o Acordo de Nakuru.....	147
7. A luta pelo poder do Estado: a guerra de véspera da independência e a proclamação do Estado pelo MPLA.....	153
8. O reconhecimento de Angola como Estado independente.....	161

Capítulo III

O Estado Nacional em Angola: a I República e as Vicissitudes da sua Soberania

1. Estado e a sua caracterização conceitual: Angola como Estado soberano.....	170
2. O projecto nacional angolano e o sistema político para o exercício do poder do Estado.....	179

3. O Marxismo-Leninismo como modelo para a construção do Estado e de uma sociedade socialista.....	189
4. Um Estado de Partido único. O MPLA e os constrangimentos internos: o caso Nito Alves.....	194
5. Opção por um sistema ideológico do Estado e o problema da guerra civil como oposição a esse sistema	200
5.1. O Estado e a Guerra Civil: problema político ou influências étnicas?.....	208
5.2. Crise do Estado e a conjuntura regional: o interesse nacional e a acção das grandes potências.....	213
5.3. Um Estado nacional de Partido único e a guerra civil: a defesa da soberania como garantia do Interesse nacional.....	216
5.4. Da crise política à crise económica: as consequências socioeconómicas da guerra civil.....	220
6. A luta pela paz e a formação de uma consciência nacional: relações entre o Estado e outros entes sociais durante o conflito.....	224
6.1. O contributo da Igreja e as suas relações com o Estado	226
6.2. O papel da diplomacia a nível regional e internacional.....	232
6.3. O contributo das organizações internacionais	238
7. Mudança do regime político e o fim da I República	242
Conclusão.....	249
Bibliografia.....	258
Anexos documentais.....	283

ÍNDICE DOS ANEXOS

Documentos históricos relativos ao período abordado.....	283
Anexo 1 - Tomada de posição sobre o problema angolano	285
Anexo 2 - Criação da Frente Nacional para a Libertação Nacional de Angola	291
Anexo 3 - Carta dos Jovens Revolucionários de Cuba ao Dr. Oliveira Salazar.....	294
Anexo 4 - Informação sobre a Conferência de Imprensa de Mário Pinto de Andrade, Presidente do MPLA	295
Anexo 5 - Acordo entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação de Angola (Acordo de Alvor, 1975).....	297
Anexo 6 - Princípios para uma solução pacífica no Sudoeste da África.....	308
Anexo 7 - Acordo entre a República Popular de Angola, República de Cuba e a República da África do Sul.....	309
Anexo 8 - Acordos de paz para Angola (Bicesse, 1991).....	312
Questionário para as entrevistas.....	332

SIGLAS E ABREVIATURAS

Al./al. = alínea

ANC = African National Congress (Congresso Nacional Africano)

Art. = Artigo

AN/TT = Arquivo Nacional Torre do Tombo

CEAST = Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé

CECA = Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE = Comunidade Económica Europeia

CEP = Conferência Episcopal portuguesa

CRA = Constituição da República de Angola

CIA = Central Intelligence Agency

COIEPA = Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola

CPLP = Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CRA = Constituição da República de Angola

CS = Conselho de Segurança

ELNA = Exército de Libertação Nacional de Angola

EUA = Estados Unidos da América

FLEC = Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FAPA = Força Aérea Popular de Angola

FAPLA = Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FRELIMO = Frente de Libertação de Moçambique

FNLA = Frente Nacional de Libertação de Angola

FUA = Frente para Unidade Angolana

Gen. = General

GRAE = Governo Revolucionário de Angola no Exílio

IEP = Instituto de Estudos Políticos

MAC = Movimento Anti-Colonial
MEA = Movimento dos Estudantes Angolanos
MINA = Movimento para Independência de Angola
MLSTP = Movimento para a Libertação de S. Tomé e Príncipe
MNE = Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA = Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO = North Atlantic Treaty Organization
ODP = Organização da Defesa Popular
OMA = Organização da Mulher Angolana
ONG = Organizações Não Governamentais
ONU = Organização das Nações Unidas
OPA = Organização do Pioneiro Angolano
OSA = Organização Socialista de Angola
OUA = Organização da Unidade Africana
PAICV = Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC = Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP = Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM = Programa Alimentar Mundial
PCP = Partido Comunista Português
PCA = Partido Comunista Angolano
PDA = Partido Democrático Angolano
PLUAA = Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PIDE = Polícia Internacional de Defesa do Estado
PROMAICA = Promoção da Mulher Angolana na Igreja Católica
PSP = Polícia de Segurança Pública
RDC = República Democrática do Congo
RNA = Rádio Nacional de Angola
RPA = República Popular de Angola
RTP = Rádio Televisão Portuguesa
SADC = Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADF = South Africa Defense Force

séc. = século

s/d. = sem data

ss. = seguintes

UCP = Universidade Católica Portuguesa

UE = União Europeia

UA = União Africana

UPA = União dos Povos de Angola

URSS = União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNITA = União Nacional para a Independência Total de Angola

À MEMÓRIA DA MINHA MÃE

AGRADECIMENTOS

Durante os anos em que me envolvi intensamente na investigação e redacção desta dissertação recebi muitos apoios, materiais e espirituais, de muitas pessoas de boa vontade a quem exprimo a minha mais singela gratidão e reconhecimento.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Francisco Proença Garcia, meu orientador, pela forma sábia como me transmitiu a sua experiência de investigador e académico dedicado em cultivar o saber.

Agradeço, em seguida, à Doutora Irmã Maria Amélia Carreira e ao Professor Catedrático Doutor Joaquim Carreira das Neves pelo apoio de ambos no início da minha carreira académica na Universidade Católica Portuguesa, e pelo encorajamento, estímulo e calorosa amizade deste último em Lisboa.

Um profundo agradecimento à Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, onde encontrei uma verdadeira Escola da vida e do saber; de modo muito especial à Dra. Zulmira Antunes de quem recebi muito apoio.

A minha família passou muitos anos privada do meu convívio. Agradeço-lhe pelo sacrifício de sentirem a minha falta sempre que me envolvi a fundo em viagens de investigação e estudos, para dedicar o tempo que este trabalho me exigiu.

Agradeço ainda a todos os amigos e colegas que, directa ou indirectamente, sempre me acompanharam e a experiência que do seu convívio ganhei.

RESUMO

Esta dissertação desenvolve o tema sobre o *Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História Política de Angola (1961-1991)*. Propõe-se, por isso, estudar a formação do Estado em Angola a partir do surgimento do nacionalismo. As grandes correntes de pensamento, o Pan-africanismo e a Negritude são analisadas no contexto da fundamentação que representam para a formulação do sentimento anti-colonial do nacionalismo angolano.

O objectivo é perceber a forma como nasce o Estado em Angola e como ele se constrói a partir do momento da sua proclamação; contribuindo assim para a história política deste país africano. Isto passa por analisar o papel e o comportamento dos movimentos nacionalistas angolanos.

A luta pela independência é também vista como luta pelo poder do Estado dos movimentos nacionalistas angolanos contra o poder colonial, que tem também uma característica da luta entre os próprios movimentos entre si, até entrar na sua fase decisiva de uma guerra civil. É o que demonstram várias evidências, como é o caso das guerras de independências dos movimentos nacionalistas e da guerra civil subsequente que se estendeu ao longo da I República.

A estas características, somam-se os efeitos da Guerra Fria que levou as grandes potências, Estados Unidos e URSS, a digladiarem-se em torno de questões internas angolanas, por terem atuado por detrás dos movimentos angolanos rivais.

Palavras-chaves: Estado, política, direito, independência, nacionalismo, pan-africanismo, negritude, movimentos nacionalistas, poder político.

Para esta Dissertação foram utilizadas 99.545 palavras .

ABSTRACT

This dissertation discusses the theme of Nationalism and State: a study of the Angolan Political History. National Independence as a way of the construction of Sovereignty State. The subject develops an approach about the State in Angola from the influence and the origins of political nationalism as it was developed in the african context, and the influences which sets that sentiment in Angola. The great theories of thought, such as Panafricanism and Negritude, have been analyzed in order to explain the bases of anti-colonial sentiment of the Angolan nationalism.

Our aim is to understand how State in Angola emerged and how it was being constructed from the date of its proclamation. In order to achieve that, we had to analyze the role and the behavior of the Angolan national movements and the way the transition to independence was made.

The struggle for independence was seen as struggle for power by Angolan national movements against colonial regime, and in the other hand it was a struggle for power among those nationalist movements. Independence war among nationalist movements and the subsequent civil war between MPLA and UNITA are the evidences to demonstrate that argument.

To those characteristics it's also most considerable to look at the impact of Cold War in the country made by the international great powers, United States against Soviet Union, behind the two rival movements as their allays.

Key words: State, politics, Law, independence, nationalism, Panafricanism, Negritude, nationalist movements, power.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como título *O Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História Política de Angola (1961-1991)*. O tema insere-se no contexto histórico-político do processo da construção do Estado em Angola. Este processo, longo e tenebroso, desenvolveu-se durante um período em que o problema da soberania nacional, como principal atributo do Estado, foi equacionado a partir do âmbito colonial português cuja soberania vigente em Angola quando este território era província ultramarina e, neste sentido, extensão territorial da Metrópole Lusa.

Este contexto sócio-político teve o seu início em finais do séc. XV, com a expansão marítima europeia, de que Portugal é país fundador, numa altura em que a África fora incorporada na órbita da jurisdição dos impérios coloniais, processo formalmente legitimado pela Conferência de Berlim, em 1885. Daí em diante os processos políticos da administração dos territórios africanos por governos europeus conheceram fases em que se constituíram novas formas de implantação muito acima dos interesses reais dos povos africanos.

Este problema político despertou, já ao longo do séc. XX, a consciência e o sentimento nacional das camadas sociais das elites africanas, e angolanas em particular, para a luta de reivindicação contra todas as formas do domínio colonial europeu, procurando assim afirmar a identidade social e cultural dos povos africanos. Daí a origem e a afirmação do nacionalismo africano, em geral, de que resultou as influências nacionalistas em cada território em particular. Assim, é neste quadro que a construção do Nacionalismo angolano se enquadra, considerando que a sua afirmação

processou-se gradual e paralelamente em ordem ao nascimento do Estado em Angola.

Desta forma, o **objectivo** geral deste estudo é perceber como se formou o Estado em Angola, analisando os mecanismos da acção do nacionalismo revolucionário e o impacto da guerra no processo da sua construção. Neste aspecto reside o problema do Estado soberano na sociedade angolana, colocado pelos movimentos contestatários à soberania de um Estado europeu. Pretendemos, desta forma, contribuir para o conhecimento histórico de um dos capítulos da história política de Angola que regista muitas lacunas e ausência de investigação de âmbito académico.

A descolonização não foi um acto voluntário do Estado português, tendo este declarado a continuidade da jurisdição do império em África. Assim, Angola era declarada como sendo “a terra de Portugal”. Daí que a construção do Estado em Angola derivou da afirmação e acção do movimento nacionalista anti-colonial que se formou a partir do despertar da consciência face ao impacto político-administrativo da soberania portuguesa neste território africano. Neste sentido, deparamo-nos com os cenários do nacionalismo desenvolvido pelos movimentos de libertação cuja acção teve início no quadro da jurisdição do Estado Português em Angola, por um lado; e, por outro, temos a guerra de libertação desencadeada pelos mesmos movimentos contra o poder colonial, rumo à conquista da independência nacional, de acordo com a revolução empreendida. O comportamento e a atitude dos intervenientes justificaram-se mediante este objectivo.

No que concerne à **questão** orientadora do trabalho, procurou-se responder à pergunta «como nasceu e se formou o Estado em Angola?» no arco temporal definido. Daí resulta de imediato a formulação das hipóteses fundamentais: o Estado soberano em Angola surge como resultado da revolução anti-colonial desencadeada com o objectivo de romper com o Poder colonial. O nacionalismo revolucionário angolano teve um papel fundamental para a conquista da independência nacional que instituiu o Estado soberano. Num estado de conflitualidade global permanente, no

contexto africano e internacional, o Estado soberano em Angola nasceu da guerra declarada como via da sua conquista e construção, a partir de 1961, pelos Movimentos do MPLA, FNLA e UNITA; conviveu e sobreviveu à guerra após a sua proclamação. Esta ideia é importante, porquanto dominou o discurso oficial, ao longo do período abrangido, expressa na premissa revolucionária: a guerra continua, a vitória é certa. Acreditou-se que a conquista da soberania angolana alcançar-se-ia somente com acção revolucionária e que a consolidação do poder do Estado pelo MPLA era um objectivo a atingir na continuidade da guerra civil contra todos os condicionalismos que pareciam minar este projecto.

De facto, o Estado em Angola constituiu o horizonte de todo o fenómeno do nacionalismo anti-colonial desenvolvido pelos movimentos nacionalistas angolanos na luta contra o colonialismo orientados por um objectivo geral que era a independência nacional. Esta articulação é fundamental não só para descrever os mecanismos do aparecimento do Estado em Angola, mas também para perceber os processos e acções políticos que conduziram à sua institucionalização e construção. Este processo começa, de forma oficial e declarada, em 4 de Fevereiro de 1961, quando em Angola se deu o ataque às cadeias em Luanda enquanto, noutros pontos do país, se intensificavam as acções violentas de guerrilha subversiva dos Movimentos de Libertação Nacional.

Deste modo, o horizonte temporal no qual se insere o estudo do tema vai de 1961 a 1991. A escolha justifica-se pelas seguintes razões: primeiro, a nível geral, a década de 60 do séc. XX marca o ponto de viragem com as independências africanas, o que representou maior aproveitamento político dos Movimentos Nacionalistas angolanos para se projectarem e fortalecerem as suas incursões apoiadas pelos novos países independentes em África. Este cenário é reflectido nas formas como as influências pan-africanas foram absorvidas e aplicadas no discurso anti-colonial em Angola.

Em segundo lugar, outra razão importante que justifica a escolha do período estudado tem a ver com a exiguidade de pesquisas científicas de

âmbito académico sobre o tema. Impõe-se, por isso, a necessidade de tal forma que julgamos que o trabalho que desenvolvemos sobre o período em causa será um contributo para a história política de Angola.

No entanto, urge tecer algumas considerações relativamente ao lapso de tempo estudado, aparentemente longo. Este período afigura-se importante tomá-lo como uma unidade temporal, precisamente, porque falar do Estado em Angola, no sentido da I República pós independente, implica, na nossa óptica, considerar o fenómeno do nacionalismo que lhe subjaz e constitui o vector principal que viabilizou a sua institucionalização. A maior parte das investigações sobre Angola tem incidido sobre o nacionalismo angolano em si tornando-o refratário do Estado que pretendeu construir e que dele derivou. Não rejeitamos tal visão, mas consideramos que ver o nacionalismo anti-colonial como um dos mecanismos da construção do Estado angolano constitui uma abordagem que realça tanto a compreensão da forma como este teve origem, como a forma de Estado e o regime político que o caracterizou nos primeiros dezasseis anos da sua existência, o que aliás são consequências daquela herança. De facto, para uma compreensão da identidade e do comportamento do Estado-poder soberano em Angola, na I República, há que olhar de forma analítica para o modo como esta identidade se formou tendo adoptado um comportamento que articulou o uso da força com a aliança e suporte externos dos grandes poderes.

Angola foi um dos países africanos em que mais directamente o impacto das grandes potências mundiais, nomeadamente Estados Unidos da América e União Soviética se digladiaram durante o período crítico da Guerra Fria, paralelamente com a bipolarização das relações internacionais. Este cenário acompanhou o início e a evolução da acção dos movimentos nacionalistas, os quais se serviram das ideologias destes poderes mundiais no confronto contra o regime português, situação que continuou de forma evolutiva depois da proclamação do Estado, a 11 de Novembro de 1975.

Assim, como tentaremos demonstrar no trabalho, consideramos que um estudo exaustivo sobre o tema deve contemplar a conjugação de três

factores: o factor interno angolano, marcado pela situação e acção dos movimentos nacionalistas e a sua afronta ao problema da colonização; em paralelo, o factor externo português marcado pelo poder metropolitano que definiu as políticas da jurisdição em Angola; e finalmente, numa Angola independente, o factor internacional, marcado pelo impacto das grandes potências, transversal em todo o período em análise. Daí podemos concluir que o Nacionalismo e o Estado em Angola foi uma construção a partir da conjugação das acções internas com os movimentos de solidariedade externos, desempenhando estes um papel crucial durante a I República.

Deste modo, o desenvolvimento do tema procurará demonstrar uma perspectiva importante que convém salientar aqui: o nacionalismo antes da existência jurídica autónoma do Estado, exprimindo fundamentalmente uma vontade de criar o Estado soberano; e uma perspectiva nacionalista do poder político da exclusividade do MPLA justificada com a ideia defesa da independência e da soberania nacional no período da I República.

Justificadas as razões da escolha do período analisado e para, de uma forma sucinta, mostrar um abarcamento do tema no âmbito da investigação em função do objectivo que nos propusemos, passamos a expor a **metodologia** usada na elaboração do trabalho.

Antes de mais, realçamos que este trabalho apresenta-se como uma investigação de carácter teórico. Deste modo, aplicou-se o método hipotético-dedutivo que consiste em partir da descrição e análise de conceitos gerais para os particulares, considerando o modo como o problema do nacionalismo e Estado se impôs na consciência das elites angolanas, partindo dos condicionalismos externos que lhe deram forma. Angola não foi nem o primeiro, nem um dos primeiros territórios a ser descolonizado. Este enquadramento é importante para perceber o impacto das influências exercidas pelos movimentos externos.

Assim, estudámos a questão em Angola partindo de uma abordagem conjuntural geral que engloba os pressupostos teóricos e históricos de outras experiências, nomeadamente americanas, africanas e asiáticas, importantes

para fundamentar o caso angolano. Para concretizar esta investigação, recorreremos, fundamentalmente, às fontes bibliográficas publicadas sobre Angola, a partir de várias bibliotecas em Portugal e em Angola, articulando-as com alguns escassos documentos arquivísticos a que tivemos acesso sobre o nacionalismo revolucionário angolano. Ao longo da investigação deparámo-nos com a dificuldade, que até hoje constrange de forma quase intransponível o investigador de Ciências Políticas em Angola; primeiro, o acesso à consulta de arquivos e documentos oficiais do Poder político e, segundo, o acesso a entrevistas e recolha de depoimentos de figuras com responsabilidades políticas. Isto, além de ser motivo de suspeitas por parte do investigador desconhecido, é sobretudo um factor de desinteresse, inibição e medo por parte de quem pode dar a informação. Neste sentido, para este trabalho, tínhamos perspectivado algumas entrevistas abertas, com carácter simplesmente complementar para conferir uma visão real da forma como foi conduzido o processo e para apurar dados pouco conhecidos e que não constam dos registos históricos.

O critério de selecção consistiu na relevância e protagonismo dos entrevistados incidindo fundamentalmente na parte relativa à I República pós independente. Definimos um universo de 15 entrevistas, sendo 10 a figuras angolanas e 5 portuguesas. Dos 10 interlocutores angolanos, apenas 1 se dispôs e autorizou a nossa livre citação dos seus depoimentos. Trata-se do Dr. Marcolino Moco, antigo 1º Ministro angolano e hoje independente. Para o confronto de informações orais, as 5 entrevistas perspectivadas a figuras portuguesas que exerceram um papel importante na resolução do problema angolano durante o período em análise, conseguimos 3 entrevistas que nos deram informações pertinentes para o trabalho. Trata-se do Doutor Adriano Moreira cujos depoimentos incidiram sobre a posição portuguesa face a acção do nacionalismo anti-colonial; e dos Doutores Jaime Nogueira Pinto e Armando Marques Guedes, sobre a problemática do Estado em Angola durante a I República.

Sabendo de antemão estas dificuldades de acesso quer a documentos oficiais quer a figuras relevantes intervenientes no processo da construção do Estado em Angola, principalmente, durante a I República, tentámos ultrapassar tal constrangimento com maior exploração das fontes escritas.

Desta forma, o trabalho apresenta uma organização de conteúdos em três capítulos distintos mas complementares e inter-relacionados. Procurámos ser fiel e, desta forma, manter a estrutura do projecto original recomendado em três capítulos pela nossa orientação e com alguns acréscimos que recebeu do júri a que foi submetido.

Assim, no 1º capítulo, desenvolvemos os **Fundamentos do Nacionalismo e a Génese do Nacionalismo Angolano**. Procurámos aprofundar os conceitos de nacionalismo orientando-nos pelas teses de Eric Hobsbawn, Benedict Anderson e Ernest Gellner, articulados com alguns autores que retomaram o seu pensamento. Este procedimento permitiu-nos desenvolver uma fundamentação teórica adequada ao trabalho. O contributo destes autores é fundamental porque nos permitiu enquadrar o problema que o nosso objecto de estudo levanta no espaço e tempo abordados. A partir daí analisámos a génese do nacionalismo angolano e os factores externos que o influenciaram.

Como referimos, deste enquadramento teórico passaremos à aplicação e contextualização da matéria à realidade geral de África, relacionando brevemente experiência geral europeia, para posteriormente analisar as correntes africanistas que manifestaram diversas formas de expressão do sentimento nacionalista, bem como as influências que daí resultaram e se repercutiram na realidade histórica de Angola, de modo particular. Uma relação, neste universo de pensamento, deve ser realçada: do estudo feito, pode concluir-se que o movimento nacionalista angolano deve às correntes africanistas a sua formação, formulação e consolidação como um movimento de ideias anticoloniais. Contribuiu para isso o Pan-africanismo e a Negritude.

Na sua linha de acção, o nacionalismo angolano amadureceu e desenvolveu-se a partir de vários contributos internos em Angola de sectores

sociais organizados como associações cívicas, as igrejas cristãs, nomeadamente Católica e Protestante a outros movimentos religiosos de origem angolana, das camadas mais baixas da população rural às elites letradas das zonas urbanas, todos e cada sector à sua maneira, influenciaram o despertar e a expansão do pensamento nacionalista anticolonial dos movimentos independentistas angolanos, o que lançou as bases para a instauração da guerra colonial de libertação nacional por eles desencadeada.

O 2º capítulo tem como título **A luta pela Independência Nacional e Afirmação da Soberania Portuguesa em Angola**. A ideia principal deste capítulo centra-se no problema da independência nacional de Angola como objecto do confronto os movimentos nacionalistas e o poder português. Analisaremos antes a ideologia que norteou os movimentos de libertação, para tentarmos perceber o comportamento destes no âmbito das suas alianças externas. O debate sobre a hipótese da descolonização e a conjuntura política portuguesa face ao problema da continuidade do regime, serão abordados na óptica da guerra colonial declarada pelos líderes angolanos.

Neste capítulo, também estudaremos o comportamento dos movimentos nacionalistas em face dos Acordos de Alvor e as tentativas da sua revitalização com o entendimento de Nakuru, para tentarmos perceber se o incumprimento destes compromissos políticos teve origem nas clivagens e divergências nas negociações ou foram motivados pelas ambições do poder.

Finalmente, nesta segunda parte do trabalho, dedicaremos a nossa atenção à questão da proclamação do Estado pela força vencedora do MPLA, o que marca o início, na continuidade, da construção do Estado nacional, na sua etapa definitiva, perante uma conjuntura internacional cujos reflexos exigiam a luta diplomática das novas autoridades estaduais, primeiro, face ao problema do reconhecimento internacional do Estado angolano e, segundo, a continuidade da guerra interna perante os efeitos da Guerra Fria.

O 3º capítulo desenvolve o tema relativo ao **Estado Nacional em Angola: a I República e as Vicissitudes da sua Soberania**. O tema será visto na perspectiva do Estado nacional que resulta da revolução de um

nacionalismo independentista dos Movimentos de Libertação. Como veremos, de forma específica, a acção e o discurso revolucionário veiculado ao longo das campanhas anti-coloniais da luta pela independência continuou a caracterizar o Estado, no sentido da continuidade da mesma revolução virada para a defesa da soberania nacional face às ameaças do «imperialismo» e apartheid aliados à UNITA. O Estado pós-independente será assim ideologicamente identificado pelo Marxismo-Leninismo, cuja força motora é um Partido-Estado único, o MPLA, um sistema político de poder centralizado, uma economia também centralizada e, tudo isto, em paralelo com uma situação da guerra civil.

Se a independência nacional de Angola põe fim à primeira etapa do nacionalismo que ergue o Estado soberano, tal acontecimento abriu um período em que a construção deste ocorreu paralelamente à evolução do cenário de guerra civil com todos os factores que se constituíram como vicissitudes políticas e ideológicas. Deste modo, o estudo sobre o Estado em Angola, a partir de 1975 até 1991, tem de ser visto na perspectiva da guerra e de poder, considerando todas as suas componentes, o que em nosso entender e como defendemos nesta tese, a tónica dominante é disputa deste por duas forças – o MPLA Governo e a UNITA – ambas com reconhecimento internacional e respectivos apoios e aliados.

Esta é a parte mais política desta investigação, pois caracteriza, a ideia do nacionalismo do Partido-Estado que se ergue de uma acção revolucionária que pretende dar continuidade no âmbito do Estado independente. Começaremos o desenvolvimento deste capítulo com o estudo da teoria do Estado, como já referimos acima, para posteriormente enquadrarmos o regime e ideologia políticos de matriz marxista-leninista que orientaram o processo da construção do Estado, durante a primeira República.

A questão da ideologia do Estado, no Marxismo-Leninismo, como modelo representou a causa principal da guerra civil, a preconizar o regime de partido único definido como «a força dirigente do povo». Assim, a ideologia

que o Partido-Estado adoptou serviu de trampolim para o assentamento da Guerra Fria e da confrontação das forças externas em Angola.

Ao desenvolvermos tal estudo, teremos que fazer o cruzamento dos interesses das grandes potências que se envolveram nos assuntos internos angolanos, Estados Unidos e União Soviética. Doutro lado, tentaremos analisar o papel das partes directamente interventivas, nomeadamente, Cuba e África do Sul, sobretudo quando estes países movimentavam os seus exércitos para a guerra e as suas diplomacias para as negociações com o Governo angolano em busca de solução que, como veremos, foi expressa nos acordos de Nova Iorque. Estes serão acontecimentos a considerar para perceber a viragem da situação e o impacto internacional daquelas forças na questão angolana. Tendo em consideração que, no contexto da ONU se pode avaliar o grau de conflitualidade dos dois blocos EUA e URSS, procuraremos caracterizar acção das organizações internacionais no conflito e consideraremos fundamentalmente a intervenção das Nações Unidas e dos mediadores do processo negocial para a construção da paz.

Relativamente às relações no plano interno entre o Estado e outros entes sociais durante o conflito, salientaremos a importante acção da Igreja Católica que durante o período conturbado da guerra e perante a absorção pelo Estado do que seriam as forças da sociedade civil, os bispos de Angola representaram a única voz defensora dos direitos e da paz pela via do diálogo. Analisaremos, por isso, como foi esta intervenção firme da Igreja Católica no confronto com o regime angolano. Por um lado, a Igreja ao assumir-se advogada do povo sofredor, porque somente ela (os missionários) se encontrava(m) nas áreas mais recônditas do país junto das populações, conhecia a realidade concreta da crise, o que lhe permitia apresentar os factos da situação e encará-los com firmeza. Também para analisarmos esta influência da hierarquia católica, usamos fontes documentais da Conferência dos Bispos, apoiadas com entrevistas a alguns membros da Igreja.

Capítulo I

Fundamentos do Nacionalismo e a Génese do Nacionalismo Angolano

1. Conceito de nacionalismo

O conceito de nacionalismo mereceu diversas abordagens conforme o ponto de vista de cada autor, historiador, sociólogo ou cientista político. Para a fundamentação teórica deste trabalho, começamos por traçar o significado do conceito de nacionalismo pondo em confronto a análise dos autores como Ernest Gellner, Eric Hobsbawn e Benedict Anderson, com um olhar sobre alguns dos autores¹ que também contribuíram para a teorização do nacionalismo. Nos seus trabalhos, estes autores reconhecem a dificuldade de um consenso em torno da definição de nacionalismo entre os diversos pensadores que se têm dedicado ao estudo do tema.

Segundo Ernest Gellner, «o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra», entendendo ser «uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população»². O autor rejeita a ideia do nacionalismo como uma invenção ideológica³, o que para ele não significa que as ideias não tenham papel importante na sistematização política do conceito. Defende, no entanto, que, como sentimento, o nacionalismo surge na história do homem como «a consequência de uma

¹ Veja, por exemplo: SMITH, Anthony D., *The National Identity*, London, 1991. (Tradução portuguesa de Cláudia Brito, *Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, 1997); SCHULZE, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1997.

² GUELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, 1ª edição, Lisboa, 1993, pp. 11-12.

³ Cf. *Ibidem*, p. 89.

nova organização social baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do factor educação, sendo cada uma protegida pelo seu próprio Estado»⁴. Ernest Gellner sustenta que a principal característica em que se baseia a formação do nacionalismo reside na cultura entendida como elemento homogéneo de uma comunidade nacional que tem o seu ponto de partida na época agrária marcada pela alfabetização das sociedades⁵.

Neste sentido, as considerações de Ernest Gellner sobre o conceito de *nação* enquadram-se na ideia que desenvolve sobre o nacionalismo. Embora lhe pareça difícil encontrar uma definição de *nação*⁶, este autor parte da ideia da cultura na qual encontra a representação de um sistema de ideias, signos e associações, os modos de comportamento e comunicação; e conclui que as nações são artefactos das convicções, lealdades e solidariedades do homem⁷. Para ele, «as nações fazem o homem»⁸ e daí que o nacionalismo se transforme numa exaltação do sentimento e de defesa das nações. Nesta relação que, de certo modo, identifica os dois conceitos de *nação* e nacionalismo, há um elemento institucional que gera a unidade da *nação*: o Estado nacional. Gellner atribui ao Estado um papel importantíssimo, na medida em que, enquanto entidade constituída por uma elite política tem a seu cargo o exercício do poder de governo. Nesta lógica de ideias e para realçar o papel do Estado na formação, defesa e manutenção da unidade da *nação*, esta entidade é definida como sendo aquela que detém o monopólio do uso da força ou da violência.

Outro grande autor que se ocupou do tema do nacionalismo numa perspectiva histórica foi o historiador britânico Eric Hobsbawn. Para ele, a palavra *nação* recebeu a influência de alguns acontecimentos históricos relevantes de carácter revolucionário, cuja relação estabeleceu a ligação entre *povo e Estado* a partir das revoluções Francesa e Americana,

⁴ *Ibidem*, p. 77.

⁵ Cf. *Ibidem*, pp 21-27.

⁶ Cf. *Ibidem*, p. 17.

⁷ Cf. *Ibidem*, p. 19.

⁸ *Ibidem*.

originando, assim, o conceito de Estado-nação⁹. Hobsbawn situa a vulgarização do nacionalismo político na Europa ocidental em meados do séc. XIX aplicado a grupos ideológicos de direita, em França e na Itália, que se mostravam contra os estrangeiros, liberais e socialistas¹⁰, sendo que a partir de então a palavra nacionalismo começou a ser aplicada a todos os movimentos nos quais a causa nacional ocupasse o primeiro lugar político: a todos os que reclamavam o direito a autodeterminação, em vista a formar um Estado independente destinado a determinado grupo nacionalmente definido¹¹.

O desenvolvimento do nacionalismo político, segundo o autor, registou certas mutações caracterizadas em quatro aspectos seguintes: primeiro, o surgimento do nacionalismo e do patriotismo enquanto ideologia de direita política; segundo, a ideia da autodeterminação nacional que conduziria à formação de Estados soberanos, defendida pelos grupos com sentimentos de proclamar a nação; terceiro, a ideia de que a autodeterminação nacional pugnava pela defesa da independência plena; e, finalmente, a tendência para definir a nação em termos étnicos, especialmente em função da língua¹².

Na sua linha de pensamento, é sobretudo neste último aspecto que o autor mostra o seu desacordo com os que definem a nação em termos de língua como elemento característico principal. Para Hobsbawn, sendo que a criação de nações e o princípio das nacionalidades na Europa se situam na segunda metade do séc. XIX, o critério válido para essa formação vai muito mais além do simples significado da língua porque se fundamenta em princípios políticos relevantes¹³. Este clima europeu que se globalizou¹⁴ com

⁹ Cf. HOSBAWN, Eric J., *A Era do Império 1875-1914*, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 183.

¹⁰ Cf. *Ibidem*.

¹¹ Cf. *Ibidem*.

¹² Cf. *Ibidem*, p. 185.

¹³ Cf. HOBSBAWN, Eric J., *A Era do Capital*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 113-134.

¹⁴ Para Anthony Smith, «o sonho nacionalista de um mundo de nações (...) foi resgatado por diversos povos através do globo, e suscitou conflitos, empenhos e resistências populares. [Considerou que] a globalização do nacionalismo, se não ainda da nação homogénea, é uma

a expansão do Ocidente, pode ser assim visto como a génese dos nacionalismos de tipo anti-colonial do séc. XX na Ásia, na América e em África, onde a independência total veio a ser reclamada aos Estados colonizadores tendo como horizonte a liberdade e o fim da ocupação e do domínio estrangeiros. Desta forma, o século XX viria a ser marcado pela valorização das nações, concebidas como entidades politicamente organizadas fora da Europa.

O autor analisou ainda o conceito de nacionalismo a partir da palavra nação. Neste sentido, entende que a nação pode definir-se a partir da língua nacional como oficial de um país, geralmente falada nesse país¹⁵. Até à década de 1880, segundo Hobsbawn, a palavra *nación* significava «the aggregate of inhabitants of a province, a country or a kingdom and also a foreigner. But now was given as a State or political body which recognizes a supreme center of common government, and also the territory constituted by the State and its individual inhabitants considered as a whole»¹⁶. Assim, «nación é o conjunto de los habitantes de un país regido por um gobierno, e portanto, una comunidad de personas com conciencia de tener el mismo pasado político y cultural y el deseo de constituir un Estado comum»¹⁷. Esta definição corresponde, no essencial ao conceito da formulação da Enciclopédia Brasileira: «nação é a comunidade de cidadãos de um Estado, que vivem sob o mesmo regime ou governo, tendo interesses comuns; a colectividade dos habitantes de um território com as mesmas tradições, aspirações e interesses»¹⁸.

Partindo destas considerações, Eric Hobsbawn formulou uma ideia que reconhece à palavra nação um significado mais político: «the primary meaning of nation, and the one most frequently ventilated in the literature,

realidade poderosa, realidade essa que condiciona a nossa perspectiva cultural e o nosso empenho político». SMITH, Anthony D., *A Identidade Nacional*, p. 177.

¹⁵ Cf. HOBSEBAWN, Eric J., *Nations and Nationalism since 1780: Programme, myth, reality*, Cambridge University Press, 1995, p. 14.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ HILLMANN, Karl-Heinz, *Dicionário Enciclopédico de Sociologia*, Barcelona, 2001, p. 626.

¹⁸ Enciclopédia Brasileira de Mérito, S. Paulo, Vol. 13, 1958, p. 581. Citado por HOBSEBAWN, Eric J., *Nations and Nationalism since 1780: Programme, myth, reality*, pp. 14-15.

was political»¹⁹. O elemento político transformou, por isso, a ideia de nação num simbolismo e numa ideologia fundamentais no sistema internacional de Estados, o que imprimiu a inalienabilidade do direito do exercício da actividade política fora da comunidade nacional de pertença.

Mas, já desde o Tratado de Westfália (1648), que consagrou o poder político de governação para a exclusiva dependência de Estados-nação, cujas relações se pactuariam num sistema internacional em que se definiriam as regras de jogo do ordenamento estadual, a nação passou a merecer a mais alta importância política²⁰ no imaginário das diversas comunidades de povos, grandes ou pequenas, ricas ou pobres, até que no século XX se constituiu o estatuto da Liga da Nações, primeiro, e depois, a Organização das Nações Unidas.

Como reparou Ernesto Leal²¹, quer na definição teórica quer na expressão prática, o nacionalismo é um amplo e fluido universo de estudo, o qual tem sido sujeito a abordagens diferentes conforme o objecto de investigação de cada autor.

O nacionalismo é assim compreendido como: «movimento político o ideología que se basa sobre todo en la nación como fuerza y orientación política impulsora de la comunidad. El nacionalismo sobrestima el valor de la propia nación en comparación con las restantes, propugna una posición preferente para ella y hace valer sus aspiraciones de liderazgo internacional»²². Relativamente ao Estado, a nação é exaltada como comunidade primária na política interna para aumentar a sua força no exterior²³.

Um outro contributo de grande relevância na conceptualização do nacionalismo foi desenvolvido por Benedict Anderson na sua obra

¹⁹ *Ibidem*, p. 18.

²⁰ A ideia é também desenvolvida por Benedict Anderson para quem «nation-ness is the most universally legitimate value in the political life of our time». Veja: ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities*, London, 1991, p. 3.

²¹ Cf. LEAL, Ernesto S. Mesquita, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens Simbólicas, Ideológicas e Políticas do Estado Novo (1890-1940)*, (Tese de Doutoramento) Lisboa, 1997, p. 22.

²² HILLMANN, Karl-Heinz, *Dicionário Enciclopédico de Sociologia*, p. 626.

²³ Cf. *Ibidem*, p. 627.

*Comunidades Imaginadas*²⁴. O autor reflecte sobre a origem do nacionalismo e procura explicar os factores que levaram à sua expansão e as influências que marcaram essa expansão. Neste processo de evolução, Anderson entende que é fundamental, para a compreensão do nacionalismo, situar o ponto de partida na cultura que é, assim, um quadro de referência: «o que estou a propor é que o nacionalismo deve ser entendido alinhando-o, não com ideologias políticas conscientemente defendidas, mas os vastos sistemas culturais que o precederam, a partir dos quais – e contra os quais – se constitui»²⁵.

Como Ernest Gellner, também Anderson está de acordo, como acabámos de ver, que o nacionalismo não deve ser visto como ideologia, precisamente porque considerando que este se constitui a partir das raízes culturais, é lógico que no interior de uma cultura possa existir ideologias diferentes. Neste aspecto, Anderson vai também aproximar-se a Eric Hobsbawn quanto à influência dos factos históricos na afirmação dos nacionalismos europeus. No entanto, Anderson identificou dois sistemas culturais que considera quadros de referência consideráveis para a formação do nacionalismo: a comunidade religiosa e o reino dinástico cuja importância, no seu tempo, corresponde ao valor simbólico da nacionalidade²⁶ nos nossos dias.

Ao contrário dos autores que já expusemos atrás, Anderson é de opinião que a nação se forma a partir dum imaginário colectivo de um grupo de indivíduos com características semelhantes, constituindo-se como comunidade imaginada. O autor atribui maior valor à descentralização e territorialização do poder, como resultado da diluição da cristandade da Idade Média. Em seguida, passa a examinar exaustivamente o impacto das línguas impressas, no processo dessa territorialização, como tendo contribuído para o despertar da consciência nacional²⁷ dos séculos XVIII e

²⁴ ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas*, Edições 70, Lisboa, 2005.

²⁵ *Ibidem*, p. 33.

²⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 33-34.

²⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 72-73.

XIX, depois de o tradicional latim entrar em queda devido a vários factores como a reforma luterana, a imprensa e o capitalismo mercantil.

De tudo o que foi apresentado sobre a questão do nacionalismo, podemos tirar uma conclusão a partir das teorias avançadas pelos autores analisados. O nacionalismo foi um fenómeno que defendeu a ideia política de uma organização social que procurou reger-se por uma autoridade própria, cujos objectivos foram definidos em função dos mesmos ideais fundamentados em interesses comuns a uma determinada comunidade política, numa combinação de elementos como o território próprio, elites próprias e valores característicos, materiais e espirituais, da respectiva comunidade. Constitui por isso os fundamentos do Estado soberano.

2. Os nacionalismos europeus e a construção da ideia de Estado-nação

Na literatura histórico-científica, como vimos, a ideia do nacionalismo no pensamento ocidental é relativamente recente e a sua abordagem teórica, desenvolvida no quadro das ideias políticas e culturais, tem sido enquadrada no contexto das grandes revoluções europeias que tiveram o seu auge no séc. XVIII. Mas, de acordo com Anthony Smith, «na Europa Ocidental as nações já existiam, para todos os efeitos, antes do aparecimento do nacionalismo, enquanto ideologia, linguagem e aspiração, durante o século XVIII»²⁸.

Embora os cientistas políticos e os historiadores situem aquele século como o período de grandes manifestações que desenvolviam ideologias políticas com ambições nacionalistas, não podemos deixar de referir um marco historicamente importante de que o nacionalismo político tem a sua génese nos acontecimentos político-diplomáticos erguidos pelo Tratado de Westfália, em 1648, o que deu origem à formação do Estado moderno e consagrou o princípio das nacionalidades.

Neste sentido, a ideia da independência política e do exercício da soberania constituiu o objectivo fundamental das revoluções, muitas vezes

²⁸ SMITH, Anthony D., *A Identidade Nacional*, p. 126.

levadas a cabo por via da força, através das guerras que culminariam com os tratados de paz de Westfália e Osnabrück, depois de violentas guerras dos 30 anos.

Este processo levou à criação de novas sociedades políticas autónomas que evoluíram, como refere Robert Bates, de sociedades agrárias para a formação de novos Estados²⁹, cujo processo foi marcado por um novo fenómeno social: «change from rural societies, based on agriculture and farming, to urban societies, based on commerce and manufacturing; (...) the change from private provision of violence, based upon kin and community, to the public provision of coercion, based upon the monarchy and the State»³⁰.

Com estas transformações, o nacionalismo revestiu-se da vertente política que viria, séculos depois, a manifestar-se na própria história política do Ocidente quando entrasse em vigor sistemas absolutistas, como foram os casos da Revolução Francesa de 1789; e do regime colonial inglês que originou a Revolução Americana de 1776. A expansão europeia globalizou o fenómeno. Para fora do espaço europeu, a colonização foi o veículo do domínio euromundo³¹ e, como é natural, esse domínio, um pouco à semelhança do sacerdotalismo medieval, veio suscitar nos povos dominados fora da Europa um espírito de revolta e condenação.

Deste modo, o princípio das nacionalidades, que rapidamente passou as fronteiras europeias, trouxe, por outro lado, ao Estado nacional uma justificação racional de alcance universal. Segundo este princípio assente no pensamento jurídico-político, que fundamenta o direito dos povos à autodeterminação, cada nação tem o direito de dispor da sua soberania efectiva, bem como de se constituir em Estado independente. Deve haver

²⁹ Cf. BATES, Robert H., *Prosperity and Violence: The Political Economy of Development*, second edition, New York-London, 2010, p. 34.

³⁰ *Ibidem*, pp. 33-34.

³¹ O termo *euromundo* foi utilizado por Adriano Moreira, para caracterizar o fenómeno da *euromundialização*, ou seja, a europeização do mundo através do processo da expansão e domínio pela Europa, tendo globalizado um universo cultural e civilizacional que passou a ser referência em todos os povos e culturas do mundo. Cf. MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2010, p. 139.

tantos Estados como nações. As fronteiras de um Estado devem coincidir com as de uma nação. Se existe um Estado que englobe várias nações a sua cultura não é homogênea, pelo que se torna necessário que haja um factor de unidade (uma língua comum) e de aproximação das diferentes comunidades. Inversamente, se uma mesma nação se divide em vários pedaços incorporados em Estados diferentes, ela possui o direito de refazer a sua unidade no seio de um mesmo Estado. O princípio das nacionalidades, como o princípio da soberania nacional, é simultaneamente revolucionário e conservador³². É revolucionário enquanto se opõe à ordem europeia estabelecida pelos Estados monárquicos com base na conquista ou na sucessão. É conservador, pois ao legitimar o Estado nacional, legitima igualmente o Estado soberano tradicional³³.

Assim, a irrupção dos nacionalismos europeus imprimiu um significado político-jurídico com profundas bases culturais na formação das nações porque revelou, por sua vez, um carácter diferenciador, no plano da organização sócio-política das novas soberanias fora da Europa. A descentralização do poder europeu e da sua hegemonia continental instaurada pela emergência das potências na América (Estados Unidos) e na Ásia (Japão, China) é disso um exemplo. Por outro lado, a sociedade internacional que, até séc. XVIII, se caracteriza como uma sociedade europeia, deixa de o ser neste período com a revolução americana e entra num processo de rápida aceleração para se tornar numa sociedade internacional multi-continental³⁴, com o nascimento de novos Estados na América Latina.

³² Cf. DINH, Nguyen Quoc, et. al, *Direito Internacional Público*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003, p. 63.

³³ Cf. *Ibidem*, pp. 63-64.

³⁴ Segundo António José Fernandes, há três etapas da evolução da sociedade internacional, entre o séc. XV e inícios do séc. XX: «primeiramente, é uma comunidade internacional europeia, composta por Estados unicamente europeus, mas cuja dominação se estende a outros continentes: é ainda uma comunidade internacional limitada. Em seguida, é uma comunidade bi-continental, compreendendo, além da Europa, os novos Estados da América (a partir de 1776), que aparecem ainda como prolongamento da Europa e comungam dos mesmos padrões culturais e civilizacionais. Por fim, é uma comunidade internacional à escala mundial, no seio da qual se desenham novas relações de força e a qual agrupa Estados muito diversificados, representando todos os continentes e todas as culturas, mas

3. O nacionalismo como ideologia política

Os conceitos desenvolvidos anteriormente permitem-nos compreender que o nacionalismo é um princípio político que coloca no topo dos valores a nação. Como salientou Ernesto Leal, «a nação ganhou na comunidade política internacional um estatuto de relevo»³⁵, pelo facto de que a própria sociedade internacional tem como fundamento a nação, como foi o caso da Sociedade das Nações (1919) e na Organização das Nações Unidas (1945). Mas, de acordo com José Carlos Venâncio, o nacionalismo pode também ser visto como uma ideologia que serve de suporte à sua assunção enquanto movimento³⁶. Como se pode verificar, o desenvolvimento histórico do nacionalismo como movimento registou fases diversificadas conforme o contexto político ou cultural no qual o seu significado foi sendo inserido. A sua evolução nem por isso deixou de sofrer consequências quer dos regimes políticos das sociedades que se proclamavam como nações, quer das ideologias que modelavam as aspirações dessas sociedades. Deste modo, podemos falar de um nacionalismo como ideologia na medida em que o impacto das ideologias políticas imprimiu um carácter peculiar, eminentemente político, sobre o significado do conceito.

Desde meados do séc. XIX, principalmente com o advento da era da industrialização, que transformou sem grandes dificuldades o modo de vida das sociedades industrializadas, entrou-se num período em que tanto as ideologias e regimes políticos como os Estados ditatoriais procuravam afirmar-se e, por sua vez, expandiam-se através de novas correntes sociais, e sobretudo através do uso da força lançando-se, assim, a novas conquistas e

entre as quais é incontestável a proeminência da Europa». FERNANDES, António José, *As Relações Internacionais e Portugal (Da Europa do Mundo ao Mundo da Europa)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2008, pp. 72-73; Cf. PELLISTRANDI, Benoît, *As Relações Internacionais de 1800 a 1871*, Edições 70, Lisboa, 2000, pp. 116-135.

³⁵ LEAL, Ernesto S. M. C., *Nação e Nacionalismo: a Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens Simbólicas, Ideológicas e Políticas do Estado Novo (1890-1940)*, (Tese de Doutoramento), p. 11.

³⁶ Cf. VENÂNCIO, José Carlos, *O Facto Africano: Elementos para uma Sociologia de África*, Vega, 1ª Edição, Lisboa, 2000, p. 63.

dominando outros povos, enquanto a nível interno procuravam defender-se da invasão externa.

No mesmo sentido, Fusi afirma que «o surgimento do nacionalismo em geral, e de cada movimento nacionalista em particular, foi explicado, muitas vezes, como efeito de conjunto, relativamente amplo, de factores concorrentes: o renascimento das línguas e culturas particulares, a normalização linguística, o aparecimento dos meios de comunicação de massas, a progressiva democratização política, o aumento do nível de educação e urbanização, a criação das classes médias e o crescimento da sua influência social, as novas estruturas económicas e laborais, e a modernização da sociedade»³⁷.

Com base naqueles aspectos, a vulgarização dos movimentos políticos separatistas e também unionistas, que ganhavam maior entusiasmo com as influências provenientes da Revolução Francesa, levou à consolidação do nacionalismo político que ganhou a sua forma, primeiro, com a consolidação do Estado enquanto organização política centralizada e com grande capacidade de controlo que operava eficazmente sobre um amplo e delimitado território, organizando no interior deste uma grande massa de população; segundo, com o surgimento da ideia da soberania popular que imprimiu a esta forma política um novo espírito que tão cedo se transformou em espírito nacional³⁸.

O mesmo espírito nacional, que identificava todos os seus membros como pertencentes à nação, seria reforçado por um instrumento simbólico importantíssimo e inalienável: a soberania. Assim, numa sociedade régia, «os homens passavam de súbditos a cidadãos»³⁹ uma vez que partilhavam o mesmo sentimento que os tornava capazes de fazer os mesmos sacrifícios pela causa da nação, dotar-lhes de unidade e identidade⁴⁰ de uma pertença

³⁷ FUSI, Juan Pablo, *La Patria Lejana, el Nacionalismo en el siglo XX*, Taurus, Madrid, 2003, p. 23. Cf. PRADOS, Alfredo Cruz, *El Nacionalismo: una Ideología*, Tecnos, Madrid, 2005, p. 50.

³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 53.

³⁹ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 15.

comum, com os mesmos direitos e deveres. Este desenvolvimento do nacionalismo acrescenta uma novidade ao antigo sentido de nação, pois «passava a significar uma realidade fixa, bem delimitada e com o valor político, um conjunto humano que possuía fronteiras nítidas e que constituía um sujeito total e indivisível do poder e da ordem políticos»⁴¹.

A partir destas considerações, fica claro que do puro significado da noção do nacionalismo cultural evolui-se para o sentido de um nacionalismo político, sem no entanto perder aquele, e que este último caracteriza-se pelas ideias de Estado nacional (isto é, que defende, promove, uniformiza e exalta os valores da nação) e de poder político (que pode ser executado através de uma inspiração ideológica no quadro de uma doutrina ou regime sobre a forma de organizar o Estado). Foi neste sentido em que, segundo Alfredo Cruz Prados «a Revolução francesa gerou um nacionalismo político»⁴², quando passou a reivindicar a construção de uma nação como substância política, que pelo seu carácter revolucionário foi responsável pelo aparecimento de outras revoluções que reclamavam a sua autonomia nacional perante os que cultural, política e etnicamente eram diferentes e não partilhavam dos mesmos princípios nem das mesmas tradições.

A Europa das nacionalidades reforçou, no séc. XIX, não só a sua política expansionista, mas sobretudo o sentimento nacional de domínio sobre os povos não europeus em África e na Ásia. Esta característica que combinava elementos políticos e históricos, segundo René Remond, reafirmou «o movimento das nacionalidades [que] pressupunha ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e o despertar do sentimento de pertença a estas nacionalidades»⁴³. Este movimento, porém, foi um processo longo que foi desenvolvido através de vários factores: «em parte, como obra de intelectuais graças aos escritores que contribuíram para o renascimento do sentimento nacional, aos linguistas, filósofos e gramáticos, que constituem as línguas nacionais, as purificam, lhes dão as cartas de nobreza,

⁴¹ *Ibidem*, p. 17.

⁴² *Ibidem*, 18.

⁴³ RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo, Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Gradiva, Lisboa, 2002, p. 235.

aos historiadores, que procuram reencontrar o passado esquecido da nacionalidade, e aos filósofos políticos»⁴⁴.

Sendo este o quadro da Europa em torno do seu reagrupamento político, é certo que o factor étnico também jogou um papel preponderante neste aspecto. A diversidade étnica europeia seria aquela que viria a imprimir maior sentimento de diferenciação quer cultural, quer histórico ou linguístico. Assim, como salientou René Rémond, uma «ideia nacional, porque tem necessidade de se associar a outras ideias políticas, de se amalgamar com filosofias, pode entrar em diversas combinações, [e que] pode coabitar com uma filosofia de esquerda como com uma ideologia de direita»⁴⁵.

Como ficou demonstrado, a ideia de Estado é de grande importância nas manifestações nacionalistas de carácter patriótico que caracterizam o nacionalismo revolucionário. Foi com este horizonte político que os povos do Ocidente organizaram as suas manifestações nacionalistas. É importante realçar um facto muito relevante de que o aparecimento e a formação gradual das nações como novas unidades políticas não se processou, pelo menos a longo prazo, sem a constituição das mesmas em Estados soberanos e nalguns casos o processo foi simultâneo. Desta forma, o Estado aparece ligado ao processo da formação das nações e deve coincidir, no mais essencial, com as fronteiras políticas da nação que lhe corresponde⁴⁶.

Com esta realidade histórica e social resultou que todas as formas da intervenção do Estado que extravasem os limites políticos nacionais causaram conflitos com outras unidades politicamente constituídas de forma diferenciada, em torno do seu projecto político. Foi assim que na Europa dos princípios do séc. XIX dominaram as invasões napoleónicas em busca das novas conquistas, pelo que provocaram, aceleradamente, reacções de violência e de exaltação nacional dos povos e culturas invadidos em defesa

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 237.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*.

da sua identidade, cultura, soberania e valores que se encontravam em risco de queda.

Já no ambiente político da Revolução, em 27 de Maio de 1790, a declaração expressa no art. 1º do Decreto da Convenção Nacional sobre o direito de guerra e paz definia que «o direito de paz e de guerra pertence à nação»⁴⁷. E para conferir legitimidade dos poderes régios, na mesma convenção, o art. 2º previa que «a tarefa de velar pela segurança externa do Reino, de manter os seus direitos e as suas possessões, é delegada ao rei pela constituição do Estado»⁴⁸.

O princípio constitucional passava a ser o instrumento legal para regular a ordem política do Estado que, por sua vez, não só definia a limitação dos poderes de altos dignitários da respectiva nação como também conferia protecção aos cidadãos. Tendo em conta a exacerbada aceleração e aumento dos conflitos nacionalistas um pouco por toda a Europa Ocidental, sobretudo depois das guerras napoleónicas, o Congresso de Viena de 1815 traçou um novo mapa geográfico da Europa através do reajuste dos reinos e ducados⁴⁹, procedimento que procurou evitar arbitrariedade que se fazia sentir na reivindicação nacionalista de territórios ou província divididos.

Na esteira deste projecto, o acto mais importante veio mostrar-se nas resoluções da quádrupla aliança constituída pelas grandes potências (Rússia, Áustria, Prússia e Grã-Bretanha) que reuniram em Paris, a 20 de Novembro de 1815, procurando estabelecer novas regras de jogo à procura do novo concerto da Europa pós napoleónica, que deveria ser uma Europa de paz e tranquilidade dos seus povos⁵⁰, assumindo o compromisso de as nações contribuírem para esse objectivo.

Assim, durante o séc. XIX até à primeira Guerra Mundial, os Estados europeus empenharam-se num processo contínuo da construção da paz,

⁴⁷ Decreto da Convenção Nacional sobre o direito de guerra e paz, de 27 de Maio de 1790, in LOPES, José Alberto Azeredo, *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Universidade Católica Editora, Porto, 1999, p. 59.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 60.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 75-84.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 87.

embora manifestassem a dificuldade de conter as suas ambições nacionalistas fortemente marcadas pelas novas ideologias, o que os levou a uma tensão também permanente, embora o «progresso tecnológico»⁵¹ e a abertura de novas oportunidades de expansão para fora da Europa reduzissem o seu grau de conflitualidade internacional ao longo do século XIX. Prova disso foi, como é compreensível pela interpretação da história, a importância dada às fronteiras como factor delimitador do Estado nacional que deriva daquelas aspirações. Com o fenómeno globalizante, aquelas influências rapidamente chegaram a outros continentes sob a tutela europeia, tendo contribuído bastante para o despertar dos respectivos povos.

4. Influência dos nacionalismos europeus em África: o caso de Angola

O desenvolvimento do nacionalismo a partir da sua origem europeia, baseou-se, segundo René Remond, em duas fontes, nomeadamente, a Revolução Francesa, considerada a primeira a suscitar o nacionalismo moderno, e o tradicionalismo ou historicismo que inspirou a tomada de consciência das particularidades nacionais⁵². De facto, como refere este autor, «se o nacionalismo saído da revolução está mais voltado para o universal, o historicismo acentua a singularidade dos destinos nacionais, a afirmação da diversidade, e propõe aos povos o regresso ao passado, a defesa dos seus particularismos, a exaltação da sua especificidade»⁵³. Como exemplo, as unificações da Alemanha e da Itália reforçaram um poder que de fragmentado ou disperso passava a ser imperial no quadro de uma política que visava a criação de uma nova Europa.

Este cenário ocorreu na segunda metade do séc. XIX. O mesmo período ficou fortemente marcado por uma grande aposta ao expansionismo mundial desencadeado pela Europa colonizadora, incentivada pela competição

⁵¹ ROBERTS, J. M., *História do Século XX*, Volume I, Editorial Presença, Lisboa, 2007, p. 42.

⁵² Cf. RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo, do Antigo Regime aos Nossos Dias*, p. 239.

⁵³ *Ibidem*, p. 239.

económica, por objectivos comerciais, e pelo interesse nacional dos governos envolvidos no processo, procurando assim afirmar o seu prestígio, no plano externo, a partir do qual se acentuou a corrida para África.

No decurso dessa expansão europeia, podemos identificar três fases ou características fundamentais: o desejo de afirmação e domínio dos Estados europeus na política mundial, a ambição pela conquista de novos territórios e a exaltação do poderio económico cultural e político. Foi este objectivo que os principais países defenderam, procurando legitimar a disputa dos territórios além-mar.

Estes interesses mais direccionados para a África, tornaram a Grã-Bretanha, senhora dos mundos e das rotas marítimas, na grande ameaça aos seus rivais franceses e alemães nesta conquista de novos espaços, de tal modo que a partir da década de 1880 apostou no reforço da corrida para a África⁵⁴ ao mesmo tempo que os outros impérios europeus definiam a mesma estratégia num novo alinhamento das políticas coloniais de exploração económica e das rotas comerciais. Com a influência da Revolução Industrial, numa fase posterior, as relações internacionais na Europa passam a ser marcadas fundamentalmente por um «nacionalismo económico»⁵⁵ que irá determinar os factores políticos, culturais e diplomáticos dos Estados com maior incidência para a África.

Contribuiu para este fenómeno o princípio da nacionalidade que está na base da criação de uma política internacional que girava em torno da ideia de uma Europa constituída por Estados-nação⁵⁶. Por sua vez, estas aspirações nacionalistas fundamentam-se na argumentação ideológica de carácter democrática e revolucionária que se baseava no facto de que

⁵⁴ Cf. Texto integral em: PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa: White Man's conquest of the Dark Continent from 1876 to 1912*, New York, 1992.

⁵⁵ Como refere Francisco Proença Garcia, «os europeus encaravam o continente africano como complemento económico da Europa e a salvaguarda militar do seu flanco meridional (...), [enquanto] para os norte-americanos este era encarado como um eventual mercado para colocação dos seus produtos excedentários, e tinha, sobretudo, a potencialidade de servir de fornecedor de matérias-primas, nomeadamente de minérios estratégicos, persistindo a ideia de que, onde fosse eliminada a influência europeia, ganhar-se-ia um novo campo de influência norte-americana». GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra – Moçambique 1964-1974*, p. 71.

⁵⁶ Cf. HOBSBAWN, Eric. J., *A Era do Capital 1848-1875*, p. 114.

nenhum povo devia ser explorado ou dominado por outro⁵⁷, constituindo, assim, o princípio da consagração das liberdades e garantias de que seriam dotados todos os povos europeus.

O nacionalismo que se faz moldar pela vertente económica de um comércio à escala global não se desligou dos «factores políticos internos, ideológicos, geopolíticos e de prestígio nacional»⁵⁸ cujos objectivos eram de grande prioridade estratégica para alguns Estados europeus envolvidos no processo de expansão e de conquista de espaços, na luta pela posse dos territórios ultramarinos. Este período que o historiador Eric Hobsbawn define como a Era do Capital ficou marcado por uma «extraordinária transformação e expansão económicas que se verificaram entre 1848 e o princípio da década de 1870»⁵⁹.

Para o autor, esta era de progresso económico inseriu-se no quadro das revoluções da época: o anúncio da revolução proletária que aparece com a proclamação do Manifesto do Partido Comunista por Marx e Engels; e, por outro lado, as forças ideológicas do liberalismo político e da democracia triunfalistas nas novas sociedades industriais⁶⁰.

Porém, a partir da década de 1870, as querelas das potências europeias apostadas na ocupação da África, devido as disputas das zonas de maior confluência de interesses⁶¹, deram lugar a um acto diplomático e conciliador

⁵⁷ Cf. *Ibidem*, p. 117.

⁵⁸ GUEVARA, Gisela, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África (Finais do Século XIX e Inícios do Século XX)*, Edição Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006, p. 31.

⁵⁹ HOBBSAWN, Eric J., *A Era do Capital 1848-1875*, p. 48.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 48-49.

⁶¹ O domínio da França na região do Gabão, embora tivesse o controlo jurídico e político das suas costas, incompatibilizou-se com a Inglaterra, pois a maior parte do comércio desta região passava pelas mãos dos ingleses a ponto de ter negociado com o Reino Unido uma troca entre o Gabão e a Gâmbia.

No caso de Portugal, na foz do Congo português havia numerosas casas comerciais que disputavam um comércio muito activo, sendo a única empresa holandesa a que maior êxito tinha, muito à frente das francesas e das britânicas, o que motivou os franceses a um esforço para se apropriarem da totalidade do Congo. Por outro lado, Portugal invocando os direitos históricos sobre o Congo, redobrou esforços na África Central, enquanto o Reino Unido temia a instauração de um protecçãoismo ruinoso no Congo pela França a favor dos interesses dos comerciantes franceses. Daí resultou o tratado anglo-português de 26 de 1884, que reconhecia a soberania de Portugal sobre a Foz do Congo.

das relações entre aquelas grandes potências, ao convocar uma «grande conferência» internacional para Berlim, a fim de debater a questão africana. A iniciativa coube ao Chanceler alemão Otto von Bismarck, que até então pouco se interessava em desenvolver uma política alemã direccionada para a ocupação de territórios no continente africano. O debate iria, pois, centrar-se no confronto de interesses, na sua regulação normativa e na defesa das rotas comerciais que cada país tinha traçado, o que elevava a importância das descobertas e exploração da África, na viragem do séc. XIX.

Quanto à Alemanha, a definição da sua política colonial resultou da combinação de dois factores: a política externa e interna. No tocante à política externa, a sua estratégia foi, antes de mais, criar bom relacionamento com a vizinha França. A ambição da Alemanha vai assim centrar-se na sua aliança Franco-Alemã para fazer frente às pretensões coloniais da Inglaterra, o que por sua vez levará o Chanceler alemão a entrar na corrida para a expansão colonial em África.

Por outro lado, Bismarck enfrentava problemas de ordem interna que tinha de resolver para fortalecer a sua imagem e prestígio políticos perante a ameaça das novas forças industriais emergentes, procurando, para isso, desviar para as colónias as atenções dos novos estratos sociais resultantes da industrialização, que reivindicavam mais direitos. Esta iniciativa servia para iludir os conflitos sociais e políticos⁶². Mas esta estratégia alemã também, como vários estudos o demonstram, tinha objectivos meramente económicos, pois, «baseava-se na crença de que bastava exercer uma influência indirecta em bases marítimas, em vez de adquirir colónias que implicavam altos custos»⁶³ o que, deste modo, exigiria maior poder em competição com a rival Grã-Bretanha.

Da parte da Bélgica, as reacções vieram de Leopoldo II que ordenou aos seus agentes para que multiplicassem as aquisições de soberania na bacia do Congo. Cf. M'BOKOLO, Elikia, *A África Negra: História e Civilizações, do Século XIX aos nossos dias*, Tomo II, Edições Calibri, 2ª Ed., Lisboa, 2007, pp. 310-311.

⁶² Cf. GUEVARA, Gisela, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África (Finais do Século XIX e Inícios do Século XX)*, p. 31, p. 45.

⁶³ *Ibidem*, p. 47.

A expansão colonial da Inglaterra tinha como a principal prioridade manter o livre comércio no mundo, seguindo a visão tradicional liberal e procurando assegurar a liberdade comercial nas áreas em disputa⁶⁴. Esta política britânica visava o reforço do seu poder económico pautado no domínio das vias comerciais, o que, por sua vez, significaria a extensão do império militar para proteger as suas zonas de influência.

Assim, o interesse britânico em África era criar protectorados e não propriamente colónias uma vez que estas implicariam altos custos e uma constante e forte presença militar⁶⁵, o que, de certo modo, dificultaria as suas pretensões de um império estabelecido nos mais diversos pontos do globo. Deste modo, os objectivos comerciais definiram o estilo da colonização britânica que, ao contrário dos outros Estados (Portugal, por exemplo), apostava numa forte exploração económica que enriquecia a coroa imperial da Inglaterra vitoriana.

No caso francês, o séc. XIX apresentou-se como um período de grande aposta na corrida africana, sobretudo depois de perder a Alsácia-Lorena na guerra contra a Prússia e de ter recebido o incentivo de Bismarck a seguir uma política de expansão colonial em compensação pelo território perdido em 1871⁶⁶ na guerra Franco-Alemã. A política de ocupação de vastos territórios em África foi definida pela França para compensar as perdas de terrenos que se tornavam irrecuperáveis na Europa evitando, assim, que os dois impérios entrassem em confronto por uma eventual disputa do alargamento de fronteiras. Daí que a estratégia bismarckiana ficasse orientada no sentido de desviar a atenção da França para a África, para criar tranquilidade na Europa.

No tocante a Portugal, a sua presença em África tinha sido um objectivo de grande interesse que era alimentado por factores não só económicos, mas também culturais, religiosos e civilizacionais que vinham já desde os séculos XV e XVI. No entanto, o interesse português pela África só

⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 31.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 37.

se acentuou depois da independência do Brasil, em 1822, colocando, a partir dessa data, todas as atenções no continente negro, para onde a ideia de criar um novo império tinha sido definida. Com a elevada importância para o corredor africano do Atlântico, «a manutenção das possessões ultramarinas era considerada por muitos pensadores e políticos portugueses como sendo uma necessidade vital para o país»⁶⁷, associando o conceito tradicional do cumprimento de «uma missão histórica colonial que justificava a presença lusa, ao longo dos séculos, em África»⁶⁸.

Apesar desta longa tradição colonial, só «a partir da década de 40 do séc. XIX, Portugal passa a enviar várias expedições a África, sobretudo para Angola»⁶⁹ e mesmo assim, sem, no entanto, estabelecer uma ocupação efectiva no interior do território. Com esta aposta, «a África colonial via-se integrada no sector da economia capitalista mundial, em que a mais valia era sugada para alimentar o sector metropolitano»⁷⁰, onde eram definidas as leis que regiam os sectores de produção e de governação das colónias.

Neste contexto geral da posse e da repartição de terras no continente africano, a luta pelo poder e pelo domínio das zonas de influência levou as potências coloniais a uma competição permanente devido a certas acções que alguns destes Estados, sobretudo os mais poderosos (Inglaterra, França e Alemanha), demonstravam com pretensões de impor as suas ambições vistas como ameaça pelos pequenos países como a Bélgica e Portugal⁷¹.

O problema irá assim chegar aos debates na Conferência de Berlim de 1885, onde se discutiram os modos da ocupação efectiva, estabelecendo as regras de jogo da presença europeia em toda a África, o que originou a fixação do traçado fronteiriço artificialmente construído, priorizando os interesses coloniais e nacionalistas dos Estados ocupantes, em detrimento

⁶⁷ *Ibidem*, p. 56.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 56

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ RODNEY, Walter, *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Serra Nova, Lisboa, 1975, p. 210.

⁷¹ O interesse da Alemanha pelas colónias portuguesas, principalmente, de Angola e Moçambique era uma preocupação constante da diplomacia do Governo de Portugal que foi definida na estratégia de alianças com a Grã-Bretanha.

das tradicionais nações e povos africanos. No Acto Geral da Conferência de Berlim, o art. 34º previa o seguinte: «a potência que, a partir de agora, tome posse de um território nas costas do continente africano fora das suas actuais possessões, ou que, não as tendo até agora, as venha adquirir, bem como a potência que nelas assuma um protectorado, terá de fazer acompanhar o acto respectivo de uma notificação dirigida às demais Potências Signatárias do presente Acto, a fim de lhes dar a possibilidade de oporem, se for caso disso, as suas reclamações»⁷².

Com o acto de Berlim, «a aquisição das colónias começou por ser concebida e identificada como a abertura dos mercados externos»⁷³ o que reforçava em grande medida o imperialismo colonial também concebido como uma «era do capitalismo dos monopólios e dos oligopólios»⁷⁴. No entanto, a década de 80 deste século não evitou a que os Estados europeus fizessem sobressair o renascimento das velhas ideologias e vontades de reerguer um imperialismo político, marcado pela revitalização das questões nacionalistas ou culturais.

De acordo com esta ideia, «a Europa que estivera relativamente em paz até cerca de 1860, foi abalada por uma sucessão de guerras ligadas à unificação da Alemanha e da Itália. A vitória da Alemanha sobre a França, em 1871, que veio encerrar a mudança bélica do século, suscitou, como reacção, um nacionalismo revanchista desenfreado entre os franceses, e, por ricochete, uma vaga de nacionalismo e de chauvinismo em toda a Europa. As ligas nacionalistas, que atraíam grandes vagas de aderentes na sociedade, exaltavam a “gloriosa Inglaterra”, a “maior Alemanha”, a “maior França” ou até o despertar da grande proletária Itália»⁷⁵.

Assim, qualquer situação que se gerava na Europa, que implicasse o envolvimento da Inglaterra, da França e da Alemanha, espalhava as suas consequências em todo o mundo não ocidental. A acção destas três grandes

⁷² M'BOKOLO, Elikia, *A África Negra: História e Civilizações, do Século XIX aos nossos dias*, Tomo II, p. 313.

⁷³ *Ibidem*, p. 302.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, p. 304.

potências europeias poderia ser, assim, vista como um factor de estabilidade ou instabilidade quer na própria Europa continental, quer nas zonas de influência e de confluência de interesses. Por parte destes grandes poderes, cada vez mais confiantes em si próprios, e procurando prestigiar a sua imagem, dominava uma consciência nacional fundamentada na ideia da «missão civilizadora» que se definia, com maior ou menor interesse, segundo a importância estratégica dos pontos de ocupação e domínio, o grau de oposição ou de aliança em relação a outros Estados coloniais. Com esta hegemonia, a história da África passava a integrar os capítulos da história da Europa.

Os acontecimentos do fim do séc. XIX faziam antever o ambiente de instabilidade com que a Europa entrou no séc. XX à luz dos quais, e com cujas consequências, a África era dominada. Mas ninguém poderia definir de maneira previsível, nesta viragem do século, uma ordem internacional que apaziguasse as relações internacionais de conflitualidade já instaurada pelos nacionalismos e ideologias⁷⁶ agudas que os velhos regimes defendiam, consagrando-se como factor de grandes rivalidades. Muito menos se perspectivou que aquela instabilidade fosse resultar em conflitos tão violentos como foi a Primeira Guerra Mundial.

Neste clima, as grandes potências ocidentais não tinham vontade de se deixar vencer naquilo que era tido como grandes interesses estratégicos, de certo modo, importantes para a sua sobrevivência e prestígio como Estados soberanos. Por outro lado, o novo fenómeno das descobertas tecnológicas cada vez mais inovadoras foi tido como factor de hegemonia perante a rivalidade internacional na luta pelas novas conquistas e no plano da política externa para permitir maior crescimento económico a nível interno destes Estados.

Assim, foi possível constatar que, se o fim do séc. XIX foi conturbado na política expansionista europeia, o início do séc. XX tinha que herdar as

⁷⁶ De acordo com António de Sousa Lara, «estas rivalidades estão claramente expressas na Conferência de Berlim e são a causa, mais que reconhecida, da eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial». Cf. LARA, António de Sousa, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, ISCSP, Lisboa, 2002, p. 25.

consequências daquela instabilidade. O problema maior foi que a mesma instabilidade colocada já no séc. XX veio expandir os seus efeitos a todo o planeta, influenciando deste modo o comportamento dos que podiam agir por si próprios e dos que não tendo protagonismo eram arrastados pelos poderes ocupantes.

O ambiente político anterior à Primeira Guerra Mundial exasperou com o rumo que as relações internacionais estavam a tomar, desenvolvidas num quadro de pensamento político orientado por ideias imperiais. É assim que vemos aparecer na primeira década do séc. XX a multiplicação de conflitos nacionalistas que viriam a agudizar as grandes clivagens políticas que levaram à Primeira Guerra Mundial. Importa agora analisar o que têm estas clivagens a ver com os problemas africanos, particularmente o seu impacto para o problema angolano.

Para Angola, território português, já antes da eclosão da Grande Guerra a vizinhança com o território alemão da Namíbia, a sul, era motivo de instabilidade e de insegurança devido a ameaça do regime alemão contra Portugal. De acordo com Marco Arrifes, «o sul de Angola em 1914 era uma zona de ocupação dispersa, com uma fraca implantação militar e a presença de algumas importantes comunidades estrangeiras»⁷⁷, situação que mostra não só a sua vulnerabilidade que consistia numa «deficiente ocupação militar [que] causava em parte da população portuguesa, dispersa por essa região, uma profunda sensação de insegurança, não só em relação aos indígenas nativos, mas também em relação aos vizinhos alemães da colónia do Sudoeste africano»⁷⁸.

Por parte das autoridades coloniais portuguesas na região sul de Angola, transparecia um certo «temor que assentava nos posicionamentos diplomáticos do império alemão, que desde o final da época de Bismarck se tinha lançado numa política de expansão colonial, nunca escondendo o seu

⁷⁷ ARRIFES, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2004, p. 110.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 111.

apetite pelos territórios portugueses»⁷⁹, não deixando por isso tranquila a administração portuguesa nestas regiões consideradas vitais para a metrópole lusitana. Assim, a Primeira Guerra Mundial colocou Portugal num dilema de segurança que se revelou na hesitação da sua entrada no conflito, porquanto parecia que se a neutralidade significaria um isolamento em relação aos seus aliados, a participação representava um risco que poria em perigo a sua integridade territorial nas zonas ultramarinas. Além destas desconfianças das autoridades coloniais portuguesas, a Primeira Guerra Mundial aconteceu num período em que se intensificavam as insurreições dos nativos nas principais regiões de Angola, das quais se pode realçar as revoltas dos povos kwanhamas do sul com a resistência muito significativa de Mandume, líder local.

Importante foi o espírito doutrinador do movimento pan-africano do qual alguns africanistas do espaço lusófono se inspiraram para formular um discurso para a defesa dos direitos e da autonomia da colónia de Angola, nos primeiros decénios do séc. XX. Em 1923, Portugal acolheu uma sessão do terceiro congresso pan-africano que do ponto de vista de incentivos representou um passo importante para os diversos movimentos então já activos. Desses movimentos, os mais notáveis foram os seguintes: a) *Junta de Defesa dos Direitos de África*⁸⁰, constituída em 1912, em Lisboa, e dividida em comités permanentes e autónomos cujas secções estavam representadas por todas as colónias portuguesas em África. A sua publicação periódica era “*A Voz d’África*”, um jornal veículo para divulgação das ideias; b) *Liga Africana*⁸¹, constituída em 1919, também em Lisboa, que incluía o Grémio Africano de Moçambique, as Ligas Africanas da Guiné e de Angola, chegando a fundar o jornal “*Correio d’África*”, seu órgão de comunicação; c) *Partido Nacional Africano*⁸², fundado em Março de 1921, que resultou da extinção da antiga Junta de Defesa dos Direitos de África para que, neste

⁷⁹ *Ibidem*, p. 112.

⁸⁰ Cf. SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, Edição do Autor, Lisboa, 1968, p. 119.

⁸¹ *Ibidem*, p. 121.

⁸² *Ibidem*, p. 123.

novo organismo, adoptasse novos estatutos inspirando-se, desta vez, nas ideias de Marcus Garvey; d) *Movimento Nacionalista Africano*⁸³, fundado em 1931, adoptou como seu órgão de comunicação o Jornal “*África*”. Este Movimento surgia como organismo de unidade dos africanos, ultrapassando, deste modo, as divisões que opunham a Liga Africana ao Partido Nacional Africano⁸⁴.

Não obstante as diversas inspirações que levavam à constituição destes organismos pró revolucionários, a ideia central da sua estratégia e o fim das suas pretensões era a defesa dos direitos dos povos das colónias africanas, a autonomia desses territórios e a igualdade de oportunidade no que toca ao desenvolvimento e instrução das colónias em relação à Metrópole.

5. Influência das correntes africanistas em Angola: o Pan-africanismo e a Negritude

As ideias dos primeiros esboços doutrinários que muito influenciaram o despertar da consciência revolucionária anti-colonial em África provêm de duas correntes fundamentais: a Negritude e o Pan-africanismo. Ambas aparecem com o objectivo de reabilitar a identidade negro-africana, para a recuperação de uma personalidade considerada destruída, inferiorizada e desprestigiada que é a identidade africana. Se o Pan-africanismo consistiu em aspectos de reivindicação dos direitos políticos para os africanos, revestindo-se de uma considerável carga ideológica da autonomia nacional, a Negritude, assente nos aspectos culturais, pretendeu defender a cultura africana, através da literatura, da arte e da poesia, próprias da inteligência do negro africano.

Com uma vertente puramente política do nacionalismo em África nasceu o Pan-africanismo no princípio do séc. XX, como a principal corrente de ideias inspiradoras da revolução africana anti-colonial. Na origem do Pan-africanismo está o contributo afro-americano de vários afro-

⁸³ *Ibidem*, p. 125.

⁸⁴ Cf. *Ibidem*.

descendentes como William Edward Burghardt Du Bois tido como o pai do movimento na sua vertente política, Marcus Garvey, que advogou um Pan-africanismo racial e separatista, entre outros. O mérito foi de Henry Sylvester-Williams, um advogado em Londres, em finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, que é considerado o precursor do Pan-africanismo⁸⁵.

Graças aos trabalhos de Henry Sylvester-Williams, que encontraram em Du Bois a sua força impulsionadora, a teorização do Pan-africanismo como movimento que apelava para o despertar africano, perante o domínio do Ocidente, recebeu a sua matriz política e nacionalista que justificou a reclamação da dignidade africana e procurou racionalizar os novos modos de politização das massas africanas. Este seu fio de politização pan-africano foi, na verdade, «inspirador das modernas tendências de unificação política da África inteira»⁸⁶, que encontraram em Kwame Nkrumah um defensor, manifestando-se como um dos maiores expoentes da ideologia do movimento em África.

Os princípios basilares pan-africanistas lançados por Sylvester-Williams, em Londres, tiveram como pano de fundo a reflexão e análise sobre vários incidentes e guerras de ocupação que se registavam com intensidade na África do Sul, entre Ingleses e Holandeses que disputavam o domínio do Cabo; e entre brancos e negros sul-africanos que disputavam a posse das terras. Uma vez que para Londres, que era a capital cosmopolita, afluíam muitos africanos, ali estava sedado o Colonial Office, onde Sylvester-Williams desempenhou as funções de conselheiro jurídico de vários chefes africanos que iam consultar aquela secretaria, sempre que estavam em missão diplomática⁸⁷. Henry Sylvester-Williams, sensibilizado pela situação, convocou a primeira conferência africana que se realizou em *Westminster Hall*, na cidade de Londres, em 1900, onde pela primeira vez foi lançado o termo *Pan-africanismo*⁸⁸. Entretanto, pouco depois morria

⁸⁵ Cf. SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 65.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 19.

⁸⁷ *Ibidem*, pp. 65-66.

⁸⁸ Cf. *Ibidem*, p. 67.

Sylvester-Williams, nas Antilhas, e ali as suas ideias constituíram um marco considerável de reflexão.

Kwame Nkrumah considerou o Pan-africanismo como «a filosofia da revolução africana [definida] em três componentes políticas dos nossos movimentos de libertação, nomeadamente: o Nacionalismo, o Pan-africanismo e o Socialismo»⁸⁹. Mas o Pan-africanismo enquanto primeiro movimento de ideias políticas dos africanos, deve compreender-se como uma corrente inspiradora das componentes ideológicas salientadas por Nkrumah, nomeadamente a via do nacionalismo e do socialismo.

Do ponto de vista conceptual, o Pan-africanismo foi definido como movimento político e anti-imperialista que «procura realizar o governo dos africanos, por africanos e para os africanos, respeitando as minorias raciais e religiosas que desejem viver em África com a maioria negra»⁹⁰. Esta componente política, por sua vez, fundamenta a própria noção do conceito que significa «todo o africanismo» exprimindo, deste modo, uma visão sócio-política mundial e como movimento que busca a unificação e elevação de todos os nativos e descendentes de africanos na diáspora, como parte de uma comunidade africana.

Sendo a mais importante corrente de pensamento político em África, o Pan-africanismo aparece como um movimento teórico que sustentava um conjunto de ideias de aspirações à liberdade, cuja dignidade tinha que ser reconhecida ao indígena africano no quadro da política mundial já definida na Declaração dos direitos humanos e do cidadão. Embora a corrente pan-africana começasse a dar os primeiros sinais da sua formação, nas primeiras décadas do séc. XX, as suas manifestações só se tornaram notáveis nos anos 50, com as frequentes conferências pan-africanas realizadas por grupos de intelectuais descendentes de africanos, nas grandes capitais europeias. Originalmente, o Pan-africanismo, enquanto corrente de ideias, aparece fora

⁸⁹ Cf. MINONGUE, Martin e MOLLOY, Judith, *African aims and attitudes*, Cambridge University Press, 1974, p. 2.

⁹⁰ SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 17; cf. PADMORE, George, *Panafricanism ou Communism? La Prochaine Lutte pour l'Afrique*, Paris, Présence Africaine, 1960, p. 27.

de África. Começou a dar os primeiros passos através de pequenas «manifestações de solidariedade fraterna entre africanos e gentes de ascendência africana das Antilhas britânicas e dos Estados Unidos da América»⁹¹.

Os teóricos do Pan-africanismo coincidem na ideia da defesa dos direitos dos africanos a disporem da sua terra-mãe e dos destinos desta, procurando, assim, a afirmação da autenticidade da personalidade política de África cuja autonomia constituía o objectivo da ideologia do movimento, tendo como horizonte a fundação do Estado soberano. Todas as formulações pan-africanas, no plano das ideias, que foram concebidas no quadro da presença europeia no continente africano têm como fim a construção desta personalidade política africana, consubstanciada na ideia do Estado.

Como movimento estruturado à base de princípios coerentes, embora se misturassem nele os aspectos políticos, culturais e económicos, o Pan-africanismo pode compreender-se, assim, como uma corrente que começa pela manifestação de um “nacionalismo sem Estado”, tendente à construção deste. É neste sentido que este nacionalismo deve ser analisado como um projecto de “construção africana” que levaria à instauração de Estados em África, nos moldes em que estes já existiam no Ocidente.

O conceito que se atribui ao Pan-africanismo torna clara esta leitura: «uma doutrina que pugna pela unidade política de toda a África, de uma África não-alinhada, podendo, no entanto, ir de um neutralismo positivo a uma cooperação preferencial»⁹², com o ideal principal de realizar o governo dos africanos por si mesmos e pelos seus descendentes⁹³. Deste modo, as suas raízes fundamentam a sua linha de actuação e de desenvolvimento como se pode ver: «o Pan-africanismo tomaria logo à nascença a coloração de um movimento exclusivamente político, inspirador das modernas tendências de unificação política da África inteira»⁹⁴.

⁹¹ SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 17.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ Cf. *Ibidem*, p. 17.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 19.

No contexto político em que se tenta realizar a combinação das ideias estruturantes da futura autonomia de Angola, os activistas angolanos sonhavam com uma unidade de objectivos, embora a dificuldade de uniformização de princípios operativos fosse mais difícil de concretizar. Todavia, foi comum a todos os activistas um único objectivo de luta e reivindicação por uma causa única que era de tornar possível a conquista do poder que, deste modo, seria exercido pelos filhos da terra em todo o território. Nestes termos se exprime «o governo dos africanos por africanos para os africanos». Por isso, o Pan-africanismo enquanto corrente de pensamento é uma corrente diferente do Pan-africanismo de Estados. Aquele pugna por uma África livre a mando dos africanos, livre do poder dos europeus, idealizando o futuro que concretizaria este projecto. Este último é já a acção de governos instituídos, que procura não só a união de Estados livres, mas também a afirmação desses Estados na comunidade internacional.

Assim, Kwame Nkrumah exprimiu a ideia do que seria a África livre e unida. Elaborou o conceito avançado por alguns dos seus antecessores, da *personalidade africana*, o qual seria a expressão do *consciencismo* político-cultural de todas nações do continente que expunha nos seguintes termos:

«For too long in our history, Africa has spoken through the voices of others. Now, what I have called an African Personality in international affairs will have a chance of making its proper impact and will let the world know it through the voices of Africa's own sons (...). As we look back into the history of our continent, we cannot scape the fact that we have been the victims of foreign domination. For too long we have had no say in the management of our own affairs or in deciding our own destinies»⁹⁵.

Com este sentimento que traduz, por sua vez, o optimismo de um nacionalista revolucionário, Nkrumah acreditou na libertação total de África e na ideia de que o consenso político dos novos governos em torno da

⁹⁵ NKRUMAH, Kwame, *I Speak of Freedom, a Statement of an African Ideology*, London, 1961, pp. 125-126.

unidade era a meta a atingir. Assim, a unidade africana seria a expressão da vontade política de uma África governada por africanos que, para afirmar a sua personalidade, tinha de jogar um papel importante nas relações internacionais de um mundo em mudança, em conformidade com as regras que regem a sociedade de Estados. Deste modo, Nkrumah defendia o seguinte:

«We stand for international peace and security in conformity with the United Nations Charter. This will enable us to assert our own African Personality and to develop according to our own ways of life, our own customs, traditions and cultures. In asserting our African Personality we shall be free to act in our individual and collective interests at any particular time. We shall also be able to exert our influence on the side of peace and to uphold the rights of all people to decide for themselves their own forms of government as well as the rights of all peoples, regardless of race, color or creed to lead their own lives in freedom and without fear»⁹⁶.

Assim, por toda África, onde se fazem também sentir as vozes da Negritude, foi manifestada uma condenação do imperialismo e da discriminação tidos como condicionantes de todos os esforços políticos da construção africana. Enquanto o Pan-africanismo eminentemente político, no dizer de Nkrumah, chamava a atenção para denunciar as diferentes formas que o colonialismo e o imperialismo podiam tomar no aspecto político, prevenindo assim a tomada de medidas coerentes de defesa, a Negritude apelava para uma emancipação cultural que formaria uma identidade e autenticidade próprias dos africanos. Se, no entanto, o Pan-africanismo e a Negritude têm, à nascença, vias diferentes de conquistar a emancipação dos africanos (a via cultural e a via política), é certo que os dois movimentos vieram confluír na ideia da libertação político-cultural do africano e de toda a África.

No contexto angolano situou-se o protonacionalismo que procurou fundamentar o nacionalismo anti-colonial dos anos de 1940 e 1950 do séc.

⁹⁶ *Ibidem*, pp. 128-129.

XX, em Angola. O protonacionalismo constituiu assim um primeiro momento de uma concepção intelectual sistematizadora da futura ideia de libertação nacional. Estas ideias foram desenvolvidas pelo nativismo tido, segundo Mário Pinto de Andrade, como o «segmento intelectual dos filhos da terra (notoriamente em Cabo Verde e em Angola) que exprimiam o sentimento colectivo de ser portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e futura independência»⁹⁷.

Com uma visão de âmbito continental, Mário Pinto de Andrade compreende que «o protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter *fragmentário* (no pensamento e na acção), *descontínuo* (na temporalidade) e *ambivalente* (no seu posicionamento face ao sistema colonial)»⁹⁸. Na sua consolidação no tempo, segundo este autor, «o ideário protonacionalista elabora-se a partir do lançamento do jornal *O Negro*, em 1911, mas falece no início dos anos de 1930, submerso pelas contradições inerentes ao Movimento Nacionalista Africano»⁹⁹. Toda a justificação que está na base do despertar dos autores que, neste início de século, geram ideias inspiradoras do futuro mostrou-se assim como a afirmação das primeiras vozes (pouco influentes) de africanos que architectavam o ideário das futuras revoluções. Podemos também encontrar, naquelas constatações, ideias ainda tímidas de reivindicação dos direitos dos africanos de Angola com objectivos autonomistas desenvolvidos no próprio território, nas zonas suburbanas.

Neste contexto, os primeiros jornais publicados por africanos já presentes nas metrópoles jogaram um papel crucial como meios veiculadores das ideias e informações cuja linguagem manifestava abertamente a ilegalidade do domínio sobre a África. Nestes termos, é o que podemos ler no jornal *O Negro*: «queremos a África propriedade social dos africanos e não

⁹⁷ ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961 (Caminhos da memória)*, 1ª Edição, Dom Quixote, Lisboa, 1997, p. 110.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 77.

⁹⁹ *Ibidem*.

retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos indivíduos que a colonizam roubando e escravizando os seus indígenas»¹⁰⁰. Se num futuro não muito tardio, Marcus Garvey veio reclamar a *África para os africanos*, a mesma expressão no quadro da África lusófona e de Angola em particular, significou que todo o cenário gerador das ideias protonacionalistas tinha como centro de expansão também a metrópole lusa.

À luz dos novos acontecimentos políticos da queda da monarquia e da consequente implantação da República em Portugal, em Angola como nas outras colónias, o nativismo branco e autóctone, embora sob os olhares policiais das políticas definidas por Norton de Matos, a partir de 1913, as reivindicações consolidaram-se em ordem a um distanciamento das directrizes de Lisboa, numa tentativa de cada vez mais autonomizar-se. O repúdio, com um sentimento de indignação, contra a linha política de Norton de Matos em Angola, foi expresso nos seguintes termos: «em Angola assistimos a uma verdadeira dissolução social violentíssima nos seus processos bárbaros, em que o Governador-Geral é o principal culpado, provocando lutas intestinas entre os próprios europeus, desterrando e prendendo pacíficos cidadãos, violando a cada passo a Constituição em detrimento dos indígenas (...) e que a província caminhe a passos largos para a ruína e para anarquia mais desenfreada, impossível de deter e refrear, enquanto Angola for um feudo do Sr. Norton de Matos»¹⁰¹.

Assim, o protonacionalismo angolano pode ser considerado, do ponto de vista das origens de um nacionalismo em construção, como o primeiro de muitos sinais expressos pelos africanos de Angola na reivindicação e tomada de consciência de uma identidade angolana que deveria subscrever o qualificativo nacional. A manifestação deste sentimento de anseio pela liberdade justificou todos os actos desenvolvidos como forma de reivindicação. As influências da Negritude constituíam um ímpeto para a motivação e consolidação das iniciativas tomadas, embora ainda de modo

¹⁰⁰ *O Negro*, nº 1, 21 de Março de 1911. Citado por ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961 (Caminhos da memória)*, p. 80.

¹⁰¹ *O Eco d'África*, Folhetim nº 8. Citado por: *Ibidem*, p. 106.

incipiente, por corajosos activistas e críticos do regime colonial. Segundo Fernando Neves, as formas de manifestação de tais campanhas processaram-se «em três principais vias: a via cultural da Negritude ou Personalidade Africana, a via política das independências e do Pan-africanismo, a via revolucionária do socialismo científico-mundial»¹⁰².

Para os activistas angolanos, as influências destas vertentes do pan-africanismo tiveram aproveitamento político como fundamento para a orientação do projecto nacional em construção. Desta forma, o projecto da elevação da Negritude angolana beneficiou muito dos elementos gerais do despertar africano com a influência dos autores e activistas da África francófona e anglófona cuja tradição é muito anterior à dos angolanos. Neste sentido, é de notar que a revista *Presence Africaine* levou ao nascimento, em 1949, das seguintes edições: *Presence Africaine* (de que o primeiro volume foi o livro do missionário zairense Placide Temples, *La Philosophie Bantoue*), *Société Africaine de culture*, os Congressos Internacionais de Escritores e Artistas (1956 e 1959 em Roma), Festival Mundial das Artes Negras (Dakar, 1966), e o Colóquio sobre a Negritude (Dakar, 1971)¹⁰³.

As ideias nascentes não tardariam a formar uma ideia nacionalista profundamente enraizada na própria consciência construtivista de uma futura independência que, entretanto, no quadro da situação real vigente, não passava ainda de um sonho. Mas, no imaginário colectivo do homem angolano, a nação representava um conceito de comunidade de homens, um povo concreto, que deveria evoluir para constituir um Estado autónomo politicamente. Como observa Mário Pinto de Andrade, «o nacionalismo prolonga-se, porém, no quadro do Estado-nação já constituído com a deslocação do eixo prioritário para a defesa da independência e da afirmação da sua grandeza»¹⁰⁴ pelo que as pretensões angolanas fundamentavam-se, num contexto geral dos povos africanos, na ideia da instauração de um

¹⁰² NEVES, Fernando, *Negritude e Revolução em Angola*, Edições ETC, Paris, 1974, p. 15.

¹⁰³ Cf. *Ibidem*, p. 37.

¹⁰⁴ ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961 (Caminhos da memória)*, p. 14.

Estado como entidade independente a nível externo e sem superior internamente¹⁰⁵. O sentido de todas as revoluções posteriores haveria de buscar o seu suporte nas aspirações de uma identidade cultural que reforçaria a própria identidade nacional tão desejada.

Como referimos, em Angola os sinais da Negritude como veia cultural da defesa da legitimidade do ser e cultura indígenas eram cada vez mais manifestos. Vejamos a expressão deste pensamento: «o mundo negro é um dos elementos essenciais e fundamentais do mundo angolano, que, sem ele, nunca poderá realizar uma síntese válida de plenitude humana e cultural, respeito, no serviço e no diálogo intersubjectividades, em ordem à civilização africana e planetária»¹⁰⁶.

Em Angola, a Negritude teve profunda influência. Como corrente de pensamento no qual se inspiravam os movimentos angolanos anti-coloniais nascentes, a Negritude foi objecto de grandes obras de pioneiros escritores e literatos angolanos a partir da década de 1940. A formulação do conceito girava à volta de um pensamento eminentemente cultural. O modo de ser e todo o seu sentido político ou ideológico deve analisar-se à luz da *cultura negra*. É esta cultura que pretende elevar, afirmar e exhibir sendo que ela é a *alma negra* do africano. Por isso, com a Negritude procurou-se, antes de mais, reabilitar a personalidade negra. A Negritude foi, assim, definida por Léopold Senghor como «l'ensemble dês valeurs de civilization du monde noir, c'est-à-dire une certaine présence active au monde: à l'univers»¹⁰⁷.

O conceito que lhe era atribuído fundamentou-se na nomenclatura “negro”. Desta forma, Senghor procurou afirmar a importância da Negritude na história do homem actual ao defender que «la Négritude est aujourd'hui nécessaire au monde: elle est un humanisme du XX^e siècle»¹⁰⁸. Para o africanista, a Negritude permite à África Negra dar o seu contributo à

¹⁰⁵ Cf. CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Almedina, 1973, pp. 130-131.

¹⁰⁶ *I Colóquio para a Refontalização-Actualização do Cristianismo em Angola*, Lobito, Julho 1966. Citado por: NEVES, Fernando, *Negritude e Revolução em Angola*, p. 18.

¹⁰⁷ SENGHOR, Léopold Sédar, *Négritude et Civilization de l'Universel*, Éditions du Seuil, Paris, 1974, p. 69.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 70.

civilização universal. É com esta consideração que «c'est grâce à cês vertus de la Négritude que la décolonization s'est faite sans trop de sang ni de haine au sud du Sahara, qu'une coopération positive, fondée sur le dialogue et la réciprocité dès services»¹⁰⁹.

Neste sentido, defendeu-se que o negro tinha um passado, uma história, uma cultura e tradições próprias que fazem dele um ser humano e fundamentam a sua identidade. Sendo assim, e como se pode ler na teorização do seu significado, a Negritude já não só se referiu ao africano negro, mas a todo o negro quer esteja em África ou noutros continentes. É o que podemos entender na seguinte formulação: «a Negritude é um facto: uma cultura. É o conjunto dos valores – económicos e políticos, intelectuais e morais, artísticos e sociais – não só dos povos da África Negra, mas ainda das minorias negras da América, mesmo da Ásia e da Oceania»¹¹⁰. Assim, de um modo mais abrangente e objectivo do seu significado, para Senghor, a Negritude deve compreender-se como «o conjunto dos valores de civilização do mundo negro»¹¹¹ expressos na sua compreensão como «*une culture originale*»¹¹².

Historicamente, o movimento da Negritude nasce nos anos de 1930-1935 em Paris, por iniciativa de Léopold Senghor e Aimé Césaire¹¹³. Mais precisamente, como escreve Eduardo dos Santos, «no mês de Junho de 1932, em Paris, um grupo de sete jovens estudantes antilhanos, que se declaram sufocados por este mundo capitalista, cristão, burguês, socorrendo-se do marxismo e do Surrealismo, lançam o nº 1 da revista *Légitme Défense*, insurgindo-se contra todas as peias e interditos a que a sociedade ocidental sujeitava os negros e fazendo apelo à independência literária»¹¹⁴.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 75.

¹¹⁰ SANTOS, Eduardo dos, *Negritude e Luta pelas Independências na África Portuguesa*, Editorial Minerva, 1ª edição, Lisboa, 1975, p. 12.

¹¹¹ SENGHOR, Léopold Sédar, *Negritude et Civilization de l'Universel*, in *Presence Africaine*, Paris, Vol. XLVI, 2º trimestre, 1963, p. 10.

¹¹² *Ibidem*, p. 92.

¹¹³ Como refere Francisco Proença Garcia, a teorização do conceito da Negritude é atribuída a Jean-Paul Sartre. Cf. GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra: Moçambique 1964-1974*, p. 57.

¹¹⁴ SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 19.

Para a construção de um projecto literário negro que deveria afirmar também a sua autonomia face à literatura ocidental, foi direccionado um objectivo comum no qual confluíam várias ideias emergentes de africanos presentes nas universidades parisienses. Encontramos assim, dentre outras, as seguintes revistas: *L'Etudian Noir*¹¹⁵, *Chants d'Ombre* e *Hosties Noires*¹¹⁶.

Mas, como vimos atrás, a Negritude abraçou, além da forte vocação cultural que a gerou, a vertente de um manifesto político mais apregoadada e defendida pelo Pan-africanismo político, que convergir os dois movimentos no projecto da ascensão dos territórios africanos às independências políticas. Segundo o estudo de Eduardo dos Santos, reconhece-se a existência de dois momentos que, de algum modo, caracterizam-se pela euforia de todos os nacionalistas de cada um dos movimentos: «o momento das independências e o momento ulterior»¹¹⁷ nos quais se exaltam as ideias anteriores, ao mesmo tempo que se procura enveredar por uma via africana de desenvolvimento e emancipação. Nesta lógica, refere Eduardo dos Santos, o momento das independências «é de vitória, de exaltação e júbilo. É o momento da Negritude triunfante», enquanto a fase ulterior é de uma «Negritude serena que, do ponto de vista cultural, é o momento do retorno às fontes, do amor à África. Do ponto de vista político e económico, é o momento da exploração da vocação africana para o socialismo (...) [em que] o esforço dos líderes políticos irá encaminhar-se para a construção de um socialismo especificamente africano, seja de um socialismo espiritualista e teilhardiano de Senghor, seja de um socialismo comunocrático de Sékou Touré, seja de um consciencismo de Nkrumah, ou de um socialismo de Nyerere»¹¹⁸.

Neste sentido, a ideia do socialismo africano aparecia no quadro de uma construção progressista dos novos Estados africanos que deveriam

¹¹⁵ Editada por Aimé Césaire, Léopold Senghor e Léon Damas, que consideravam um jornal corporativo e de combate, tendo por objectivo o fim da tribalização do sistema clânico em vigor. Cf. SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 19.

¹¹⁶ Da autoria de Léopold Senghor.

¹¹⁷ SANTOS, Eduardo dos, *A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa*, p. 32.

¹¹⁸ SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 32.

adoptar um modelo euro-asiático sem, no entanto, perder a identidade africana. Isto seria uma africanização do socialismo definido com categorias africanas, mas que a diversidade cultural assente nos costumes e no passado histórico de cada Estado daria os seus elementos estruturantes.

Nesta ordem de ideias, para Léopold Senghor, as ideias objectivas sobre a via africana do socialismo devem basear-se no socialismo marxista¹¹⁹ tido como o modelo para construção de um regime do Estado que se ergue das políticas da dominação externa da qual deve diferenciar-se ideológica e politicamente.

6. A consciência nacionalista e a ideia de Estado em Angola

É evidente que o nacionalismo angolano e todas as formas da sua evolução, no tempo e na história do séc. XX, foram fundamentalmente a expressão de um sentimento de repúdio contra a dominação colonial no contexto político do Estado Português em África, a luta contra a supremacia dos ocidentais portugueses sobre a sociedade angolana e o controlo da vida política angolana pelas autoridades centrais portuguesas. Neste sentido, o nacionalismo dos africanos, de uma forma geral em África, nasceu e desenvolveu-se no âmbito do Estado colonial que impôs a sua forma de acção. A este respeito, Claude Ake considerou que:

«The colonial state in Africa was all-powerful and and arbitrary. It had to be because it was na occupying force. It gave itself rights over everything in the territory and the privilege of doing whatever it could to advance its purposes. For instance, it imposed taxes, redistributed land, instituted forced labor, decided where everyone could live, who should produce what and how»¹²⁰.

Deste modo, Ake entende que esta actuação de certa forma absolutista do Estado colonial veio constituir os fundamentos da ideia de uma missão

¹¹⁹ Cf. SENGHOR, Léopold Sédar, *Nation et voie africaine du socialisme*, Éditions du Seuil, Paris, pp. 54-56.

¹²⁰ AKE, Claude, *The Feasibility of Democracy in Africa*, Great Britain, 2003, p. 35.

civilizadora¹²¹. A partir dali, os fundamentos da consciência nacional ganharam forma com o reconhecimento dos direitos políticos e outros direitos fundamentais definidos pelo Estado colonizador, muitos destes vedados aos autóctones. Neste sentido, o nacionalismo que se formava em tal contexto era de facto um nacionalismo libertador que procurou defender as bases jurídicas assentes no direito da auto-determinação, mas que reclamava o cumprimento dos direitos do homem como parte dos objectivos políticos consagrados no direito internacional, reconhecidos a todo o ser humano. Neste contexto, os movimentos literários africanos e afro-americanos muito contribuíram para o assentamento do angolano nas suas tradições e na cultura dos seus antepassados, através das formas e expressões literárias que tocavam a alma africana.

Procurou-se reforçar a ideia da existência em Angola duma cultura própria com um processo histórico particular. Defendeu-se que esta cultura seria tipicamente africana e tinha que ser o fundamento de uma identidade angolano-africana. As formas de expressão desta identidade foram várias. Encontrámo-las nas literaturas nascentes, fundamentadas, como já fizemos alusão, nos conceitos de Pan-africanismo, Negritude, African Personality e Consciecism¹²², todos da formulação de estudantes africanos negros, provenientes de diversos territórios do continente.

Mas também pelas práticas e costumes tradicionais, os *sobados* africanos, em Angola, constituíram formas de expressão da identidade do ser angolano e dos seus sistemas de administração de carácter tradicional. É com estes fundamentos e neste âmbito que a Negritude foi recebida como movimento literário de reabilitação do ser negro, com profundo significado para os angolanos autóctones. Mas a formação de todos os movimentos nascentes em Angola e arquitectos de toda a ideologia africanista baseava-se na ideia da africanidade tida como a real identidade de qualquer negro. E neste sentido, Eduardo dos Santos afirma:

¹²¹ Cf. *Ibidem*, p. 36.

¹²² Cf., SANTOS, Eduardo dos, *A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa*, p. 9.

«A tese da africanidade tem conteúdo mais político e liga-se mais precisamente ao combate pan-africanista; a tese da negritude tem contexto mais cultural e, melhor que a anterior, pode servir a via africana do socialismo e o pan-africanismo, simultaneamente; o consciencismo é mais a explanação filosófica do conceito africano global, da personalidade negra, em ordem à solução exclusivamente africana dos problemas da descolonização e do desenvolvimento, e serve tanto o socialismo africano como o pan-africanismo»¹²³.

As elites angolanas procuraram assimilar aquelas ideias. Importa salientar que o angolano tinha consciência de uma identidade cultural própria, que o caracterizava como angolano-africano, fundamentada no seu ser negro-africano, embora não tivesse desenvolvido a ideia sólida de uma identidade nacional¹²⁴ de pertença exclusiva a uma parcela territorial de Angola. Deste modo, as elites angolanas e africanas em geral, tanto os activistas da Negritude como os do Pan-africanismo prendiam-se, inicialmente, na ideia da “cultura africana” gérmen da história dos antepassados.

Note-se, por exemplo que, no contexto da África portuguesa, nos anos de 1920-30, exigia-se do poder central metropolitano a descentralização administrativa de Angola no quadro da Nação portuguesa, como foi expresso: «não podemos deixar de acentuar (...) o propósito essencial do estreitamento das relações seculares de convivência nacional, que unem as duas raças, negra e branca, baseando-se numa sólida, real e positiva equiparação de direitos e deveres. Por isso, preconizamos a necessidade de reforma do Estado português, num sentido descentralizador e federativo, de forma que nele se integrem esses povos africanos com as suas características étnicas e na sua individualidade política própria»¹²⁵. Mas no que diz respeito a Angola, já no período da formação dos futuros movimentos angolanos mais

¹²³ SANTOS, Eduardo dos, *Ideologias Políticas Africanas*, Lisboa, 1968, p. 12.

¹²⁴ A ideia da identidade nacional é já um conceito com profundo significado político no qual se fundamenta a ideia da liberdade política e do direito da nacionalidade de determinando povo.

¹²⁵ SANTOS, Eduardo dos, *Ideologias Políticas Africanas*, p. 45.

organizados, como refere William Minter, são ainda, naquela fase, poucos os sinais que nos permitem ver quando as correntes anti-coloniais começaram também a reflectir a consciência de pertença a uma nação chamada Angola¹²⁶.

A década de 1950 trouxe novos cenários no hemisfério sul. Além de todas estas acções, como acabámos de ver, de acordo com Edmundo Rocha, neste ambiente, foram importantes as influências da «emancipação dos povos asiáticos, árabes e africanos»¹²⁷, precursores dos nacionalistas angolanos perante o problema colonial em geral.

Vários factores contribuíram para este despertar das ideias da consciência da angolanidade, bem como para a formação dos primeiros movimentos de luta contra o domínio externo: o aparecimento das elites intelectuais, a emigração de angolanos para os países vizinhos e a informação/comunicação com as massas populares¹²⁸.

O primeiro factor importante que contribuiu para esse despertar foi o aparecimento de elites de intelectuais angolanos¹²⁹, tanto no interior de Angola como na diáspora, que tomaram consciência da necessidade de lutar pela dignidade do homem, no seu próprio país, adquirindo assim uma consciência nacional, em Luanda, Lisboa e em Leopoldville ¹³⁰. Estas elites, embora nem sempre se inspirassem nos mesmos princípios, tinham objectivos comuns de se afirmarem e contestarem as políticas do regime colonial desafiando, assim, as instituições administrativas.

¹²⁶ Cf. MINTER, William, *Os Contrastes do Apartheid. As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*, edição do Arquivo Histórico de Moçambique, 1ª edição 1994, p. 112.

¹²⁷ ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, Dinalivro, Lisboa, 1999, p. 45.

¹²⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 45-46.

¹²⁹ De acordo com Mugur Valahu, «existia, é certo, alguns intelectuais angolanos, descontentes com a administração portuguesa, uns na prisão, outros exilados, embora provavelmente ninguém realizasse a extensão dos seus contactos com os líderes africanos cúmplices e com os dirigentes do bloco comunista». VALAHU, Mugur, *Angola, Chave de África*, Lisboa, 1968, p. 75. Por outro lado, John Iliffe sublinha o aspecto da instrução dos africanos (angolanos), especialmente dos jovens: «viam na educação uma forma de escaparem ao trabalho forçado nos campos e de conseguirem um emprego compensador». ILIFFE, John, *Os Africanos: História dum Continente*, p. 289.

¹³⁰ Cf. VALAHU, Mugur, *Angola, Chave de África*, p. 66.

Todavia, foi na sequência destas aspirações, e contribuiu para isso as grandes ideias emancipalistas que circulavam no exterior, que os grupos de estudantes angolanos em Portugal e em Paris constituíram espaços de reflexão e associações culturais, recreativas e de entreajuda, onde se discutiam temas da identidade africana e da crítica ao sistema fascista e colonialista¹³¹. Destas associações, as mais influentes apareceram em Portugal. Iremos referi-las mais adiante. Por agora, cabe-nos notar que as mesmas associações, por sua vez, davam continuidade a pequenas formas de protestos anti-coloniais que eram sobretudo de ordem cultural, desenvolvidas por brancos angolanizados, mestiços e negros assimilados em Luanda, que reclamavam uma identidade angolana. Em 1948 deram origem, sob a liderança de Viriato da Cruz, ao Movimento dos Jovens e Intelectuais de Angola¹³².

O segundo factor importante foi a fuga de muitos angolanos para os territórios vizinhos¹³³. Perante a dura situação da política colonial em Angola que incidia no trabalho forçado e na mão-de-obra barata, quase gratuita, obrigatória das massas rurais angolanas, com um recrutamento forçado¹³⁴, muitos angolanos procuraram sair do país. A política económica da década de 50, marcada pela modernização das infra-estruturas empresariais e a construção de infra-estruturas rodoviárias e industriais tinha aumentado o trabalho forçado dos indígenas.

A vida dos trabalhadores angolanos e das suas famílias enfrentava uma realidade difícil, vivendo-se a frustração da repressão portuguesa¹³⁵ dadas as poucas facilidades que havia de fugir ao contrato. A solução de inúmeras famílias passava por emigrar naquelas circunstâncias:

¹³¹ Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 69.

¹³² Cf. WRIGHT, George, *A Destruição de um País, a Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Editorial Caminho, Lisboa, 2001, p. 26.

¹³³ ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 56.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 56-58.

¹³⁵ Cf. ABSHIRE, David M. e SAMUELS, Michael A., *The Portuguese Africa, a Handbook*, p. 389.

«Para escapar ao contrato e fugir à miséria, observam-se desde os anos quarenta fortes correntes migratórias (...) para as minas do Sudoeste Africano (Namíbia), para a Rodésia do Norte (Zâmbia), mas sobretudo para o Congo Belga (Catanga e Leopoldville)», onde «as oportunidades de trabalho eram melhor remuneradas e em melhores condições, podendo mesmo prosperar como comerciantes, ter acesso às escolas (...). Esses angolanos, embora já social e culturalmente diferentes, continuavam a manter contactos com as suas terras de origem que visitavam ou voltavam a instalar-se já com um nível social diferente, elementos potencialmente subversivos e perturbadores, olhados com suspeita pelas autoridades coloniais e que viriam a ter um papel determinante na eclosão do movimento nacionalista, nos anos 59-61»¹³⁶.

Como veremos mais adiante, é possível compreender que as revoltas anti-coloniais procuraram afirmar-se na viragem da década de 50 para a década de 60. Segundo Mugur Valahu, «os portugueses ao falar da revolta insistiam no facto de ela ter sido importada, isto é, não haver nascido em território angolano, visto os chefes terroristas se encontrarem para lá das fronteiras»¹³⁷ angolanas.

Um terceiro fenómeno que contribuiu para o despertar da consciência nacionalista e anti-colonialista em Angola, foi a comunicação e a circulação da informação de propaganda, subversão e politização das massas populares. É evidente que as informações ajudam a formar opinião. E neste contexto, as diferentes vias de comunicação que os intelectuais nacionalistas adoptaram, como a circulação de panfletos, jornais e programas radiofónicos emitidos a partir do exterior (Congo ex-Belga, por exemplo), exerciam uma grande influência para as camadas sociais angolanas mais baixas.

Por outro lado, o contacto de angolanos que viviam no Congo ex-Belga com as populações angolanas do norte de Angola constituía um canal de circulação das informações de fora para o interior. Isto preocupava as autoridades coloniais e merecia a máxima atenção da PIDE que procurava

¹³⁶ ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, pp. 59-60.

¹³⁷ VALAHU, Mugur, *Angola, Chave de África*, p. 75.

evitar estes contactos a partir do momento em que este órgão do Estado colonial notou a regularidade de movimentos na fronteira entre o Congo e Angola. Na sequência desta constatação uma nota oficial, reconhecendo o perigo para a estabilidade interna angolana, referia a preocupação das autoridades nos seguintes termos:

«Elementos anti-portugueses residentes na República do Congo vêm procurando colher informações acerca do ambiente entre a nossa população indígena e, não é de pôr de parte a hipótese destas visitas servirem exactamente para esse fim, pelo que se acha, que embora não seja de boa política impedir essas visitas, as mesmas não devem ser encorajadas e quando forem inevitáveis, deve-se tomar os cuidados necessários para que elas não sirvam de pretexto à colheita de elementos que mais tarde serão empregados contra Portugal»¹³⁸.

Neste sentido, os nacionalistas angolanos continuaram a desempenhar uma intensa actividade de propaganda, principalmente a partir do Congo Belga (cidade de Leopoldville, hoje Kinshasa), depois da independência deste país em 1960. Vários apoios foram disponibilizados por este país aos grupos de angolanos. Por exemplo, o governo congolês dispunha diversos tempos de antena na Rádio Nacional do Congo que emitia programas da UPA¹³⁹ para Angola; contando depois, desde Setembro de 1960, com a fundação do jornal “A Voz da Nação Angolana” na mesma cidade, que era publicado em francês, português, kimbundu e kikongo¹⁴⁰ para as populações de Angola. Ainda a partir do estrangeiro, a Rádio Pequim, iniciou em Outubro de 1960, a emitir um programa em português para África¹⁴¹ que teve enorme influência de propaganda às populações africanas de Angola e de Moçambique.

A vigilância e o controlo do sentimento revolucionário pelas autoridades coloniais iria levar vários dos intelectuais angolanos às prisões

¹³⁸ AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 567/60-GU.

¹³⁹ Cf. *Ibidem*, INF. N° 631/61-GU.

¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, INF. N° 448/60-GU.

¹⁴¹ Cf. *Ibidem*, INF. N° 561/60-GU.

por motivos de ordem revolucionária, suspeitos de desenvolverem ideias nacionalistas. Destas prisões, entre as mais notórias, contam-se as de Agostinho Neto (1952, 1955)¹⁴² e, em 1960, as consequentes fugas de muitos dos seus contemporâneos para outros países em África e na Europa.

A comunicação através da imprensa de propaganda e da rádio a partir do exterior foi, como podemos ver, uma via rápida no contacto com todas as camadas sociais da população angolana até à diáspora. Mas, nesta tarefa de esclarecimento popular havia a dificuldade do analfabetismo principalmente das populações rurais. Apesar disso, os nacionalistas serviram-se da informação de propaganda para despertar nas mentes a consciência da revolução angolana e procurar evolver as massas populares nas campanhas revolucionárias que desencadearam o início da luta armada.

6.1. O movimento nativista e a formulação de um nacionalismo da população branca de Angola

As relações entre a população de origem europeia e os angolanos autóctones constituíram um dos problemas das divergências e tensões nacionalistas que se confrontaram com a questão comum aos dois grupos: o sentimento de pertença à terra. Por um lado, o movimento nativista dos angolanos autóctones coloca-se no lugar dos donos da terra, explorados e subalternizados por colonos; e, doutro lado, posicionam-se os angolanos filhos de colonos que têm a consciência de pertença à terra que os viu nascer e a ela ligados como terra pátria.

Se, efectivamente, atendermos ao conceito do nativismo, como foi desenvolvido e definido pelo movimento dos naturais e filhos da terra, definidos como angolenses, compreende-se uma acentuada diferenciação de ideais e objectivos. Assim, como refere Mário Pinto de Andrade, o nativismo aparece como uma «ideia projectiva e veiculada pelos letrados africanos

¹⁴² Cf. NETO, Agostinho, *Ensaio Biográfico*, Tomo II, Luanda, 2000, pp. 11-12.

desde os anos 80 do séc. XIX»¹⁴³ e passava a marcar uma ideologia autonomista e identitária virada para o futuro da emancipação dos africanos. Visto por esta perspectiva, o nativismo reveste-se, neste sentido, de um simbolismo psicológico que conferiria consistência às ideias e ao pensamento angolanos. Do ponto de vista conceptual, «o nativismo era o termo pelo qual o segmento intelectual dos filhos da terra exprimia o sentimento colectivo de ser portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e futura independência»¹⁴⁴. Foi na senda desta diferenciação que «na linguagem dos governantes, o nativismo designava a manifestação do espírito sedicioso do separatismo e do racismo anti-branco»¹⁴⁵.

Sendo consideradas as relações de poder dos Estados europeus sobre a África, o nacionalismo nascente no universo social da população branca comparado com o dos activistas autóctones só nalguns aspectos teve coincidência. A luta contra as estruturas do poder português não veio, porém, afirmar-se como factor de convergência entre os nativos autóctones e os nativos filhos de colonos. A consequência foi, por isso, a irrupção da guerra colonial de libertação nacional desencadeada pelos movimentos nacionalistas cujas sublevações vieram a ser encaradas pelos nativos brancos de Angola como uma guerra contra si e contra o Estado português, o que, expressamente, distanciou os objectivos de uns em relação a outros. Se os nacionalistas autóctones angolanos se insurgiram contra o poder colonial para o fim da ocupação, os brancos do movimento autonomista angolano posicionaram-se contra a decisão e a centralização do poder na metrópole lusa exigindo, deste modo, a autonomia de Angola, no sentido de reduzir o

¹⁴³ ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961*, p.110.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 110. O autor refere ainda que «o nativismo ou o movimento nativista foi notoriamente activo em Angola e em Cabo Verde. Entretanto, o mesmo sentimento foi bastante desenvolvido em Moçambique, pelo que se pode constatar com o semanário *O Emancipador* de Lourenço Marques». *Ibidem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 111.

peso do poder do governo sem, porém desencadear a ruptura com o Estado colonial¹⁴⁶.

Já o nacionalismo autóctone dos nativos originários da terra pode conceber-se como um nacionalismo independentista, que lutava pela libertação total expressa na nomenclatura dos respectivos movimentos constituídos para esse confronto¹⁴⁷; enquanto o nacionalismo branco dos nativos filhos de colonos caracterizava-se por ser um nacionalismo de cunho político e económico que reivindicava apenas uma larga autonomia da colónia angolana¹⁴⁸.

Segundo Fernando Tavares Pimenta, este nacionalismo defende o autonomismo leuco-angolano que corresponde ao momento histórico durante o qual a minoria branca angolana procurou conquistar um estatuto de autonomia política, administrativa e económica para Angola¹⁴⁹. Mas esta ideia não seria aceite pelos angolanos do movimento anti-colonial de libertação nacional que pretendiam a independência total, antes expressa sob várias formas culturais e poéticas pelos movimentos literários de que se destaca os movimentos Vamos Descobrir Angola¹⁵⁰.

Quanto aos objectivos políticos, embora a conjugação desses princípios parecesse difícil entre os autóctones e a elite de origem europeia, não é de ignorar que o carácter revolucionário da insurreição anti-colonial em Angola contou também com o contributo de um pensamento de autonomia política das camadas populacionais brancas, nomeadamente de intelectuais e grandes agentes económicos, que se mostravam cépticos com o sistema colonial centralizado, cujo poder derivava da máquina governativa de

¹⁴⁶ Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 77.

¹⁴⁷ Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano (Período de 1950-1964), Testemunho e Estudo Documental*, p. 63.

¹⁴⁸ As designações podiam variar entre colónia e província ultramarina, conforme as definições legais que eram consagradas de acordo com os estatutos e com as revisões constitucionais, ao longo do séc. XX.

¹⁴⁹ Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 78.

¹⁵⁰ Cf. SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de um Nação, um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*, Edições Kilombelombe, Luanda, 2008. Pp. 143-144.

Lisboa¹⁵¹. Este nacionalismo foi forjado por tensões da oposição entre a população branca de Angola e o governo metropolitano que implantou uma política de subordinação económica dos interesses da burguesia angolana aos da burguesia portuguesa, por um lado, e, por outro, a divisão da minoria branca em dois grupos antagónicos, entre os *velhos colonos* naturais de Angola e angolanizados, e os *novos colonos* recém-chegados depois de 1945¹⁵².

Uma vez que estes novos colonos obtinham privilégios quer na aquisição das melhores terras, muitas destas expropriadas aos antigos brancos, aos negros e mestiços, os brancos angolanizados protagonizavam acções de repúdio e revoltas contra a política centralizada em Lisboa pelo Acto Colonial¹⁵³ contra a defesa dos seus interesses. O clima que se gerou deste confronto originou uma antipatia e afastamento das novas iniciativas coloniais vindas da metrópole, conduziu a uma aproximação e colaboração de brancos naturais de Angola com as populações autóctones (negros assimilados e mestiços filhos de colonos) em defesa dos direitos comuns.

Esta aproximação a favor da mesma causa não evitou, porém, a que o nacionalismo branco angolano tivesse, segundo Tavares Pimenta, duas bases sociais fundamentais, constituídas pelos intelectuais (os que constituíam o estrato superior da *intelligentsia* colonial formada por estudantes, professores, jornalistas, escritores, profissionais liberais e todos os indivíduos que, possuindo um diploma liceal ou universitário se dedicavam a actividades do foro intelectual ou burocrática) e os patrões (que constituíam uma elite político-económica angolana)¹⁵⁴.

Entretanto, durante a década de 1950, o número da população branca imigrada de Portugal aumentou substancialmente, o que fez subir os investimentos e o crescimento económico¹⁵⁵ resultante do aumento de

¹⁵¹ Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 134.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, p. 78.

¹⁵³ Cf. ENDERS, Arnelle, *História da África Lusófona*, Inquérito, Mem Martins, 1994, p. 86.

¹⁵⁴ Cf. PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 120.

¹⁵⁵ Cf. WAALS, Ws van Der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, Rivonia, 1993, p. 40.

produção contando também com o investimento estrangeiro. Mas também, na sequência deste crescimento, verificou-se, em finais da mesma década, uma disputa entre a nova geração de empresários e uma geração mais antiga de velhos negociantes coloniais pelo controlo das direcções das associações económicas, nomeadamente da Associação Industrial de Angola¹⁵⁶.

Todavia, a situação evolvente no contexto do contributo dos angolanos brancos, tinha antes levado ao aparecimento, a partir da década de 1940, de certas organizações nacionalistas de pequena influência como a Frente para a Unidade de Angola (FUA), a Organização Socialista de Angola (OSA), que se propunham desenvolver ideais da promoção e da emancipação angolana, estimulando ao despertar da consciência nacional. Batiam-se contra o que consideravam ser um tratamento discriminatório aos antigos colonos e seus filhos considerados «brancos de segunda»¹⁵⁷. Importante é, no entanto, sublinhar o carácter inspiratório que aqueles movimentos deram aos intelectuais autóctones assimilados, quer mestiços quer negros, para a formação de ideias de um nacionalismo revolucionário, a partir dos anos 50¹⁵⁸.

No mesmo sentido, Edmundo Rocha destacou também o que considerou «o contributo notável de um número reduzido de portugueses e angolanos brancos que tentaram influenciar o processo libertador nos diferentes palcos onde evoluiu»¹⁵⁹, tendo originado a formação de vários movimentos autonomistas¹⁶⁰.

¹⁵⁶ PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 121.

¹⁵⁷ PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 129. É também a constatação de Armando Marques Guedes no seu depoimento em Lisboa, no dia 2 de Fevereiro de 2011. O académico é Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, na altura da entrevista.

¹⁵⁸ CAPOCO, Zeferino, *Origem do Nacionalismo Anti-colonial em Angola: Da Primeira Guerra Mundial à década de 1950*, in MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (Coord.) *Estratégia*, Vol. XIX, Lisboa, 2010, p. 500.

¹⁵⁹ Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano (Período de 1950-1964), Testemunho e Estudo Documental*, Lisboa, 1999, p. 255.

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 255-259.

Para Tavares Pimenta, «o autonomismo branco angolano precedeu o protesto dos filhos do país – o nativismo»¹⁶¹, pelo que as suas reivindicações podem também ter influenciado o amadurecimento do próprio movimento nativista em Angola. Neste sentido, Tavares Pimenta entende, diferentemente de Mário Pinto de Andrade, que «o nativismo surgiu como reacção dos núcleos coloniais angolanos ao centralismo metropolitano e expressou quer o desejo de autonomia, quer a exigência de maior intervenção na administração política e económica de Angola»¹⁶².

Por outro lado, como se questiona o autor, porquê que os brancos nacionalistas angolanos, no seu entender, foram excluídos da luta anti-colonial, em Angola? O ponto de análise não passa pela simples resposta à questão. Vários factores merecem uma análise mais objectiva, no âmbito da teoria e história dos movimentos nacionalistas quer europeus, quer africanos mais tardios.

Partindo da ideia que já salientámos no início deste estudo de que o nacionalismo procura exaltar e defender os valores da nação sobre quaisquer outros valores, é lógico concluir que estes valores, no caso angolano, não eram de todo comuns a angolanos nativos e portugueses ou angolanos de ascendência portuguesa, embora tivessem nascido em território angolano. Este é um ponto importante para formular um discurso do nacionalismo anti-colonial e revolucionário que combate a presença e domínio do elemento estrangeiro.

Nestes aspectos, como afirmou o Professor Armando Marques Guedes, o nacionalismo branco angolano «foi uma realidade que não teve tanta coesão como devia, porque é tributário de três coisas: primeiro, viveu numa conjuntura continental marcada pelo Apartheid; em segundo lugar, que todos os movimentos angolanos, porventura com a excepção da FNLA, viam no Brasil um exemplo claro a imitar, antes de independência; finalmente, que os portugueses de Angola eram considerados portugueses de segunda e

¹⁶¹PIMENTA, Fernando Tavares, *Os Brancos de Angola, Autonomismo e Nacionalismo 1900-1961*, p. 77.

¹⁶² *Ibidem*.

a própria legislação portuguesa levava a isso. E então eles queriam fazer uma independência porque eram subalternizados»¹⁶³.

6.2. *O papel dos intelectuais e dos movimentos literários*

O movimento nacionalista em Angola, além dos fundamentos pan-africanos, afirmou-se e foi-se consolidando através das formas literárias de escritores, ensaístas e poetas angolanos. Tratando-se, porém, de uma colónia onde o elevado índice de analfabetismo pouco permitia às populações das zonas rurais uma análise crítica da sua condição de vida, «o despertar nacionalista angolano conjugou-se com a reivindicação da identidade cultural angolana por parte também do chamado movimento de intelectuais mestiços»¹⁶⁴.

As primeiras décadas do séc. XX foram marcadas por uma imprensa controlada e dominada pelo poder político, que não deixava margem de acção aos jornalistas e intelectuais abordarem questões de cultura e identidade nacional contrárias ao discurso oficial. Mas as formas de manifestação das ideias foram sendo ensaiadas por aquelas camadas de letrados que «se associaram, sobretudo nas cidades de Luanda e Benguela, e na cidade de Lisboa, numa sinergia de tradição de oposição europeia e de construção da identidade angolana»¹⁶⁵. Seria na década de 1940 que os movimentos de escritores angolanos começaram a usar os meios literários para a circulação de ideias cívico-culturais e de carácter nacionalista, o que conduziu a uma formação de movimentos literários dos angolanos que procuravam exprimir os aspectos culturais assentes nas tradições angolanas.

Como foi referido acima, com efeito, Portugal continental foi palco de várias iniciativas neste sentido de actividades literárias desenvolvidas pelas camadas de estudantes oriundos das colónias portuguesas. Era ali que todos

¹⁶³ Depoimento Armando Marques Guedes em 2 de Fevereiro de 2011.

¹⁶⁴ GONÇALVES, António Custódio, *Tradição e Modernidade na (Re)construção de Angola*, p. 22.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

confluíam e partilhavam experiências, trocavam pontos de vistas sobre as realidades dos seus territórios de origem, o que lhes permitiu formar em conjunto as primeiras associações de interesses comuns. Procurou-se rebuscar as ideias pan-africanas dos primeiros movimentos pan-africanistas do Portugal¹⁶⁶ dos anos 1927/30, já com uma determinação mais elaborada, inspirada em diversos acontecimentos de carácter político dos vários países que já tinham alcançado a auto-determinação¹⁶⁷. O contacto dos estudantes africanos com os partidos e com os movimentos europeus que condenavam a presença europeia em África, dentre os quais os partidos comunistas e outros movimentos revolucionários opostos ao regime do Estado Novo, permitia, no caso particular dos estudantes angolanos, obter apoio moral e material, e absorver novas ideias que fundamentavam a importância de construir uma identidade nacional angolana.

William Minter salienta esse papel do factor externo como lugar onde alguns brancos e negros angolanos interagiam em torno das mesmas ideias. Para ele, «a angolanidade era discutida como identidade que podia ser assumida por alguns brancos, mestiços e africanos», referindo que dos angolanos «os poucos que partiram para Portugal e outros países para frequentar o ensino superior desempenharam um papel fundamental na consolidação da ideia da unidade nacional»¹⁶⁸.

Como em todo o desenvolvimento do nacionalismo africano, também no caso de Angola o factor externo dos estudantes angolanos instaurou desta forma um aprofundamento da questão colonial, deu aos nacionalistas maior determinação nas suas reivindicações, segurança nas ideias esclarecidas que se tornavam sensibilizadoras das camadas sociais angolanas que eram limitadas no pensar e na compreensão da sua situação. Também, por isso, à

¹⁶⁶ Cf. SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, pp. 126-127.

¹⁶⁷ A grande influência dos nacionalistas angolanos vinha das grandes correntes anti-coloniais dos países asiáticos já descolonizados, dos quais os mais importantes na altura, eram a Índia (1947) e a Indonésia (1945); e os de África, a Libéria (1847), Líbia (1949) e Egipto (1922). Cf. LARA, António de Sousa, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, p. 61-64.

¹⁶⁸ MINTER, William, *Os Contrastes do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*, p. 113.

semelhança do pan-africanismo em geral, o movimento nacionalista angolano ganhou maior vigor a partir da Europa, concretamente de Portugal¹⁶⁹ e França¹⁷⁰, sem, no entanto, se desligar da sua base territorial angolana.

A maior organização das posteriores frentes dos movimentos anti-coloniais só foi possível graças a esse factor externo que permitiu internacionalizar o problema angolano pelos próprios angolanos, nos seus contactos com os grandes movimentos que apoiavam a descolonização, em que mais tarde a acção das grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, viria desempenhar um papel crucial, no âmbito da Guerra Fria. A segunda parte da década de 50 veio revelar-se determinante primeiro, porque durante estes anos deu-se uma abertura que permitiu maior projecção¹⁷¹ de muitos intelectuais e, segundo, pela sucessão de grandes acontecimentos internacionais, marcados pela descolonização de diversos países africanos e asiáticos, que viriam constituir uma via alternativa a seguir cultural e ideologicamente.

No mundo socialista-comunista do sistema soviético, a transição de Joseph Staline para Nikita Khrushchev foi significativa na formulação de uma política soviética orientada para o Terceiro Mundo, aliciante aos novos movimentos de intelectuais. No caso de África, «Staline e todo o período da URSS durante o qual ele reinou representava para os patriotas africanos o exemplo quer da construção do socialismo realizada em condições de

¹⁶⁹ Portugal era o principal ponto de contactos entre os nacionalistas angolanos com outros grupos provenientes das outras colónias portuguesas africanas.

¹⁷⁰ Alguns nacionalistas angolanos, como Viriato da Cruz e Pinto de Andrade refugiaram-se em Paris, onde já se encontravam vários estudantes angolanos que formavam o chamado «grupo de Paris», onde se destacaram Marcelino dos Santos, Aquino de Bragança, Edmundo Rocha, que prosseguiram estudos nas Universidades francesas, em Paris, num clima de grande contacto e aprofundamento do marxismo. Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 114.

¹⁷¹ Os angolanos Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Manuel Lima participaram em Paris, em 1955, na I Conferência dos Escritores Africanos. Em 1958, vão a União Soviética, com Viriato da Cruz, participar na Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos; e a delegação chinesa convida Mário e Viriato a visitar a China, sendo o primeiro contacto com a revolução chinesa, onde participaram numa Conferência de Escritores do Terceiro Mundo. Em 1959, participam activamente no Segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Roma. Cf. *Ibidem*, p. 116.

subdesenvolvimento, quer da intransigência frente às potências colonialistas»¹⁷². Deste modo, os africanos viam nesse regime o modelo para a construção de uma identidade cultural e política para os seus territórios.

As consequências práticas desta tendência também foram visíveis, uma vez que tinham a ver com as influências sobre os africanos do «modo de pensar stalinista, e que se num primeiro estágio, esse pensamento, devido à sua rigidez e ao seu poder de certeza os seduziu e até mesmo os auxiliou a adquirir rapidamente alguns princípios de acção, algumas bases doutrinárias, teve também como consequência deixá-los desarmados, tanto no plano da análise dos dados especificamente africanos, como ao nível das perspectivas de luta»¹⁷³ no prosseguimento da revolução contra a dominação colonial que se prolongou depois das independências.

Entretanto, a morte de Joseph Staline, em 1953, permitiu a ascensão ao poder na União Soviética de Nikita Khrushchev que se tornou secretário do Partido Comunista Russo. Se Staline governou com um certo autoritarismo e centralização das políticas comunistas, Khrushchev optou por uma política de destalinização da União Soviética¹⁷⁴ e introduziu reformas mais liberais no seio do socialismo comunista. Foi graças ao novo regime instaurado por Khrushchev que a União Soviética direccionou com maior abertura a sua aposta ao Terceiro Mundo, longe de qualquer hesitação em declarar-se a favor do derrube do sistema colonial, posição que atraiu a atenção aos revolucionários angolanos que se inspiravam no regime soviético.

Numa maior concertação afro-asiática com a União Soviética, em 1955, que viabilizava os objectivos estratégicos deste último bloco, o colonialismo do Ocidente foi definido como uma prática contrária aos direitos fundamentais do homem, como afirma Van Der Vaals: «the Afro-Asian bloc, in concert with the Soviet Union, pushed through a resolution condemning

¹⁷² BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Vol. I, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1981, p. 23.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 24.

¹⁷⁴ Cf. BARADAT, Leon B., *Political Ideologies, their Origins and Impact*, 6th edition, 1997, p. 224.

all forms of colonialism which they deemed to be a denial for fundamental human rights and a violation of the United Nations Charter»¹⁷⁵.

Em Portugal, os estudantes angolanos criaram espaços para a realização de actividades culturais apostando numa estratégia de reforço das relações de amizade dos diversos grupos vindos da África portuguesa em geral, e foi importante a acção de Amílcar Cabral, da Guiné portuguesa. Neste clima de iniciação cultural e política, surgiu o centro de grande importância, que apareceu como resultado de contactos entre os jovens africanos de várias colónias: a Casa dos Estudantes do Império fundada em 1944¹⁷⁶, por Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos¹⁷⁷. A Casa apareceu como espaço de estudo e de reflexão sobre os problemas africanos, onde se discutiam ideias de identidade africana através de expressões literárias e de poesia africana, em ordem a encontrar mecanismos de projecção.

À sombra das iniciativas literárias, manifestadas em obras poéticas ou em prosa, havia fortes ideais que circulavam com carácter de propaganda política. Várias associações culturais aparecem nos grandes centros urbanos, procurando afirmar-se como espaços de recreações e actos de cultura locais. Neste ambiente, destaca-se o movimento cultural “Vamos descobrir Angola”, em 1948. Como observa Carlos Serrano, este movimento «constituiu-se num postulado e mesmo numa posição política de jovens intelectuais da época em relação à negação sistemática dos valores do povo angolano ou das nações angolanas pelo colonialismo»¹⁷⁸.

Na sequência destas importantes iniciativas, apareceu também o Centro de Estudos Africanos, em 1951, em Lisboa, onde foi exaltado o

¹⁷⁵ WAALS, Ws van der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, p. 44.

¹⁷⁶ Segundo Edmundo Rocha, a Casa dos Estudantes do Império teve origem na Casa dos Estudantes de Angola, fundada em 1943, em Lisboa, que reunia estudantes angolanos na sua maioria filhos de grandes colonos e de altos funcionários destacados naquela colónia. Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 78.

¹⁷⁷ AN/TT, Arquivo Salazar, AOS/CO/UL – 32A1. Regista-se neste documento uma contradição da data da fundação da Casa, indicando-se o ano de 1949, quando Edmundo Rocha indica o ano de 1944. Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁸ SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de uma Nação, Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*, p.143.

sentimento de redescoberta do “Eu Africano”, o Clube Marítimo Africano, em 1954, que veio exercer uma importante ajuda em abrir canais de comunicação com os vários grupos nacionalistas em Luanda e no Lobito¹⁷⁹. É a génese da formação de um nacionalismo que se pretende erguer e tem-se como ideal, na procura de um discurso coerente e autêntico, formador da identidade nacional angolana.

7. O espírito da Conferência de Bandung e o debate do problema colonial nas Nações Unidas

O problema da dominação colonial pelos poderes europeus tornou-se mais activo na segunda metade do séc. XX e despertava a atenção de toda a sociedade internacional dividida em dois pólos: dum lado, o Ocidente que exerce um poder de hegemonia global e do outro o mundo não ocidental que reclamava os seus direitos de liberdade. Na tentativa de contrariar a hegemonia ocidental, o acto político mais importante realizado pelos países emergentes do bloco sul foi a Cimeira de Bandung. No panorama internacional, a Conferência de Bandung teve uma grande importância histórica e alcance político de decisiva afirmação dos países asiáticos que a lideraram, em solidariedade com a África.

Os signatários manifestaram o seu repúdio contra a hegemonia e o domínio do Ocidente e a Conferência constituiu-se como uma «expressão à escala universal da tomada de consciência da sua eminente dignidade pelos povos de cor; [que proclamou] a morte do complexo de inferioridade»¹⁸⁰. De África, foram convocados para a conferência os Estados africanos independentes na altura e alguns que se encontravam em fase de transição para a independência.

A Conferência realizada em Abril de 1955, na cidade de Bandung, na Indonésia, foi o primeiro acto político de carácter internacional fora do

¹⁷⁹ Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 96.

¹⁸⁰ COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA, *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*, 1º Vol., p. 48.

âmbito ocidental das grandes potências e constituindo-se como um acontecimento que «marcou o aparecimento do Terceiro Mundo como unidade ideológica»¹⁸¹. Pela primeira vez, os países asiáticos discutiram as questões relacionadas com a unidade política das novas soberanias com vista à busca de soluções para equilibrar o poder ocidental. A mesma Conferência significou ainda a expressão política de solidariedade com a África que apesar do seu atraso político lutava pela sua emancipação total.

No entanto, em 1955, ano da Conferência, a África subsariana não tinha nenhum território descolonizado. As soberanias africanas no continente reduziam-se a 6 países todos do norte de África, três dos quais se tinham tornado independentes à data da Conferência. Foram, portanto, estes seis países que se fizeram representar em Bandung e alguns observadores dos países em vias de descolonização. Esses países foram: Egipto, Etiópia, Libéria, Sudão (em transição para a independência), a Líbia e o Gana (não independentes à data).

Mas a participação da África na Conferência de Bandung não foi além de uma simples presença de observação, tendo em conta que, primeiro, dos 29 países presentes, o continente teve uma representatividade quase nominal¹⁸², sem uma expressão forte nas sessões, excepto o Egipto liderado por Nasser, cuja intervenção se deslocou dos assuntos africanos em geral para os problemas do mundo árabe¹⁸³; segundo, a Conferência deu pouca atenção à real situação africana, embora as pretensões de África e a questão dos territórios sob o domínio colonial fossem apoiadas e debatidas no contexto universal de condenação do imperialismo colonial do Ocidente. Com efeito, os líderes asiáticos exprimiram o desejo e a vontade de ajudar a África, em acto de solidariedade, para deste modo acelerar o processo da sua autodeterminação.

Pelo seu carácter político, a Conferência de Bandung mostrou-se como um desafio ao mundo ocidental na medida em que condenou a presença

¹⁸¹ GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra – Moçambique 1964-1974*, p. 54.

¹⁸² Cf. SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 135.

¹⁸³ Cf. *Ibidem*, p. 136.

européia em territórios ultramarinos e ao mesmo tempo como manifestação política soberana do Terceiro Mundo. Esta posição motivou os movimentos nacionalistas a um maior empenho na luta pela sua causa.

Os principais objectivos discutidos na cimeira de Bandung podem resumir-se nos seguintes termos: «fomentar a boa vontade e a compreensão entre as nações da Ásia e África, estudar e favorecer os seus interesses mútuos e comuns para estabelecer e promover a amizade e relações de boa vizinhança. Examinar os problemas que interessam especialmente aos povos da Ásia, por exemplo, os problemas que afectam a soberania nacional como o racismo e o colonialismo. Apreciar a posição da Ásia e da África e a dos seus povos no mundo contemporâneo, bem como a contribuição que eles podem dar ao fortalecimento da paz e cooperação internacional»¹⁸⁴.

A originalidade do evento consistiu não só pelo facto de ter sido a primeira conferência que reuniu com maior determinação as soberanias terceiro-mundista, mas principalmente por ter produzido o documento que continha a Secção dos Direitos do Homem e Autodeterminação onde também se afirmava a valorização, a adesão à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e ainda mencionava-se o dever de todos os povos libertados ajudarem os povos dependentes a alcançar a sua soberania¹⁸⁵. Deste ponto de vista, Bandung representou, sem dúvida, um manifesto político bem determinado na definição da construção de um eixo do Terceiro Mundo relativamente ao problema das relações entre o Ocidente e o resto do mundo.

No entanto, a URSS não tardaria a tirar o aproveitamento político que Bandung imprimiu na esfera internacional: «entre 18 de Novembro e 21 de Dezembro de 1955, Bulganine e Krutschev visitaram os países do Sudoeste Asiático a fim de ali celebrar a “tomada de consciência de uma terceira força neutralista e anti-colonialista” (...) pois se constituiu, assim, no instrumento

¹⁸⁴ COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA, *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*, 1º Vol., p. 48.

¹⁸⁵ Cf. *Ibidem*.

de que a URSS passou a dispor para penetrar em África, materializando uma estratégia já de há muito definida»¹⁸⁶.

De facto, neste sentido, a reacção das Nações Unidas foi na mesma linha de pressionar o fim do colonialismo e, deste modo, legitimava a acção revolucionária dos grupos independentistas. Assim, «empenhada em idêntico propósito e preconizando os mesmos princípios, a Organização das Nações Unidas (ONU) questionava os seus Estados membros com responsabilidades de administração de territórios africanos»¹⁸⁷, aos quais foi pedido apresentar relatórios todos os anos sobre o estado da evolução dos povos. Também por isso, os movimentos nacionalistas de África que viam as suas exigências apoiadas pelas deliberações do Conselho de Segurança¹⁸⁸ empenhavam-se em colocar na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas o problema da dominação colonial. Nestas condenações da ONU às políticas coloniais portuguesas em África, a resolução 312, de 4 de Fevereiro de 1972, veio reafirmar «o direito inalienável dos povos de Angola, Moçambique e Guiné (Bissau) à autodeterminação e independência (...) e reconhecia a legitimidade da sua luta para realizar esse direito».

Numa visão jurídica internacional, como referiu Truyol y Serra, «si el siglo XIX había establecido algunos principios generales del derecho internacional de la colonización, la segunda mitad del siglo XX, en cambio,

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 49.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 53.

¹⁸⁸ A *Resolução 180* de 31 de Julho de 1963, do Conselho de Segurança, dispunha, entre outras directivas, o seguinte: «2. Afirma que as políticas de Portugal, ao pretender que os Territórios sob sua administração são «territórios ultramarinos» e parte integrante de Portugal metropolitano, são contrárias aos princípios da Carta e às resoluções pertinentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança; Reprova a atitude do Governo português, as suas violações repetidas dos princípios da Carta e a sua recusa persistente em aplicar as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança; 4. Determina que a situação nos Territórios sob administração portuguesa está a perturbar gravemente a paz e segurança em África; 5) Insta urgentemente Portugal ao seguinte: a) reconhecimento imediato do direito dos povos dos Territórios sob a sua administração à autodeterminação e independência; b) cessão imediata de todos os actos de repressão e retirada de todas as forças militares e outras forças actualmente utilizadas com esse propósito; c) promulgação de uma amnistia política incondicional e estabelecimento de condições que permitam o funcionamento livre de partidos políticos; d) negociações com base no reconhecimento do direito de autodeterminação, com os representantes autorizados dos partidos políticos no interior e no exterior dos Territórios, tendo em vista a transferência de poder para instituições políticas livremente eleitas e representativas dos povos, de acordo com a resolução 1514 da Assembleia Geral».

se há preocupado por formular lo que bien podemos denominar un derecho internacional de la descolonización, [cujo] principal instrumento habrá sido la Organización de las Naciones Unidas»¹⁸⁹.

No que se refere ao problema estritamente angolano, a defesa da soberania portuguesa foi expressa, como referem Wheeler e Pélissier, na reafirmação de posições perante a onda de condenação generalizada¹⁹⁰ e na aposta ao controlo do surto de insurreições internas. Mas perante esta realidade, também a determinação de Salazar era evidente e constituía para todo o regime do Estado Novo uma firmeza política para fazer face à intensificação das revoltas nacionalistas em Angola.

Salazar defendia que a unidade do Estado português com o Ultramar do seguinte modo: «sejam quais forem as dificuldades que se deparem no nosso caminho e os sacrifícios que se nos imponham para vencê-las, não vejo outra atitude que não seja a decisão de continuar. Esta decisão é um imperativo da consciência nacional que eu sinto em unísono com os encarregados de defender lá longe pelas armas a terra da Pátria. Esta decisão é-nos imposta por todos quantos, brancos, pretos ou mestiços, mourejando, lutando, morrendo ou vendo espedaçar os seus, autenticam pelo seu martírio que Angola é terra de Portugal»¹⁹¹.

Esta política do regime tinha também provocado reacções e denúncias de Grupos universitários em Coimbra que procuraram dar um contributo para desmistificar a situação de guerra em Angola, tendo sugerido várias propostas para que se faça uma análise rigorosa de um problema cuja responsabilidade era nacional¹⁹² da qual se exigia uma resolução imediata. Assim, os Grupos universitários de Acção Patriótica propunham cinco

¹⁸⁹ SERRA, António Truyol y, *La Sociedad Internacional*, Alianza Editorial, Madrid, p. 85.

¹⁹⁰ Cf. WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, Réne, *História de Angola*, 1ª Edição, Lisboa, 2009, p. 275.

¹⁹¹ SALAZAR, Oliveira, *Posição portuguesa em face da Europa, da América e da África*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1959, p. 6; Citado por GARCIA Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 82.

¹⁹² Cf. INFORMAÇÃO Nº 1039/61-GU, sobre Tomada de posição sobre o problema angolano. Veja o documento em anexos 1/53.

condições¹⁹³, das quais a 3ª referia a importância de «organizar-se uma Frente Nacional que empreenda o estudo das condições de descolonização assegurando os contactos com as correntes e organismos»¹⁹⁴ de modo a encontrar medidas políticas adequadas. É ainda de referir o carácter simbólico não menos importante de uma carta ao Doutor Oliveira Salazar da Associação dos Jovens do Ministério do Trabalho da República de Cuba¹⁹⁵, de 13 de Fevereiro de 1962 que condenava «la inhumana repressão colonial en Angola», o que demonstrava já a atenção que o problema angolano despertava na sociedade cubana dos anos 60.

A determinação da permanência no Ultramar e de manter uma política própria para Angola e para as restantes colónias em África constituía um dos princípios fundamentais da política externa do Estado Novo. Era um objectivo nacional a ser salvaguardado, em todos os sentidos, no contexto diplomático das relações de Portugal com outros Estados e instituições internacionais.

Do lado africano, uma onda de solidariedade em prol da luta contra o colonialismo e o imperialismo¹⁹⁶ passou a constar dos instrumentos jurídicos africanos como projecto político continental de pôr fim às sequelas dos poderes coloniais em alguns territórios. Para dar resposta àquelas aspirações, os governos africanos ensaiaram a instituição de uma organização continental de unidade. Nascia assim a OUA (Organização de Unidade Africana) criada em 25 de Maio de 1963, na cimeira de Adis-Abeba (Etiópia) pelos Estados africanos independentes.

Esta nova Organização continental feita pelos países recém-descolonizados afirmava claramente no preâmbulo da respectiva Carta «preservar e consolidar a independência duramente conquistada, bem como a soberania e integridade territorial dos nossos Estados, e para lutar contra o neo-colonialismo em todas as suas formas»¹⁹⁷. Foi expressa a adesão aos

¹⁹³ Cf. *Ibidem*, anexos 1/55.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ Cf. Anexo 3.

¹⁹⁶ Cf. Art. 2.º da Carta da OUA.

¹⁹⁷ Preâmbulo da Carta da OUA.

princípios do direito internacional constantes da Carta da ONU e consagrados na nova Carta Africana como fundamento da legitimidade soberana dos Estados, afirmando «a igualdade soberana de todos os Estados-membros; não ingerência nos assuntos internos dos Estados; respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado e para o seu direito inalienável de existência independente; solução pacífica de controvérsias por meio de negociação, conciliação, mediação ou arbitragem»¹⁹⁸.

O surgimento da OUA deu esperança ao nacionalismo angolano em consolidação, uma vez que cimentou os alicerces do pan-africanismo político dos Estados independentes. Estes constituíam-se como espaços quer do exílio político, quer do apoio material e moral dos movimentos nacionalistas angolanos em formação.

8. A formação dos movimentos de libertação nacional

Vimos que o nacionalismo anti-colonial, mobilizador das massas populares quer nas zonas rurais, quer nas áreas urbanas em Angola começou a formar-se no princípio dos anos 50 do séc. XX. Mas é na década posterior onde, realmente, passam a afirmar-se, como veremos adiante, movimentos de libertação nacional a colocar claramente a hipótese de se instaurar o Estado angolano recorrendo, para esse ideal, a várias acções de guerrilha, como reacção violenta contra o colonizador.

Deste modo, para J. Pedro Capitão, «o nacionalismo angolano nasceu de dois movimentos: a resistência popular ao invasor que expropriava as terras, obrigava ao pagamento do imposto de soberania e impunha à população trabalhos forçados que levava a novas revoltas; e a acção política levada a cabo por intelectuais que denunciavam o roubo e a pilhagem coloniais»¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Art. 3.º da Carta da OUA.

¹⁹⁹ CAPITÃO, J. Pedro, *O Problema Colonial (notas para uma tomada de posição)*, Edição de Assírio e Alvim, 1974, p. 129.

Mais consistente nas ideias e nas acções contra o regime colonial, o nacionalismo angolano passava das formas anteriores de manifestações literárias e culturais para a formação de movimentos de luta com o recurso à força armada e ao uso das tácticas de guerrilha contra as forças de segurança e defesa do Estado colonial.

Assim, dos movimentos nacionalistas emergentes nesse período, em Angola e a partir do exterior, vários não sobreviveram acabando por se fundir para melhor se fortalecerem. Neste trabalho analisamos três destas organizações que se afirmaram como movimentos de libertação nacional que desencadearam a luta armada para a independência nacional, lutando para a criação do Estado em Angola: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e mais tarde, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

A formação destes movimentos foi marcada inicialmente por influências de ordem tribal, criando assim constrangimentos à sua unidade interna, tanto no seio do MPLA como da FNLA. No início dos anos 60 o problema da unidade causou muitas vezes a crise de liderança e divisões internas nestes movimentos o que, de certa forma fragilizava a sua acção e credibilidade.

Para a FNLA, por exemplo, Holden Roberto condenava assim o problema: «o tribalismo é um grave transtorno no meio daqueles povos que sendo um só desejam emancipar-se, libertar-se do jugo de estranhos. Havendo separatismo, levantando-se tribo contra tribo, o governo português é levado a crer que em Angola não existe patriotismo, que Angola é um simples aglomerado de tribos, chegando a afirmar que se não fosse Portugal continuaríamos a matar-nos uns aos outros»²⁰⁰.

Por esta razão, Holden Roberto mostrava a sua determinação em enfrentar a questão tribal, em ordem à sua erradicação no seio da organização. Assim, anunciava a sua vontade de «acabar com o espírito de separatismos e tribalismo porque prejudica a união dos povos. Angola

²⁰⁰ AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 448/60-GU.

constitui e deve constituir para nós um único povo. Nós lutamos por essa Angola e não por uma tribo»²⁰¹.

Por seu lado, o líder do MPLA Mário Pinto de Andrade, condenou também o problema da falta de unidade de acção entre os vários movimentos anti-coloniais. Numa conferência de imprensa que concedeu aos jornalistas em Leopoldoville, em Maio de 1962, defendia a necessidade de unir acções desenvolvidas pelos nacionalistas de diversas organizações, e como estratégia explicava tal objectivo do seguinte modo:

«O ponto essencial da nossa política interna continua a ser a procura constante da unidade de acção entre as diversas organizações nacionalistas de Angola combatente. É um facto estabelecido hoje que o MPLA nunca poupou os esforços para a criação duma frente comum de formações políticas. Em cada fase importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação, lançámos apelos com o fim de realizar a unidade dos nossos movimentos»²⁰².

Na mesma linha, o boletim semanal *Vida ou Morte*, órgão de propaganda do MPLA, lançava o seguinte apelo aos angolanos empenhados na corrente nacionalista:

«Os nacionalistas devem compreender que a persistência no seu seio, neste momento, de questões de natureza tribal, ideológica, religiosa ou racial, só beneficia o inimigo, só pode reforçar as posições do colonialismo português. Os angolanos dificilmente conseguirão obter vitórias decisivas quer no campo militar ou político contra um inimigo organizado que dispõe de grandes alianças, de um poderoso aparelho de violência física e de pressão das ideias, se não se apressarem a compreender que a unidade, a formação de uma frente nacional sólida que reúna numa ampla união todos os partidos e movimentos nacionalistas, constitui a sua maior força, aquela que o colonialismo mais teme e receia»²⁰³.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² AN/TT, Arquivo Salazar, 4ª sub. AOS/CO/UL-30D. Veja a estratégia delineada nesta conferência de imprensa em anexo 4.

²⁰³ *Ibidem*, (Boletim Semanal do MPLA Nº 8 – 13 de Outubro de 1962).

Para os nacionalistas angolanos, as divergências regionalistas e partidárias marcaram assim toda a guerra colonial, quer afrontando-se uns contra os outros, quer todos contra o governo colonial até ao período da descolonização, com o prosseguimento da guerra civil angolana, depois da independência, quando todas as tentativas da construção da paz tinham resultado em autêntico fracasso.

1. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). A formação dos grandes movimentos nacionalistas estruturados e organizados que instauraram a guerra colonial de libertação nacional de Angola ganhou maior projecção a partir de 1960, quando aparece um MPLA organizado, e quando a UPA de Holden Roberto se transformou em FNLA, em Março de 1962²⁰⁴. Com a fundação destes dois grandes movimentos e com a entrada em acção das campanhas subversivas por eles intensificadas, a partir de 1961, tinha começado a revolução anti-colonial que instaurou uma crise definida como início de terrorismo em Angola²⁰⁵. Também a partir dali, o projecto da criação do Estado em Angola em Angola entrava numa fase decisiva do seu amadurecimento. Tinham desaparecido da história outras associações ou se fundiram com outras organizações nacionalistas anteriores que se mostravam claramente incapazes de enfrentar o colonialismo de modo coordenado e organizado, com um carácter verdadeiramente revolucionário.

A fundação do MPLA situa-se na década de 1950, mas com uma data discutida e sobre a qual não há consenso, entre vários autores, quanto ao ano em que, realmente, o movimento aparece na história. Mas, de acordo com Mário Pinto de Andrade, «o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), foi criado em 1953. Em Dezembro de 1956, os dirigentes do PLUAA e de outras organizações, apelaram em manifesto, à formação de

²⁰⁴ Cf. AN/TT, Arquivo Salazar, INF N° 352/62-GU.

²⁰⁵ HUIBREGTSE, Dr. P. K., *Angola, The Real Story*, p.32.

uma ampla fusão dando origem ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)»²⁰⁶.

Mas a tese da fusão de vários movimentos nacionalistas para a formação de um único movimento mais amplo como o MPLA tem em conta a associação do PLUA com organizações como o MINA (*Movimento para a Independência de Angola*), o PCA (*Partido Comunista Angolano*), a CFPCP (*Comissão Federal do Partido Comunista Português*), a CLIP (*Comissão de Luta contra o Imperialismo Português*), a gente da *Angola Negra* e da *Mensagem*²⁰⁷. A data oficial da fundação do MPLA, o ano de 1956, encontra objecções²⁰⁸, tanto quanto as que se levantam em relação ao lugar²⁰⁹ da sua fundação. O certo é que o Movimento Popular de Libertação de Angola apenas aparece com maior notoriedade a partir de 1961, data em que se dá o ataque do 4 de Fevereiro em Luanda.

À semelhança de outros movimentos anti-coloniais, a grande preocupação dos dirigentes e militantes do MPLA foi o problema da unidade interna. A nível da sua projecção no exterior, a preocupação consistia em fortalecer, com diversos apoios, o movimento recém-formado e vemos que já,

²⁰⁶ ANDRADE, Mário de, *Liberte pour l'Angola*, Paris, 1962, p. 16.

²⁰⁷ MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*, Edições ASA, Lisboa, 2007, p. 27; Veja também: CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, p. 53.

²⁰⁸ Vários historiadores, dos quais Edmundo Rocha e Carlos Pacheco, discutem sobre a data indicada (10 de Dezembro de 1956) ou simplesmente o ano de 1956 como data da fundação do MPLA. Afirma-se que o movimento resultou da fusão do PLUAA com outros movimentos para criar um «amplo» movimento nacionalista. Cf. PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*, 1ª edição, Vega, Lisboa, 2000, pp. 63-73; ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, pp. 130-137. Em a *História do MPLA*, lê-se: «a diversificação de organizações e associações políticas empenhadas na luta para a libertação do país, como podemos verificar, responde a uma estratégia delineada a partir de 1956. (...) Em 10 de Dezembro de 1956, na cidade do Porto, teve início o julgamento de Agostinho Neto e dos seus companheiros do MUD-Juvenil, o que dá lugar, a 8 de Janeiro de 1957, a um apelo do jornal do Partido Comunista Francês L'Humanité: «salvemos os 52 jovens democratas portugueses» e, a 29 de Dezembro, à publicação de uma moção de solidariedade para com os detidos no *Avant Garde*». Para maior aprofundamento, veja: COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 1º Volume (1940-1966), Edição CDIH, Luanda, 2008, pp. 100ss.

²⁰⁹ Os mesmos historiadores discutem sobre o lugar da fundação do movimento, entre Conackry, Argel e Angola. Mas vários documentos referem Conackry como cidade onde estava o Quartel General do MPLA, de onde viria a ser transferido para Leopoldville (Congo Belga) e dali para Brazaville (Congo Francês), no princípio da década de 60. Cf. Autores citados, *Ibidem*.

em 1960, alguns dos seus representantes foram convidados a participar nas “Jornadas de Solidariedade pela libertação das colónias portuguesas”, em Moscovo, as quais foram levadas a efeito pelos dirigentes soviéticos²¹⁰.

Depois dos acontecimentos de 1961, o MPLA foi-se consolidando quer como partido, quer na sua acção militar de subversão que nenhum outro movimento jamais lhe foi superior. Começou a impor a sua influência, desenvolvendo a sua actividade nas cercanias de Catete, tentando expandir-se para o sul e leste; enquanto a UPA continuava a acção subversiva no norte de Angola²¹¹. Estudos militares portugueses indicam que, em 1962, a área de guerrilha era limitada pela linha geral, nas localidades de Noqui, Lufico, Bessa, Monteiro, Quicabo, Úcua, Camabatela, Mucaba e Maquela do Zombo²¹², com maior incidência de operações na região dos Dembos. Em finais de 1965 e princípios de 1966, aproveitando as divisões no seio da FNLA, o MPLA começou a actuar também nalgumas regiões mais a sul da zona norte de Angola. A guerrilha tendia a expandir-se para o sul, ameaçando a estrada do café, Luanda-Uíje por Caxito que, no entanto, não se chegou a concretizar²¹³.

Entretanto, o MPLA, em finais de 1965, é impedido de utilizar o território do Zaire. Esta situação obrigou-o a transferir, em princípios de 1966, parte das suas tropas e material do Congo ex-Francês para a Zâmbia, deixando uma força significativa na fronteira de Cabinda e deixando também uma acção de pouco vulto em Catete, no norte de Luanda. Com esta transferência, o MPLA ficava com dificuldades acrescidas, pois aumentava a sua linha de comunicações²¹⁴.

Desde meados da década de 1960, o MPLA consolidava posições e tornava-se o movimento independentista a colocar-se relativamente melhor na cena nacionalista angolana. A independência da Zâmbia contribuiu para

²¹⁰ Cf. AN/TT, Arquivo Salazar, AOS/CO/UL – 32A1.

²¹¹ Cf. FELGAS, Major Hélio, *Alguns aspectos dos acontecimentos no norte de Angola*, in Revista Militar, nº 11, p. 110.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ Cf. *Ibidem*.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 111.

a sua expansão, uma vez que permitiu «abrir uma frente no leste do território [angolano], onde, em Fevereiro de 1966 desenvolve a primeira acção armada, no Moxico, alastrando ainda a guerra à região do Cuando Cubango»²¹⁵ continuando, em 1968, a infiltrar-se em vários outros distritos, a nordeste de Angola, na Lunda, a oeste e no Bié, em 1969²¹⁶.

A Organização aparecia como um movimento firme e melhor estruturado na sua ideologia revolucionária já de cariz comunista, que compunha as razões e objectivos dispostos num «programa mínimo»²¹⁷ que definia uma orientação da acção revolucionária e guerrilheira. O horizonte ideológico pauta-se nos ideais de luta pelo direito de liberdade²¹⁸ e esta não poderia ser dissociada da luta pela instauração do Estado. Com este ideal do Estado, o MPLA definiu, consequentemente, um «programa maior»²¹⁹ que

²¹⁵ CARDOSO, Pedro (Dir.), *Atlas da Lusofonia – Angola*, Editora Prefácio, Lisboa, 2004, p. 46.

²¹⁶ Cf. *Ibidem*.

²¹⁷ Neste programa mínimo consagrava-se: a) Criação urgente de uma Frente Angolana de Libertação que agrupe uma larga união de todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas (...); b) Continuar a luta por todos os meios, para a liquidação da dominação colonial em Angola, de todos os vestígios do colonialismo ou do imperialismo, pela independência imediata e completa da pátria angolana (...); c) Aliar-se a todas as forças progressistas do mundo e conquistar a simpatia e o apoio de todos os povos à causa da libertação do povo angolano. Cf. NEVES, Fernando, *As Colónias Portuguesas e o seu Futuro, Elementos para uma análise-revolução da estrutura colonial-portuguesa*, Edições ETC., Paris, 1974, pp. 130-131.

²¹⁸ Todo o movimento revolucionário em Angola e de modo geral em África definiu a ocupação colonial como opressora e privativa das liberdades e direitos fundamentais dos povos subjugados.

²¹⁹ Neste programa estavam consagrados, entre outros, os seguintes princípios:

Nº 1 sobre a *Independência imediata e completa*: Liquidação em Angola e por todos os meios do domínio colonial português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas; a soberania do Estado angolano deverá pertencer inteira e unicamente ao povo angolano, sem distinções de etnia, de classe e de sexo, de idade, de tendências políticas, de crenças religiosas e de convicções filosóficas;

Nº 2 sobre a *Unidade da Nação*: garantir a igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e a ajuda fraterna entre si; Interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano; (...);

Nº 3 sobre a *Unidade Africana*: solidariedade total para com todos os povos africanos que lutem pela sua independência completa contra o colonialismo e o imperialismo, e em particular para com os povos e movimentos políticos que lutem contra o colonialismo português. (...);

Nº 4 sobre o *Regime Democrático*: (...); Regime republicano, democrático e laico para Angola; (...); a Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado; a Assembleia do povo de Angola elaborará a primeira constituição política da República de Angola;

traduzia claramente as aspirações de que o futuro Estado teria um governo formado pelos filhos da terra em defesa da independência e da unidade angolana, cujos princípios viriam figurar na primeira Lei Constitucional que veio ser adoptada aquando da proclamação da independência nacional, em 1975. Quanto à unidade nacional, a palavra de ordem residiu no slogan «um só povo, uma só nação»²²⁰ de Cabinda ao Cunene.

A ideia da luta pelo direito de soberania e pelo poder político, como vimos, foi visivelmente catalisadora de todas as acções e iniciativas do MPLA que, por todos os meios, procurava consolidar a sua projecção e conhecimento a nível interno e externo como movimento nacional independentista que representava a causa angolana.

No exterior, os dirigentes deste novo movimento haviam tido muitos contactos com os partidos comunistas: em Portugal, com o Partido Comunista Português (PCP), contando com o contributo de Álvaro Cunhal, contanto com o contributo de Álvaro Cunhal, e na União Soviética, com o

Nº 5 sobre a *Reconstrução económica e desenvolvimento da produção*: Desenvolvimento por fases e planificação da economia de Angola; Transformação de Angola num país economicamente independente, industrial, moderno, próspero e forte; (...); Exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país; (...); Criação do Banco do Estado e da moeda nacional. Evitar a inflação e estabilizar a moeda nacional; (...);

Nº 6 sobre a *Reforma Agrária*: Aplicar uma Reforma Agrária que liquide as injustiças existentes em relação à propriedade rural, que liquide o monopólio particular privado da produção de géneros agrícolas, que contrarie a desnacionalização do solo angolano e que realize o princípio: a terra para aqueles que a lavram; Nacionalização das terras dos adversários do movimento popular pela independência imediata e completa de Angola, dos traidores e dos inimigos provados do Estado angolano independente e democrático; (...); Salvaguarda dos direitos conquistados pelos camponeses no decurso de luta popular pela independência de Angola.

Nº 7 sobre *Política Social de Justiça e de Progresso*: o Estado deverá proteger os direitos dos trabalhadores e dos camponeses, e de todas as camadas sociais que defenderem activamente a independência de Angola, soberania e a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país. (...);

Nº 9 sobre a *Defesa Nacional*: (...), Interdição de bases militares estrangeiras no território nacional;

Nº 10 sobre a *Política exterior independente e pacífica*: Estabelecer e manter relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não-ingerência dos negócios interiores, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica; Respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas, Não adesão a qualquer bloco militar. Cf. Programa do MPLA, in NEVES, Fernando, *As Colónias Portuguesas e o seu Futuro, Elementos para uma análise-revolução da estrutura colonial-portuguesa*, pp. 130-137; QUINTINHA, Santana, *O Terrorismo e os Partidos Subversivos no Ultramar Português*, Lisboa, 1973, pp. 257-328.

²²⁰ CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, p. 36.

Partido Comunistas Russo, e ainda com vários regimes da Europa de Leste²²¹.

Os ideais nos quais se inspirava o MPLA caracterizavam-se, internacionalmente, pela consolidação da doutrina partidária e, ao que tudo indica, era também o movimento que ganhava maior credibilidade internacional, pelos desempenhos de militantes como Mário de Andrade, Paulo Teixeira Jorge, o próprio Agostinho Neto, entre outros. Porém, em alguns círculos africanos, ainda era a FNLA que gozava desse prestígio, pois quando os governos africanos criaram o Comité Coordenador para a Libertação de África, com a nomeação de uma “Missão de Bons Ofícios” para reconciliar os movimentos angolanos e avaliar a situação no terreno, a mesma comissão tomou nota da divisão política no seio do MPLA, da ausência de uma organização militar do movimento, tendo concluído, por isso, que a FNLA deveria ser ajudada como único movimento realmente em luta contra o colonialismo português²²².

2. A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). É, dentre os movimentos nacionalistas angolanos, o movimento que aparece primeiro na materialização de revoltas anti-coloniais em Angola, que no início teve outras designações. Entretanto, a FNLA teve várias transformações, quer na sua estrutura e organização interna, quer no seu plano ideológico. O contexto cultural que deu origem à formação do movimento derivou de diversas formações tribais apegadas às tradições do seu passado. No norte de Angola, mais concretamente na região do actual Mbanza-Congo, constituíram-se algumas associações como NGUIZAKO-A-NGUIZANI e ALIANZO que defendiam ideais monárquicos²²³ cujos objectivos eram a restauração do antigo reino do Congo. A acção destas associações criou bases para a formação da FNLA mais institucionalizada.

²²¹ Vários autores (Edmundo Rocha, George Wright, Carlos Pacheco, entre outros) descrevem estes contactos do MPLA com os partidos comunistas europeus como uma “mais valia” nos esforços da sua inserção na ideologia comunista.

²²² Cf. AN/TT, Arquivo Salazar, 4ª sub. AOS/CO/UL-30D.

²²³ Cf. WEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, pp. 244-245.

Como movimento nacionalista de luta anti-colonial, a FNLA teve a sua origem na União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), uma organização que reunia aquelas associações sob um fundo ideológico da revitalização do reino, cuja fundação foi atribuída a Barros Nekaka, tio do futuro líder do movimento Holden Roberto. A FNLA aparece em meados da década de 1950, na República Democrática do Congo. No entanto, o líder do movimento foi aconselhado a criar uma organização com identidade nacional, que mostrasse um envolvimento nacionalista de luta para a defesa de todo o território angolano, evitando assim equívocos tribais e para dar credibilidade da organização no exterior, bem como unificar as suas forças numa única frente nacional de libertação para apressarem a independência do país²²⁴. Por isso, Holden Roberto decidiu mudar o nome da organização, em 1958, que de UPNA passou a chamar-se UPA (*União dos Povos de Angola*). A UPA era pois o principal grupo nacionalista estruturado e projectado a nível internacional, valendo-se da influência do seu líder nos meios políticos internacionais africanos, antes mesmo dos diversos grupos nacionalistas que antecederam o MPLA.

Mas o nascimento de um movimento independentista com a sigla FNLA só aparece em 1962 como refere um comunicado da PIDE de 5 de Abril desse ano que anunciava a fusão de dois grupos. O documento dizia: «consta que os representantes da UPA – União dos Povos de Angola e do PDA – Partido Democrático de Angola, anunciaram no dia 29 de Março de 1962, numa conferência de imprensa realizada em Leopoldoville, a formação de uma frente comum a que deram o nome de FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola»²²⁵.

A fusão destas duas organizações nacionalistas aparecia, assim, como uma estratégia de luta em torno dos mesmos objectivos políticos para fazer frente às forças dominantes, com um maior envolvimento na luta, procurando garantir maior credibilidade no plano interno angolano. A partir

²²⁴ Cf. AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 352/62-GU. Informação sobre a fundação da FNLA, 29 de Março de 1962. Veja o documento em Anexo 2.

²²⁵ AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 352/62-GU.

de Leopoldville, nos objectivos políticos desta nova FNLA constava o projecto político orientador da acção do movimento, que se propunha a defender o projecto do Estado em Angola:

«Orientar a luta pela independência nacional de Angola, numa base de colaboração fraterna entre todas as etnias de Angola, respeitando os princípios democráticos e a integridade territorial do país; e, adoptar a política de não-alinhamento e não adesão, como princípio básico da política exterior do governo com a plena reafirmação (...) em colaborar com todos os países que respeitem a sua soberania (...) interessados na manutenção da paz mundial»²²⁶.

Como é óbvio, o manifesto aumentou as preocupações do Governo português em defesa da unidade do império em África de que Angola constituía uma parcela fundamental. Em 1963, a FNLA infiltrou, através da fronteira norte, material e combatentes e conseguiu melhorar a sua organização militar, começando a definir-se mais claramente as suas principais zonas de influência. Mas nos anos seguintes, 1964 e 1965, a tropa colonial portuguesa desenvolveu várias acções através de operações de grandes proporções, conseguindo, deste modo, reduzir progressivamente as acções de guerrilha. Nesta fase, os movimentos dos guerrilheiros angolanos utilizavam já armas sofisticadas, lança-granadas anticarro de elevado calibre e minas anticarro, e reagiam frequentemente à penetração nas zonas de refúgio.

Na sequência dos acontecimentos, em 1966, registaram-se grandes dissidências no seio da FNLA, causando a divisão do movimento, o que de certo modo enfraqueceu a sua direcção. O grupo dissidente liderado por Jonas Savimbi, formou, uma nova organização de luta para a independência de Angola. Nascia, deste modo, a UNITA, que a seguir passaremos a analisar. Mas, a FNLA enfrentava outros desafios. Embora instalada também na Zâmbia desde 1964, a organização de Holden Roberto não foi

²²⁶ Le Corrier D'Afrique, 31 de Março e 1 de Abril de 1962.

capaz de se impor na frente leste de Angola, conforme foram capazes os seus rivais da UNITA e do MPLA, limitando-se a uma acção incipiente na região da Lunda, que visava a companhia de exploração de diamantes de Angola (Diamang)²²⁷.

3. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) surgiu como a terceira organização nacionalista em Angola, que teve uma acção importantíssima na cena da guerra colonial de libertação nacional. É, dentre todos os movimentos nacionalistas angolanos, a mais recente formação independentista a emergir na história da revolução anti-colonial em Angola. É também uma organização política cujas origens se situam no interior de Angola, desde o início, com pouca projecção internacional. Mas convém analisar o contexto que levou ao aparecimento deste movimento, para tentar enquadrar o lugar que veio ocupar na história do processo da criação do Estado.

O fundador da UNITA foi Jonas Malheiro Savimbi que começou a sua vida nacionalista militando na UPA/FNLA, depois de ser aconselhado a aderir a esta organização em 1961, por Jomo Kenyatta e Tom Mboya²²⁸. Fora secretário-geral e ministro dos negócios estrangeiros no GRAE²²⁹, depois de ter estudado Ciência Política na Universidade de Lausanne, na Suíça. O problema da divisão interna da FNLA/GRAE, que se acentuara devido ao desentendimento de liderança, bem como o diferendo com Holden Roberto, levou Savimbi a demitir-se do cargo e a abandonar a organização, num acto simbólico de grande importância política perante numerosos líderes africanos.

Como refere Jorge Valentim, para a sua saída da FNLA, Jonas Savimbi escolheu o momento oportuno para formalização da sua ruptura com Holden Roberto: «na altura da realização da Conferência da OUA, a nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Julho de 1964, demitiu-se e,

²²⁷ Cf. *Ibidem*.

²²⁸ WAALS, Ws van Der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, p. 51.

²²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 39.

perante esta instância, apresentou uma declaração muito crítica contra o presidente da FNLA e do GRAE, o senhor Holden Roberto»²³⁰. Em virtude das más relações no interior do GRAE, Jonas Savimbi procurou descrever, no acto da sua demissão, a situação que, para ele, não encontrava um caminho seguro²³¹ para resolver o problema da libertação de Angola, e argumentava que «as forças divididas impedem a mobilização da massa angolana»²³² o que segundo ele causava o fracasso da luta de libertação.

O problema da divisão entre os nacionalistas, de certo modo já antigo, foi interpretado por Jorge Valentim que vê nelas a ingerência dos factores externos marcados pela «luta de influência entre os Estados Unidos da América, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a República Popular da China, e a outra era a situação de incapacidade dos próprios nacionalistas angolanos de identificarem os seus interesses fundamentais, nomeadamente a unidade dos Movimentos de Libertação, a condução correcta da luta dentro do país, pondo à disposição deste toda a ajuda recebida»²³³.

Quanto a Jonas Savimbi reflectiu, naquelas circunstâncias, sobre a falta de uma organização nacionalista oriunda do sul do país, entendeu que todos os movimentos estavam concentrados, activamente, no norte e representavam aquelas populações, deixando o sul de fora. Para ele, as tribos do sul: Ovimbundu, Tchokwe, Nganguela, Nhaneca-Humbe e Herero, que representavam a metade da população angolana, tinham ficado fora da luta²³⁴ contra o colonialismo, uma vez que não estavam representadas na arena nacionalista, pelo que defendia que era necessário «criar o nosso próprio movimento, étnica e politicamente, representativo»²³⁵.

²³⁰ VALENTIM, Jorge, *1954/1975 Esperança: Épocas das Ideias de Independência e Dignidade*, Editorial Nzila, Luanda, 2005, p. 107.

²³¹ Cf. Declaração de Jonas Savimbi no Cairo, in *Ibidem*, p. 108.

²³² *Ibidem*.

²³³ VALENTIM, Jorge, *1954/1975 Esperança: Épocas das Ideias de Independência e Dignidade*, p. 126.

²³⁴ Veja: WAALS, Ws van Der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, p. 108.

²³⁵ PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*, p. 139.

Além disso, não havia nenhuma outra organização nacionalista em Angola onde Savimbi pudesse aderir depois da ruptura com a FNLA. Por outro lado, a exigência que Jonas Savimbi fizera ao MPLA de integrar o órgão directivo do movimento parece revelar a sua ambição pelo poder e, deste modo, seria incompatível, tão cedo, com o clima divisionista já reinante entre alguns dos dirigentes deste movimento, pelo que Savimbi foi rejeitado.

Para dar solução ao problema, Jonas Savimbi lançou-se a uma campanha preparatória que incluía uma vasta digressão pela Europa de Leste com visitas a Checoslováquia, Bulgária, Hungria; Coreia do Norte e Vietname e vários países africanos²³⁶. Visitou a China, em 1965 e ali conseguiu receber formação e apoios. Desenvolveu uma formulação própria anti-soviética, terminou os estudos na Suíça, e regressou a Angola. Aliava-se com Tony da Costa Fernandes e outros dissidentes da FNLA, com quem se retirara para a Tanzânia e Zâmbia²³⁷, onde se prepararam para um novo desafio de luta. Estavam lançadas as bases que levaram à fundação da UNITA, proclamada em 13 de Março de 1966, numa conferência²³⁸ realizada na localidade de Muangai, no centro-sul de Angola. No cenário revolucionário em que aparece, o objectivo era a constituição de um novo partido político, cuja ideologia e métodos de luta fossem diferentes dos

²³⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 106-107.

²³⁷ Veja: WAALS, Ws van Der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, p. 108. Savimbi, depois da sua demissão da FNLA, juntou mais onze companheiros, entre os quais Samuel Tchiwale, com quem procedeu à constituição e proclamação da UNITA, feita no dia 13 de Março de 1966, no Muangai, uma pacata localidade no interior de Angola. Cf. VINÍCIOS, M. e SALDANHA, M. J., *Jonas Savimbi, um desafio à ditadura comunista em Angola*, 2ª edição, edições Armasilde, Amadora, 1977, p. 24.

²³⁸ Na conferência foram adoptados os seguintes princípios ideológicos: 1) Para levar a bom termo as lutas de libertação nacional, devemos contar essencialmente com as nossas próprias forças (...) Queremos significar que não fazemos depender a nossa luta dum auxílio eventual do estrangeiro, porque o auxílio do estrangeiro é necessariamente aleatório e sem garantia; 2) Fazemos uma guerra do povo, fundada numa mobilização total e sistemática dos camponeses guiados por um partido revolucionário (...); 3) (...) No contexto actual de Angola, estamos convencidos que só existe uma alternativa: a luta popular armada para a libertação nacional como única solução para os problemas do colonialismo português; (...); 5) Ensinar todos os membros do partido a necessidade de se juntarem ao povo que vive no interior do país, como única solução para a ineficácia e dispersão das forças dos outros movimentos de libertação de Angola (...). Cf. NEVES, Fernando, *As Colónias Portuguesas e o seu Futuro, Elementos para uma análise-revolução da estrutura colonial-portuguesa*, pp. 141-152.

outros dois movimentos de libertação²³⁹ já existentes em Angola, nomeadamente, o MPLA e a FNLA. Jonas Savimbi aparece com um discurso libertador e defensor do Estado tornando-o “totalmente independente” do poderes externos.

Desde o início, Jonas Savimbi e a sua Organização mostraram-se hostis ao MPLA que passaram a atacar com regularidade, no leste de Angola, em disputa das áreas de influência. Neste sentido, o aparecimento da UNITA em Angola criou duas implicações: por um lado, causou uma fragmentação das forças nacionalistas já existentes e actuates, e, por outro lado, significou também séria ameaça com a sua identidade própria ao poder colonial e aos outros movimentos no interior de Angola. Desta forma, começava a eterna rivalidade entre os líderes nacionalistas angolanos, confronto que presidiu à génese da guerra civil no período pós independência em Angola.

As divergências que tomaram a forma de um conflito armado no problema angolano, quer das acções nacionalistas, quer da via independentista não está isenta de influência ideológica, o que demonstra o carácter marginal da questão tribal no processo da construção do Estado em Angola. Como veremos no terceiro capítulo deste trabalho, a questão ideológica jogou um papel crucial, não só em Angola, mas em todo o processo da formação política da África pós-colonial. De certo modo, o fortalecimento ideológico-doutrinal das políticas adoptadas pelos movimentos nacionalistas angolanos proveio da ligação destes aos grandes regimes e poderes influentes na política internacional, onde as grandes potências disputavam a penetração no terceiro mundo.

9. O contributo das Igrejas cristãs e dos movimentos proféticos angolanos

²³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 140.

Politicamente, o ideal do Estado nacional em Angola desenvolveu-se em várias etapas onde, além dos movimentos independentistas, as Igrejas desempenharam um papel²⁴⁰ importante para a formação da consciência nacional. Desde o período da presença missionária, Angola era predominantemente uma região cristã, cuja religião penetrou através do ensino desenvolvido por missionários em várias comunidades urbanas e rurais. As origens históricas da missionação situam-se no princípio da expansão portuguesa, no séc. XV, e registaram várias fases das quais se destacam a missionação católica europeia e a acção evangélica protestante americana e europeia.

Depois da chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire, que contactou pela primeira vez o rei do Congo, a missionação chegava ao mesmo reino, no norte de Angola, onde foi implantada a Diocese do Congo e Angola, mais precisamente na cidade de S. Salvador, actualmente, Mbanza Kongo²⁴¹. Neste início da missionação, «a actuação da Igreja Católica nas terras onde os portugueses chegaram com a sua cultura andou sempre relacionada com as actividades políticas, económicas, sociais e religiosas da metrópole»²⁴².

Considerando que a colónia aparecia como extensão do país colonizador, a Igreja reflectia o modelo de origem²⁴³, sujeita também aos condicionalismos do ambiente político da potência ocupante. Foi nesta perspectiva que a Igreja Católica²⁴⁴ passou a desempenhar, nos séculos

²⁴⁰ Sobre o papel das Igrejas Cristãs, veja: COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 1º Volume (1940-1966), pp. 41ss.

²⁴¹ Cf. MATUMONA, Muanamosi, *Cristianismo e Mutações Sociais, Elementos para uma Teologia Africana da Reconstrução*, SEDIPU, Uíje, 2005, p. 34; PEDRO, A. M., *As Missões Ultramarinas*, Sociedade de Geografia, Lisboa, 1970, pp. 21-23; Veja ainda: BRÁSIO, A., *História e Missiologia*, Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1973, pp. 164-243.

²⁴² GARCIA, Francisco Proença, *op. cit. Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 260.

²⁴³ MATUMONA, Muanamosi, *Cristianismo e Mutações Sociais, Elementos para uma Teologia Africana da Reconstrução*, p. 36.

²⁴⁴ Para maior aprofundamento do contributo das Igrejas na formação do Nacionalismo Angolano leia-se: NEVES, António Manuel dos Santos Sousa, *Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola 1989-2002*, (Tese de Doutoramento), Universidade Lusófona, Lisboa, 2011, pp. 173-186. O autor destacou o papel das Igrejas e a sua relação com o poder político colonial, analisou o papel das missões católicas e

posteriores, um papel fundamental, na criação e formação das populações locais através das missões católicas no quadro da evangelização e expansão missionárias²⁴⁵, com maior ênfase a partir do séc. XIX.

No século XX, dá-se o aparecimento crescente de paróquias, nas cidades e missões no interior de Angola, crescimento que levará à criação de Dioceses, a partir de 1940, aquando da elevação, nesse ano, da Arquidiocese de Luanda e de Nova Lisboa²⁴⁶, actual cidade do Huambo. O fenómeno religioso ia assim aumentando e, ao mesmo tempo, forjava uma «elite de africanos de formação ocidental, em parte graças à actividade dos missionários»²⁴⁷ em todo o território.

Neste sentido, a Concordata assinada entre a Santa Sé e o Estado Português, em 7 de Maio de 1940 e a publicação do Estatuto Missionário a 5 de Abril de 1941²⁴⁸ deram um grande impulso à actividade da missionação em Angola e nas outras colónias portuguesas em África, sendo que aqueles documentos resolviam as difíceis relações entre a Igreja e o Estado instauradas com a implantação do liberalismo e agravadas com a República²⁴⁹, desde 1910.

A resolução daquelas querelas resultava num maior envolvimento dos missionários portugueses e diversas congregações religiosas²⁵⁰ que incidiam, entre outras tarefas, na conversão dos indígenas ao Catolicismo e no ensino e alfabetização das populações nativas. A aproximação da hierarquia católica com o poder político era pautada naqueles documentos oficiais considerados importantes para legitimar toda a actividade missionária com base nos mesmos diplomas. Assim:

protestantes, dando maior relevância à acção da Igreja Católica e as vicissitudes por que passaram muitos missionários suspeitos e presos pelas autoridades coloniais. Cf. *Ibidem*.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 33.

²⁴⁶ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Anuário Católico do Ultramar Português*, 1964.

²⁴⁷ ILIFFE, John, *Os Africanos, História dum Continente*, p. 202.

²⁴⁸ Veja: Decreto-Lei nº 30207, de 5 de Maio de 1941.

²⁴⁹ Cf. GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 260.

²⁵⁰ Cf. SANTOS, Martins dos, *A História de Angola através dos seus personagens principais*, Lisboa, 1967, p. 410.

«O Estado Português garantiu à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade na esfera da sua competência. As Missões Católicas que eram consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador ficaram com a liberdade de expansão para exercerem formas de actividades que lhes eram próprias, nomeadamente para fundar e dirigir escolas, e os missionários, não sendo funcionários do Estado, eram considerados como pessoal em serviço especial de utilidade nacional e civilizadora»²⁵¹.

A Igreja Católica, favorecida pelo apoio recebido do Estado colonial, iria naqueles termos, desenvolver uma intensa acção pastoral em Angola, dominando com elevada exclusividade as rotas da missionação do norte ao sul. Na sua tese de doutoramento, António Neves diz mesmo que «a Igreja Católica, com o Acordo Missionário e o Estatuto Missionário, enquanto instituição, ficou muito colada ao Governo Português e tinha mesmo responsabilidades atribuídas e apoiadas que implicavam lealdade no desempenho de certas funções. Era óbvia, neste contexto, a sua missão de ajudar a perpetuar o regime colonial de Portugal»²⁵².

De modo peculiar, as Missões revelaram-se como importantes centros de instrução das populações angolanas, o que iria constituir, principalmente, a partir das décadas de 1940 e 1950 um factor de esclarecimento popular em relação à questão colonial. Neste sentido notava-se, segundo Eugénia Rodrigues, que «os valores da doutrina social da Igreja como a justiça, a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a caridade, o amor ao próximo adequavam-se por inteiro às críticas dos intelectuais nativos à situação colonial e legitimavam as suas reivindicações. Estes valores, coincidentes, na sua maioria, com os direitos naturais decorrentes do pensamento laical,

²⁵¹ Veja: Art. 2º da Concordata; Art. 2º do Estatuto Missionário; Art. 15º do Acordo Missionário; Art. 80º do Estatuto Missionário; citados também por: GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, pp. 261-262.

²⁵² NEVES, António Manuel Santos de Sousa, *Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola 1989-2002*, (Tese de Doutoramento), p. 171.

adquiriam um carácter mais globalizante e imperativo quando defendidos por uma religião que se pretendia universal»²⁵³.

A par daquele importante papel da missionação em Angola sublinha-se o aparecimento de sacerdotes e missionários autóctones que também assumiam tarefas de evangelização, muito influentes junto das populações locais, exprimindo-se na língua local e conhecendo bem a cultura de origem. Deste modo, estes missionários de ascendência angolana foram influentes no quadro do nacionalismo nascente. Numerosos nacionalistas angolanos passariam pelas missões ou escolas católicas no decurso dos seus estudos e promoção humana, quer de carácter religioso quer de âmbito meramente intelectual.

No entanto, com o irromper da guerra colonial, na década de 1960, muitos dos sacerdotes católicos angolanos irão mesmo lançar-se na campanha de forma discreta, enquanto outros estarão na base da formação da opinião pública das populações através das pregações nas igrejas, como por exemplo, o padre Joaquim Pinto de Andrade, que de acordo com Edmundo Rocha, «as suas homilias na Sé de Luanda eram ansiosamente frequentadas, pois abordava os problemas sociais (...), aspectos políticos, denunciando situações de injustiças gritantes geradas pelo colonialismo»²⁵⁴. Assim, muitos padres angolanos com simpatias nacionalistas constituíam o chamado «grupo dos católicos»²⁵⁵ que compreendia os nomes como o Cónego Franklin da Costa, Alexandre do Nascimento, Vicente J. Rafael e outros que, como referimos, em Junho de 1960 foram presos pela PIDE, suspeitos de fazerem parte do MPLA²⁵⁶.

Noutro aspecto, a situação de Moçambique não diferia muito daquela que se passava em Angola. Ou seja, a Igreja que na ordem política ficara identificada com o poder colonial, após o Concílio Vaticano II, durante a

²⁵³ RODRIGUES, Eugénia, *A Geração Silenciosa. A Liga Nacional Africana e a Representação do Branco em Angola na Década de 30*, Edições Afrontamento, Porto, 2003, p. 178.

²⁵⁴ ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 110.

²⁵⁵ Cf. *Ibidem*, p. 111.

²⁵⁶ *Ibidem*.

guerra procurou descomprometer-se²⁵⁷, tomando uma posição mais crítica contra a redefinição da política colonial. Foi o exemplo de alguns prelados em Angola, que em relação às aspirações nacionalistas tomaram uma atitude condenatória discreta, dos quais o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho e o Cónego Manuel das Neves, até à sua prisão²⁵⁸.

Mas no quadro da Igreja Católica angolana, veio a ser o cónego Manuel das Neves a figura mais notoriamente perseguida pelas autoridades coloniais devido às suas acções que eram entendidas como instigadoras da revolução e, por isso, acusado pela PIDE de promover o massacre de 4 de Fevereiro²⁵⁹. Segundo Carlos Pacheco, a preparação do plano de ataque às cadeias de Luanda, em 1961, foi da responsabilidade do cónego Manuel das Neves²⁶⁰:

«O plano de preparação do 4 e 10 de Fevereiro começou em 1959 pela mão do cónego Manuel das Neves, que mantinha ligações com Leopoldoville e com Barros Nekaka e Pinnock Eduardo (dirigentes e fundadores da UPA) desde 1954. Primeiro foi necessário obter mapas da cidade de Luanda junto da Câmara Municipal. Esta exigiu uma justificação por escrito. O cónego defendeu a necessidade de se construir um espaço residencial do Bairro Popular. Aceite o projecto, a conspiração ficaria de mãos livres para retirar os mapas de dentro da edilidade. Neles o cónego assinalou a cores os pontos estratégicos da cidade que deveriam ser atacados»²⁶¹.

²⁵⁷ GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 262.

²⁵⁸ Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 111.

²⁵⁹ Cf. MEDINA, Maria do Carmo, *Angola: Processos Políticos da Luta pela Independência*, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 95-96.

²⁶⁰ Como refere a COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, «o Cónego Manuel das Neves trabalhou com os patriotas que haviam sido mobilizados para as acções armadas, de tal forma que a sua contribuição neste processo foi fundamental para a indicação do momento oportuno (...). O envolvimento do Cónego nesta sigilosa operação dos patriotas angolanos quer nos dias 4 e 10 de Fevereiro como a que se lhe seguiu a 15 de Março, foram a razão da sua prisão a 21 de Março de 1961». Idem, *História do MPLA*, 1º Volume (1940-1966), pp. 167-168.

²⁶¹ PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*, pp.89-90. O autor refere que este foi um depoimento que resultou da «entrevista de Maria Filomena Frugier da Costa a Carlos Pacheco, Lisboa, 23 de Março de 1994. Esta senhora, afilhada do cónego, nesse tempo trabalhava na Câmara Municipal e foi ela quem pessoalmente cuidou de tudo: agilizar a burocracia e levantar os mapas na respectiva repartição». *Ibidem*, p. 90.

Sob o olhar atento e vigilante da Polícia Internacional (PIDE), o cónego Manuel das Neves foi preso e enviado a Portugal, onde com outros padres angolanos²⁶² também presos, lhe foi fixada a residência vigiada em Braga.

Num contexto geral, a realização do Concílio Vaticano II pela Igreja Católica, o qual se revelou como um acto religioso de diálogo com enorme influência no contexto internacional que exprimiu, entre várias intenções, a defesa da pessoa humana e a solidariedade com os mais desfavorecidos, não passou à margem das atenções dos nacionalistas angolanos que denunciaram «a angustiosa situação dos sacerdotes angolanos detidos»²⁶³ por questões nacionalistas. Isto motivou os responsáveis do MPLA a redigir uma mensagem política enviada ao Vaticano durante a realização do Concílio, na qual apresentaram o problema colonial como uma condicionante do exercício da actividade missionária em Angola por sacerdotes angolanos. A mensagem referia o seguinte:

«No momento em que a vossa Assembleia se reúne num clima de diálogo, de entendimento e de compreensão entre todas as confissões religiosas, sentimos o imperioso dever de lembrar que os “defensores” do sistema colonial português prosseguem em Angola as piores formas de opressão das liberdades fundamentais. É mais do que evidente que a manutenção das relações actuais entre os colonizadores portugueses e as populações angolanas não é de molde a favorecer o desabrochar das nossas igrejas nacionais. Os nossos ministros de Deus – Católicos ou Protestantes – que ousaram dar a sua contribuição directa ou indirecta à luta contra a dominação colonial, conheceram quase sempre a tortura e encontraram a morte. Outros são injustamente encarcerados ou colocados sob residência vigiada em Portugal. Seja-nos permitido citar entre três últimos, Monsenhor das Neves, Vigário da Arquidiocese de Luanda, destituído das suas funções pelo “crime de nacionalismo”, o Rev. Pe. Joaquim Pinto de Andrade, Ex-Chanceler, o Cónego Manuel Franklin da Costa e os Padres Alexandre do Nascimento, Martinho

²⁶² Cf. *Ibidem*, p. 91. Esses padres da hierarquia católica presos são mencionados na Mensagem do MPLA enviada ao Concílio Vaticano II, dos quais Alexandre do Nascimento, Franklin da Costa e Joaquim Pinto de Andrade. Veja: *infra*.

²⁶³ Veja: AN/TT, Arquivo Salazar 38ª - AOS/CO/UL – 30D, Out. 1962, Mensagem ao Concílio Ecuménico.

Samba, Alfredo Osório Gaspar, Domingos Gaspar, Lino Guimarães e Vicente José Rafael. Estamos certos de que o Concílio Ecuménico, fiel às suas tradições de defesa dos nobres ideais de justiça neste mundo, se dignará debruçar-se sobre a sorte dos nossos irmãos religiosos de Angola, vítimas da opressão colonial»²⁶⁴.

Sendo que o Concílio Vaticano II se manifestava contra a ideologia comunista, esta posição significou um incentivo da democracia, o respeito pela dignidade humana, a defesa dos direitos humanos e a justiça social, valores, aliás, da sua natureza já muito presentes nos vários documentos que exprimem o pensamento Social da Igreja ao longo do séc. XX. Para o governo português, obviamente a posição do Vaticano foi encarada com moderação, considerando que a ditadura salazarista estava próxima das lides eclesiais mas em pouco influenciou a mudança do regime.

Obviamente, os líderes nacionalistas angolanos procuraram obter do Concílio um apoio moral a favor da sua luta e colocando em primeiro lugar a situação da Igreja referente ao problema dos fiéis angolanos. No entanto, não houve qualquer reacção da parte da Santa Sé, o que não significou a falta de atenção da hierarquia romana. Uma atitude cheia de simbolismo veio a ser a abertura do Papa Paulo VI que recebeu, no Vaticano, no dia 1 de Julho de 1970, os líderes dos movimentos independentistas Amílcar Cabral (do PAIGC), Agostinho Neto (do MPLA) e Marcelino dos Santos (da FRELIMO)²⁶⁵, acto que também significou um distanciamento do Regime da hierarquia eclesiástica portuguesa²⁶⁶.

As Igrejas protestantes²⁶⁷ e seitas de formação africana com origem no protestantismo exerceram o seu contributo na formação e no despertar da

²⁶⁴ *Ibidem*. A mensagem foi enviada por dois líderes do MPLA, Agostinho Neto (presidente de honra) e Mário de Andrade (Presidente).

²⁶⁵ GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 98.

²⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

²⁶⁷ Segundo David Birmingham «as Igrejas Protestantes mantinham bases muito mais regionais e as suas tentativas de criar conferências ecuménicas chocaram-se com diferenças teológicas bastante consolidadas». BIRMINGHAM, David, *Portugal e Angola*, p. 112.

Como também é historicamente verificável, a falta de uma unidade simbólica no seio das Igrejas Protestantes torna difícil não só a unidade de pensamento e de orientação

consciência dos nativos angolanos, através do ensino ministrado nas escolas e nas missões. Deste modo, muitos pastores e líderes religiosos das comunidades encontravam-se também entre os líderes da revolução, escolhidos como agitadores esclarecidos²⁶⁸. Assim, as Missões protestantes, ao contrário das católicas, eram dominadas pelos missionários americanos que, no exercício do seu ministério, foram além do seu campo de acção missionária para a situação política, acabando por serem activistas contra a administração do governo²⁶⁹ colonial. Isto levou a um conceito de religiosidade que confundia os fiéis, uma vez que estava longe de ser a missão no verdadeiro sentido da respectiva actividade.

Huibregtse, referindo-se àqueles missionários, afirma: «the symbols and acts of the Christian religion were explained in a completely different way and misused for religious ceremonies that have nothing with at all. The freedom-fighters were sprinkled with holy water and the sign of the Cross was used as protection against the weapons and bullets of the whites; many guns captured from the terrorist bore the sign of the cross scratched into the butt»²⁷⁰.

Segundo este autor, o tipo de missionação protestante acima referido levava às mentes africanas um conceito de cristandade misturada com as suas crenças do passado, o que criou um fanatismo que originou o surgimento de seitas como o Tocoísmo e o Kimbanguismo, para além das crenças africanas já antigas. A exemplo do papel desempenhado pela Igreja Católica, o protestantismo ajudou a elevar o grau dos angolanos considerados assimilados, formados nas missões²⁷¹ que, uma vez mobilizados pelos líderes nacionalistas, viriam ser peças fundamentais na politização das populações rurais. Aliás, o próprio Agostinho Neto, filho de um pastor

uniformizada, mas também a acção pastoral que não pode ser coordenada a partir de uma hierarquia, como acontece na Igreja Católica.

²⁶⁸ Cf. HUIBREGTSE, Dr. P. K., *Angola, The Real Story*, p. 63.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 64.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ ROTBERG, Robert I, *A Political History of Tropical Africa*, p. 340-341. Sobre o papel das missões no ensino veja: ABSHIRE, David M. e SAMUELS, Michael A., *Portuguese Africa, a Handbook*, pp. 78-80.

metodista²⁷², e Jonas Savimbi que recebeu a educação primária numa Missão protestante, no Bié, são disso um exemplo evidente do papel desempenhado pelas Missões católicas e protestantes no contexto histórico do nacionalismo emergente.

Mas as Missões protestantes foram importantes também no despertar da consciência de muitos angolanos. É ainda de referir a importante influência, em Angola, da seita americana Watch Tower, fundada nos Estados Unidos em 1872, que se assumia como um movimento anti-europeu de profunda influência em toda a África²⁷³.

A importância dos movimentos messiânicos²⁷⁴, enquanto veículos de uma religiosidade popular, foi reconhecida a partir da sua forte influência quer em zonas rurais, quer em zonas urbanas. Eram canais de transmissão das novas ideias, pelo que o seu estudo é indispensável. Nesta perspectiva, como refere Custódio Gonçalves, «todo o programa de investigação sério sobre a génese do nacionalismo angolano nas várias vertentes (...) deve também estudar com mais atenção os chamados movimentos messiânicos africanos que (...) tiveram importância na organização, pelo menos, de formas de consciencialização do nacionalismo»²⁷⁵.

Os movimentos messiânico-religiosos angolanos, no contexto geral de África, adoptaram atitudes religiosamente anti-coloniais com características revolucionárias, manifestando o repúdio das igrejas cristãs europeias tidas como colonialistas. Em Angola, desses movimentos proféticos vamos tentar analisar dois, os quais tiveram maior impacto no despertar da consciência nacional, embora os seus objectivos não passassem de religiosidade popular. Tais movimentos são: o Tokoísmo e o Kimbanguismo. No norte do país, «estes movimentos desenvolveram rapidamente um aspecto político, estando

²⁷² CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, p. 29.

²⁷³ Cf. COSTA, Pereira da, *Um Mês de Terrorismo (Angola, Março-Abril de 1961)*, p. 97.

²⁷⁴ Sobre estes movimentos, veja também a análise feita por: QUINTINHA, Santana, *O Terrorismo e os Partidos Subversivos no Ultramar Português*, pp. 235-247.

²⁷⁵ GONÇALVES, António Custódio, *Tradição e Modernidade na (Re)construção de Angola*, p. 24.

na origem de nacionalismos emergentes, mas cuja expressão não é equívoca»²⁷⁶.

O Tokoismo «surgiu como uma tentativa para promover uma nova identidade religiosa, social e cultural»²⁷⁷ e a sua via de actuação «unifica a vida política, social e religiosa»²⁷⁸; e «afirma-se cada vez mais como um movimento de reacção contra o colonialismo europeu a todos os níveis (político, religioso, social, económico e cultural)»²⁷⁹. Neste sentido, o Tokoismo reúne características de um movimento nacionalista de matriz religiosa embora sem aspectos ideológicos de um nacionalismo político.

O Tokoismo foi fundado por Simão Gonçalves Toco na década de 1950, em Leopoldoville, actual cidade de Kinshasa, República Democrática do Congo. Daí expandiu-se até Angola, onde passou a desenvolver, no contexto colonial, uma política de religiosidade contra os colonos, como manifestação das suas convicções políticas anti-coloniais²⁸⁰, alimentando principalmente a pretensão de restaurar o reino do Congo. Simão Toko era natural de Maquela do Zombo, no norte de Angola. Emigrara para o Congo, donde viria a ser expulso na década de 1950, com um grupo de mais de cem indivíduos, sob a acusação de praticarem os ritos de uma doutrina místico-religiosa hierarquizada, pregando a vinda de uma nova ordem que, sob o reino de um novo Cristo, derrubaria as autoridades e poderes actuais, para tomar o seu lugar e fazer reinar a justiça²⁸¹.

A grande influência destas seitas em Angola vinha sobretudo daquele país vizinho. A expansão das crenças e seitas africanas desde sempre não encontrava dificuldade em unir as pessoas, mesmo se fossem de tribos diferentes. Como notou Frederick Cooper, «as práticas religiosas indígenas podiam estender-se para longe das fronteiras étnicas, e os profetas,

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 42.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 41. Para uma análise sobre o contexto religioso, Cf. MATUMONA, Muanamosi, *Teologia Africana da Reconstrução como Novo Paradigma Epistemológico, Contributo Lusófono Num Mundo em Mutação*, Roma Editora, Lisboa, 2008, pp 35-42.

²⁷⁹ GONÇALVES, António Custódio, *Tradição e Modernidade na (Re)construção de Angola*, p. 44.

²⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 64.

²⁸¹ Cf. COSTA, Pereira da, *Um Mês de Terrorismo (Angola, Março-Abril de 1961)*, p. 96.

curandeiros e espiritistas eram figuras regionais e não apenas locais»²⁸². É neste sentido que se pode compreender a expansão das seitas, quer de origem africana dos países vizinhos de Angola, quer aquelas trazidas de fora de África.

Outro movimento profético de grande importância em Angola é o Kimbanguismo. Representa a doutrina da igreja Kimbanguista, fundada pelo profeta Simon Kimbangu; e representa uma das comunidades mais importantes em África (...), contando com muitos fiéis espalhados por alguns países africanos²⁸³. Kimbangu, de origem congoleza, era um contestatário das autoridades coloniais belgas e manifestava-se como profeta que libertaria o povo congolês da opressão colonial e, por isso, anunciava a esperança num futuro de paz e de liberdade. No âmbito do profetismo kikongo, muito activo no norte de Angola, as suas ideias tiveram grande influência e foram recebidas com entusiasmo pelos povos da região.

²⁸² COOPER, Federick, *Africa Since 1940, The Past of the Present: New Approach to African History*, p. 27.

²⁸³ Cf. MATUMONA, Muanamosi, *Teologia Africana como Novo Paradigma Epistemológico: Contributo Lusófono num Mundo em Mutação*, p. 36.

Capítulo II

A Luta pela Independência Nacional e Afirmação da Soberania Portuguesa em Angola

1. Ideologias dos movimentos nacionalistas e a sua influência na luta de libertação nacional

Uma caracterização das ideologias dos movimentos nacionalistas angolanos torna-se necessária, para melhor analisar as suas acções e atitudes no confronto entre si e os ideais de independência nessa luta pela soberania nacional.

Numa aproximação conceptual, as ideologias definem-se como «um sistema de crenças políticas, formado por elementos míticos, emotivos e racionais, (...) um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem política, tendo por função guiar os comportamentos políticos colectivos»²⁸⁴. Desta forma, as ideologias «têm de dar respostas a uma pluralidade de questões, que vão desde os fins do Estado, até ao tipo de modelo económico, à natureza e lugar das liberdades e garantias individuais, às políticas sociais, a acordos e alianças de partidos e grupos»²⁸⁵.

Assim, ideologicamente, os movimentos nacionalistas angolanos assimilaram ideologias dominantes em conformidade com as suas relações com os grandes regimes políticos desenvolvidas no quadro da projecção internacional da luta anti-colonial.

²⁸⁴ BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira, *Introdução à Ciência Política: Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 2002, p. 7.

²⁸⁵ *Ibidem*.

O MPLA, desde o início, identificado com o marxismo-leninismo, pró-soviético, caracterizava-se por uma ideologia de esquerda inspirada no modelo dos países do Leste europeu, seguindo a doutrina da União Soviética. Nesta lógica, é como diz Armando Marques Guedes: «o MPLA tem, tradicionalmente, uma visão marxista, era internacionalista, cosmopolita»²⁸⁶. Proclamando seguir a linha de acção das forças progressistas do mundo, o MPLA sensibilizava os seus militantes e as massas populares no quadro de uma ideia de unidade que se pautaria no centralismo partidário como forma de caracterizar a unidade da nação angolana. Para Marcolino Moco, o MPLA afirmou-se como um partido «mais moderno, com a ideia de que é mais civilizado, mais culto, [considerando que a] UNITA tinha o complexo de que nasceu da maior tribo de Angola»²⁸⁷.

Noutra vertente revolucionária colocava-se a FNLA assente num tradicionalismo cultural defensor da revitalização das instituições antigas. O que define a FNLA é inicialmente um plano político de organização mais regionalizada, que fez do movimento não ter uma ideia linear da política a seguir, como foi manifesto nas várias mudanças da sua nomenclatura²⁸⁸, tendo tido também variações devido às suas ligações com o regime zairense de Mobutu Sésé Séko, onde chegou a fixar um Governo Revolucionário no Exílio (GRAE), e dadas as circunstâncias da sua acção subversiva no norte de Angola. Caracterizada por um tradicionalismo histórico, a FNLA demonstrava grande sentimento de apego ao passado com pretensão de restaurar os valores e tradições dos antepassados.

Neste sentido, Holden Roberto, já exprimia, no início e ao longo da evolução do nacionalismo angolano a recuperação de uma identidade histórica, que passaria pela reconstrução do Reino do Congo²⁸⁹ no séc. XX. O alinhamento com a via africana da autenticidade africana de Mobutu Sésé Séko não só representou a tentativa de africanização do seu modelo

²⁸⁶ Depoimento do Doutor Armando Marques Guedes em 2 de Fevereiro de 2011.

²⁸⁷ Depoimento do Dr. Marcolino em 21 de Setembro de 2011.

²⁸⁸ Até chamar-se definitivamente FNLA, o Movimento teve antes várias designações, desde NGUIZAKO, NGUIZANI, UPNA e UPA.

²⁸⁹ Cf. *supra*, p. 92.

ideológico, como também uma certa fidelidade aos valores e tradições do reino do Congo. Estas características preenchem um quadro próprio de uma ideologia de um conservadorismo de direita que pretende a manutenção dos valores, da cultura e da reabilitação das instituições tradicionais²⁹⁰.

No caso da UNITA, inicialmente estruturou-se segundo uma tendência pró Maoísta como fora sistematicamente notório nas posições de Jonas Savimbi. O discurso ideológico do partido andou muito orientado pela força das circunstâncias, querendo significar que se tratava de uma questão de sobrevivência, de interesses e resistência, primeiro; construção e consolidação, depois.

Armando Marques Guedes é de opinião de que A UNITA atribui grande importância à cultura e tradições africanas e, por isso, segue o modelo da africanidade e da Negritude na forma como foram aplicadas por Kenneth Kaunda e por Julius Nyerere, ou seja, no modelo zambiano e tanzaniano da construção da sociedade²⁹¹.

Com outra visão, porém, Jardo Muekalia confirma o seguinte: «a UNITA era e continua a ser um partido ideologicamente de esquerda. Porém, as circunstâncias e a realidade geopolítica ditavam uma aliança com organizações, partidos e países de direita (...), estávamos ideologicamente no espaço do centro-esquerda»²⁹². Analisemos, em seguida, a visão de conjunto. O ideal da luta dos movimentos nacionalistas angolanos pode ser visto em duas perspectivas: primeiro, a luta pelo poder contra o Estado colonial. Esta define-se também como a luta pela soberania nacional em defesa da formação de um novo Estado. Constitui assim um ideal comum aos três movimentos nacionalistas angolanos.

Em segundo lugar, a luta pelo poder de Estado desenvolvida pelos próprios movimentos angolanos, dadas as clivagens entre si durante e depois da luta anti-colonial. Esta pretensão norteou a forma como foi

²⁹⁰ BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira, *Introdução à Ciência Política: Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*, p. 55.

²⁹¹ Depoimento do Doutor Armando Marques Guedes em 2 de Fevereiro de 2011.

²⁹² MUEKALIA, Jardo, *Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, Sextante Editora, 2010, pp. 149-150.

encarada a guerra de libertação nacional de Angola por cada movimento nacionalista. Esta visão foi expressa por Agostinho Neto para justificar as razões da revolução definida pelo MPLA: «o marxismo-leninismo ensina e a realidade social demonstra que a questão basilar e decisiva de qualquer revolução é a conquista do Poder do Estado»²⁹³. E citando Lenine afirmava: «a questão fundamental de cada revolução é, sem dúvida, a questão do Poder do Estado»²⁹⁴.

No caso angolano, o impacto ideológico e o impacto da Guerra Fria foram maiores e muito profundos. A evolução dos movimentos nacionalistas angolanos para os actos guerrilheiros levou desde o início da sua formação um longo processo revolucionário de luta pelo poder. Todo este processo insurreccional, no decurso das hostis relações dos movimentos emancipalistas angolanos, e a guerra levada a cabo neste quadro, foi sustentado pelo ideal da luta pelo poder de um Estado independente.

Nesta óptica, Jika defendeu o seguinte argumento: «a tomada do poder não é para nós senão um objectivo mediato, que permitirá realizar com mais profundidade e em escala mais vasta um processo histórico já encetado: a revolução»²⁹⁵. Deste modo, o princípio basilar da luta dos movimentos nacionalistas angolanos contra o poder colonial português consubstanciou-se numa necessidade da mudança do regime e de pôr fim a um governo considerado estrangeiro.

Neste sentido, a hipótese da descolonização foi largamente interpretada como o direito do território colonial de exigir a libertação total em ordem à obtenção da soberania²⁹⁶ nacional inserida no quadro jurídico do direito internacional da autodeterminação dos povos. Entendeu-se que a soberania pressupunha, para a sua efectivação, o recurso à força como forma de pressionar que tal direito fosse conquistado ao poder colonial.

²⁹³ NETO, Agostinho, *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, Edições Avante, Lisboa, 1978, p. 38.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ JIKA, *Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional*, União dos Escritores Angolanos, 1979, p. 37.

²⁹⁶ Cf. BISSEL, Richard E. e RADU, Michael S., *Africa in the Post-Decolonization Era*, London, 1984, p. 230.

Simbolicamente, o dia «4 de Fevereiro de 1961»²⁹⁷ tinha marcado a alvorada da guerra colonial de libertação nacional de Angola. Este acto foi considerado como a única via de acção para contrapor à intransigência das autoridades coloniais.

Como vimos, a grande ajuda para esta internacionalização veio da influência dos países africanos já independentes, que acabavam de ser admitidos nas Nações Unidas²⁹⁸ como membros de pleno direito.

Os nacionalistas angolanos tiveram, ao longo do confronto, a preocupação de se projectar internacionalmente em busca de apoios externos. Assim, seria também uma forma de legitimar as suas campanhas revolucionárias e, por outro, para criar desconforto nas relações políticas e diplomáticas do poder colonial. A esse propósito, Mário Pinto de Andrade defendia o seguinte: «...esforçamo-nos activamente para suscitar a simpatia e solidariedade de todas as forças mundiais para com o nosso povo em luta pela sua independência»²⁹⁹.

Indo mais longe, Agostinho Neto sublinhava: «o povo que luta pela sua independência irá procurar ajuda onde a puder encontrar. Para conseguirmos a nossa independência aceitaremos qualquer ajuda, como costuma dizer-se, nem que seja do próprio Diabo»³⁰⁰. A determinação aqui demonstrada, indicava o princípio de que a aliança dos movimentos nacionalistas com qualquer regime e ideologia poderia ser viável desde que resultasse em apoiar incondicionalmente, por todos os meios favoráveis, a luta pela independência nacional.

²⁹⁷ A data em questão marcou a primeira grande sublevação do povo em Luanda. Sobre o mesmo acontecimento nota-se que: «o levantamento fora mais uma expressão nacionalista não só por parte dos apoiantes do MPLA mas também de pequenos grupos de simpatizantes e filiados na UPA, diversos movimentos cristãos e outras organizações, bem como de indivíduos enfurecidos pelas prisões de familiares seus, numa onda de prisões em massa que haviam sido efectuadas pela PIDE desde o início de 1959». BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, Edição Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1988, p. 57.

²⁹⁸ Os novos Estados descolonizados, como foi referido, passavam a desempenhar uma forte pressão na Assembleia Geral da ONU contra as políticas imperialistas do Ocidente, criticando aberta e legitimamente a presença colonial persistente em África.

²⁹⁹ AN/TT, Arquivo Salazar, 26ª AOS/CO/UL-30D.

³⁰⁰ BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, p. 13.

Nesta sequência dos acontecimentos, na arena internacional, pela primeira vez, a 15 de Fevereiro de 1961, a Libéria conseguiu colocar na agenda da Assembleia-Geral da ONU a discussão da situação em Angola, alegando que constituía uma ameaça à paz internacional³⁰¹. Aparecia, nesta iniciativa internacional africana, um claro sinal de solidariedade daquele Estado independente da África negra o que veio corresponder ao objectivo do líder ganês, Kwame Nkrumah, para quem o problema da emancipação africana constituía um imperativo político de solidariedade de toda a África.

Martins dos Santos considerou a iniciativa da Libéria «uma queixa contra Portugal, por ter violado em Angola os direitos do homem»³⁰². O mesmo autor permite-nos perceber que outros nacionalistas africanos se mostravam claramente contra a administração portuguesa ao procurarem elevar o problema angolano nas discussões internacionais. A onda de protestos continuava por parte dos países africanos independentes: «o Gana apresentava também a sua queixa contra Portugal junto da Organização Internacional do Trabalho, acusando-nos [a nós portugueses] de praticar o trabalho forçado»³⁰³. Os esforços conjugados a nível interno e externo de Angola pautavam-se na ideia constante do manifesto do II congresso pan-africano de que «o ponto de partida de uma administração sábia, com relação aos povos conquistados, é a concessão dos direitos políticos»³⁰⁴ a que esses povos estavam vedados.

Mas os problemas angolanos no Conselho de Segurança ficavam condicionados pela influência das grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, que no seu confronto ideológico tinham visões opostas sobre a situação colonial em Angola, abordando os assuntos de acordo com o interesse nacional de cada um daqueles Estados.

³⁰¹ Cf. HUIBREGTSE, Dr. P. K., *Angola, The Real Story*, p. 62.

³⁰² SANTOS, Martins dos, *A História de Angola através dos seus personagens principais*, p. 420.

³⁰³ *Ibidem*. Segundo o autor, em 22 de Março de 1961, a Assembleia Geral das Nações Unidas começava a apreciar o «caso de Angola». O embaixador português abandonou a sala dois dias depois, por verificar que a discussão estava a tomar um rumo muito extravagante contra Portugal e por não lhe ser permitido apresentar réplica às acusações que eram feitas. Cf. *Ibidem*, p. 420.

³⁰⁴ SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, p. 92.

Por isso, numa análise do paradigma ideológico das duas grandes potências mundiais e a influência que cada uma procurou exercer no panorama político dos líderes angolanos. Quanto aos Estados Unidos, desde o início do nacionalismo anti-colonial em Angola revelaram hesitações, quanto à canalização do seu apoio aos nacionalistas angolanos que julgaram corresponder aos seus interesses. Começava a desenhar-se assim o fracasso da política externa americana em relação a Angola que mais tarde, com o domínio do MPLA, veio significar para o lado americano uma desvantagem a favor da União Soviética que melhor soube tirar proveito.

Como afirmou com tom crítico, Pedro Pezarat Correia, «Os Estados Unidos da América tiveram sempre, desde o seu inicial apoio à UPA [e a Holden Roberto], em 1961, de que resultou a bárbara vaga de terrorismo no norte de Angola, em Março daquele ano, compromissos e posições que denunciavam uma insuficiente informação e ausência de sensibilidade para a problemática africana»³⁰⁵.

Se considerarmos a tomada de posições pouco acertada e que jamais os sucessivos governos americanos foram capazes de inverter, tendo em conta que qualquer esforço traduzido em apoios concedidos quer aos nacionalistas da FNLA, quer aos governos vizinhos de Angola que os ajudavam, como o ex-Zaire e o regime sul-africano do apartheid, não há dúvidas de que a política americana em relação a Angola favoreceu o sucesso da União Soviética do ponto de vista ideológico. Este regime comunista não hesitou em dar apoio ao MPLA desde o início do nacionalismo até ao nascimento do Estado angolano, o que foi decisivo para derrotar os outros movimentos independentistas rivais e seus aliados.

Como nos demonstra Pedro de Pezarat Correia, a propósito do problema da luta pelo poder na véspera da proclamação do Estado independente, a situação política reflectiu-se favoravelmente na acção estratégica da URSS:

³⁰⁵ CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola de Alvor a Lusaka*, Lisboa, Hugin Editores, 1996, p. 113.

«Na fase final da transferência do poder da descolonização portuguesa em Angola o envolvimento e liderança norte-americana na “Operação Iafeature” [lançada no dia 3 de Agosto de 1975], através da qual a CIA procurou coordenar as acções da FNLA, da República do Zaire, da UNITA e da África do Sul de forma a impedir o acesso do MPLA ao poder, redundou num tremendo fracasso que atirou o MPLA e depois o Governo da República Popular de Angola, para a exclusiva dependência da União Soviética e dos seus aliados quando, com outra política, tinha sido possível aos Estados Unidos ajudar Angola a optar por uma posição mais neutral»³⁰⁶.

O impacto da política norte americana e o apoio dos governos americanos aos nacionalistas da FNLA, na guerra colonial de libertação nacional; e posteriormente à UNITA, durante a guerra civil, teve um papel desestabilizador significativo. A intervenção dos Estados Unidos nas questões angolanas começou na década de 1960, mas a linha orientadora dessa acção vinha das décadas anteriores, com o fim da II Guerra Mundial. Os governos americanos começavam a ponderar o grau da sua intervenção, em função do envolvimento de outras potências. É elucidativa a visão americana quanto ao seu posicionamento como constatou Georg Wright: «a administração Truman ponderava uma política em relação a África, ao mesmo tempo que avaliava o peso do envolvimento soviético, a eficiência da determinação imperialista europeia, o grau de capacidade dos nacionalistas e os interesses económicos americanos, de modo a determinar as convenientes intervenções»³⁰⁷.

Assim, desde a colocação do problema angolano na ONU, que veio aprovar uma resolução, em 1962, favorável à descolonização de Angola³⁰⁸, os Estados Unidos alargaram o seu apoio à organização de Holden Roberto, através do fornecimento de armamento à FNLA, e a administração Kennedy aprovou um programa para a educação, nas universidades americanas, dos angolanos exilados nos EUA, bem como a ajuda financeira para os

³⁰⁶ *Ibidem*, pp. 114 e 192.

³⁰⁷ WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, pp. 52-53.

³⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 86.

refugiados angolanos no Congo-Leopoldville³⁰⁹, ao que Holden Roberto agradecia e Portugal ficava incomodado.

A política norte-americana pró FNLA, enquanto movimento anti-comunista, abriu caminho às futuras ligações de Jonas Savimbi com os Estados Unidos, considerando que, nesta altura, integrava activamente na direcção da organização de Holden Roberto. O apoio sucessivo a estes dois movimentos, primeiro à FNLA³¹⁰, e à UNITA depois, dava esperança aos americanos que seria possível impedir a vitória do MPLA. Com a intensificação da guerra, a política americana causou indignação e repúdio não só das autoridades políticas coloniais como também da própria sociedade portuguesa em Angola que, devido aos efeitos agressivos dos ataques e mortes resultantes das acções de guerrilha, foram dirigidas várias «cartas abertas»³¹¹ a Kennedy e a Khrustchev, condenando as suas políticas de apoio aos movimentos de libertação de Angola.

O que se criticava, além do apoio directo, foi o facto de se pensar que a estratégia dos dois grandes líderes mundiais permitia, com maior facilidade, a construção de um ódio e cobiça internacionais contra a política lusa de boa convivência que Portugal mantinha com as suas Províncias Ultramarinas. Entendia-se que a acção violenta dos movimentos nacionalistas era uma conspiração e incitamento para criar instabilidade política em Angola, numa altura em que a descolonização já se tinha generalizado em África e a maior parte dos territórios anglófonos e francófonos eram poderes soberanos instituídas.

³⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 88.

³¹⁰ O apoio dos Estados Unidos à FNLA cessou com a derrota desta, na batalha do Quifangondo em Luanda, em 1975, vésperas de independência, o que ditou a sua retirada definitiva do confronto. A partir daquele acontecimento, os Estados Unidos transferiram o apoio à UNITA, com maior aposta depois da Emenda Clarck.

³¹¹ Além da fúria que estas cartas exprimem, há nelas um apelo à consciência dos dois líderes mundiais, nos seguintes termos: «é, pois, necessário lembrar como o caso de Angola começou, embora isso já se ache bem provado; dar uma ideia do estilo dos massacres, tanto de brancos como de negros fiéis à nação portuguesa; revelar as reacções que a bestialidade infra-humana desses massacres provocou nas populações ordeiras e nas autoridades; e, finalmente, enfrentar o fantasma do colonialismo; analisar o imbróglio idiota contido nesta palavra mágica e ver para o que serve aos dois líderes do mundo, o que fica depois da análise...». COTTA, Gonçalves, *Grito de Angola: Carta aos senhores Kennedy e Khrutchev*, Lisboa, 1961, pp. 16-17.

Mas as populações negras e brancas de Angola mantinham uma relação social equilibrada e calma, como constatou Gonçalves Pereira:

«A harmonia entre portugueses negros e brancos tornou-se proverbial. Enquanto a hegemonia de outras nações europeias neste continente se abalava ou extinguia, a soberania de Portugal continuava incólume. (...) Qual o segredo de Portugal, qual a fórmula concebida para obter essa situação excepcional? Era a pergunta obsidente de políticos e jornalistas estrangeiros que visitavam as nossas províncias ultramarinas. Eles viam por toda a parte a nossa comunhão inter-racial tão francamente oposta à política de segregação. Não, isso não podia, só por si, explicar a ausência absoluta dos sentimentos que impeliam outros negros, noutros territórios, para o caminho da independência»³¹².

Com a chegada ao poder, nos Estados Unidos, do presidente Lyndon Johnson, em 1963, o apoio americano aos nacionalistas angolanos tinha-se alterado. A sua Administração não continuou a apoiar os independentistas angolanos, privilegiando a aproximação com Portugal devido a importância da base dos Açores³¹³ para o conflito do Vietname. A questão anti-colonial em Angola era colocada num plano secundário³¹⁴.

Esta posição americana iniciada pelo governo de Lyndon Johnson, perante o nacionalismo e anti-colonialismo angolanos, ficou reforçada com a chegada ao poder de Richard Nixon, cuja «posição quanto a Portugal e a Angola veio a ser definida na Opção Dois do Memorando de Estudo 39 da Segurança Nacional»³¹⁵. A política de Nixon era de uma cooperação económica com Portugal que abrisse Angola ao investimento estrangeiro, o que levou ao maior crescimento económico e industrial do território, através

³¹² COTTA, Gonçalves, *Grito de Angola: Carta aos senhores Kennedy e Khrutchev*, p. 19.

³¹³ Cf., WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, p. 103.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 108.

³¹⁵ O estudo foi encomendado por Nixon, e defendia que «a violência nacionalista não produzia qualquer alteração na África Austral; e por isso os EUA deviam cooperar com os regimes de maioria branca, o que os encorajaria a promover reformas». Cf. *Ibidem*, p. 110.

do capital norte-americano³¹⁶, em detrimento de apoios aos movimentos nacionalistas angolanos.

Quanto à União Soviética, o seu objectivo expansionista, para impor a sua ideologia no resto do mundo não ocidental numa afronta contra o Ocidente e os Estados Unidos em particular, foi definido como uma política estrategicamente prioritária, após o início da Guerra Fria. O alvo principal favorável para este domínio era o Terceiro Mundo, com ênfase para a África, servindo-se para isso do auxílio aos movimentos nacionalistas frágeis e pobres no início da sua formação.

Certa de que a difícil penetração no Ocidente europeu criava intranquilidade das suas ambições e as velhas hostilidades com os Estados europeus eram uma constante ameaça contra os interesses soviéticos em todo o mundo, a União Soviética passava a apostar na ajuda à construção de novos e futuros parceiros internacionais a quem todos os apoios e possíveis investimentos económicos eram dirigidos.

Perante o Conselho de Segurança, era clara a posição do secretário soviético Nikita Khrushchev, que reafirmara na cimeira de Viena, que «os movimentos de libertação nacional eram sagrados e que a União Soviética apoiaria a luta anti-colonial em Angola»³¹⁷. Postas as coisas politicamente as grandes potências concediam apoios aos movimentos angolanos em função da ascensão destes à formação de futuro governo o que lhes permitiria maior domínio e influência.

Estrategicamente, esta pretensão dominadora da URSS procurava responder à sua definida e antiga «preocupação pela África e pela Ásia, tendo como propósito criar um ambiente que lhe permitiria colocar-se no papel de dirigente e inspiradora da luta dos povos [dominados e colonizados] (...), marcando, assim, o que podemos considerar o início de um programa de

³¹⁶ *Ibidem*, p. 114.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 89.

infiltração e de penetração para a manipulação daquilo que, no tabuleiro do jogo mundial dos grandes blocos, viriam a ser periferias de desempate»³¹⁸.

A competição, de certa forma já permanente dos dois maiores poderes mundiais tinha encontrado um terreno favorável de confluência de interesses. A luta dos movimentos nacionalistas pelo poder de Estado em Angola seria compreendida, além do objectivo sagrado da independência nacional, como um reflexo da luta pelo poder de influência nas relações internacionais dos grandes blocos.

O problema de Angola foi assim visto como uma oportunidade soviética para se afirmar, ideologicamente, num jogo político com os movimentos independentistas angolanos investindo apoios políticos, militares e financeiros importantes, para a luta anti-colonial. Na medida em que a ambição nacionalista ganhava terreno e os três movimentos independentistas angolanos constituídos procuravam esforçar-se pela sua sobrevivência e consolidação, uma e outra potência, EUA e URSS, definiam melhor as estratégias³¹⁹ para o seu domínio em questões de política angolana, na viragem da década de 60 para a de 70 do séc. XX.

Com efeito, tendo a independência no horizonte, segundo Jaime Nogueira Pinto «a potência que interveio com força, com decisão, com números, com massa crítica, com as forças cubanas como corpo expedicionário foi a União Soviética»³²⁰, enquanto a sua rival norte-

³¹⁸ GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 108.

³¹⁹ Nma análise crítica ao confronto entre estas potências, Adriano Moreira também salienta a consistência estratégica da URSS nos seguintes termos: «é pouco o que se pode fazer, isoladamente, contra essa competição mundial dos grandes poderes, mas está nas mãos dos povos interessados impedir que a luta interna facilite a servidão exterior. (...) Com vocação mundial apenas estão actuates os EUA e a URSS, sendo que esta leva vantagem em todas as linhas de acção, sendo igualmente certo que mantém uma coerência mais permanente e uma facilidade aos amigos mais sólida do que os EUA». Diz em seguida: «o mundo pôde assistir depois ao ridículo de o Secretário de Estado Kissinger andar logo de seguida pela África atrás dos factos, clamando que não admitia outra Angola, coisa fácil de conseguir porque não há outra». MOREIRA, Adriano, *O Novíssimo Príncipe*, Prefácio Editora, Lisboa, 2003, p. 102.

³²⁰ PINTO, Jaime Nogueira, *A Guerra Civil Angolana (1975-2002)*, *Síntese Político-Militar*, In MOTA, Carlos C. L. Silva e CORREIA, José de Matos, *Estudo Comemorativo dos 15 Anos de Licenciatura em Relações Internacionais*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2002, p. 102.

americana que enfrentava o «trauma do Vietname, a resignação do presidente Nixon (...) faz uma intervenção tímida, às ocultas, cheia de subterfúgios, pouco convicta (...) enquanto a intervenção soviética é forte e clara»³²¹. No tocante a este papel da URSS, «o comunismo [sob o seu controlo] procurou, então, introduzir em África toda a sua influência, aliando-se aos movimentos separatistas das colónias, em nome do movimento proletário internacional, passando, após Bandung, a dispor de um instrumento eficaz»³²².

Em Angola, o factor dominador da penetração soviética e a sua aliança com o MPLA e, mais tarde, reforçada pelo regime cubano veio, assim, a consagrar todos os princípios comunistas na política nacional do período posterior à independência do país. A própria propaganda que nutria a iniciação àquela ideologia fundamentava-se nos princípios segundo os quais, «o socialismo era a única via, face ao subdesenvolvimento; a ajuda soviética aos países em vias de desenvolvimento reforçava a sua independência económica e política, ao passo que a ajuda ocidental/capitalista aumentava a sua dependência; a URSS era pacifista e condenava o racismo»³²³.

Mais ainda, outras formas de aliança com os líderes angolanos, eram as que aconteciam, no contexto geral da penetração soviética em África, consistindo na ajuda económica e técnica, considerada de grande importância, (...) procurando colocar nesses mercados os seus produtos, pouco competitivos no mercado ocidental; e na ajuda militar, feita normalmente através de acordos bilaterais e secretos que podiam ir desde a venda de material à formação intelectual³²⁴.

As relações Angola-URSS fortaleceram-se, assim, na base do interesse e apadrinhamento soviético que, à semelhança do contexto geral do continente africano, onde já se tinham instalado governos de orientação socialista, afirmava garantir a segurança e a eclosão das novas nações

³²¹ *Ibidem*, p. 102.

³²² GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 108.

³²³ *Ibidem*, p. 110.

³²⁴ *Ibidem*, p. 111.

progressistas³²⁵, dentro do conceito do socialismo soviético. No que diz respeito à implantação do regime pró soviético, nas lutas dos nacionalistas angolanos do MPLA, foi importante, como já foi referido, «o plano militar da cooperação, [que] se inscreve na longa tradição do imperialismo vermelho, que teorizava, desde os primeiros passos da Internacional Comunista, a obrigação da assistência proletária»³²⁶.

Por outro lado, a União Soviética consolidava as suas influências, estimulando laços de maior unidade e cooperação entre os vários líderes nacionalistas africanos, cuja proximidade geográfica foi tida como uma mais-valia nas estratégias de segurança. No caso de Angola, a aproximação com Moçambique significou, para os dois movimentos do MPLA e da FRELIMO, o fortalecimento da mesma posição numa frente comum que era o confronto contra o poder colonial português.

2. A defesa da soberania portuguesa em Angola face à condenação interna e externa da sua política colonial

A ideia da descolonização política foi vista em várias perspectivas quer por europeus quer por africanos. Numa visão geral, para os europeus, significava entregar o poder às elites africanas e o retorno e confinação das soberanias coloniais ao espaço europeu. Mas, para muitos africanos, além da liberdade e independências políticas, houve vários pontos de vistas sobre o fenómeno.

Como entendeu o líder guineense Sékou Touré, a descolonização significava «a modificação fundamental, qualitativa, de tudo o que existia e estava estritamente conformado com o fenómeno colonial e deve agora ser adaptado ao exercício da nova soberania, pelo que devem ser destruídos os hábitos, as concepções, o modo de agir do colonizador, para deste modo, regressarem os povos às fontes culturais e morais da África, reintegrarem a sua própria consciência e reconverterem-se nos seus pensamentos e nos seus

³²⁵ Cf. COUTROIS, Stéphane et. al, *O Livro Negro do Comunismo, Crimes, terror e repressão*, 4ª Edição, Lisboa, 1999, p. 474.

³²⁶ *Ibidem*, p. 476.

valores, às condições e aos interesses da África»³²⁷. Esta visão, entretanto, preconceituosa e irreal em nosso entender não reflecte o sentido político de um mundo globalizado onde nenhuma sociedade conseguiria fechar-se a si mesma e aos seus valores, pelo que é desenquadrada dos verdadeiros objectivos e ideais da fundação do Estado em África.

Outros africanistas foram mais objectivos. Ahmed Bem Salah entendeu que «sob pena de conduzir a uma regressão, a descolonização não deve constituir um processo inverso da colonização, uma vez que a crise de muitos países anteriormente colonizados se explica por um processo superficial, negativo e estéril que pretendeu destruir os benefícios da colonização, [defendendo por isso que] deve, antes, proceder-se a uma revolução profunda das estruturas mentais, morais, sociais e económicas sem que isso signifique a destruição da herança colonial, enquanto esta for susceptível de receber um novo destino»³²⁸.

Esta posição apresenta pontos de equilíbrio conciliáveis com o sentido da história, de onde resulta, como é natural, pontos de convergência e de complementaridade, como deixa claro a posição de Senghor: «não se trata de destruir a obra colonial; trata-se de a exceder»³²⁹. De facto, todo o ideal da luta pelas independências, registou certas incongruências de âmbito teórico que se reflectiram também na prática da aplicação subsequente das políticas pós-coloniais, mas o processo deve ser tomado e visto como fruto de uma época histórica cuja herança marcou indelevelmente a nova ordem mundial em muitos aspectos da vida política que não podem tomar outra via que não seja a convivência pacífica e boa cooperação internacional.

No que diz respeito a Angola, já apresentámos anteriormente os problemas político-ideológicos impostos pelas grandes potências. Entretanto, uma breve caracterização geral do processo angolano, no contexto

³²⁷ BUCHMANN, Jean, *L'Afrique Noire Indépendante*, Paris, 1962, p. 100; citado por: CASTRO, Luís Filipe de Oliveira e, *Anti-colonialismo e Descolonização (Ensaio)*, Lisboa, 1963, pp. 143-144.

³²⁸ CASTRO, Luís Filipe de Oliveira e, *Anti-colonialismo e Descolonização (Ensaio)*, p. 144.

³²⁹ *Ibidem*, p. 144.

estritamente luso-africano, ajudar-nos-á a fazer a leitura da situação de Portugal no quadro da sua política externa e colonial em relação a Angola.

A descolonização em toda a África já tinha dado o seu grande passo com o início, depois da Segunda Guerra Mundial, dos Estados asiáticos. Neste período, o governo português tinha apostado no reforço da sua política externa, com a entrada de Portugal nas grandes organizações internacionais: na NATO em 1949 e nas Nações Unidas, em 1955. Esta projeção internacional lusa prestigiava o Estado diplomaticamente, mas também revelava a estas organizações situações políticas (e aqui está o problema das políticas coloniais) de grande interesse nacional do governo português.

Assim, os acontecimentos que ocorriam a nível internacional (a descolonização e a formação dos blocos) bem como o quadro geoestratégico de Portugal, tiveram fortes repercussões³³⁰ na definição estratégica da política ultramarina portuguesa perante os parceiros e perante os movimentos nacionalistas emergentes. Vimos que a Assembleia da ONU era o palco da condenação, de queixa e de denúncia das práticas coloniais. Exigia-se ao abrigo do artigo 73 da Carta³³¹ que os Estados europeus declarassem se

³³⁰ Cf. ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 45.

³³¹ O *Artigo 73 da Carta da ONU* consagra o seguinte: «os Membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, obrigam-se a:

- a) Assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra todo o abuso;
- b) Desenvolver a sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu entendimento;
- c) Consolidar a paz e segurança internacionais;
- d) Promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando for caso, com entidades internacionais especializadas, com vista à realização prática dos propósitos de ordem social, económica ou científica enumerados neste artigo;
- e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional,

possuíam colónias ou territórios sob tutela e apresentassem anualmente relatórios sobre a evolução dos respectivos povos. A esta exigência, o Governo português defendia não possuir territórios sob a sua dependência, argumentando que os territórios ultramarinos eram parte integrante de Portugal³³² e, portanto, eram indissociáveis entre si.

Considerando a complexidade destes factores, o Estado Novo tinha procurado com firmeza manter a sua resistência contra todas as formas de pressão e mostrava-se determinado a proceder «contra a nova corrente histórica dominante, enfrentar a opinião pública internacional e opta por não descolonizar, enquanto se mantivessem relações de força internacionais desfavoráveis aos interesses de Portugal [e por isso] em 1951, uma emenda constitucional passava a considerar as colónias como províncias ultramarinas de um único país do Minho a Timor, pluri-continental e pluri-racial, revogando assim o Acto Colonial de 1930»³³³.

Neste sentido, «a manutenção das possessões portuguesas em África e na Ásia revelava-se como uma das principais componentes da política externa portuguesa, como meio indispensável para a subsistência do regime do Estado Novo»³³⁴.

No caso de Angola, foi também neste contexto que, segundo Smith Gervase, tinha aumentado significativamente «a emigração de colonos (...) que iriam ocupar as melhores terras, sobretudo nos colonatos de Cela, de Matala e nas terras do café do noroeste, expropriadas aos africanos»³³⁵. A política económica, a aposta na modernização e requalificação dos serviços e o aumento da criação de infraestruturas atingiu o maior crescimento em

informações estatísticas ou de outro carácter técnico, relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII da Carta».

³³² Cf. HUIBREGTSE, Dr. P. K., *Angola, The Real Story*, pp. 61-62. Veja também: ABSHIRE, David M. e SAMUELS, Michael A., *Portuguese Africa, a Handbook*, pp. 375-378.

³³³ ROCHA, Edmundo, *Angola – Contributo ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano*, p. 49.

³³⁴ FONSECA, Ana Mónica, *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, Edição do MNE, Lisboa, 2007, p. 63.

³³⁵ GERVASE, Smith Clarence, *O Terceiro Mundo (1825-1975)*, Teorema Editora, Lisboa, 1985, p. 189.

Angola, neste período, em diversos sectores de produção, enquadrado no «plano de desenvolvimento nacional que elevou o crescimento económico, com a construção de estradas, pontes, hidrelétricas, caminhos-de-ferro, fábricas, aeródromos e o crescimento das exportações»³³⁶ e o aumento do ensino³³⁷. Administrativamente, as reformas em curso representavam para a metrópole grandes benefícios económicos e financeiros resultantes daqueles investimentos e das novas políticas de crescimento e de inovações.

A importância económica de Angola passava a atrair maiores investimentos, principalmente desde que, em 1952, a Petrofina, uma Companhia de petróleos belga, em parceria com a Companhia de Combustíveis do Lobito começaram investigações sobre a existência de petróleo que viria ser descoberto em 1955³³⁸, na área marítima angolana do norte. A importância do petróleo veio representar grande desenvolvimento do sector industrial, uma vez que fazia assim nascer as refinarias petrolíferas em Angola e aumentava as exportações.

Quanto à situação política, o debate sobre o problema da descolonização tinha pontos de discordância. Nos círculos políticos portugueses, o ponto polémico na política ultramarina era discutido entre a ideia da descolonização e de larga autonomia para Angola, o que dividia as opiniões entre os adeptos da continuidade do império e os que defendiam «o reconhecimento do direito à independência dos territórios ultramarinos»³³⁹.

O crítico mais activo desta ala revolucionária veio a ser Mário Soares que «se socorreu dos tribunais internacionais para denunciar a guerra mantida por Portugal nas três frentes africanas»³⁴⁰. Nas suas denúncias, em Nova Iorque, Mário Soares considerou tratar-se de uma guerra sem

³³⁶ Cf. WAALS, Ws van der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, p. 37.

³³⁷ Segundo o Professor Adriano Moreira, apesar de ter havido o aumento do ensino em Angola, não foi ainda autorizada a criação de uma Universidade que, embora pedida pelo Governador de Angola, em 1961, ele próprio (Adriano Moreira) enquanto Ministro do Ultramar não autorizou. Cf. Depoimento do Professor Adriano Moreira, Lisboa, 3 de Fevereiro de 2011.

³³⁸ HUIBREGTSE, Dr. P. K., *Angola, The Real Story*, p. 32.

³³⁹ GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA, *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, Instituto de Democracia e Liberdade, Vol. 2, Lisboa, 1979, p. 3.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 90.

esperança, sustentada pelo apoio estrangeiro, pelo que o termo desta só seria possível depois de encetadas negociações com os movimentos africanos, criando condições para que em liberdade os povos pudessem escolher o seu futuro³⁴¹ político.

Posteriormente, as hipóteses resultantes do ambiente político de Marcelo Caetano ficariam marcadas pelo Programa do Movimento das Forças Armadas no qual estava consubstanciada a promessa de que a política ultramarina se pautaria pela vontade manifesta da nação, tendo como orientação os princípios de que a solução das guerras no Ultramar deveria ser política e não militar, de que se deveriam criar condições para um debate franco e aberto do problema e de que deveriam ser lançados os fundamentos de uma política conducente à paz.³⁴² Esta posição foi ainda defendida por António de Spínola que, em 1972, ao apresentar uma elaboração do «Estatuto da Província da Guiné», sugeria a Marcelo Caetano³⁴³ a larga descentralização e representatividade adequada dos cidadãos em geral, das autarquias e dos grupos sociais nas suas modalidades fundamentais³⁴⁴, com maior incidência nas províncias do Ultramar.

Para Spínola, «era urgente caminhar ao encontro das soluções políticas, a fim de evitar a desagregação do Todo Nacional por derrocada geral, o que impunha o imediato reajustamento da política ultramarina e a consequente reorganização do Ministério do Ultramar que, tendo-se transformado numa barreira à evolução, contrariava sistematicamente todas as tentativas de

³⁴¹ Cf. *Ibidem*, p. 91.

³⁴² Cf. *Ibidem*.

³⁴³ Segundo o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, já em 1962, enquanto Ministro do Ultramar, «o Professor Marcello Caetano [tinha preconizado] a adopção de uma estrutura federal para o Estado Português. Em 1974, a fórmula federal seria retomada, ainda que com o qualificativo de confederativa, por António de Spínola. O objectivo visado era o de criar uma alternativa ao reconhecimento do direito à independência imediata dos territórios africanos submetidos à soberania portuguesa, considerando a federação como um resultado possível do exercício do direito dos povos à sua autodeterminação». SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Direito Constitucional (Introdução à Teoria da Constituição)*, Braga, 1979, p. 136.

³⁴⁴ Cf. SPÍNOLA, António de, *País sem Rumo, Contributo para a História de uma Revolução*, SCIRE, 1978, p. 66.

descentralização que pudessem conduzir à proclamada autonomia progressiva»³⁴⁵.

Mas, a simultaneidade da guerra travada em Angola, em Moçambique e na Guiné constituía para Portugal um grande dilema, porquanto o governo português se debatia com a dificuldade de encontrar vias de solução política, no plano interno, e, no plano externo multiplicavam-se os apoios aos movimentos de libertação, bem como críticas nas instâncias internacionais, nomeadamente na Organização das Nações Unidas e na Organização da Unidade Africana.

Para estes movimentos africanos, qualquer solução proposta somente seria considerada aceitável se passasse pela via de um projecto político da descolonização. Em Angola a intervenção externa crescia com apoios concedidos aos movimentos nacionalistas, alojados pelos países vizinhos que partilhavam as fronteiras com o território angolano, aproveitando-se dessa facilidade de circulação entre as fronteiras.

Este clima político, no panorama regional, era um autêntico entrave para o governo português que pouco conseguia convencer os governos vizinhos de Angola: do Congo-Brazaville, sede de alojamento do MPLA³⁴⁶, do Congo-Kinshasa sede de infiltração da FNLA e da Zâmbia, base de apoio da UNITA³⁴⁷.

Acrescia a este cenário regional angolano de difícil solução por parte de Portugal, o problema da Guerra Fria que se tornara intensa no plano internacional, com especial repercussão e consequências desastrosas para Angola, onde a busca das influências internacionais levava os três movimentos angolanos a serem reféns dos sistemas ideológicos antagónicos e de regimes opostos. Enquanto isso, como refere o General Gonçalves Ribeiro, «as Forças Armadas Portuguesas envolvidas em operações militares em três teatros de operações, Angola, Guiné e Moçambique (...) e mantendo guarnições em Cabo-Verde, Timor e S. Tomé e Príncipe e Macau, em 1972,

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 67.

³⁴⁶ Cf. RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, Da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, Inquérito, Portugal, 2002, p. 33.

³⁴⁷ Cf. PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*, p. 39.

continuavam a dar todo o tempo ao poder político para encontrar outras soluções que dispensassem o uso da força»³⁴⁸.

A possibilidade de vencer a guerra era difícil de conseguir por qualquer meio, primeiro, devido ao ponto em que já tinha chegado o desenvolvimento do problema e, em segundo lugar, tendo também em consideração a projecção internacional dos próprios movimentos anti-coloniais angolanos.

3. A conjuntura política colonial e o problema do estatuto de Angola antes da independência

António de Oliveira Salazar morre em 1970, ano em que Marcelo Caetano foi chamado a liderar o Estado Novo, como presidente do Governo. As políticas coloniais eram, assim, reafirmadas pelo novo líder e o discurso da independência da África portuguesa não fazia parte do programa político do regime, embora as vozes da oposição defendessem o contrário.

A conjuntura política portuguesa continuava dominada por um amplo debate em torno da situação em Angola devido a intensificação das guerras da independência, a condenação generalizada da forma como o Governo conduzia a gestão do conflito. Para uma reconstrução da história, José Freire Antunes caracterizou a situação do seguinte modo:

«A heterodoxia de Marcello Caetano tornava-o suspeito aos olhos dos *integracionistas*. Fazendo-se eco dessa desconfiança, o Presidente da República, almirante Américo Tomás, exigiu-lhe a garantia de que a política africana de Salazar seria mantida. Em resposta, o novo Presidente do Conselho disse-lhe que pretendia transformar as eleições gerais de Outono de 1969 numa consagração popular dessa política, esperando ser bem-sucedido. Senão, atalhou Tomás, as Forças Armadas intervirão. A discórdia estalou mesmo antes da tomada de posse (...) Subindo ao poder já refém, Caetano avançou com um compromisso de «meio da estrada»: a autonomia progressiva e participada dos territórios de África. Em Abril de 1969, duas semanas após um estimulante encontro com Nixon, em Washington, Caetano

³⁴⁸ RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, Da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, p.33.

iniciou um périplo por Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Foi a primeira visita oficial de um Chefe de Governo a África. (...) Ao longo da viagem, Caetano enunciou uma estratégia de reconversão do sistema imperial baseada em três pontos fundamentais: 1) A dinamização orgânica das Forças Armadas e o aumento da sua eficácia no terreno; 2) A descentralização da burocracia e a participação dos autóctones na gestão pública, substanciando o conceito de Estado multi-racial; 3) O crescimento económico e a atracção do investimento estrangeiro»³⁴⁹.

Do lado africano, os movimentos independentistas rejeitavam categoricamente quer a ideia da descentralização, quer o projecto federalista, estando firmes na defesa de que Portugal reconhecesse «o direito à independência»³⁵⁰ dos povos autóctones.

Num clima político de agravamento da crise, o Governo português continuava a enfrentar séria oposição interna, quer através da pressão do Movimento das Forças Armadas, quer pelo confronto político com a ala progressista que defendia o fim da permanência em África, liderada, entre outros, por Mário Soares. A conjuntura política internacional do início da década 1970 apresentava-se cada vez menos pouco favorável ao regime marcelista com pouca abertura para mudanças das políticas no Ultramar africano. Quanto mais se afastava a possibilidade de adoptar soluções políticas, tão defendidas pela oposição, mais se agravava o problema militar da guerra de independência nas três frentes de combate.

Neste sentido, a motivação dos nacionalistas aumentava as suas razões da persistência na luta pela independência. Os movimentos independentistas angolanos vão, assim, diversificar as suas acções de

³⁴⁹ ANTUNES, José Freire, *O Facto Africano 1890-1990*, Bertrand Editora, 1990, pp. 75-76. Essa política, ainda segundo este autor, incluía o debate sobre um «projecto federalista», cuja finalidade era a criação de uma confederação de Estados, na qual o território ibérico, designado por Lusitânia, teria o papel de uma parcela igual às outras. No caso de Angola, a viabilidade política do projecto federalista era acentuada pela situação militar, com a rivalidade que opunha a FNLA ao MPLA (expressa em constantes fratricídios), facilitava a acção das tropas portuguesas e a guerrilha não constituía um desafio substantivo. Cf. *Ibidem*, p. 78.

³⁵⁰ Declarações de Agostinho Neto ao jornal *The Washington Post*, May 5, 1974; citado por: ANTUNES, José Freire, *O Facto Africano 1890-1990*, p. 96.

guerrilha que muitas vezes semeiam pânico e medo nas populações. Com a determinação de que, sendo o objectivo da luta a libertação nacional em ordem à concretização do projecto nacional angolano³⁵¹ da construção do Estado, os movimentos nacionalistas empenharam-se por todos os meios para alcançar este fim, no quadro da ideologia africana da erradicação do colonialismo no continente³⁵². Numa fase mais avançada das ideias revolucionárias dos líderes dos movimentos independentistas angolanos, dois importantes factores podem ser considerados decisivos para o evoluir dos factos políticos com que o regime colonial se debatia que, embora tenham sido abordados acima, convém realçá-los em pormenor e contextualizar o seu significado na acção dos movimentos independentistas.

Em primeiro lugar, a década de 1960 foi, massivamente, o período da descolonização da maior partes dos Estados africanos, o que significava, ao mesmo tempo, que todo o desenvolvimento da política internacional africana, de um modo geral, resultava numa vantagem de oportunidades que os líderes angolanos dos movimentos independentistas tinham a seu favor. Exemplo disso, como já referimos, são os países vizinhos de Angola que serviam de apoio logístico e mesmo político àqueles movimentos. Como refere Juan F. Benemelis, a propósito daqueles apoios, quanto a Jonas Savimbi, «o zambiano Kenneth Kaunda propõe reconhecer um Estado (angolano) do sul se a UNITA conseguir controlar firmemente a ferrovia de Benguela, (...) pois não deseja depender da linha férrea que atravessa a Rodésia e a África do Sul»³⁵³; enquanto a FNLA continuou a contar com o

³⁵¹ À semelhança do contexto moçambicano analisado por Pedro Borges Graça, o horizonte no qual inevitavelmente se haveria de inserir passaria pela mesma via dos «Estados subsharianos, resultando sempre na interação entre herança africana e legado colonial, entre valores africanos e valores ocidentais». GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 25.

³⁵² Neste sentido, é lógico observar, como notou Adriano Moreira, que «os programas nacionalistas dos Aparelhos do Poder instalados em substituição da soberania colonial expulsa não exprimem mais do que um projecto nacional, isto é, a intenção de vir a amalgamar os grupos numa unidade mais vasta que corresponda ao conceito ocidental de nação». MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Almedina, 3ª edição, Coimbra, 2006, pp. 350-351.

³⁵³ BENEMELIS, Juan F., *Castro – Subversão e Terrorismo em África*, Editora Europress, Odivelas, 1987, p. 221.

tradicional apoio do governo zaireense de Mobutu³⁵⁴. O MPLA, mais internacionalizado, tem uma progressão da Argélia e de Conackry a Brazzaville, onde Agostinho Neto estreita aproximação com o governo de Marien Ngouabie³⁵⁵. A acção diplomática do Estado colonial enfrentava assim esta forte onda de um nacionalismo dos Estados solidários, tendo em conta o contágio africano da unidade e interajuda dos povos para a libertação do continente do domínio colonial, como prescrevia o art. 2º, da Carta da OUA.

O segundo factor importante que reforçava a acção dos movimentos independentistas é a própria conjuntura política internacional das grandes potências e das antigas potências coloniais parceiras de Portugal. Os actos de guerrilha no interior de Angola apresentavam níveis muito elevados de eficácia que obrigavam Portugal a utilizar grandes recursos humanos e materiais.

Para tentar conferir um fundamento jurídico à situação de Angola, o problema do estatuto do território angolano mais uma emenda constitucional traduziu-se na revisão da Constituição de 1971 que «consagrou o princípio da autonomia das Províncias em termos mais expressivos, bem como da sua especialidade político-administrativa, confiando-se-lhe carácter de princípio geral da organização do Estado, aplicável a outras zonas do território»³⁵⁶. Este enquadramento legal é ainda especificado pelo Art. 133º da mesma Constituição, que previa que «os territórios da Nação portuguesa situados fora da Europa constituem Províncias Ultramarinas, as quais terão estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica»³⁵⁷. Mas, a nova

³⁵⁴ Cf. *Ibidem*, p. 220

³⁵⁵ Cf. *Ibidem*, p. 207.

³⁵⁶ GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p.78.

³⁵⁷ Art. 133 da CRP de 1971. Cf. ainda GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra - Moçambique 1961-1974*, p. 78.

designação constitucional representava, para as elites nacionalistas e para ala reformista e esquerdista portuguesa, o retardamento da solução do problema que não conduzia uma solução credível.

Assim, aconteceria que apenas com a revolução do 25 de Abril em Portugal continental veio abrir-se o caminho que «proporcionou o estabelecimento de condições políticas para uma rápida solução do problema colonial»³⁵⁸, que no caso angolano o novo ambiente político português resultaria no reconhecimento dos três movimentos nacionalistas e independentistas como interlocutores para as futuras conversações.

Na medida em que os nacionalistas angolanos quer no exílio, quer em Angola absorviam, em larga medida, os comportamentos de outros Estados independentes da África libertada, os anos anteriores à revolução do 25 de Abril ficaram marcados por diversos acontecimentos guerrilheiros mas também de tentativas negociais entre as autoridades coloniais e os líderes dos movimentos nacionalistas angolanos. De um modo particular, verifica-se que, no plano político de acordo com Wheeler e Pélisier, «a radicalização da teoria e da política dos nacionalistas foi também consequência de uma rivalidade pela condução dos destinos do povo angolano entre o regime português e os nacionalistas exilados e os seus aliados nos Estados africanos independentes»³⁵⁹.

Entretanto, no quadro político que antecede ao 25 de Abril aconteceram duas importantes situações: quanto ao poder colonial, reinava, nas elites militares, a convicção de que o problema da aposta na neutralização dos movimentos guerrilheiros pela força e por aumento de novos investimentos

³⁵⁸ PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, os Brancos e a Independência*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2008, p. 347.

Entretanto, no debate crítico e condenatório do processo de descolonização, Luiz Aguiar, na sua obra *O Livro Negro da Descolonização*, centra o discurso na má interpretação e aplicação da Lei 7/74, que no seu Art. Nº 1 consagrava «o direito dos povos à autodeterminação», desenvolvendo, a partir daí, a ideia de que «a autodeterminação não desagua necessariamente na independência». Vejamos a análise crítica do autor: «Poder-se-á, assim, dizer que, na Lei 7/74, o direito dos povos à autodeterminação foi usado no sentido “técnico” e consequentemente que o seu significado se deverá ir buscar à Carta da Nações». AGUIAR, Luiz, *O Livro Negro da Descolonização*, Editorial Intervenção, Lisboa-Braga, pp. 57-65.

³⁵⁹ WHEELER, Douglas e PÉLISIER, Réne, *História de Angola*, p. 348.

em Angola, não solucionava, no essencial a questão da independência tão debatida pelos órgãos do poder português, quanto às formas da sua efectivação³⁶⁰. Assim se entendeu que a incerteza na definição do futuro político das regiões ultramarinas arrastava, sem resposta, questões vitais para a estabilidade política quer na metrópole, quer no próprio território angolano.

A segunda situação acontece do lado angolano. Embora não sendo nova, a clara fragmentação e falta de unidade no seio dos movimentos nacionalistas³⁶¹, de certo modo, dava pouca consistência discursiva à definição e coordenação de estratégias, perante as autoridades coloniais, da ideia tão defendida de instituir um Estado em Angola, o principal objectivo político e pelo qual os mesmos grupos se tinham constituído. Somente perante a possibilidade das negociações, os líderes reconheceram a importância de encetar contactos entre si com vista a definir pontos comuns na discussão com o Governo português para a independência nacional de Angola.

O golpe revolucionário que derrubou o regime do Estado Novo, de 25 de Abril, em Portugal, dava esperança a todos os portugueses de que quer a relação com o novo regime, quer o fim da longa guerra colonial teriam um desfecho que abriria para um futuro de paz. Mas, quanto à descolonização, a posição da metrópole era incerta, tanto mais que a divergência de ideias na definição do modelo de descolonização levantava pontos de vista

³⁶⁰ Neste sentido, o Presidente da República portuguesa, António Spínola, sublinhava o seguinte: «não vemos que haja no espírito dos homens lugar para outras interpretações que não sejam as de um amplo debate de ideias e de um esforço comum no sentido da formação de sociedades democráticas, harmónicas e progressivas, exprimindo-se e realizando-se em plenitude dos seus direitos. Federação, comunidade, ou simples coexistência de Estados totalmente independentes são fórmulas finais que os povos do Ultramar e só a eles compete decidir». ROCHA, J. Marques, *A Descolonização, 24 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975. Os Mensageiros da Guerra – Angola*, Edição Grafibraga, 1ª edição, Braga, 2002, p. 110.

³⁶¹ Cf. FREITAS, Amadeu José de, *Angola – O Longo Caminho da Liberdade*, Moraes Editores, Lisboa, 1975, pp. 245-260.

antagónicos, na esfera política interna portuguesa, entre a via da solução política e a via militar³⁶².

Colocando o problema no debate das forças intervenientes e como constava no programa do Movimento das Forças Armadas, este «proclamou, como princípios de uma estratégia colonial, o reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar, a criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino e o lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz»³⁶³.

4. Os movimentos nacionalistas e a estratégia negocial com o poder colonial face ao ideal da independência nacional

A ideia do nacionalismo fundador de um Estado não tem um modelo linear, nem doutrina. Inspira-se nas revoluções da mesma natureza, desencadeadas por outros povos, e com base nelas cria elementos próprios que lhe traçam horizontes no quadro das características específicas do respectivo povo e cultura. Daí o problema de saber porquê que o movimento nacionalista angolano não ousou usar a via da unidade, na sua tríplice formação político-partidária desde a sua expansão, e porque optou pela via da guerra pelo poder do Estado entre os três movimentos independentistas.

³⁶² As propostas de uma solução política foram amplamente debatidas pela ala reformista, representada entre outros por António de Spínola. Em o *Portugal e o Futuro*, o General afirma: «propomo-nos construir sociedades multirraciais; e o mundo o respeitará e aceitará se esse for de facto o nosso propósito e essa for a vontade expressa das sociedades a transformar. Mas, se pretendemos integrar o que não quer ser integrado, ou constituir sociedades de figurinos diferentes daquele que essas sociedades pretendem, jamais deixaremos de ser vulneráveis. É que os africanos, antes e para além de serem portugueses, eram e são africanos; não podemos ignorá-lo, e é dentro destes parâmetros que teremos de viver e sobreviver. Não tenhamos ilusões: é um facto que os africanos querem ser portugueses – mas querem-nos ser à maneira africana, não à maneira como o pretende certo sector metropolitano. Impõem-se assim que, se atente que a solidariedade dos elementos da Nação jamais será conseguida no pressuposto da tácita aceitação do domínio de um deles sobre os restantes. Na verdade, sob os amplos e aliciantes conceitos da comunidade multirracial em construção ressalta sempre a insinuação mal disfarçada da hegemonia da Metrópole sobre o conjunto...». SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro, Análise da conjuntura nacional*, Arcádia, s/d., pp.127-128.

³⁶³ GOMES, Francisco Manuel, *Memórias de uma Guerra Inacabada, Portugal, os Estados Unidos e o Processo de Descolonização Angolano*, p. 135.

Os comportamentos praticados demonstram que se tratou de um projecto integrado no programa libertador de cada um daqueles movimentos. A análise das intenções que transparecem na declaração dos manifestos fundadores dos movimentos nacionalistas, bem como as relações entre si nos primeiros momentos da sua consolidação, provam-nos que a luta pelo poder de Estado foi subjacente ao projecto da luta anti-colonial de cada uma daquelas formações.

O desenvolvimento dos conflitos armados entre os três movimentos nacionalistas anteriores às cimeiras que abriram o processo da descolonização de Angola tinha despertado nos respectivos líderes a tomada de consciência sobre a necessidade de estabelecer contactos e acertar posições para, deste modo, puderem adoptar uma sólida estratégia perante as autoridades coloniais. Tais contactos permitiram realizar acordos tripartidos entre o MPLA, FNLA e UNITA. Visavam criar condições para possibilitar a realização de uma cimeira entre os três líderes juntos, que veio a ser a cimeira de Mombaça. Com vista à sua preparação, os movimentos nacionalistas estabeleceram diálogos bilaterais prévios, por iniciativa de Jonas Savimbi.

Assim, em 25 de Novembro de 1974, uma delegação da UNITA encontrou-se com outra delegação da FNLA, em Kinshasa³⁶⁴. Os representantes dos dois movimentos examinaram a situação angolana, debatendo questões relativas à descolonização do território, e em comunicado final, numa declaração conjunta, tornaram público o acordo que foi manifestado nos seguintes termos:

«Conscientes do papel que desempenharam na luta armada e no combate libertador do povo angolano contra o colonialismo português; conscientes de que a relação do povo angolano e o seu poder histórico conduzirão Angola à sua independência nacional; cientes de que lhes cabe agora a responsabilidade para a reconstrução duma Angola verdadeiramente angolana, livre e independente; conscientes de que a

³⁶⁴ Cf. COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), p. 180.

aproximação dos movimentos de libertação corresponde às mais profundas aspirações do povo angolano, e do próprio interesse supremo da nação, que se transcendam ódios, rancores, suspeitas e divergências de toda e qualquer espécie, já que as persistentes divisões, no seio dos movimentos de libertação, constituem uma ameaça à paz, à segurança, à ordem e até mesmo à independência de Angola (...), decidem: 1º) Pôr termo a toda e qualquer forma de ataque ou propaganda susceptível de prejudicar a uma das partes signatárias;

2º) Instalar, depois da publicação do presente comunicado uma cooperação e assistência militar mútuas no intuito de fazer face a toda e qualquer eventualidade dos extremistas de toda a espécie que ameaçam as aquisições de revolução e o processo normal da ascensão do nosso país à independência total;

3º) Estabelecer uma comissão mista encarregada de elaborar uma plataforma que regule as tarefas políticas que se referem à reconstrução de Angola independente»³⁶⁵.

Com o mesmo objectivo político, a UNITA prosseguia conversações com o MPLA, sem que, no entanto, houvesse semelhante iniciativa entre o MPLA e a FNLA, antes da cimeira dos três em Mombaça. Jonas Savimbi ao estabelecer um diálogo com Agostinho Neto, depois de o ter feito com Holden Roberto, mostrava o seu carisma de conciliação e harmonia inter-movimentos, à procura de uma estratégia comum, como o classificou a imprensa internacional: «o Dr. Savimbi tem sido um viajante incansável durante estas últimas semanas, realizando encontros com o Dr. Agostinho Neto e Holden Roberto, com vista a conseguir que os três movimentos se sentem à mesa das negociações e elaborem uma plataforma comum para as conversações com Portugal»³⁶⁶.

Os seus contactos com Neto viabilizaram o encontro entre os dois movimentos, a 10 de Dezembro de 1974, na cidade de Luena. Nesta reunião, a questão dominante foi a descolonização e a independência cuja prioridade para o seu normal desenvolvimento era «a unidade dos movimentos de

³⁶⁵ VAZ, Carmo (Dir.), *Angola, Rumo à Independência: o Governo de transição (documentos e personalidades)*, Livrangol Editores, Luanda, s/d, pp. 18-19.

³⁶⁶ BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, p. 131.

libertação de Angola»³⁶⁷. No comunicado final, os dois líderes reconheceram a necessidade de «pôr termo a toda a espécie de hostilidade» de modo que fosse possível «estabelecer um clima favorável à cooperação» bilateral em torno do mesmo objectivo, afirmando a urgência de «criar em comum organismos a todos os níveis da sociedade angolana tendentes a solucionar *in loco* os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas, que permita desde já estudar com os diferentes sectores interessados as causas e os eventuais remédios para ultrapassar a recessão económica»³⁶⁸.

Na sequência dos contactos tripartidos entre os movimentos nacionalistas, tornara-se possível uma reunião conjunta que ficou conhecida como a Cimeira de Mombaça, no Quénia, mediada pelo presidente queniano Jomo Kenyatta. Estas conversações terminaram a 5 de Janeiro de 1975. Visava encontrar uma plataforma comum entre as três delegações angolanas, antes das negociações com o Governo português, na Cimeira de Alvor.

As negociações de Mombaça resultaram num acordo de 4 princípios fundamentais: 1º) o Princípio da Legitimidade revolucionária, isto é, a exclusão de qualquer outro partido angolano na fase de preparação da independência; 2º) Princípio da necessidade de um período de transição; 3º) Princípio da integridade territorial do País, com referência expressa ao enclave de Cabinda como parte integrante e inalienável do territorial angolano; e 4º) Princípio da aceitação de que todos os cidadãos nascidos em Angola poderão tornar-se cidadãos do novo país³⁶⁹.

Somente no decorrer dos trabalhos o MPLA e a FNLA, que não se tinham encontrado previamente, reuniram-se para, também, movidos por um interesse comum e na tentativa de reflectir em conjunto pontos sensíveis

³⁶⁷ VAZ, Carmo (Dir.), *Angola, Rumo à Independência: o Governo de transição (documentos e personalidades)*, p. 19.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 19.

³⁶⁹ COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), p. 180.

do processo, debaterem as questões relativas ao problema da descolonização para a qual procuraram estabelecer bases comuns de acção.

Sobre o futuro do país no período pós independência, os nacionalistas assumiram-se responsáveis para edificar a nação angolana sobre as bases justas e democráticas³⁷⁰.

5. Significado político dos acordos de Alvor e o processo de descolonização de Angola

A proclamação unilateral da independência da Guiné, em 24 de Setembro de 1973, deu maior impulso aos independentistas de Angola e de Moçambique. Eram duas das principais colónias que representavam maior atenção para o poder colonial, sendo-lhes colocada uma defesa maior. O reforço do poder administrativo do Estado português evidenciava a prioridade que se deu quer a Angola, quer a Moçambique. Definiu-se «em especial Angola, a joia da Coroa portuguesa»³⁷¹, pelo que o seu controlo administrativo era o que mais politicamente se priorizava, como referimos acima, já desde o início do séc. XIX.

Além de toda importância dada pelo poder colonial ao território angolano, um factor decisivo no processo conducente à respectiva descolonização veio ser a influência negativa que os governos da região, nomeadamente, do Antigo Zaire, da África do Sul e outros exerceram sobre os três movimentos independentistas e a sua acelerada expansão pelo território angolano, ocupando a partir das suas zonas de influência posições reforçadas por uma acção psicológica e subversiva.

Sem informações imparciais e a falta de instrução e esclarecimento das populações rurais, a explicação dada sobre as razões da guerra pelos grupos revolucionários às populações das suas áreas de influência passava a ideia

³⁷⁰ Cf. VAZ, Carmo (Dir.), *Angola, Rumo à Independência: o Governo de transição (documentos e personalidades)*, p.25.

³⁷¹ PAIN, Rodrigo de Souza, *Por onde vão os angolanos? Os desafios da democratização e a importância da participação da sociedade civil angolana*, Universidade Cândido Mendes (CEAA/UCAM – RJ), s/d, p. 3.

de que cada grupo lutava sozinho pela libertação do país contra os colonizadores e que o seu povo deveria contribuir nessa luta, combatendo também outros que, sendo angolanos, seriam traidores por se aliarem aos imperialismos externos. Neste sentido, o caminho para as negociações de Alvor e o acordo que dali resultou foram considerados pelo povo angolano, em cada zona de influência de cada movimento nacionalista, como esforço desse movimento e com envolvimento pessoal do líder oriundo dessa etnia.

Em Janeiro de 1975, cerca de nove meses depois do golpe de Abril que derrubou o longo poder do Estado Novo, em Portugal, aconteciam as primeiras negociações entre os três movimentos nacionalistas³⁷² e as autoridades portuguesas. O encontro teve um carácter diplomático convencional para a assinatura do Acordo de Alvor³⁷³, a 15 de Janeiro de 1975. A natureza do acordo era formalizar um entendimento das partes que concordavam em pôr fim à guerra da independência que decorria durante 14 anos e, deste modo, instaurar o processo de descolonização que levou à

³⁷² Os movimentos MPLA, FNLA e UNITA foram, à luz dos Acordos de Alvor (Art. 1.º), reconhecidos pelo Estado Português como os únicos e legítimos representantes do Povo Angolano. Seriam, portanto, os principais intervenientes em todo o processo de descolonização e a quem caberia, com a representação portuguesa, de constituir o Governo de Transição, em vista às eleições gerais que deveriam ser realizadas antes da data da Independência.

Foi com base neste reconhecimento e nos respectivos Acordos que se constituiu o Governo de Transição constituído da seguinte forma: um Alto Comissário de Angola Silva Cardoso; um colégio presidencial constituído por: Jony Eduardo (FNLA), Lopo do Nascimento (MPLA) e José N'dele (UNITA). Os membros do Governo de Transição foram: Ministro do Interior: N'gola Kambangu (FNLA); Secretários de Estado: Henrique Santos (MPLA) e João Vahekeni (UNITA); Ministro da Informação, Rui Monteiro (MPLA); Secretários de Estado, Hendrick Vaal Neto (FNLA) e Jaka Jamba (UNITA); Ministro do Trabalho e Segurança Social, António Dembo (UNITA); Secretários de Estado, Baptista Nyuvulo (FNLA) e Cornélio Caley (MPLA); Ministro da Economia, Vasco Vieira de Almeida (Portugal); Secretários de Estado do Comércio e do Turismo, Graça Tavares (FNLA), da Indústria e Energia, Augusto Lopes Teixeira (MPLA), das Pescas, Miguel Teixeira Coelho (UNITA); Ministro do Planeamento e das Finanças, Saydi Mingas (MPLA), Ministro da Justiça, Diógenes Boavida (MPLA); Ministro dos Transportes e Comunicações, Albino Antunes da Cunha (Portugal); Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, Samuel Albrigada (FNLA); Ministro das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Manuel Resende de Oliveira (Portugal); Ministro da Educação e Cultura, Jerónimo Wanga (UNITA); Ministro da Agricultura, Mateus Neto (FNLA) e Ministro dos Recursos Naturais, Jeremias Tchitunda (UNITA). Decreto nº 1-A/75 de 3 de Fevereiro, Boletim Oficial de Angola, I Série, nº 28, Suplemento da mesma data. Citado por GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA, *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, p. 103.

³⁷³ Veja Anexo 6.

instituição do Estado em Angola. Assim, eram também definidos os termos em que o processo deveria acontecer. Neste sentido, o acordo concebeu-se como instrumento jurídico que vinculava todas as partes às normas nele estabelecidas, que impunham uma observância das regras e procedimentos que deveriam ser seguidos na transição para a autodeterminação e independência nacional do novo país.

Quanto ao processo de transição para a transferência de poderes, como ponto de partida fundamental para conferir o direito de soberania aos angolanos, previsto no Acordo de Alvor, foi afirmado «solenemente, o reconhecimento do direito do povo angolano à independência»³⁷⁴ do Estado. Nos mesmos termos, foram reconhecidos, por parte do Estado Português, os três movimentos angolanos, MPLA, FNLA e UNITA, «como os únicos e legítimos representantes do povo angolano»³⁷⁵. Para a condução da actividade política nacional, foi estabelecido um Alto-comissário e um governo de transição³⁷⁶ representativo dos três movimentos, sendo que as eleições gerais em Angola, foram marcadas para o mês de Outubro de 1975, e fixou-se a data da independência para 11 de Novembro desse ano.

Outro ponto importante do Acordo de Alvor definia o compromisso do cessar-fogo geral entre o governo português e os três movimentos de libertação³⁷⁷, observado em todo o território angolano, e determinou-se também a concentração das forças armadas³⁷⁸ dos respectivos movimentos bem como a sua dissolução e unificação, para constituir as Forças Armadas Mistas³⁷⁹, a transferência gradual do poder, durante a transição para os órgãos de soberania angolanos³⁸⁰. Sobre a questão da descolonização, cabia ao governo de transição zelar e cooperar para boa condução do processo até à independência total³⁸¹. Assim, coube ao mesmo governo organizar eleições

³⁷⁴ Art. 2.º, Acordo de Alvor.

³⁷⁵ Cf. Art. 1.º, *Ibidem*.

³⁷⁶ Cf. Art. 5.º, *Ibidem*.

³⁷⁷ Cf. Art. 6.º, *Ibidem*.

³⁷⁸ Cf. Art. 7.º, *Ibidem*.

³⁷⁹ Cf. Art. 32.º, *Ibidem*.

³⁸⁰ Cf. Art. 8.º, *Ibidem*.

³⁸¹ Cf. Art. 24.º, al. a).

gerais para uma Assembleia Constituinte, no prazo de nove meses, a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua instalação³⁸² e tomada de posse.

O alcance político atingido nos acordos de Alvor perspectivava um equilíbrio de poderes transitórios na arena política angolana que estava a emergir, e tudo apontava para uma correlação de forças políticas participativas dos três movimentos nacionalistas que, deste modo, se transformariam em partidos políticos. Seriam estes que, democraticamente, disputariam as eleições dentro dos parâmetros normativos que viessem a ser estabelecidos pela lei eleitoral, cujos princípios tinham sido lançados por aquele entendimento.

Porém, este Acordo foi, pouco depois, violado devido as intenções de má fé dos negociadores. Como se notou, no período negocial, de acordo com Georg Wright «ao mesmo tempo que os três movimentos nacionalistas se encontravam reunidos em Portugal, preparavam-se já os meios para sabotar a solução política que viesse a ser encontrada. Isto relacionava-se directamente com a decisão de certos patronos externos de continuar a fornecer ajuda militar à FNLA»³⁸³. Na mesma linha, este ponto de vista é realçado por um dos intervenientes em Alvor, antigo dirigente da UNITA, o nacionalista Jorge Valentim, para quem «a FNLA, o MPLA e a UNITA falavam das eleições, mas todos tinham medo e não queriam estas eleições. As tácticas eram ganhar a legitimidade internacional nas negociações em Portugal e tomar o poder pela força»³⁸⁴.

Do lado oposto, também a leitura de Marcolino Moco vai no mesmo sentido. No seu depoimento, o antigo Primeiro-ministro de Angola e dirigente do MPLA referiu que «os movimentos de libertação vieram com esta filosofia, pelo que os acordos foram apenas uma táctica de esperar a tomada do poder»³⁸⁵ pelo uso da força.

³⁸² Cf. Art. 40.º, *Ibidem*.

³⁸³ WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, p. 126.

³⁸⁴ VALENTIM, Jorge, *1954/1975 Esperança, época de Ideias da Independência e Dignidade*, p. 234.

³⁸⁵ Depoimento do Dr. Marcolino Moco em 21 de Setembro de 2011.

Desenhava-se assim o estado da crise em que viria mergulhar o processo de descolonização angolano e que se transformou em relações políticas de elevado conflito entre os movimentos nacionalistas, hostilizando-se sozinhos. Jorge Valentim, mais uma vez, observa que «todo o armamento que os movimentos de libertação tinham e procuravam ter destinava-se não apenas à defesa mas, acima de tudo, à conquista do poder pela força»³⁸⁶. Os movimentos nacionalistas, motivados por este objectivo, tanto em Luanda e noutras partes de Angola, «a concorrerem sem regras para o poder, inevitavelmente, tinham que chocar»³⁸⁷, perante uma realidade que perseguiram de forma a satisfazer objectivos partidários.

O clima que se criou introduziu irreversivelmente uma aguda fricção entre as três partes angolanas signatárias do processo o que gerou uma escalada de violência em disputa pelo domínio de Luanda, como centro urbano do poder. Estrategicamente, a ocupação da capital por qualquer das forças daria mais facilidades para dominar todas as partes do território angolano, numa clara generalização da guerra. Foi esta fricção que acabou numa ruptura que alterou definitivamente o desenrolar de acções político-militares que se tornaram inevitáveis após a assinatura do documento de Alvor, o que foi suficiente para o fim pacífico de todo o processo da descolonização de Angola.

Chegando a este ponto, urge analisar as questões de fundo que minaram a solução política encontrada entre o Governo português e os movimentos nacionalistas angolanos. Fundamentalmente, porquê que o Acordo de Alvor não teve força jurídica, na sua aplicação, capaz de condicionar e conter o comportamento e a acção das partes signatárias? E ainda: quais foram as razões do reinício da guerra no período de transição para independência nacional de Angola, quando estava claro que se implementava o processo político com o qual se preparava a instituição do Estado e, por conseguinte, as eleições? A resposta a estas questões não é

³⁸⁶ VALENTIM, Jorge, 1954/1975 *Esperança, época de Ideias da Independência e Dignidade*, p. 245.

³⁸⁷ Depoimento do Dr. Marcolino Moco em 21 de Setembro de 2011.

fácil, tendo em conta a complexidade interna, o impacto ideológico e o sistema internacional que orientaram a evolução do nacionalismo anti-colonial angolano, bem como toda a problemática da guerra de libertação colonial. E nunca foram explicadas em profundidade.

Entretanto, o fracasso do processo construído em Alvor deveu-se a várias questões de carácter político e diplomático que poderiam ser tidas em conta e, desta feita, mereceriam uma resolução prévia entre as três partes³⁸⁸ envolvidas no problema: o Governo português, os movimentos nacionalistas e a comunidade internacional envolvida. O jogo de oportunidades era evidente e influenciava a acção das partes, de acordo com o retrato do Embaixador português António Monteiro:

«O reforço do poderio militar do MPLA, intensificado a partir dos Acordos do Alvor graças ao apoio soviético, traduzira-se na expulsão de Luanda da FNLA e da UNITA em Julho de 1975. O golpe foi sobretudo duro para Holden Roberto, que até aí confiara na superioridade militar do seu movimento, apoiado pelo Zaire e por forças dissidentes do MPLA. A UNITA jogara sempre numa outra perspectiva: a das eleições prometidas pelo Alvor, que esperava possibilitassem à sua base de apoio ovimbundu conceder-lhe uma significativa fatia do poder, que a sua componente militar estava longe de poder assegurar. O resultado da luta em Luanda, porém, liquidou na prática a esperança eleitoral e a execução do acordado no Algarve»³⁸⁹.

Como se verificou, todas as iniciativas que visavam uma solução política entre o poder colonial e os movimentos de libertação ficavam, à partida, condicionadas pelo terceiro elemento presente no problema e como

³⁸⁸ Aplicamos o conceito de partes de acordo com a ideia expressa em Direito Internacional que define “partes” de um processo ou negociação o conjunto de actores que defendem ou representam o mesmo interesse político, sobre o qual formam uma unidade política, embora ostentem as suas divergências no interior da união. Cf. SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, 4ª edição, Coimbra Editora, 1996, p. 153.

³⁸⁹ MONTEIRO, António, *Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana*, in *Negócios Estrangeiros*, nº6, Dezembro de 2003, p. 8.

tal não podia ser ignorado. É a questão diplomática de Portugal³⁹⁰ com os Estados ou organizações que actuavam como suporte dos movimentos de libertação angolanos, nomeadamente: os Estados Unidos, a África do Sul e os países da região, a União Soviética que a entrada de Cuba em cena reforçou. E deste modo, convém salientar que a transição pacífica e a descolonização de Angola não dependiam só de Portugal e dos movimentos nacionalistas angolanos. O acordo de Alvor apresentava-se com enormes dificuldades, no plano da sua aplicação, considerando que a ordem internacional da Guerra Fria era complexa também para os problemas internos angolanos, sobre os quais recaíam as suas consequências.

Mas a principal condicionante é, sem dúvida, a falta de unidade política em torno do ideal da independência, unidade essa que favorecesse a que, perante uma causa de interesse nacional, os movimentos nacionalistas defendessem os mesmos princípios favoráveis ao Estado em Angola, sem ainda se deixarem influenciar por interesses particulares quer do poder, quer das alianças e promessas exteriores. Isto levou a que os princípios de democracia ficassem já desconsiderados, antes mesmo da proclamação do Estado nacional em Angola.

A segunda condicionante da crise deveu-se a erros estratégicos antigos da política portuguesa em relação às colónias, de modo particular Angola, desde o princípio do fenómeno da descolonização do continente africano. Esses erros de cálculo devem ser entendidos no contexto do problema de condenações sistemáticas do regime colonial que o Governo português foi sendo acusado pela comunidade internacional, devido à firmeza da sua persistência em África, quando as políticas de descolonização eram uma realidade³⁹¹ visível por parte das outras potências europeias como a Grã-Bretanha e a França.

³⁹⁰ Era indispensável uma acção diplomática que envolvesse os Estados Unidos da América, a União Soviética, Cuba e a África do Sul, uma vez que era evidente a acção destes países no problema angolano. Este procedimento era necessário para ajudar os próprios movimentos a descomprometer-se das antigas alianças e encarar a conquista e o exercício do poder como interesse nacional e não partidário.

³⁹¹ Num discurso proferido na Assembleia Geral das ONU, em Nova Iorque, Almeida Santos reconhecia a continuidade do regime persistente na manutenção das políticas coloniais.

6. Comportamento dos movimentos nacionalistas durante o processo de transição: o Acordo de Nakuru

Do ponto de vista legal, a vigência dos acordos de Alvor cessou com o início do conflito que opôs os três movimentos negociadores contra si, por um lado; e, por outro, com a limitação da intervenção do Estado português que ficou com capacidade limitada para equilibrar a crise em Angola.

Procuremos encontrar as causas que conduziram a este fracasso, para compreender o comportamento político dos nacionalistas angolanos, porquê que deixaram de observar as normas convencionadas no acordo de Alvor. As análises já avançadas acima apontam para o problema, de certa forma, crucial que se prende com a preparação psicológica de todas as partes intervenientes, no sentido de não terem criado condições formais e materiais para a aplicabilidade do acordo de Alvor³⁹², no terreno, de modo a produzir efeitos imediatos. Como já demonstrámos neste trabalho, a falta de boa fé das partes conduziu à desconfiança política, situação que não poderia permitir o cumprimento de qualquer acordo, nem viabilizar qualquer entendimento. O grupo de pesquisa sobre a descolonização portuguesa coloca o problema nos interesses partidários dos movimentos de libertação e na falta da cultura política destes, em detrimento do superior interesse de

Afirma que «à revelia da nossa vontade, forçámos a perduração da situação colonial muito para além da sua explicação história»; e vai mais longe: «Mas aí de nós, tutelados até à extrema violência por um regime totalitário e retrógrado, regredimos enquanto outros avançavam (...) e quando a África acordou da sua resignação secular, os olhou nos olhos, e fez deflagrar a dinamite de um grito de liberdade como se não tinha ouvido outro, pegando em armas tentámos abafá-lo. Outros souberam interpretá-lo. E a pouco e pouco fomos ficando orgulhosamente sós, grotescamente fechados na vaidade suicida de sermos os escândalo do mundo». SANTOS, António de Almeida, *15 meses no Governo ao serviço da descolonização*, Edições ASA, Porto, 1975, pp. 194-195.

³⁹² De acordo com a nova situação política, «culminando com os Acordos de Alvor, o período de transição caracterizou-se, em Angola, pela incapacidade revelada pelos movimentos nacionalistas de libertação para trabalharem em conjunto, o que foi, desde logo, pela ausência de facto, nas suas funções, por parte da UNITA e da FNLA. Além disso, deu-se início a uma guerra civil entre os diferentes movimentos que levou a que Portugal, pelo Decreto nº 105/75, suspendesse a aplicação destes Acordos. (...) a suspensão dos Acordos foi ignorada por Agostinho Neto, Presidente do MPLA, que, apesar de o seu Movimento controlar apenas uma parte do país proclamou unilateralmente a independência, e anunciou ao mundo, por conseguinte, a criação de um Estado». Cf. GUEDES, Armando Marques et. al, *Pluralismo e Legitimação, a Edificação Jurídica Pós-Colonial*, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 213-214.

Angola. Afirma que «ao nível do próprio Governo de Transição e dos restantes responsáveis políticos e militares, denotou-se imaturidade política perante a grandiosidade e complexidade do processo de descolonização de Angola»³⁹³. Nesse estudo, conclui-se que «daí resultou a corrida aos armamentos, em busca de um equilíbrio de forças, altamente perigoso, fictício por não ter sido acompanhado pela consolidação de estruturas, desembocando na generalização da guerra civil, o que ensombrou a actividade do Governo de Transição»³⁹⁴.

A rivalidade nas relações entre os movimentos nacionalistas foi um dos mais complexos e controverso problema no processo da luta pela independência de Angola. Mas nenhum dos três movimentos reuniu capacidade superior de domínio na luta contra o poder colonial português, embora na fase final da luta pelo poder, o MPLA se consagrasse vencedor no conflito tripartido. Neste contexto, a luta pelo poder do Estado pelos três movimentos angolanos foi, de acordo com John A. Marcun, «competition in a three-party insurgency is not that of a simple zero sum game in which a loss for one is necessarily a comparable gain for the other. In thripartite interaction, two parties may gain and a third lose, or vice versa. Any two could combine to eliminate a week rival»³⁹⁵.

Esta análise permite concluir que a chave hermenêutica para compreender a trajectória da construção do processo político angolano até à independência e depois desta, parte dos pressupostos da guerra colonial que foi também a guerra entre os movimentos nacionalistas e que o Acordo de Alvor apenas tinha dado uma trégua que possibilitou novas formas de organização. O caminho seguido, depois da instauração da primeira República Angolana, proclamada a 11 de Novembro de 1975, foi a herança da situação político-militar desencadeada pelos conflitos que levaram à proclamação da independência do país.

³⁹³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.), *A Descolonização Portuguesa, Aproximação a um Estudo*, Vol. II, Lisboa, 1982, p. 105.

³⁹⁴ *Ibidem*.

³⁹⁵ MARCUN, John A., *The Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, p. 206.

Todavia, como dizem os autores Douglas Wheeler e René Pélissier, os Acordos de Alvor eram agora letra morta³⁹⁶ cujo documento deixava de vincular cada movimento, pois nada ficaria como dantes no capítulo das negociações e ninguém mais conseguiu evitar a opção pela via militar. No entanto, nesta instabilidade política a força sobrepôs-se à ordem e desde que os autores dos acordos punham de parte o seu vínculo em relação aos termos negociados, como referem os autores citados, «as forças armadas estrangeiras começaram a desempenhar um papel crescente naquilo que começou como um conflito puramente doméstico»³⁹⁷, no sentido de tirar vantagem no domínio da geopolítica em que Angola estava inserida.

O problema já não era apenas angolano e não dependia somente dos actores angolanos e portugueses. Com o mesmo ponto de vista já referido, chega-se a uma explicação realista da acção externa no confronto, onde o comportamento do povo angolano seria estimulado para possibilitar a acção da guerra, num espírito divisionista, incutindo a ideia geral de que cada movimento nacionalista, o povo que controla e os seus aliados externos, lutava pela paz e pela libertação nacional. E deste modo, «a internacionalização da guerra civil em Angola agravou-se à medida que as superpotências começaram a apoiar activamente as partes do conflito. [Como veremos] a União Soviética³⁹⁸ retomou os apoios ao MPLA, socorrendo-se das forças cubanas, bem como o pessoal militar e civil das nações comunistas, especialmente da Europa de Leste. O Presidente Mobutu, do vizinho Zaire, apoiou as forças da FNLA de Holden Roberto e enviou tropas zairenses para o norte de Angola. Entretanto, forças sul-

³⁹⁶ Cf. WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, p. 361.

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 361.

³⁹⁸ Desde finais da década de 1950, o contacto das elites nacionalistas angolanas com a União Soviética já tinha começado a traduzir-se num sinal claro do interesse daquela potência em seguir de perto a evolução das formações revolucionárias que optassem pela ideologia comunista. Na década de 1970, como já referimos anteriormente, a ideia de que o MPLA era uma organização promissora do sucesso da acção revolucionária que conduziria Angola à independência, com a vitória daquele movimento, reforçou a confiança política da União Soviética que, deste modo, viam facilidades de se estabelecer ideologicamente, no futuro breve, na nova República Popular independente e livre da aliança com o Ocidente.

africanas³⁹⁹, encorajadas pelos Estados Unidos, começaram a partir de Outubro de 1975, a entrar em território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA»⁴⁰⁰.

O recrudescimento deste novo conflito, desencadeado por um ataque⁴⁰¹ do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), da FNLA, contra as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), do MPLA, em Fevereiro de 1975, em Luanda, foi aproveitado como uma oportunidade do aumento do envolvimento das potências externas, nomeadamente a Administração Ford⁴⁰² que em coordenação com as tropas do governo zairense e mercenários⁴⁰³ apoiavam a FNLA, contra as pretensões soviéticas⁴⁰⁴, em Angola, de apoiar o MPLA. O problema situava-se agora no plano interno com procedimentos contraditórios dos líderes nacionalistas, pouco dispostos a respeitar as disposições legais definidas para a solução política da crise. Como afirma o General Gonçalves Ribeiro, «eram bem evidentes e não escamoteáveis as enormes responsabilidades que cada um deles [movimentos] passou a assumir perante todo o povo angolano»⁴⁰⁵.

O jogo de influências tornou-se o objectivo da guerra, pois neste contexto, «a UNITA reforçava os seus contactos junto de outros países africanos, prosseguindo, metodicamente, o objectivo estratégico de

³⁹⁹ A acção da África do Sul no problema angolano tem dois objectivos: primeiro, reforçar as suas políticas internas do apartheid cujo objectivo passava por uma perseguição eficaz dos dirigentes do ANC refugiados em Angola e noutros países vizinhos, querendo com esta via estender o seu domínio na região; e, segundo, a continuação da ocupação da Namíbia que requeria conter ou eliminar o nacionalismo namibiano cujos líderes também estavam refugiados em Angola.

⁴⁰⁰ WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, p. 361.

⁴⁰¹ Cf. WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, p. 129.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 127.

⁴⁰³ Cf. CORREIA, Pedro de Pazarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, p. 36.

⁴⁰⁴ Segundo George Wright: a União Soviética envia armas para o MPLA e aviões de transporte soviético chegam ao Congo-Brazaville com equipamento militar (...) transferido por barco para um local perto de Luanda; outros arsenais chegam da Jugoslávia, da Alemanha de Leste e da Argélia, que fará reforçar as posições do movimento angolano perante os seus rivais. Cf. *Ibidem*, p. 130; Cf. CORREIA, Pedro de Pazarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, p. 37. Estes apoios mostram a influência da intervenção externa nesta fase do conflito, o que irá marcar toda a história da guerra civil angolana subsequente, depois da independência do país.

⁴⁰⁵ RIBEIRO, Gen. Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, p. 132.

influenciar a OUA no sentido de ser reconhecida como entidade política credível e válida do processo angolano»⁴⁰⁶. A prioridade dos líderes dos movimentos nacionalistas em controlar as suas áreas territoriais de influência pareceu sobrepor-se ao bom senso e ao cumprimento dos acordos, o que acabou por diluir os esforços antes desenvolvidos na tentativa de alcançar a unidade.

A eclosão do conflito e a violência que este alastrava na sociedade angolana entre Fevereiro e Junho de 1975, levaria assim ao enfraquecimento galopante do governo de transição e, pior ainda, a uma paralisação quase total da economia, destruição e pilhagens de infraestruturas económicas, arruinando o sistema produtivo e os circuitos de distribuição⁴⁰⁷. O mesmo período ficou ainda marcado pelo aterrorizamento de pessoas, o que provocou o aceleramento do êxodo da população de origem europeia⁴⁰⁸.

Neste difícil panorama político angolano, os esforços por criar condições e estabelecer contactos com os três movimentos independentistas para uma possível roda de negociações foram desenvolvidos, pressionados por Portugal e pela comunidade internacional, nomeadamente a OUA⁴⁰⁹. Apenas foi possível uma ronda negocial entre as três delegações angolanas, que deram origem ao Acordo de Nakuru, na cimeira realizada de 16 a 21 de Junho de 1975, no Quénia e, uma vez mais, sob a mediação do presidente queniano, Jomo Kenyatta⁴¹⁰.

O entendimento de Nakuru significou uma nova reafirmação dos compromissos assumidos em Alvor e levou ao reconhecimento dos erros e omissões na implementação do processo de transição para a independência

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 130.

⁴⁰⁷ Cf. *Ibidem*, p. 281.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 282.

⁴⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 281.

⁴¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 286; Cf. WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, p. 130. Este autor refere que a cimeira começou no dia 15 de Junho, em contraposição à data de 16 referida pelo General Gonçalves Ribeiro. Analisando o contexto, podemos concluir que 16 é a data certa que marcou o início a cimeira de Nakuru, tendo em conta que o autor que a refere (General Gonçalves Ribeiro) foi um actor no processo que conduziu à realização da referida cimeira.

em que os movimentos estavam envolvidos. Para Georg Wright, o documento de Nakuru foi ingénuo devido a animosidades, desconfianças e motivações⁴¹¹ dos signatários e para Gonçalves Ribeiro definiu-o como «auto-acusatório, omitindo qualquer referência à parte portuguesa»⁴¹².

Na referida cimeira, analisou-se a gravidade que o conflito tinha atingido em todo o território angolano, pela acção das forças dos três movimentos e assumiram-se compromissos pelas partes. Identificaram-se as causas da violência sintetizadas como se segue: a) a introdução de grandes quantidades de armamento, depois do 25 de Abril e sobretudo da sua implantação em Luanda; b) falta de tolerância que se manifesta através da violência na actuação dos Movimentos de Libertação e dos seus militares; c) existência de zonas de influência e de regiões de pretensa superioridade militar; d) o armamento da população civil; e) os recontros militares entre os movimentos de libertação e a sua regionalização, além de causarem inúmeras vítimas inocentes, agravam de igual modo a situação, pois tendem a incrementar o tribalismo, o regionalismo e o racismo; f) a agitação reaccionária ou de elementos estranhos ao processo de descolonização⁴¹³.

O documento de Nakuru, à semelhança do de Alvor, resultou num fracasso e não evitou o problema da guerra, nem restaurou o nível de confiança política entre os três líderes nacionalistas e os respectivos movimentos independentistas. Marcolino Moco, reconhecendo os erros de todas as partes do conflito, afirma: «vamos fazer justiça à UNITA de Jonas Savimbi: nos anos 74 ou 75, talvez porque se sentisse ainda inferiorizado no plano militar, aparentemente lutou muito para criar uma plataforma mais realista, mas nos anos subsequentes a UNITA virou-se também para a mesma filosofia»⁴¹⁴.

⁴¹¹ WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, p. 130.

⁴¹² RIBEIRO, Gen. Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, p. 286.

⁴¹³ Cf. Acordo de Nakuru, in RIBEIRO, Gen. Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, p. 287.

⁴¹⁴ Depoimento do Dr. Marcolino Moco em 21 de Setembro de 2011.

O processo de descolonização ficava definitivamente esvaziado, formalmente e, a nível institucional das estruturas mediadoras portuguesas, o poder político em construção foi inviabilizado por acções anárquicas que dividiram o país agravando, desta forma, como referiu Miguel Júnior, o «desgoverno de Angola [e] diante de uma situação em que já não havia retorno»⁴¹⁵.

Com efeito, o sonho de constituir um governo de um movimento partidário passou a dominar os objectivos das partes envolvidas no governo de transição, de modo que a representação portuguesa neste governo quadripartido ficou limitada para contrabalançar as forças opostas. A complexa mediação do conflito, em ordem a um apaziguamento da sociedade civil e da opinião pública angolana, influenciada pela fúria das partes, tornara-se um vazio e sem resultados concretos, o que se deveu, em parte, à ausência portuguesa nas negociações de Nakuru, que à partida enfraquecia a sua posição.

7. A luta pelo poder do Estado: a guerra de véspera da independência e a proclamação do Estado pelo MPLA

Sendo o poder o horizonte e o objectivo de cada movimento libertador, comecemos por traçar uma caracterização deste fenómeno em ordem a uma aproximação conceptual do seu sentido teórico. Acresce referir que a história política, ao longo dos séculos, andou sempre à volta da problemática do poder. No pensamento dos clássicos⁴¹⁶, o poder político foi objecto de amplas reflexões teóricas e doutrinárias sobre a sua natureza e as suas características; sobre quem deve exercê-lo quando é associado à acção de governar, a duração desse exercício e sobretudo como conquistá-lo. A

⁴¹⁵ JÚNIOR, Miguel, *As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, 1º Exército Nacional (1975-1992)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2007, p. 33.

⁴¹⁶ Aristóteles, por exemplo, ocupou-se de reflectir sobre os regimes de governo e formas cíclicas da alternância e da separação de poderes, conforme é amplamente desenvolvido na sua obra a *Política*. Cf. ARISTÓTELES, *Política*, (edição bilingue), Vega Universidades, Livro III, pp. 207-225 e Livro IV, pp. 277-325, Lisboa, 1998; Cf. AMARAL, Diogo Freitas do, *História das Ideias Políticas*, pp. 123-130.

natureza da política, neste sentido, é caracterizada como a luta pelo poder e esta pode ser feita por meios pacíficos (em democracia) ou pelo uso da força e autoritarismo em sociedades fechadas.

Para uma ideia do poder vários autores como Bobbio et al. entendem ser «a capacidade do homem de determinar o comportamento do homem»⁴¹⁷, que define ordens e faz respeitar essas ordens, levando à ideia de que o homem seja visto como sujeito activo e passivo do poder. Assim, o poder caracteriza o Estado enquanto comunidade política seu titular no interior da qual é exercido. O ser humano desenvolveu em si uma apetência pelo poder, o que o leva à pretensão de dominar os outros. Esta ambição foi motivo na história política de grandes conflitos para a conquista do poder político.

Nos tempos modernos, o poder passou a ocupar uma extrema importância a partir da doutrina de Maquiavel⁴¹⁸ que o colocou numa dimensão suprema que não admite qualquer relativização com outros atributos. Assim, segundo Maquiavel, todos os meios necessários para tal fim podiam ser usados desde que permitam o acesso ao poder e o preservem de toda a espécie de usurpação. Dali aos nossos dias, repetiram-se inúmeros exemplos e casos de regimes e grupos de indivíduos que seguiram aquela doutrina, inspirados no realismo político. O séc. XX foi o que se apresentou com inúmeros exemplos de guerras drásticas e regimes de ditaduras e revoluções no interior de muitos Estados, revoluções anti-coloniais, cujo objectivo foi o alcance do poder de soberania nacional.

Feito este breve enquadramento, passemos a analisar o contexto político da ascensão de Angola a Estado independente enquanto, no seu percurso, o poder consagrou-se como objectivo da luta. O problema das

⁴¹⁷ BOBBIO, Norberto et. al, *Dicionário de Política*, Dinalivro, Brasília, 2004, p. 933. O conceito de poder encontra-se definido ainda por vários autores ver em: BESSA, António Marques – PINTO Jaime Nogueira, *Introdução à Política, o Poder, o Estado e a Classe Política*, Editora Verbo, Lisboa, 2001, pp. 39 ss.; MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, pp. 245 ss.; idem, *Ciência Política*, pp. 129 ss.; CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, pp. 8-9.

⁴¹⁸ Maquiavel ocupou-se de desenvolver a importância do poder do Estado que deve ser mantido, legitimando desta forma o uso de quaisquer meios adequados a esse objectivo. Cf. MAQUIAVEL, *O Príncipe*, Guimarães Editores, Lisboa, 1984; veja também o estudo de: AMARAL, Diogo Freitas do, *História das Ideias Políticas*, pp. 211 ss.

querelas entre os nacionalistas⁴¹⁹ angolanos, que vinha marcando todo o percurso das campanhas da guerra contra o poder colonial relacionou-se com a questão de saber quem dos três movimentos angolanos poderia dominar a luta e proclamar o Estado independente à data da transferência do poder.

No aspecto político, Jorge Valentim confirma, deste modo, um problema fundamental que reside na ideia da independência nacional como factor da luta pelo poder, nesta fase final do nacionalismo de luta anti-colonial. Diz aquele nacionalista que «Angola entrava numa fase incerta de uma luta prolonga pelo poder»⁴²⁰. Reconhece, para o efeito, entre os três movimentos, os grandes investimentos empreendidos pelo MPLA e a sua concentração na capital do país enquanto centro do poder⁴²¹. É aqui que reside a origem das batalhas que se travaram quer em Luanda, quer noutros pontos de Angola, ao longo de todo o processo de transição da Angola colonial para a Angola independente.

De modo semelhante, a luta pelo poder político constituiu-se também como problema de fundo de vários movimentos nacionalistas em África que, grosso modo, recorreram ao uso da força para reprimir a opressão, embora a situação dos territórios portugueses⁴²² se diferencie daqueles.

Nas teorias construídas pelo realismo político, a luta pelo poder constitui o horizonte de qualquer movimento ou regime político dentro de

⁴¹⁹ O problema da luta pelo poder começou e teve também grande impacto no interior de cada movimento nacionalista pelas disputas de liderança. O problema da falta de unidade no seio do MPLA viria a tornar-se numa crise interna que desencadeou a chamada Revolta do Chipenda, em 1973. A insurreição de Daniel Chipenda, que foi definida como revolta tribal, precedeu a Revolta Activa desencadeada no seio do MPLA pelos militantes que formaram o chamado Grupo de Brazzaville, sob a liderança de Gentil Viana que criticavam a Direcção do movimento, com objectivos de levá-lo à desagregação. Cf. COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), pp. 86, 106-108.

⁴²⁰ VALENTIM, Jorge, *1954/1975 Esperança, época de Ideias da Independência e Dignidade*, p. 245.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² O nacionalismo angolano, tal como todos os movimentos nacionalistas da chamada África lusófona (Guiné, Moçambique e Angola) caracteriza-se por ser uma revolução anti-colonial que conquistou a independência por via da força, quando a generalidade dos países anglófonos e francófonos que, no geral, tiveram uma independência concedida.

um Estado, bem como nas relações entre Estados⁴²³. Para estes autores, a força compreende-se como o elemento sempre indispensável perante o fenómeno do poder, determinando assim a lógica do mais forte.

Nas vésperas de independência em Luanda, o MPLA expulsou⁴²⁴ os seus rivais da cidade e impôs a sua superioridade em todo o país. Como observa Pezarat Correia, «a situação agravou-se quando, com a responsabilidade de todos os movimentos, a guerra civil se internacionalizou com a intervenção de forças regulares estrangeiras, algumas por iniciativa própria, outras pela solicitação dos movimentos»⁴²⁵, que no fundo era o problema crónico no desenrolar de toda acção nacionalista desde os seus primórdios.

O agravamento da crise demonstrou a impossibilidade de repor a ordem social, obrigou a suspensão do processo de implementação do acordo de Alvor, no dia 22 de Agosto de 1975 que de forma definitiva tinha ficado para a história. O governo de transição deixava de existir e o poder político em Angola encontrava-se, naquelas condições, numa disputa pelo controlo do território e das cidades estratégicas, o que conduziu o MPLA a demonstrar consideráveis vantagens no terreno, e a controlar toda faixa costeira, nomeadamente Luanda, Benguela, Lobito e Namibe.

Todavia, a situação não estava ainda de todo favorável ao MPLA no confronto com os seus rivais. Havia que consolidar as posições no terreno e proceder a novas conquistas pelo interior. Os movimentos rivais procuraram contrapor-se à hegemonia do MPLA e, para tal, reforçavam as suas alianças, numa luta que tinha como o objectivo principal o controlo da capital. Será, mais uma vez, para ali que toda a investida militar é direccionada em várias

⁴²³ O desenvolvimento destas teorias domina o pensamento de autores como: MORGENTHAU, Hans J., *Politics among Nations: The Struggle for power and peace*, 2005; CARR, E. H., *Twenty Years' Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*, Palgrave, 2001; DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L., Jr., *Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey*, Longman, New York-London, 2001, (Tradução: FERREIRA, Marcos Farias et al, *Relações Internacionais: Teorias em Confronto*, Gradiva, Lisboa, 2003).

⁴²⁴ Cf. PINTO, Jaime Nogueira, *A Guerra Civil Angolana (1975-2002) – Síntese Político-Militar*, in MOTTA, Carlos C. L. S. e CORREIA, José de Matos, *Estudos Comemorativos dos 15 Anos da Licenciatura em Relações Internacionais*, Vol. I, p. 101.

⁴²⁵ CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, p. 36.

frentes, pelo sul com o avanço da UNITA coligada com as forças sul-africanas e francesas, e pelo norte com a pressão da FNLA coligada com as tropas zairenses, sul-africanas e mercenários. De acordo com Miguel Júnior, o país ficou dividido em três parcelas: «a FNLA ocupa o norte; o MPLA controla Luanda e o corredor que vai de Luanda a Teixeira de Sousa e algumas localidades do sul, e a UNITA tem sob sua alçada outras parcelas. O quadro que prevalece é este mas há que compreender outras situações pois a ideia de base de cada estratégia é tomar o poder pela força das armas»⁴²⁶.

O objectivo comum destas coligações era tomar Luanda antes do dia 11 de Novembro, de modo a proclamar unilateralmente a independência nacional. Face à situação o MPLA liderado pelo Dr. Agostinho Neto, estava a ser guerreado, pelo que este dirigente defendeu que «na hora actual, quando a FNLA e a UNITA nos fazem guerra, nós declaramos que a FNLA não tem o direito de participar em qualquer governo angolano que seja e não pensamos na possibilidade de negociar um novo acordo com a FNLA e a UNITA. O MPLA proclamará a independência de Angola qualquer que seja a situação e declaramos a nossa disposição em formar um governo de união nacional com as personalidades angolanas independentes»⁴²⁷.

A aliança com Cuba e a intervenção deste país no problema angolano começou a acontecer através de uma estratégia de defesa definida solicitada pelo MPLA⁴²⁸, face à situação militar que o movimento enfrentava nas

⁴²⁶ JÚNIOR, Miguel, *As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, 1º Exército Nacional (1975-1992)*, pp. 34-35.

⁴²⁷ COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), p. 258.

⁴²⁸ A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, sobre o apoio de Cuba, explica do seguinte modo: «Os perigos que pairavam sobre Angola com o exacerbamento das tensões políticas, culminaram em confrontos que foram tendo lugar um pouco por todo o país, sobretudo os ataques da FNLA contra o MPLA, cujas repercussões atingiram gravemente os acordos firmados entre os Movimentos de Libertação, aconselhavam o MPLA a tomar outras providências quanto à evolução dos seus efectivos da guerrilha (...).

O MPLA, perante este quadro não muito promissor, entende solicitar ajuda para a formação militar dos seus efectivos. O pedido é justamente dirigido a Cuba. [Pela parte cubana] a decisão da assistência ao MPLA foi tomada em Setembro de 1975, [tendo ficado acordado] que seriam quatro ou cinco grupos de cubanos para formar alunos angolanos, em termos de assistência técnica para a formação do futuro exército com instruções de

vésperas da independência, perante as forças estrangeiras do Zaire e da África do Sul aliadas à FNLA e à UNITA, respectivamente. O MPLA, já apoiado pela União Soviética, veio revitalizar os apoios anteriores que aqueles regimes sempre dispuseram aos movimentos independentistas, que declarava tratar-se duma guerra aberta contra o imperialismo ocidental. Significava, por outro lado, a coerência de lealdades para ambas as partes, sendo que do lado do movimento angolano era a continuidade de uma opção política e do lado cubano, o cumprimento de uma missão revolucionária com raízes doutrinárias no internacionalismo socialista, triunfante na revolução cubana de 1959 e vista agora como libertadora da opressão imperialista imposta pela ameaça capitalista.

O envio das tropas cubanas por Fidel Castro concretizava o início de uma longa missão, que na fase inicial do Estado angolano cimentou-se com a «Operação Carlota», desencadeada na véspera da independência de Angola. Este reforço cubano⁴²⁹ ao lado MPLA foi decisivo para a consolidação da situação militar no terreno e consagrou o seu domínio sobre todas forças inimigas que avançaram para Luanda.

A nível da região Austral de África, a política externa dos Estados Unidos hostil ao MPLA orientava-se no sentido de obstaculizar o domínio soviético e impedir a instalação de um governo comunista em Angola. Neste sentido, Henry Kissinger exprimia assim este objectivo americano:

«A minha opinião é que, se a União Soviética pode interferir, sem qualquer oposição, a milhares de quilómetros de distância do seu território, controlar o acesso do Zaire e da Zâmbia ao mar, então os

combater se fossem atacados, (...) foram enviados como instrutores e não como militares (...).

O estado de guerra que se instalara no país, com a invasão a norte pelo exército zairense e a que se apresentava a partir do sul quase em simultâneo pelos sul-africanos, levaram a que a direcção do MPLA manifestasse novamente um pedido de ajuda a Cuba, para fazer face às invasões e garantir a defesa do território angolano.

(...) A resposta a este apelo tem lugar a 4 de Novembro de 1975, quando o Governo cubano decide desta feita pelo envio de tropas para combater junto das FAPLA, os invasores de Angola». COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), pp. 217-218.

⁴²⁹ Cf, CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, p. 37.

países da África Austral terão de concluir que os Estados Unidos abandonaram a região. Talvez pelas melhores razões do mundo. Terão então duas opções relativamente à escolha de alianças – a China ou a União soviética (...). Por isso, penso que temos uma obrigação fundamental: talvez não a de inverter a situação, pois para isso seria demasiado tarde, pelo menos, de fazer um esforço no sentido de um maior equilíbrio de forças, por forma a não termos de enfrentar à data da independência, uma posição segura dos comunistas em Luanda»⁴³⁰.

Em todo o caso, estava-se na expectativa do nascimento do novo Estado angolano com a aproximação da data da independência e todo o confronto entre as várias forças, com a máxima mobilização das suas massas militantes, confluía para Luanda que representava o centro estratégico do poder. O estudo de Jean-Michel M. Tali centrou a atenção na acção do MPLA com uma exaustividade da análise do panorama político que se viveu nos primeiros dias do mês de Novembro do ano da independência angolana:

«Nesse começo do mês de Novembro, e à medida que se aproximava a data fatídica, o território que o movimento dominava reduzia-se de dia para dia como uma planta ressequida. Ao norte, a capital estava ao alcance das tropas coligadas, que esperavam tomar a cidade, o mais tardar, a 10 de Novembro. A sul, destacamentos militares do MPLA e dos seus aliados cubanos tentavam travar o avanço das forças sul-africanas»⁴³¹.

E quanto aos contornos daquele reforço, observou ainda:

«Disso dependia – atendendo ao Direito Internacional e à presença ainda legal da autoridade portuguesa – a chegada mais massiva e portanto mais visível, por mais espectacular que fosse de novos contingentes cubanos e de grandes cargueiros soviéticos. Depois, a 9 de Novembro, travou-se a mais decisiva de todas as batalhas em

⁴³⁰ KISSINGER, Henry, *Anos de Renovação*, 1ª edição, Gradiva, Lisboa, 1999, p. 702.

⁴³¹ TALI, Jean-Michel M., *O MPLA perante si Próprio (1962-1977), Ensaio de História Política*, Vol. II, p. 138.

defesa de Luanda: a batalha de Quifangondo, localidade situada há alguns 20 km a norte da capital»⁴³².

Estava evidentemente manifesto que o MPLA dominava, definitivamente, a capital onde reforçava a sua resistência à contra-ofensiva dos seus adversários. Como afirma Henry Kissinger, «como o controlo da capital, onde se encontravam as embaixadas estrangeiras, era simbolicamente importante na corrida para o reconhecimento externo, o MPLA estava em vantagem»⁴³³.

Evidentemente, um MPLA triunfante e poderoso militarmente, melhor colocado quanto à sua influência na sociedade angolana constituiu-se como organização política que, à data estabelecida pelos acordos de Alvor para a independência do país, 11 de Novembro de 1975, António Agostinho Neto proclamou a República Popular de Angola⁴³⁴, em Luanda, e ele próprio tornava-se Presidente do novo Estado Angolano.

Referindo-se a esta posição vantajosa que o MPLA obteve quer no terreno, quer em todo o processo negocial tendente à independência, António de Spínola, em declarações numa entrevista concedida no Brasil, naquela época, reconheceu que Portugal tinha falhado: «o panorama político angolano é uma consequência directa da forma como Portugal conduziu o processo de descolonização naquele território. Em lugar de desempenhar dignamente o papel de árbitro imparcial, assegurando uma autodeterminação em bases sérias e democráticas, tomou deliberadamente o partido do movimento ideologicamente afim (MPLA), de que resultou, em termos práticos, a entrega de Angola à União Soviética»⁴³⁵, e considerou ser um factor determinante para «a intervenção das superpotências»⁴³⁶. Segundo Spínola «a descolonização de Angola, tal como se realizou, marca

⁴³² *Ibidem*, p. 139.

⁴³³ KISSINGER, Henry, *Anos de Renovação*, p. 704.

⁴³⁴ CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, p. 193.

⁴³⁵ SPÍNOLA, António de, *Ao Serviço de Portugal*, Edições Ática/Bertrand, Lisboa, s/d., p. 398.

⁴³⁶ *Ibidem*.

um desvio frontal ao programa que apresentei à Nação em conotação com o Movimento Democrático do 25 de Abril»⁴³⁷.

Era o início da instauração de um Estado no quadro de um regime ideológico que defendeu as bases de um Estado-nação cuja cujo fundamento era a unidade de “um só povo”. O princípio do “respeito pela integridade territorial” e da preservação das fronteiras angolanas, pautado nos acordos de Alvor, consagrou-se como norma constitucional para salvaguardar qualquer tentativa de desintegração do Estado pelo qual o MPLA se tinha batido e mostrava como justificação da luta armada. À mesma consagração veio ser definida o princípio do “Estado unitário”, cuja unidade nacional seria objecto de uma defesa enérgica contra quaisquer tentativas separatistas⁴³⁸. Neste âmbito, sendo os órgãos e as instituições de poder do Estado recém-criado frágeis política e juridicamente, todas as ajudas externas para a protecção e fortalecimento das suas estruturas e garantir assim a soberania a proclamar eram parte integrante do interesse nacional da sobrevivência do mesmo Estado.

8. O reconhecimento de Angola como Estado independente

A questão do reconhecimento do Estado⁴³⁹ tem levantado grandes debates e, de certo modo, cautela de certos Estados, quando um novo Estado se autoproclama unilateralmente que é Estado independente. Colocada a questão nas organizações internacionais gerais ou regionais, normalmente levanta também divisões entre os respectivos membros, dos que declaram reconhecer de imediato o novo Estado e os que se opõem a tal efeito. Nas

⁴³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 317.

⁴³⁸ Art. 3º do Acordo do Alvor.

⁴³⁹ Na doutrina, o reconhecimento é definido como «acto livre pelo qual um ou mais Estados atestam a existência, sobre um território determinado, de uma sociedade humana politicamente organizada, independente de qualquer outro Estado independente, capaz de observar os preceitos do Direito Internacional, e manifesta a sua vontade de os considerar membro da Comunidade Internacional». PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, p. 309; Cf. SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, p. 204; BAPTISTA, Eduardo Correia, *Direito Internacional Público*, Vol. II (Sujeitos e Responsabilidade), Almedina, Coimbra, 2004, p. 22.

relações internacionais, o problema do reconhecimento é, teórica e doutrinariamente, uma questão posta no direito internacional. Sendo de natureza jurídica, na medida em que do reconhecimento internacional depende em parte, pelo menos teoricamente, a responsabilidade capacidade internacionais do Estado, no campo político há também pressupostos teóricos relevantes que podem jogar em favor ou desfavor do Estado autoproclamado.

Na teoria do direito internacional, a doutrina do reconhecimento do Estado mais consensualmente aceite é aquela que se pauta pelo sentido declarativo e unilateral por parte do Estado reconhecedor de outro. Tal atitude considera-se como acto livre que um Estado manifesta ter tomado conhecimento da existência de outro na sociedade internacional. Desta forma, o reconhecimento constitui o pressuposto para manter relações políticas e diplomáticas e, por sua vez, o mesmo aparece como critério para definir regras para assumir responsabilidades e cumprir obrigações.

Nas décadas de 60 e 70 do séc. XX, o surgimento das novas soberanias em África pôs em prática várias modalidades e teorias da doutrina do reconhecimento⁴⁴⁰ e da diplomacia⁴⁴¹. Em primeiro lugar, os novos Estados soberanos, em África, entravam na vida internacional como novos sujeitos que saíam da descolonização, o que implicava a prática de um reconhecimento colectivo. Alguns destes conseguiam tal alcance através de um processo revolucionário penoso e de guerra contra a potência colonizadora, situação que levou, no caso de Angola, a que se desenvolvesse uma campanha diplomática para obter reconhecimento das grandes potências e das grandes organizações internacionais, como veremos mais

⁴⁴⁰ Referimo-nos aos tipos de reconhecimento aplicáveis às situações em que evoluíram os Estados africanos, situados entre o reconhecimento dos movimentos nacionalistas e o reconhecimento do Estado soberano que era proclamado com a independência nacional.

⁴⁴¹ As várias formas de diplomacia eram ensaiadas pelos novos Estados saídos da colonização que pretendiam conquistar espaço na comunidade internacional e nas organizações internacionais como, por exemplo, a ONU. O que podemos considerar uma *diplomacia económica* de sobrevivência dos países pobres era o principal vector político nas relações com os grandes poderes económicos em que se procurou estabelecer relações económicas com base em matérias-primas e recursos naturais não transformados para as grandes economias e indústrias transformadoras do mundo desenvolvido.

adiante. Neste sentido, a comunidade internacional, para esses novos Estados, representava um objectivo a alcançar, procurando aderir como membros de pleno direito às instituições como a OUA e a ONU⁴⁴², enquanto organizações que constituíam verdadeiros palcos de tomadas de decisões que conduziam a política internacional.

A segunda complexidade radica na diplomacia dos novos Estados numa vida internacional de grandes tensões instauradas pela Guerra Fria. No caso de Angola, como também foi o de Moçambique e da Guiné, Tendo havido, primeiro, um longo período de campanhas nacionalistas dos próprios movimentos de libertação, e que tais campanhas assentavam em acções de beligerância, o problema do reconhecimento internacional destas novas soberanias apenas se colocava, em termos líquidos, quanto à sua aceitação como Estados soberanos para viabilizar a sua inserção como membros de organizações em cujos estatutos se afiguraria certos princípios paritários com outros sujeitos estaduais. A *doutrina de Stimson* recusa o reconhecimento de Estados que se constituem através do recurso ilícito à força⁴⁴³. Obviamente, em nossa análise e como já salientámos acima, nas teorias do reconhecimento há que aludir dois aspectos.

O primeiro é o reconhecimento unilateral ou individual entre Estados enquanto sujeitos individuais, sobre o qual a prática internacional recai sobre a vontade livre e expressa ou tácita de um Estado que reconhece outro Estado. Neste caso, nos termos do direito internacional, a teoria consagra o

⁴⁴² Vejamos: «o desenvolvimento das organizações internacionais universais convida-nos a questionarmo-nos sobre a importância da, a este respeito, da entrada dos Estados novos nestas organizações. De um ponto de vista político, é certo que ela é considerada como consagração da entrada dos Estados na cena internacional. Mas numa perspectiva jurídica não podemos ver aí um reconhecimento colectivo». DINH, Nguyen Quoc et. al, *Direito Internacional Público*, p. 580.

⁴⁴³ Cf. PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, p. 310. Ainda, segundo estes autores: «foi com a invocação desta doutrina que alguns Estados ocidentais reconheceram tarde, ou nunca reconheceram, até aos Acordos de Paz do Estoril, de 1991, ou menos para além deles (foi o caso dos Estados Unidos), a República de Angola, alegando que ela nascera com infracção aos Acordos de Alvor, de Janeiro de 1975, que previam para aquela República um governo de coligação composto pelo MPLA, pela UNITA e pela FNLA, enquanto que, contrariamente ao aí estabelecido, o MPLA havia constituído governo sozinho, excluindo dele, pela força das armas, a UNITA e a FNLA». *Ibidem*.

princípio da vontade das partes, pelo que ditam as regras de jogo, para esta prática, os interesses nacionais do relacionamento de ambos os sujeitos que se reconhecem por um acto de diplomacia bilateral.

O segundo aspecto, que é mais complexo, vai na linha do reconhecimento colectivo de um Estado. Numa organização internacional, deve atender-se a certos pressupostos estabelecidos pelos órgãos internos onde, principalmente, impera a regra do consenso da maioria dos membros já efectivos para o reconhecimento e a respectiva admissão do novo sujeito no seio da organização. A análise desta abordagem tem de ser fundamentada na ideia do reconhecimento *de jure*⁴⁴⁴ que confere direitos de pertença do Estado pelo acto da sua adesão como membro de uma organização. Neste sentido, a relação interna entre todos os Estados membros da organização obedece as regras orgânicas, pelo que os Estados discordantes deverão vincular-se pela maioria concordante. Tal prática dispõe o seguinte:

«Quando a participação numa organização internacional está reservada aos Estados, pode deduzir-se, pela entrada do novo Estado nesta organização, que uma maioria dos Estados membros reconheceu à entidade candidata a qualidade de Estado. (...) Além disso, em virtude dos estatutos da organização considerada, os Estados minoritários ficarão vinculados pela decisão colectiva nas suas relações com o novo Estado no interior da organização: eles devem considerá-lo um Estado membro, com todos os direitos e obrigações fixados pela carta constitutiva desta organização»⁴⁴⁵.

Embora certos aspectos formais dependam do reconhecimento do Estado aderente pelos Estados individualmente, como referimos no primeiro aspecto; na verdade, a viabilidade para tal adesão e consequente admissão

⁴⁴⁴ Entende-se que «o reconhecimento *de jure* é um reconhecimento definitivo, irrevogável, pleno e completo, que produz a totalidade dos efeitos teóricos do reconhecimento», ao contrário, «o reconhecimento *de facto* é um reconhecimento provisório, revogável e que produz efeitos mais limitados». DINH, Nguyen Quoc et. al, *Direito Internacional Público*, p. 578.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 580.

exigem maior acção diplomática, pela negociação que tal reveste, por parte do Estado interessado em ser membro de uma organização.

Assim, não será menos correcto, aludir que, como aliás é hoje recorrente, na cena internacional, o não reconhecimento de um Estado por uma organização internacional de carácter geral como as Nações Unidas, ou regional como foi a OUA, limita não só os direitos desse Estado de participar e influenciar as relações internacionais no interior da organização, mas também tal limitação se prende com o não usufruto das vantagens que a pertença àquela lhe pode conferir embora, de certo modo, isto não limite as suas obrigações como Estado, perante a comunidade internacional⁴⁴⁶.

Esta abordagem teórica da doutrina do reconhecimento do Estado serve-nos para contextualizar o caso angolano. No tocante ao problema do reconhecimento de Angola como Estado representou um caso interessante que neste trabalho é importante analisar à luz do que acima aludimos. Se considerarmos que o reconhecimento, em todas as suas formas e tipos, tem implicações políticas relevantes, tal facto significou para Angola um problema, decerto modo, condicionante no processo da construção do Estado, desde a sua proclamação, em Novembro de 1975, tendo mesmo influenciado o agravamento da guerra civil⁴⁴⁷. Enquanto Estado proclamado pelo MPLA, um dado político importante pelo seu significado político e diplomático foi o reconhecimento anterior daquela organização como movimento nacionalista⁴⁴⁸ pelos países do bloco socialista.

⁴⁴⁶ É o que aconteceu com o Estado Palestino ou com a República Árabe Sarauí Democrática que não têm personalidade internacional devido ao seu estatuto de Estados não soberanos, quer dizer, não reconhecidos nessa qualidade.

⁴⁴⁷ A influência da Guerra Fria aumentou o problema devido ao não reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos e pela África do Sul e outros aliados, e o facto de estes países terem reconhecido o carácter de beligerante à UNITA; e, como referimos previamente neste estudo, passaram assim a agredir o país, apoiando aquela organização materialmente durante o conflito, até aos Acordos de Bicesse de 1991.

⁴⁴⁸ Tal reconhecimento «teve uma base mais sólida: pretendeu outorgar aos movimentos de libertação a capacidade jurídica internacional necessária ao exercício do direito à autodeterminação dos povos, tal como ele se encontrava consagrado na Carta das Nações Unidas». PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, p. 321.

Neste quadro, todos os movimentos nacionalistas angolanos, MPLA, FNLA e UNITA; bem como os movimentos de outros territórios lusófonos africanos, nomeadamente, FRELIMO (em Moçambique), PAIGC (na Guiné e Cabo Verde), tinham reconhecimento

Deste modo, o reconhecimento de Angola como Estado e a sua admissão na ONU e na OUA foram susceptíveis, por parte das novas autoridades, de uma campanha diplomática que visou conquistar apoios para que aquelas organizações admitissem a nova soberania como membro de pleno direito no seu seio. Em África, essa admissão na OUA realizou-se a 8 de Fevereiro de 1976; enquanto na ONU, só veio acontecer a 1 de Dezembro desse mesmo ano.

A admissão de Angola nestas grandes organizações internacionais tinha o seu peso na política internacional, uma vez que permitia que o país pudesse defender assuntos do seu interesse e participar em negociações multilaterais mais vastas. Esta campanha foi levada a cabo pelo então Ministro das Relações Exteriores de Angola, José Eduardo dos Santos, que discursando perante os chefes de Estado e de Governo, na sede da OUA e na Assembleia Geral das Nações Unidas, reafirmava a determinação do país em desenvolver as políticas de estabilidade interna, o que passava por fortalecer a defesa do Estado face à ocupação, pela África do Sul e outros exércitos, de partes do território nacional.

Reconhecendo tais vicissitudes em torno desta luta diplomática para estas admissões e o alargado reconhecimento de Angola após a independência, o ex-ministro angolano das Relações Exteriores, Assunção dos Anjos, afirmava: «apesar das nossas insuficiências e das nossas dificuldades, num tempo muito difícil politicamente, fomos superando essas insuficiências e fomos dando esperança ao povo angolano e dignidade ao nosso Estado»⁴⁴⁹.

Na Comunidade Internacional, o reconhecimento da independência do Estado angolano teve rápida aceitação pelo Brasil, sob a liderança do Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), que no mesmo momento em que a independência se proclamava a representação brasileira em Luanda,

internacionalmente como movimentos libertadores, o que lhes permitiu uma larga projecção internacional.

⁴⁴⁹ Depoimento de Assunção dos Anjos, ex-Ministros das Relações Exteriores de Angola, ao programa *Manhã Informativa* da RNA, Luanda, 1 de Dezembro de 2011.

chefiada pelo Embaixador Ovídeo de Melo⁴⁵⁰, saudava o nascimento do novo Estado angolano. Esta atitude brasileira era o culminar de uma tomada de decisão da sua política externa face ao novo contexto internacional:

«Com o surgimento da Política Externa Independente (PEI), durante os Governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64), houve uma ruptura no processo de definição da política externa brasileira, que foi redireccionada e deslocada do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional e passou a abranger uma agenda Sul-Sul. Cristalizou-se a percepção de que a presença hegemónica dos Estados Unidos impunha constrangimentos e que a saída seria a universalização da política externa, isto é, a multiplicação de contactos internacionais de forma a ampliar o peso do Brasil e suas possibilidades de barganha no cenário internacional e, assim, diminuir as possibilidades de pressão hegemónica»⁴⁵¹.

Entretanto, essa posição brasileira que dava início à sua política externa, mais virada para a África, ia em busca de novos parceiros e, como testemunha o referido Embaixador Ovídio de Melo, a opção por Angola centrava-se nos laços históricos e outras afinidades comuns, o que, do ponto de vista dos dirigentes do MPLA representava uma oportunidade estratégica no quadro da proclamação do Estado. Diz ele:

«Agostinho Neto, em 14 anos de guerra, não se tornara hostil a Portugal: era adversário, sim, do colonialismo português. Mas parecia ver as relações com o Brasil como muito mais promissoras do que as relações que Angola pudesse ter no futuro com Portugal. Pois Portugal não era um país tropical, mestiço, com grande território e amplos recursos naturais, com uma grande população que tivesse que lutar para superar o atraso colonial, para alcançar o desenvolvimento, para industrializar-se. Portugal era europeu, e cada vez mais se aproximaria da Europa, distanciando-se da África e do Brasil. Já o Brasil era

⁴⁵⁰ Cf. RIZZI, Kamilla Raquel, *Relações Brasil-Angola no pós Guerra Fria: os condicionante internos e a via multilateral* (Tese de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2005, p. 37.

⁴⁵¹ VIANA, Suhayla Mohamed Khalil, *A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos*, In *Revista África e Africanidades* - Ano I – nº 3 - Nov. 2008, p. 4.

diferente, um país verdadeiramente parecido com Angola, segundo as suas impressões»⁴⁵².

O diplomata reconhece que, sendo a situação interna de Angola, nas vésperas da independência, de grandes tensões, «os três movimentos guerrilheiros se digladiavam pelo poder»⁴⁵³, o que confirma o nosso argumento da luta pelo poder do Estado cujo vencedor (o MPLA) proclamou a independência nacional internacionalmente reconhecida.

Mas, na arquitectura da estratégia diplomática do governo do MPLA que assumiu o poder em (Luanda) Angola, o reconhecimento do Estado angolano por Portugal tinha também o seu significado político. Esse reconhecimento, internacionalmente, tinha relevância considerável no quadro da conjuntura política de então, embora não mudasse a correlação de factos nos planos de competição dos poderes externos com interesse ideológico no novo país. Portugal levou cerca de três meses para reconhecer Angola como Estado soberano⁴⁵⁴, reconhecimento formalmente declarado a 22 de Fevereiro de 1976 a que apenas em 9 de Março do mesmo ano restabeleceram-se relações diplomáticas entre os dois países⁴⁵⁵.

⁴⁵² MELO, Ovídio de Andrade, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, In *Comunicação & política*, Vol. VII, n. 2, p. 92.

⁴⁵³ *Ibidem*. O reconhecimento da Independência que aqui estamos a tratar é da que foi proclamada pelo Partido vencedor que fundou a República Popular de Angola (RPA), em Luanda. Foi também proclamada, no mesmo dia 11 de Novembro de 1975, a independência de Angola no Huambo, conjuntamente pela FNLA e UNITA, que teve efeitos jurídicos e, neste sentido, não criou soberania perante o Direito Internacional, precisamente não só por não ter sido reconhecida, mas também por não ter reunido os requisitos necessários de um Estado. Careceu da efectivação do poder político, a nosso ver, tendo em consideração que, se este existisse, de facto, resultaria provavelmente na divisão do território; ou seja, em dois Estados soberanos. Sobre a matéria referente à independência proclamada no Huambo. Cf. ALMEIDA, Eugénio da Costa, *Angola. Potência Regional em Emergência*, Edições Colibri, 2011, pp. 52-59.

⁴⁵⁴ O reconhecimento da RPA ganhou terreno internacionalmente, com maior credibilidade pela maioria dos Estados que o declaravam em detrimento do reconhecimento da RDA (República Democrática de Angola) proclamada no Huambo por Holden Roberto (da FNLA) e Jonas Savimbi (da UNITA). A proclamação da Independência em simultâneo em Luanda, pelo MPLA, e no Huambo por aquelas duas coligações foi já consequência da supremacia do MPLA em Luanda, pelo que maior vantagem, em todos os campos, político, estratégico, diplomático e militar, o que facilitou a sua projecção internacional.

⁴⁵⁵ Cf. BRANDÃO, Fernando da Costa, *História Diplomática de Portugal: uma cronologia*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 380.

Como afirmámos anteriormente, esta luta pelo reconhecimento do Estado angolano, tiveram ainda grande influência o aliado soviético e os restantes países socialistas. Os historiadores angolanos reconhecem que «a União Soviética jogou um papel muito importante no apoio militar e diplomático ao MPLA em momentos cruciais e ela com os seus aliados foram decisivos para a vitória contra os seus adversários em 1975»⁴⁵⁶. E mais: «a União Soviética cuja política externa era de apoio aos movimentos de libertação de esquerda não hesitou em dar o seu apoio ao MPLA e foi nessa linha que o peso internacional da URSS se revelou decisivo para a mobilização de muitos países para a causa do reconhecimento do Governo de Angola saído da independência»⁴⁵⁷.

⁴⁵⁶ COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume 1967-1976, p. 259.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 260.

Capítulo III

O Estado Nacional em Angola: A I República e as vicissitudes da sua soberania

1. Estado e a sua caracterização conceitual: Angola como Estado soberano

Para abordarmos de maneira objectiva a institucionalização do Estado-sociedade política angolana, de acordo com os pressupostos doutrinários das teorias do Estado, começamos por traçar o enquadramento do conceito de Estado, numa formulação mais vasta e aprofundada. A delimitação do conceito de Estado aponta para a ideia de que este se reveste das características de uma «sociedade política»⁴⁵⁸ que desenvolve um conjunto de relações sociais que toma a forma de Estado-Poder e de Estado-comunidade dos cidadãos⁴⁵⁹.

De acordo com Marcello Caetano, a ideia de Estado «caracteriza-se assim por ser uma sociedade política territorial, fixada num território de que é senhora, na qual o poder se encontra despersonalizado»⁴⁶⁰ sendo assim exercido por um grupo de indivíduos em nome da colectividade. Deste modo, à luz deste princípio, há que aludir que a mesma «sociedade política se forma pela instituição de um Poder Político»⁴⁶¹ que não provém de fora e é ali definido. O poder político, por sua vez, deve ser entendido como «atributo de uma vontade mediante a qual a colectividade define a sua própria conduta e impõe as normas a que há-de obedecer a conduta dos seus

⁴⁵⁸ CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, p. 122.

⁴⁵⁹ Cf. GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Constitucional*, Vol. I, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2007, p. 30.

⁴⁶⁰ CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, p. 122.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 178.

membros»⁴⁶². Esta visão já encontrara em Rousseau uma reflexão até ao ponto de se considerar importante a vontade individual para formar uma vontade colectiva. Jean-Jacques Rousseau entendeu que «a vontade geral pode dirigir sozinha as forças do Estado de acordo com a finalidade da sua instituição, que é o bem comum»⁴⁶³. E neste sentido, Rousseau advoga que «é aquilo que há de comum nesses diferentes interesses que forma o vínculo social, e, se não existisse nenhum ponto no qual todos os interesses estivessem de acordo, a sociedade não poderia existir»⁴⁶⁴.

Consideramos assim necessário encontrar quais os argumentos que tornam plausíveis os objectivos a que o Estado enquanto sociedade política se propõe perseguir no âmbito da formulação de uma conduta colectiva. Se entretanto, a união de vontades dos indivíduos constituir um modo de agir comum a esses indivíduos, será necessária a corporização destes numa unidade política que se sujeita a um mesmo poder político instituído ao qual se vincula. O que pode considerar-se uma acção colectiva surge assim como expressão da vontade política que caracteriza a respectiva conduta que, por seu turno, se pauta na perseguição dos mesmos fins para satisfazer os anseios da sociedade assim formada. A este sistema de organização social deverá corresponder um sistema de leis próprias conformadoras de tais vontades.

Assim, para uma caracterização da ideia normativa de Estado, seguimos o critério de Hans Kelsen. Este autor, contribuiu grandemente para uma abordagem sistemática do conceito jurídico com o qual definiu o Estado como «uma ordem jurídica relativamente centralizada»⁴⁶⁵. Kelsen parte da relação da ideia jurídica com a ideia sociológica, numa perspectiva conciliatória para oferecer uma definição mais bem fundamentada do conceito. Assim, partindo da ideia de que o Estado é tomado em

⁴⁶² *Ibidem*, p. 178.

⁴⁶³ ROUSSEAU, Jean-Jacques, *O Contrato Social* (Tradução de Manuel João Pires), Lisboa, 2008, p. 73.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, pp. 73-74.

⁴⁶⁵ KELSEN, Hans, *Teoria Pura do Direito*, Almedina, 2008, p. 314.

consideração apenas como um fenómeno jurídico ou como corporação⁴⁶⁶, chega-se à conclusão segundo a qual «o Estado é a comunidade criada por uma ordem jurídica nacional»⁴⁶⁷.

No mesmo sentido, diz o autor, «o Estado como pessoa jurídica é uma personificação dessa comunidade ou a ordem jurídica nacional que constitui essa comunidade»⁴⁶⁸. A juridicidade do Estado, assim apresentada, «converte-se num pressuposto fundamental do Estado Constitucional»⁴⁶⁹, com o carácter organizatório do poder político, enquanto um dos seus elementos específicos.

No entanto, na perspectiva sociológica, Hans Kelsen conclui que «o Estado como realidade social está incluído na categoria de sociedade; ele é uma comunidade»⁴⁷⁰ de tal modo que advém daí a ideia de «Estado como comunidade jurídica»⁴⁷¹. Para o autor, o elemento sociológico do Estado é anterior ao seu elemento jurídico, o que nos leva à ideia de que é o Estado como unidade sociológica, onde os seus indivíduos possuem uma vontade colectiva, interesse colectivo, sentimento colectivo ou consciência colectiva, que forma uma comunidade e que esta origina o Estado como unidade jurídica⁴⁷².

Na perspectiva deste modelo, o Estado-comunidade é tido como anterior ao Estado-unidade jurídica ou Estado-Poder, sendo que aquele cria e constitui o último. Só há direito quando existe um Estado criador desse direito que resulta como expressão e como forma de auto-organização auto-regulação de si mesmo enquanto comunidade e enquanto uma unidade sociológica.

Nesta ordem de ideias, foi o sociólogo alemão Max Weber que contribuiu para o conceito sociológico do Estado na sua forma de

⁴⁶⁶ KELSSEN, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, S. Paulo, 2005, p. 261-262.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 262.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 263.

⁴⁶⁹ MACHETE, Pedro, *Estado de Direito Democrático e Administração Paritária*, (Dissertação de Doutoramento), Almedina, Coimbra, 2007, p. 101.

⁴⁷⁰ KELSSEN, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, p. 263.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 263

⁴⁷² Cf. *Ibidem*, p. 265.

comunidade social, tendo influenciado largamente a constituição social do Estado na sua forma de sociologia do Estado.

Como se pode observar, se o jurista considera o Estado como um complexo de normas, para Max Weber, este surge como um complexo de acções, um processo de conduta social efectiva⁴⁷³ que aponta para a existência de uma ordem jurídica. No entanto, esta ordem jurídica consubstanciada na ideia de um Estado constitucional vem acrescentar uma noção fundamental: «o Estado não pode subsistir separado da sociedade [sendo que] Estado e sociedade devem contrapor-se e ser distinguidos como garantia da liberdade-autonomia; mas por causa da liberdade-participação, não devem ser concebidos como realidades separadas»⁴⁷⁴.

Enquanto esta forma assim se institucionaliza, ela constitui-se em Estado como sociedade politicamente organizada (Estado-Poder) que corresponde à ideia de «Estado como organização detentora de um poder político supremo sobre uma sociedade de homens livres nas suas relações entre si»⁴⁷⁵. É deste modo, e ainda no entender de Kelsen, que o Estado, neste sentido, deve conceber-se como «uma organização política por ser uma ordem que regula o uso da força, porque ela monopoliza o uso da força»⁴⁷⁶.

Este quadro teórico e doutrinalmente argumentativo reveste-se de um carácter ideológico sobre a institucionalização do poder político que aparece como fundamento de quaisquer objectivos políticos que uma sociedade pode reivindicar como seu monopólio, o que encontramos na história da política moderna como formas expressivas do nacionalismo. Forma-se, deste modo, uma sociedade nacional em contraposição à sociedade internacional, esta última resultando da interacção de diversas sociedades nacionais ou estaduais.

⁴⁷³ WEBER, Max, *Wirtschaft und Gesellschaft*, 1. Citado por Hans Kelsen, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, p. 271.

⁴⁷⁴ MACHETE, Pedro, *Estado de Direito Democrático e Administração Paritária*, p. 99.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 98.

⁴⁷⁶ KELSEN, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, p. 273; sobre a relação do Estado e o Direito, na função reguladora da ordem, veja também, KELSEN, Hans, *Teoria Pura do Direito*, pp. 333-335.

No âmbito desta teorização, é também de destacar o contributo de George Jellinek⁴⁷⁷ que colocou a perspectiva conceptual da ideia de Estado em duas visões, podendo articular-se entre si num plano doutrinal. Jellinek avançou, assim, a ideia de uma doutrina geral que se propõe investigar o princípio fundamental do Estado e os seus fenómenos gerais, em contraposição com a doutrina particular do Estado, uma doutrina das instituições concretas dos Estados em geral, ou doutrina das instituições de um Estado em particular, sendo ambas interligadas e complementares. Segundo esta concepção, diz Jellinek, o Estado terá de ser visto no contexto de uma *doutrina social* e *doutrina jurídica*⁴⁷⁸. De facto, a ideia de uma doutrina social, no plano da análise, irá considerar os aspectos sociológicos ou sociais do Estado, aos quais, por sua vez, não se poderão dissociar os aspectos jurídicos da mesma análise.

Jellinek vai mais longe ao afirmar que, neste sentido, «não existe Estado sem Direito»⁴⁷⁹, e que o Direito que se traduz em leis é condição essencial para a organização social do Estado. Deste modo, o Direito, nomeadamente a Constituição, constitui o poder, sendo assim o Direito uma dimensão básica do próprio Estado⁴⁸⁰. No plano da aplicação, impõe-se um imperativo ao Estado de estar em conformidade com o seu Direito, sujeitando-se ao seu cumprimento enquanto forma da auto-limitação do poder político e garantia dos direitos dos cidadãos.

Na esteira desta relação entre Estado e Direito, a democracia contemporânea forjou a ideia do Estado de Direito Democrático. Nesta relação, Mário Reis Marques destaca três posições que têm merecido maior abordagem dos pensadores e sistematizadores das teorias do Direito do Estado. Segundo ele, há que aludir às posições que defendem a primazia do Direito sobre o Estado, a primazia do Estado sobre o Direito, a identidade

⁴⁷⁷ JELLINEK, George, *Teoría General del Estado*, Editorial Albatros, Buenos Aires, s/d, pp. 7-8.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

⁴⁸⁰ Cf. MACHETE, Pedro, *Estado de Direito Democrático e Administração Paritária*, p. 105.

entre Direito e Estado⁴⁸¹. Não entraremos na análise profunda de cada uma destas posições porque tal não constitui o objectivo principal do nosso estudo.

A análise feita serve-nos para ilustrar o enquadramento jurídico-político do Estado angolano, durante a primeira República, quanto à sua relação com a sociedade, com base na nova Ordem política criada com a independência nacional. Há, todavia, que referir que o Direito de um determinado Estado também pode cair na concepção meramente nominal, sem eficácia jurídica reflectida na acção do Estado na relação deste com a sociedade, correspondendo assim à primazia do Estado sobre o Direito ou do domínio do político sobre o jurídico. Ali pode afirmar-se a ideia de que o Estado faz o Direito para se legitimar com a superioridade do Estado ao Direito que cria. Sendo assim, é o Estado enquanto poder que, criando um complexo de leis, impõe estas leis à sociedade, muitas vezes recorrendo aos meios coercivos⁴⁸² para a garantia de um interesse ou de uma vontade expressa pelo mesmo poder do Estado, o que resulta na sua concentração.

Assim, o critério da decisão política assenta na ideia de Estado soberano de Direito que se constitui «com o objectivo de garantir os direitos dos cidadãos, se organiza a partir do princípio da limitação do poder e se vincula ao princípio da legalidade, [enquanto] Estado que se submete ao Direito (...) [pela] autolimitação do poder estadual, a sua sujeição a regras, umas que protegem os direitos dos cidadãos e outras que disciplinam a sua acção»⁴⁸³. Esta prerrogativa compreende-se dentro de um conjunto de normas que exprimem a vontade geral do Estado na sua qualidade de poder político e comunidade de cidadãos vinculados uns em relação aos outros pelo regime democrático.

O poder político do Estado significa um poder que só se exerce mediante a expressão da vontade da colectividade e, dessa forma, torna-se um poder delegado em contraposição à noção do poder absoluto ou arbitrário

⁴⁸¹ Cf. MARQUES, Mário Reis, *Introdução ao Direito*, 2ª edição, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2007, p. 47.

⁴⁸² Cf. *Ibidem*, p. 49.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 49.

como acontece numa sociedade autoritária. Na senda desta necessidade imperativa geral do Direito sobre a política, e para contrastar com a arbitrariedade e a anarquia, a primeira formulação teórica para a acção governativa da sociedade política tem origem no talento intelectual de John Locke ao sistematizar a ideia da tripla divisão de poderes do Estado⁴⁸⁴, doutrina, posteriormente tomada e desenvolvida pelo francês Charles de Montesquieu⁴⁸⁵.

Noutra linha de pensamento, o filósofo alemão Immanuel Kant desenvolveu a sua teoria do Estado em termos de poder e das relações entre Estados com base nesse poder. Kant procurou salvaguardar a estabilidade e a boa convivência dos Estados, ao escrever que «nenhum Estado independente (grande ou pequeno, aqui tanto faz) poderá ser adquirido por outro mediante herança, troca, compra ou doação»⁴⁸⁶. O filósofo alemão entende que os Estados devem organizar-se, uma vez que não são património de ninguém que se pudesse alienar. Para Kant, o Estado «é uma sociedade de homens sobre a qual mais ninguém a não ser ele próprio tem que mandar e dispor»⁴⁸⁷.

Para uma coexistência pacífica, os Estados não devem possuir exércitos, sob o risco de criarem desconfianças e ameaças contínuas no seio da sociedade internacional. Defende, por isso, o filósofo alemão, que «os exércitos permanentes (*miles perpetuus*) devem, com o tempo, desaparecer totalmente»⁴⁸⁸ porque a sua institucionalização será sempre causa de guerras. Ter um grupo de homens preparados e treinados em prontidão combativa significará a maior facilidade de tomar a iniciativa de uma ofensiva contra o outro Estado, para fazer uso dos custos, em armar um

⁴⁸⁴ Cf. LOCKE, John, *Dois Tratados do Governo Civil*, Livro II, caps. X-XIII, (Tradução portuguesa de Miguel Morgado), Edições 70, Lisboa, 2006, pp. 319-348.

⁴⁸⁵ Cf. MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis*, Livro XI, (Tradução portuguesa de Jean Melville), Editora Martin Claret, S. Paulo, 2003, pp. 165-175.

⁴⁸⁶ KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, (Tradução portuguesa de Artur Mourão), Edições 70, Lisboa, 1995, p. 121.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

⁴⁸⁸ *Ibidem*.

exército. Assim, a paz estará sempre em risco e dificilmente permanecerá durante longo tempo.

Porém, sem exército permanente, como ficaria a segurança do Estado em relação aos inimigos internos e externos? Kant afirma que importante será «defender-se e defender a Pátria dos ataques do exterior com o exército militar dos cidadãos realizado periodicamente»⁴⁸⁹.

A transposição do modelo de análise do quadro tradicionalmente histórico europeu, de categorias definidoras do conceito de Estado para o universo africano no contexto da formação e institucionalização dos recentes Estados africanos não oferece, à partida, amplas dificuldades doutrinárias da teoria do Estado, se considerarmos a internacionalização do modelo europeu cujos critérios políticos delinearam a construção do Estado em África.

A abordagem deste enquadramento conceptual, no ordenamento político de Angola, parte de uma análise das forças vivas que digeriram as ideias nacionalistas e revolucionárias que, por seu turno, tentavam transformar o sentido de Estado para a sua realidade sócio-cultural e o seu entrosamento com as teorias europeias da concepção da liberdade face à conquista da soberania nacional. Estas categorias articulavam-se dentro de uma clara multiplicidade de conceitos teóricos de lenta e difícil aplicação.

A realidade angolana demonstrava, inicialmente, uma atipicidade quanto à aplicação de certas doutrinas do Estado, no contexto socialmente constitutivo da corporização institucionalizante de todos os organismos próprios e atuantes que deveriam traduzir-se como expressão da vontade colectiva, manifesta através de diversas representações da sociedade civil em formação, o que não se conseguiu logo após a independência nacional.

Neste aspecto, e numa fase posterior da consolidação do Estado em Angola, a análise de Armando Marques Guedes sobre a relação do Estado angolano com a sociedade civil apresenta uma ideia teoricamente objectiva embora, na sua visão mais ampla, tenha argumentado num quadro comparativo com o pensamento ocidental. De acordo com o seu pensamento,

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 122.

«para que a construção, em duas calhas, por assim dizer, de um Estado e de uma sociedade civil seja eficaz, o Estado em Angola [tinha] de lograr manter-se atento e vigilante, mas quedando-se sempre em simultâneo receptivo aos impulsos que emanam dos numerosos mundos privados, vividos por largos segmentos da população que coexistem no território sob o seu controlo segundo coordenadas locais muitas vezes muitíssimo diferentes umas das outras, mas todas elas da sua responsabilidade»⁴⁹⁰.

Em Angola, a institucionalização do poder político que se erguia das ruínas do sistema colonial no qual tinha sido construído o processo de um nacionalismo revolucionário encontrava-se perante um conjunto de vicissitudes políticas tão galopantes e de difícil solução, para um Estado-Poder que enfrentava limitações a todos os níveis. As características desse Estado em Angola não fugiam ao contexto geral da situação política dos Estados em África, como descreve Pierre Englebert:

«African state sovereignty is exogenous and juridical. It proceeds from the act of international recognition and is unrelated to the empirical effectiveness of the state. While sovereignty states everywhere are endowed with the power to rule by the law, this power in Africa is disconnected from social contracting, historical legitimacy, social homogeneity, endogenous class domination or other domestic foundations»⁴⁹¹.

Deste modo, o poder político em Angola, imbuído na sua própria realidade, segundo a análise de Armando Marques Guedes, encontrava-se perante um cenário assim descrito: «um Estado ele próprio a alterar as suas condições de formação-consolidação viu-se de súbito face a realidade que conhecia mal, que se encontravam em todo o caso profundamente modificadas, e que se via ademais empurrado e induzido a encarar de

⁴⁹⁰ GUEDES, Armando Marques, *Sociedade Civil e Estado em Angola: o Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ou outro?*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 14.

⁴⁹¹ ENGLEBERT, Pierre, *África: Unity, Sovereignty, and Sorrow*, London, 2009, p. 92.

formas diferentes»⁴⁹². É, de certo modo, óbvio que o quadro temporal da criação do Estado angolano está cheio de grandes perturbações a nível interno, bem como a nível global e regional que, só por si mesmos, eram de difícil gestão, quanto mais não fosse para um Estado emergente com todas as debilidades e vulnerabilidades que o caracterizavam no seu sistema político da organização do poder e nos mecanismos do seu exercício.

Além de mais, é o que aconteceu no interior das fronteiras angolanas no período em que nasce o Estado. Neste sentido, o problema com que se debateu o Estado angolano criou uma profunda perturbação dos poderes em formação, a nível interno, devido à forte pressão dos regimes externos invasores cuja acção obrigava, por parte das novas autoridades angolanas, a adopção de uma postura política própria do sistema político de matriz socialista-comunista tido como ideologia modelo para construção do Estado.

2. O projecto nacional angolano e o sistema político para o exercício do poder do Estado

O início da primeira República em Angola correspondeu, segundo Raul Araújo, com a primeira fase da então República Popular de Angola, onde dominou o sistema de governo do tipo socialista, em que predominava a democracia popular⁴⁹³. Esta definição preenchia assim, no contexto angolano, as fragilidades do aparelho governativo do Estado que optara por aplicar, o que Claude Ake considerou a nível africano, uma «implicit indifference to democracy»⁴⁹⁴. Significava que o sistema político em Angola, definido pelo Partido-Estado do MPLA não se mostrou com a força suficiente para desde o início, proclamada a independência nacional, pautar pelos princípios democráticos de uma sociedade aberta e liberal. Mas o Estado

⁴⁹² GUEDES, Armando Marques, *Sociedade Civil e Estado em Angola: o Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ou outro?*, p. 16.

⁴⁹³ Cf. ARAUJO, Raul, *Evolução Constitucional e a Justiça em Angola*, in SANTOS, Boaventura de Sousa – VANDUNEN, José Octávio Serra (Orgs.), *Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2012, p. 165.

⁴⁹⁴ AKE, Claude, *The Feasibility of Democracy in Africa*, p. 34.

actuou e foi cimentando a sua legitimidade soberana de jogar a favor do seu interesse na comunidade internacional. Se de acordo com Albino Soares, «o Estado é hoje a forma política essencial por meio da qual toda a colectividade tem acesso à vida internacional»⁴⁹⁵ este horizonte é também hoje o fim de todas as formações que pretendem erguer um poder político estadual, quer pela primeira vez, na sua constituição e constitucionalização, quer na sua afirmação e continuidade como pessoa jurídica e actor na arena internacional. Estes princípios foram levados à letra pelo Estado em Angola para conseguir credibilidade internacional numa conjuntura em que tudo jogava a seu desfavor.

Assim, enquanto unidade politicamente constituída, Angola passava a figurar na ordem internacional como um Estado com personalidade jurídica própria de Estado soberano⁴⁹⁶, em pleno exercício do poder político, preenchendo, desta forma, os elementos doutrinalmente constitutivos e institucionais, dentro do quadro conceptual da teoria do Estado: um povo soberano, um território nacional e poder político efectivado à luz de um sistema considerado adequado às estruturas políticas do Estado. Assim, para afirmar a soberania do país e as suas opções políticas, o Presidente Angolano viria a defender a autonomia soberana da opção do Estado por um modelo de governo: «acreditamos que esse é o modelo mais adequado às condições presentes no nosso país, e não aceitamos que outros países nos exijam seguir ou adoptar os seus padrões de democracia e de legalidade»⁴⁹⁷.

Numa aproximação teórica, a afirmação de Angola como Estado soberano que integrava grupos etno-linguísticos diferentes reunia características, como referiu Marcello Caetano, de uma «colectividade que pela primeira vez se erige como Estado [que] pode já ser uma Nação (...) constituída por indivíduos provenientes (...) de várias Nações, a quem a

⁴⁹⁵ SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, p. 205.

⁴⁹⁶ Caracterizado, em conformidade com a doutrina da soberania, como um poder supremo na ordem interna e independente na ordem internacional.

⁴⁹⁷ ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, 1ª edição, Edições Maianga, 2004, p. 194.

fixação em novo território haja dotado de condições de vida diferentes das originais, inspirando-lhes novos ideais jurídicos»⁴⁹⁸.

A forma do Estado moderno que Angola tentava adoptar enquanto uma nova sociedade política que acabava de nascer colocava, por sua vez, o problema já antigo de como identificar os atributos que fazem do Estado uma Nação⁴⁹⁹, no âmbito das categorias conceptuais do Estado-nação. Esta análise, porém, não constitui o principal enfoque da nossa dissertação. Neste sentido, importa apenas salientar que o conceito de Nação ou de nacionalismo deve merecer uma formulação aplicável à nova realidade política que parte de uma análise dos elementos tradicionalmente relevantes na história dos povos africanos e especificamente atinentes ao panorama cultural próprio desses povos nos quais os povos de Angola se inserem.

Esses atributos, que são a nacionalidade e a cidadania, podem ser universalmente, reconhecidos e aceites como padrão de identidade comum a pessoas de diversas etnias, enquanto constituem um vínculo jurídico definido por actos políticos e legislativos do Estado. No caso angolano, o factor aglutinador seria o patriotismo⁵⁰⁰ assente nas tradições do passado, a invocação dos antepassados, a ideia da terra-mãe dos antepassados, a crença de que aqueles existem e intervêm nos assuntos correntes da vida quotidiana dos vivos e que aguardam por estes na “vida do além”, para os acolher conforme os procedimentos da sua acção e actuação⁵⁰¹. Neste último

⁴⁹⁸ CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Constitucional e Ciência Política*, p. 123. Para o autor, o Estado caracteriza-se, assim, por ser uma sociedade política territorial, fixada num território de que é senhora, onde exerce o poder político ali instituído sob a forma que define os modos do exercício deste poder. Cf. *Ibidem*, p. 122.

⁴⁹⁹ O mesmo autor define a Nação como: «uma comunidade de base cultural. Pertencem à mesma Nação todos quantos nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, actualizado num idêntico conceito de vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais colectivos». *Ibidem*, p. 123.

⁵⁰⁰ Veja-se, por exemplo, no lançamento dos manifestos nacionalistas e políticos de luta anti-colonial, os apelos à «unidade patriótica» dos angolanos de todos os quadrantes, referidos em autores como: VALENTIM, Jorge, *1954/1975 Esperança, época de Ideias da Independência e Dignidade*, pp. 113-114; ROCHA, Edmundo, *Angola – Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano (Período de 1950-1964), Testemunho e Estudo Documental*, pp. 178-181.

⁵⁰¹ Cf. SANTOS, José Cassanji, *Repensar o Homem na Angola do séc. XXI, Uma Antropologia em Perspectiva*, Editora Chá de Caxinde, Luanda, 2009, pp. 209-210.

elemento, como podemos verificar, encontra-se expresso um certo sentimento de religiosidade. É o que se define como «Religião Tradicional Africana»⁵⁰². Tomados em comum, os elementos enunciados caracterizam todos os povos da África Negra e introduzem aspectos particulares dos conceitos acima referidos, se comparados com as categorias ocidentais.

A ideia expressa nas origens do Pan-africanismo da África como terra-mãe dos antepassados tem naquelas concepções o seu fundamento, considerando que, originalmente, os conceitos de fronteira e de estrangeiro eram irrelevantes para a cultura política africana do tempo pré-colonial. Sendo assim, tais conceitos seriam introduzidos por influência do Ocidente no contexto da partilha de África pelos colonizadores europeus, que atingiram maior expressão nos princípios jurídicos definidos com o Congresso de Berlim, em 1885.

Nesta ordem de pensamento, Adriano Moreira, referindo-se à divisão fronteiriça pelos europeus, observou que «os novos regimes aceitaram, da acção do colonizador, as fronteiras físicas estabelecidas arbitrariamente pelo concerto ocidental, na época da expansão colonial, e em nenhum lugar se mostraram dispostos a consentir em rectificações»⁵⁰³. Esta análise realista mostra a continuidade da configuração geopolítica da África actual, constituindo, na prática, um factor aglutinador dos povos transformados pela acção do colonizador, pela herança da língua, da cultura e de certas formas de ser, de agir e de pensar.

Nesta formulação, o que alimentava o mito de uma identidade profunda que residia na alma do africano de qualquer parte, qualquer que seja a sua língua, os seus usos e costumes específicos, era a pertença à terra dos seus antepassados. Estes não desenvolveram a ideia de fronteira como factor de fixação de limites de nação para nação. Quer isto dizer que a terra por eles habitada não tinha delimitação geograficamente convencional.

⁵⁰² Sobre a Religião Tradicional Africana (Bantu) leia: ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa, *Cultura Tradicional Banta*, Edições Paulinas, Lisboa, 2006, pp. 364-378.

⁵⁰³ MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, p. 350.

A obra poética de Agostinho Neto, exprimiu este sentimento de esperança num regresso à terra mãe, onde se possa erguer livremente a identidade e o ser angolanos: «Às nossas terras/ Vermelhas do café/ Brancas do algodão/ Verdes dos milheirais/ Havemos de voltar. À frescura da mulemba/ Às nossas tradições/ Aos ritmos e às fogueiras/ Havemos de voltar»⁵⁰⁴.

O que era uma forma previsível de esperança e do sonho da liberdade afirmava-se, como refere Cassanji Santos, num sentido simbólico da identidade cultural de que «os angolanos devem encetar o seu futuro por aquilo que lhes é específico, de modo a não serem obrigados a percorrer caminhos por eles não esboçados»⁵⁰⁵. Neste sentido, politicamente, quanto ao Estado em Angola, como refere Marcello Caetano, «é o Estado que, depois de fundado, vai pelo convívio dos indivíduos e pela unidade de governo criando a comunidade nacional»⁵⁰⁶ política e juridicamente constituída. Assim, para a construção do Estado, todas as formas de expressão anti-colonial quer em Angola, quer noutros territórios africanos e não só, foram concebidos como manifestações de sacrifícios e sonhos de liberdade⁵⁰⁷, empreendidos para a conquista de tais direitos.

A ideia de Estado-Nação, no contexto angolano, parece merecer a sua formulação a partir dos pressupostos que traçaram o percurso da sua criação enquanto unidade que não poderia deixar de seguir o modelo tradicional do Estado que se expandiu a partir do Ocidente⁵⁰⁸. Após a independência, observou-se, até certo ponto, uma situação que Hagen Schulze descreveu a propósito do Estado nacional europeu do séc. XIX: «o Estado nacional típico não era ainda uma realidade: existiam, por um lado, os aparelhos do Estado,

⁵⁰⁴ NETO, Agostinho, *Sagrada Esperança*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1976, p. 18.

⁵⁰⁵ SANTOS, José Cassanji, *Repensar o Homem na Angola do séc. XXI, Uma Antropologia em Perspectiva*, Editora Chá de Caxinde, Luanda, 2009, 98.

⁵⁰⁶ CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Constitucional e Ciência Política*, p. 123.

⁵⁰⁷ No contexto mais amplo da liberdade que alimentava o sonho dos nacionalistas angolanos está patente a fundação do Estado cuja determinação seria, no quadro dos direitos políticos que se reportam do capítulo mais vasto dos Direitos do Homem e do Cidadão e estes, por sua vez, seriam exercidos pelos autóctones “filhos da terra”.

⁵⁰⁸ Cf. VENÂNCIO, José Carlos, *O Facto Africano, Elementos para uma Sociologia de África*, pp. 55 e 56; MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, p. 351.

orientado para critérios de administração racionais e compromissos aceitáveis na política externa»⁵⁰⁹, mas que quanto ao sentimento popular havia que envidar esforços acrescidos para inculcar a consciência nacional às massas, num contexto em que havia que apostar num factor aglutinador dos diversos grupos etno-linguísticos.

Porém, a ideia de Estado-nação no contexto angolano, como na generalidade dos Estados em África, não tem, necessariamente, coincidências com as categorias europeias de Nação ou Estado-Nação. Deste modo, as variedades etno-culturais, característica do Estado-nação em Angola inserem-se na vasta conjuntura das características do Estado-nação na África subsaariana, com a sua complexidade política diferente em cada Estado⁵¹⁰. Enquanto povo que partilha um sentido comum, é antes este que sustenta o sentimento nacional a que correspondem direitos, deveres e obrigações dos respetivos grupos etnolinguísticos.

Mas a formação de uma sociedade política segue critérios universais mediante a adopção de um sistema político, regime de governo e instituições políticas como uma forma de organização. Isto constitui também a razão de ordem do Estado pós independente em Angola que procurou por todas as formas sobreviver a graves perturbações, a nível interno e internacional: o perigo da fragmentação do território por acção das forças agressoras externas, a sul e a norte do país, a oposição armada da UNITA ao MPLA-Partido no poder, envolvidos em guerra civil.

Em Angola, o sistema político considerado conveniente, na altura da implantação da nova República, definiu-se como sistema de partido único, em que a exclusividade do poder pertencia a uma só força partidária, inviabilizando-se, assim, qualquer possível alternativa⁵¹¹.

⁵⁰⁹ SCHULTZE, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, p. 256.

⁵¹⁰ No caso de Angola, Fátima Moura Roque que vê a diversidade étnico-cultural como uma das causas principais do conflito de natureza política, quando coloca o problema nas «distinções sociais e culturais e diferentes valores e interesses dos grupos étnico-linguísticos». ROQUE, Fátima Moura, *Construir a Paz em Angola*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000, p. 59.

⁵¹¹ Cf. CARVALHO, Manuel Proença de, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, Quid Juris – Sociedade Editora, Lisboa, 2005, p. 103.

O principal objectivo foi assegurar o maior controlo da actividade política nacional pela centralização do poder⁵¹² que recebia a sua legitimidade constitucional. Assim, para garantir legitimidade e a exclusividade do exercício do poder, a Lei Constitucional de 1975 definia o MPLA como «legítimo representante» do povo angolano, a quem «cabe a direcção política, económica e social da Nação»⁵¹³, centralizando poderes na figura do Presidente da República que também é o Presidente do Partido-Estado.

Neste sentido, o que pode ser analisado como sistema político de Angola no período pós independência é a constituição de um sistema inspirado na forma de governo comunista-leninista, sustentando a «legitimidade democrática mas na concepção marxista [marcado pela] inexistência de representação política nas instituições [que se supunham] representativas»⁵¹⁴. Assistiu-se a uma forte atuação de um partido único, o Partido-governo que, além de outros instrumentos de acção cívica, tinha o monopólio estatal dos meios de comunicação social⁵¹⁵.

O regime político vigente revelava a modalidade do poder do Estado considerada a melhor que responderia às necessidades do país, como foi defendido pelo MPLA. Segundo Adérito Correia e Bornito de Sousa, «a opção pela via socialista do desenvolvimento, decisão tomada na 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, em Outubro de 1976, conduziu à criação de um Partido que se afirmava marxista-leninista, força dirigente e

⁵¹² Estamos perante uma fase da consolidação do poder do Estado, cujo objectivo levou a definir várias decisões como: a política de reconstrução nacional, a política económica e social e política de quadros. Estas decisões levam a direccionar a passagem do processo político orientado pela ideologia da classe operária, o Marxismo-Leninismo. Criava-se a Escola do Partido com o objectivo de formar todos os seus militantes na teoria Marxista-Leninista. Cf. COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), pp. 263-267.

⁵¹³ Cf. Art. 2º da Lei Constitucional de 1975.

⁵¹⁴ CARVALHO, Manuel Proença de, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, p. 78.

⁵¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 70.

impulsionadora de todo o processo tendente à criação das bases materiais e sociais da futura sociedade socialista»⁵¹⁶.

A definição do poder contém, no seu enunciado, a forma expressa da participação popular que, desta forma, tomava parte activa no processo da consolidação revolucionária, no âmbito do exercício dos direitos políticos, sob a forma do poder popular. Foi esta a forma consagrada na Lei Constitucional de 1975: «às massas populares é garantida uma ampla e efectiva participação no exercício do poder político, através da consolidação, alargamento e desenvolvimento das formas organizativas do poder popular»⁵¹⁷ em que as palavras de ordem «um só povo e uma só nação» ou ainda outras expressões populares como «o MPLA é o povo e o povo é o MPLA» eram fórmulas evidenciadas no ensino e nos organismos sociais oficiais, fundamentando e introduzindo no imaginário colectivo a ideia da nação.

No entanto, o poder popular consagrava-se como forma da garantia das estruturas de base, tendo em conta a sua elevada subordinação ao aparelho do poder do Estado, uma vez que é este último que lhe traçava as linhas de acção. Como diz Adriano Moreira, «nesta perspectiva, o aparelho de poder ou Estado é entendido como um sistema que produz decisões irresistíveis, e o regime político é fundamentalmente a estrutura e dinâmica dos intervenientes na formação das decisões»⁵¹⁸.

Agostinho Neto explicava assim a lógica do poder popular: «o termo poder popular exprime um novo conceito da essência e do papel do poder, das novas relações das massas populares com o poder e contribui para a mobilização das massas para a transformação da sociedade. Porém, para penetrarmos convenientemente no termo poder popular é necessário partirmos dos conceitos elementares da teoria marxista-leninista da

⁵¹⁶ CORREIA, Adérito e SOUSA, Bornito de, *Angola: História Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1996, p. 25.

⁵¹⁷ Art. 3º da Lei Constitucional de 1975.

⁵¹⁸ MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, p. 151.

Revolução do Estado, e entender de modo científico, e segundo a realidade, a essência e o papel do poder»⁵¹⁹.

Para perceber a lógica política do Estado, quanto à definição estratégica da sua organização interna, façamos uma breve análise da evolução constitucional face aos desafios políticos de então. Assim, a rapidez com que as alterações da Lei Constitucional eram feitas foi um sinal de que a situação política era de emergência, o que se traduzia no reforço constitucional das funções e competências dos órgãos do Estado, para responder às circunstâncias políticas do país. Analisemos algumas destas acções políticas que mereceram cobertura constitucional.

A primeira alteração à Lei Constitucional de 1975 acontece ao abrigo da Lei de Revisão nº 71/76 de 11 de Novembro. Esta alteração incidiu sobre dois aspectos fundamentalmente: o reforço dos poderes do Presidente da República e o reforço do papel dirigente do MPLA⁵²⁰.

A segunda alteração acontece em menos de um ano. A Lei nº 13/77, de 7 de Agosto, mais uma vez, introduziu novo reforço dos poderes do Presidente da República. Segundo o art. 32.º, o Presidente da República tinha competência para nomear, dar posse e exonerar o Primeiro-Ministro e demais membros do Governo⁵²¹. Quer isto dizer que ao Presidente da República era reconhecido um papel interventivo maior no aparelho governativo que, como acontece em sistemas presidenciais, este não era simples moderador, mas o garante do poder. A figura do Presidente, como Comandante em Chefe das Forças Armadas, tomava um papel mais activo no quadro estratégico da segurança nacional.

A terceira revisão constitucional acontece em Fevereiro de 1978. Esta revisão de carácter mais profundo, consagrou princípios importantes do ponto de vista da estrutura governativa e partidária⁵²².

Em 1980, realiza-se a sexta revisão da Lei Constitucional, introduzida de forma mais profunda em relação a todas revisões feitas desde 1975. Esta

⁵¹⁹ NETO, Agostinho, *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, p. 38.

⁵²⁰ Cf. CORREIA, Adérito e SOUSA, Bornito de, *Angola: História Constitucional*, p. 24.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 25.

⁵²² Cf. *Ibidem*, p. 26.

alteração feita em Setembro de 1980, por uma Resolução do Comité Central do MPLA, resultou na alteração do Título III da Lei Constitucional, cujo objectivo foi a criação dos órgãos do “Poder Popular”, da Assembleia do Povo e das Assembleias Populares locais⁵²³.

Criou-se, desta forma, uma estrutura político-jurídica que lançaria as bases da organização de um poder de Estado Democrático e Popular, com vista à construção da sociedade socialista⁵²⁴.

No essencial, as grandes novidades que aparecem com a revisão constitucional de 1980 podemos sintetizá-las nos seguintes pontos⁵²⁵: «Princípios da unidade do poder e do centralismo democrático; A Assembleia do Povo passava a ser o órgão do poder do Estado. Passa a competir à Assembleia alterar a Lei Constitucional, exercer a função legislativa e exercer o controlo da actividade dos órgãos centrais do aparelho do Estado: Governo, Tribunal Supremo, Procuradoria, bem como das Assembleias Provinciais; O Presidente da Assembleia do Povo é o Presidente da República e Chefe do Governo».

Neste âmbito, levantam-se, desta feita, problemas atinentes às relações do Estado com as massas populares que formavam a franja maioritária da sociedade angolana. Se as formas organizativas que a sociedade poderia constituir pela sua livre iniciativa eram traçadas pela estrutura do poder, significava isto que se impunha um controlo centralizador das formas de participação unicamente conforme a vontade do Estado. Neste sentido, a constatação que Claude Ake faz do Estado em África encontra sentido também aqui, isto é, «its scope continued to be totalistic and its economic orientation highly statist. It presented itself often as na apparatus of violence, its base in social forces remained extremely narrow and it relied for compliance unduly on coercion rather than authority»⁵²⁶.

⁵²³ *Ibidem*, p. 28.

⁵²⁴ Cf. *Ibidem*.

⁵²⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 28-29.

⁵²⁶ AKE, Claude, *The Feasibility of Democracy in Africa*, p. 36.

3. O Marxismo-Leninismo como modelo para a construção do Estado e de uma sociedade socialista

O modelo ideológico do Estado em Angola, no período pós independência, radica nas ideias expressas pelo líder do MPLA-movimento de libertação nacional, o Presidente António Agostinho Neto, pronunciadas ainda em 1972: «no que respeita à organização económica, dizemos que o povo angolano deve ser senhor das riquezas do nosso país, que são precisos salários justos para evitar a exploração dos trabalhadores, etc. É o que, normalmente, se designa por via socialista. É o socialismo (...). Eis a nossa orientação, a nossa linha»⁵²⁷. Com esta filosofia, o novo Estado construía-se sob os fundamentos da ideologia marxista-leninista definida para orientar o Partido-Estado que continuava a revolução⁵²⁸.

A concepção marxista do Estado parte da contestação da ideia dualista da organização da sociedade, ou seja, diante da superestrutura económica onde o capitalismo se consagra como a ordem dominante das classes trabalhadoras, acreditou-se que o socialismo era a via mais justa e igualitária. Seguiu-se a teoria de Marx que condenou o Estado que se estrutura com base na «consolidação dos interesses de uma classe capitalista»⁵²⁹, onde a classe dominante, a burguesia, opera em detrimento da classe explorada, o proletariado.

O Estado seria visto como a institucionalização do domínio da classe capitalista que controla a riqueza dos bens de produção das classes trabalhadoras, pelo que para se contrapor a esta situação, entende-se que «a emancipação dos operários [só] tem de ser obra da própria classe

⁵²⁷ TALI, Jean-Michel Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante Si Próprio (1962-1977)*, Vol. II, Luanda, 2001, p. 155.

⁵²⁸ Nos actos oficiais do Partido-Estado do MPLA, salientava-se a ideia de que «o nosso Partido marxista-leninista (...) luta pelo bem-estar e felicidade de todos os angolanos (...) [e pela] a persistência da nossa acção revolucionária, a justeza dos nossos princípios (...). Quer isto dizer que na sociedade que estamos a construir não desejamos integrar nem lacaios, nem fantoches. Desejamos angolanos». ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, pp. 48-49.

⁵²⁹ GUEDES Armando Marques, *Sociedade Civil e Estado em Angola, o Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ou outro?*, p. 26.

operária»⁵³⁰, pela consideração de que «o moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa»⁵³¹. A eliminação destas formas que, de certo modo, libertariam o Estado do jugo do capitalismo burguês, conferiria o verdadeiro papel ao Estado tornando, assim, cada vez mais urgente o surgimento, a acção e o fortalecimento dos partidos comunistas com o objectivo de exercer o poder, sendo os únicos que poderiam instaurar a supressão da propriedade privada⁵³².

Vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, a influência daquelas ideias na construção do socialismo tido como a via africana de desenvolvimento. Importa salientar que a leninização da teoria marxista como fundamento de um socialismo soviético transpôs-se, como modelo, para os países africanos subsarianos, na medida em que nortearam a formação ideológica dos seus regimes, embora carecesse de bases doutrinárias profundas como eram estruturadas pelos partidos comunistas de Leste. Neste, sentido, em Angola, tal modelo encontrou terreno. A ideia de que «os partidos comunistas se diferenciam dos demais partidos (...) pelo facto de que, por um lado, nas diversas lutas nacionais (...) eles acentuam e fazem valer os interesses comuns (...), e pelo facto de que, por outro lado, os diversos estádios de desenvolvimento (...) representam sempre o interesse do movimento total»⁵³³ norteou a opção do modelo de desenvolvimento que Angola procurou seguir com base na transformação do capital como «um poder social»⁵³⁴.

Na realidade política da construção do Estado angolano, a opção pela ideologia marxista-leninista, como modelo de governo, significou a definição estratégica de uma sociedade em formação, adoptando um modelo definido em ordem ao reforço das suas afeições e fidelização aos Estados que adoptaram a mesma ideologia, nomeadamente, à União Soviética, como

⁵³⁰ MARX K. e ENGELS F., *Manifesto do Partido Comunista*, Edições Avante, Lisboa, p. 25.

⁵³¹ *Ibidem*, p. 38.

⁵³² Cf. *Ibidem*, p. 50.

⁵³³ *Ibidem*, p. 49.

⁵³⁴ *Ibidem*, p. 51.

aliado tradicional em todas as guerras. Pela importância daquela potência mundial, continuava a ser também um aliado nos jogos políticos internacionais. É neste quadro que, como afirma Miguel Júnior, «em Abril de 1976, a FAPA enviava um grupo de pilotos e técnicos à União Soviética para um curso de adaptação (...)»⁵³⁵, no âmbito da formação das Forças Armadas nacionais angolanas das FAPLA e da FAPA, definidas como ramos do Exército Nacional.

Neste sentido e ainda no que se refere à defesa nacional, o mesmo autor refere que «no fim de 1975, alguns jovens foram a Cuba a fim de frequentar cursos de pilotagem e engenharia aeronáutica»⁵³⁶, o que dava início a uma longa cooperação neste domínio.

Para todos os efeitos, o resultado das análises feitas pelas autoridades angolanas, no capítulo da defesa nacional, ditou muitas decisões sobre a orientação política do Estado e o seu empenho na materialização do plano estratégico nacional, de modo que, dentre várias situações dessa defesa, tratou-se de alinhar com «a solidariedade concreta dos países socialistas e de orientação socialista, bem como a disponibilidade de apoio da URSS e Cuba»⁵³⁷. Neste sentido, o Presidente José Eduardo dos Santos defendia, nas comemorações da Independência, em 1979, que era «absolutamente lógico e natural que tenhamos o apoio e a solidariedade internacionalista dos países que nos ajudaram durante as guerras de libertação nacional, nomeadamente da União Soviética e de Cuba, países aos quais não só nos ligam afinidades ideológicas, mas também uma cooperação frutuosa em diversos sectores da vida nacional»⁵³⁸. De facto, os dois maiores regimes comunistas, União Soviética e Cuba, desempenharam um papel decisivo no panorama político angolano, contando que a opção pela ideologia destes países seria a única via para, a nível interno, criar condições de autodefesa do Estado, considerando

⁵³⁵ JÚNIOR, Miguel, *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, 1º Exército Nacional (1975-1992)*, p. 57.

⁵³⁶ *Ibidem*, p. 57.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 59.

⁵³⁸ ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 547.

que também a nível regional e continental africano dominava o socialismo comunista como regime dos governos.

No âmbito económico, a via do socialismo de Leste foi vista como sistema que melhor concretizava o desenvolvimento económico e cultural da sociedade angolana. Nesta perspectiva, a Lei Constitucional de 1978 consagrava uma orientação política que apontava para «a construção da sociedade socialista como objectivo estratégico da Nação angolana»⁵³⁹, inspirada no modelo do socialismo soviético e dos restantes países implementadores desse modelo, para corresponder, economicamente, ao interesse nacional angolano de uma economia planificada.

Assim foi que, em 1981, por ocasião do Dia Internacional do Trabalhador, o Presidente José Eduardo dos Santos defendia o ideal da construção do Estado angolano: «lançámos as bases de um Estado Democrático e Popular, em que o Governo tem de realizar as aspirações das massas trabalhadoras. Estamos a edificar em África, ao sul do Equador, um Estado de tipo novo. Estamos a seguir uma via diferente da que seguiram muitos países africanos que ascenderam à independência nos anos 60»⁵⁴⁰.

Nestes moldes, o modelo económico definiu-se de acordo com a mesma perspectiva da economia socialista. Estabelece-se, assim, «a propriedade socialista (propriedade estatal e cooperativa) como base do desenvolvimento económico e social, devendo o Estado adoptar medidas que permitissem o constante alargamento e consolidação das relações de produção socialistas»⁵⁴¹.

Nesta óptica, e para a melhor definição e orientação do sistema político em consolidação e a sua estruturação como um regime de governo, entendendo-se que o processo revolucionário estava em curso, o órgão que definia a política interna e externa do país e exercia a função legislativa foi o Conselho da Revolução⁵⁴². Aliás, a ideologia era doutrinalmente enquadrada

⁵³⁹ Art. 2º da Lei Constitucional de 1978.

⁵⁴⁰ ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 366.

⁵⁴¹ Art. 9º, *Ibidem*.

⁵⁴² Cf. CORREIA, Adérito e SOUSA, Bornito de, *Angola: História Constitucional*, p. 23.

nos esquemas organizacionais do poder do Estado e definida como a via certa para a sua defesa e construção.

Segundo os discursos partidários do MPLA-Governo, «não há Poder Político da classe operária, nem Poder de Estado socialista sem direcção pelo partido marxista-leninista. Portanto, o Partido é a força dirigente da Revolução e o aparelho do Estado é o instrumento principal nas mãos da classe operária para, sob a direcção do Partido, levar a efeito a sua dominação política e exercer o Poder Popular»⁵⁴³.

Estamos aqui perante um sistema que preenche os ditames de uma racionalidade política adaptada à realidade e aos desafios que Angola enfrenta, numa realidade política e social, no período que medeia a proclamação da independência (1975) e o fim da Guerra Fria (1989). A escolha deste modelo servia pois os objectivos da salvaguarda da soberania proclamada em clima de guerra, contra a ameaça do que seria o vazio de poder do Estado por uma guerra civil progressiva, em todo o país.

Não seria, entretanto, de esquecer o factor de toda uma administração do Estado que enfrenta, por outro lado, a crise das instituições agravada por si só pela falta de técnicos e quadros que pudessem prestar serviços de qualidade, no âmbito da transição administrativa. Como descreve Jean-Michel, «o MPLA vitorioso, achou-se, pois, perante um Estado desprovido de uma grande proporção de competências técnicas e administrativas e das aptidões necessárias à sua consolidação. (...) O MPLA não trazia da guerrilha os dirigentes bastantes, quer em número, quer em leque de competências necessárias para tomar nas mãos e fazer funcionar todos os sectores essenciais do país»⁵⁴⁴.

Esta carência obrigou ao reforço da cooperação e assistência pelos aliados acima mencionados, que exerceriam um papel fundamental de carácter formativo e técnico, nos mais diversos sectores do saber, tendo em conta que um considerável número de jovens angolanos passava a ser

⁵⁴³ NETO, Agostinho, *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, p. 39.

⁵⁴⁴ TALI, Jean-Michel Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante Si Próprio (1962-1977)*, p. 169.

enviado regularmente para frequentar cursos superiores nas instituições universitárias de Cuba e da URSS. A cooperação com Cuba traduzir-se-ia no envio para Angola, não só de tropas para combater e capacitar o Exército Nacional, mas também de professores para o ensino de base e médio angolano, bem como médicos, engenheiros e arquitetos para a construção civil.

A facilidade de comunicação, devido ao factor língua, terá dado maior viabilidade para a presença cubana nas instituições públicas em Angola, ao passo que, quanto à Rússia, essa facilidade traduzia-se mais no envio de angolanos do que de russos para Angola. A cooperação assim aberta envolvia, além dos recursos humanos, diversos apoios com particular incidência para o material de guerra e outros equipamentos militares considerados vitais para as operações combativas das Forças Armadas Angolanas.

4. Um Estado de Partido único. O MPLA e os constrangimentos internos: o caso Nito Alves

O sistema político inspirado no modelo socialista que acabámos de analisar foi definido como sistema de governo de partido único e centralizador⁵⁴⁵ de todas as dinâmicas e mecanismos da construção do Estado, na qualidade de representante do povo angolano, com legitimidade expressa na Lei Constitucional. Assim, o Partido-Estado não só representava o Estado, mas também era integrador de todas as forças consideradas patrióticas. O carácter estadual do Partido expressa-se, como vimos, nas funções de direcção política, económica e social da Nação. Neste sentido, a política do Estado angolano cooperava com vários regimes instalados nalguns países africanos, como foi o caso de Moçambique e Guiné, identificados com o socialismo adoptado por respectivos governos saídos da

⁵⁴⁵ Neste sentido, atribuiu-se um papel central ao Partido definido como «a peça fundamental do nosso sistema político e social». ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 162.

descolonização. O poder político em Angola, para defender o seu sistema, declarava-se hostil às políticas liberais consideradas perigosas para o modelo adoptado. Assim se referiu o Presidente José Eduardo dos Santos em vários discursos. A 6 de Junho de 1981, o Chefe de Estado defendia o seguinte:

«Estamos hoje em plena ofensiva contra o Liberalismo e a Desorganização e não podemos dissociar esta nossa campanha da luta de classes que trava no país. (...) Claro que a nossa principal missão é educar os camaradas que ainda não compreenderam bem os objectivos da nossa revolução e que às vezes se podem desviar. Mas quando a educação política e patriótica já não for possível, teremos que utilizar a ditadura democrática revolucionária. Quer dizer, teremos que utilizar a força para eliminar, e não quero dizer eliminar fisicamente mas apenas neutralizar, aqueles elementos que não se ajustam à linha do Partido e aos esforços que fazemos para resolver os problemas imensos que o nosso povo neste momento atravessa»⁵⁴⁶.

O partido único, tal como se acreditou em larga escala internacional da linha socialista, foi tido como aquele que possibilitava a criação harmoniosa de desenvolvimento económico; não admitindo, por sua vez, a oposição interna, nem alternância no exercício do poder. Nisto, os líderes políticos angolanos procuraram, naquelas circunstâncias, assentar as suas convicções e reforçar as suas crenças na eficácia do sistema e na sua sustentabilidade, de modo a que se permitisse construir um Estado homogéneo em todas as suas estruturas. Nestes termos, o primeiro presidente angolano, António Agostinho Neto, defendia a necessidade de «construir uma sociedade regulada por uma ideologia única, comandada por um Partido-Estado único, visando produzir uma sociedade unificada»⁵⁴⁷.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 367.

⁵⁴⁷ NETO, António Agostinho, *Textos Políticos Escolhidos*, Luanda, 1985, p. 190. Citado por: GUEDES Armando Marques, *Sociedade Civil e Estado em Angola, o Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ou outro?*, p. 46.

O princípio do partidarismo unitário compreende-se no contexto de um sistema concentrado em que o partido no poder se identifica com o Estado⁵⁴⁸, colocando-se ao nível deste, não permitindo outros intervenientes partidários com ideias contrárias. Mas, num cenário da construção do novo Estado angolano, saído de uma independência atribulada, o partido pronunciou-se pela sua fidelidade às alianças de sempre. Como disse Marcolino Moco, «se fosse a UNITA a vencer seria fiel às suas alianças e iria impor a sua matriz ditatorial, porque Angola tinha que ser um Estado de partido único. Em 1974/75 tinha que nascer um Estado de partido único. E durante todo o período da Guerra Fria, em Angola só podia nascer um Estado de Partido Único. Podia ser a UNITA ou a FNLA que não foram; foi o MPLA porque tinha mais condições, mais agregação com os elementos do Estado moderno, menos tradicionalista, mais capacitado para a construção de um exército de matriz nacional. Com tudo isto, impôs um Estado de partido único da sua matriz»⁵⁴⁹ dentro da linha marxista.

Sendo, no entanto, que o espírito marxista dos fundadores do MPLA foi a única linha de orientação revolucionária que venceu em toda a sua história, é de constatar a modelização da sociedade angolana em conformidade com a lógica de um Estado socialista que não permite a existência de outras forças interventivas, nem oposição à acção governativa, sistema que era sustentada por uma base constitucional. A jogar com as circunstâncias do tempo, foram adoptadas estratégias de âmbito continental: «naquela altura a filosofia era mesmo de partido único e era a filosofia geral. Em África havia só dois países que praticavam a democracia multipartidária: o Senegal e Botswana. Então era a filosofia geral. Por isso era irrealista pensar-se noutro tipo de reacção»⁵⁵⁰.

⁵⁴⁸ De acordo com o discurso oficial, defendia-se que «Só com um partido forte, coeso e disciplinado será possível organizar, controlar e orientar todo o Aparelho do Estado para a realização do programa económico e social do Partido». ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 162.

⁵⁴⁹ Depoimento do Dr. Marcolino Moco em 21 de Setembro de 2011.

⁵⁵⁰ *Ibidem*.

Como observou Maurice Duverger, o marxismo entende-se como «una filosofía completa, un método de pensamiento, una cosmogonía espiritual»⁵⁵¹. No caso angolano, foi essa doutrina que passou a dominar toda a filosofia do Partido-Estado que exerceu a titularidade do poder de governação e a acção político-administrativa, no período que durou a I República. Por outro lado, a definição constitucional do Estado como uma «democracia popular» enunciava uma característica atípica que de longe reflectia os critérios que aparentemente consagrava, sistema que se transportou para o quadro político angolano de um regime importado da URSS.

A fidelização ao partido de todas as camadas sociais será, assim, a política a desenvolver, durante a I República, através de acções psicológicas conducentes a todo o tipo de descrédito em relação a qualquer movimento cívico ou associativo que não fosse doutrinariamente fiel aos princípios oficiais do Partido-Estado. Como já sublinhámos, o unipartidarismo caracteriza um poder autoritário de governo, sendo que a lógica do multipartidarismo só é compatível com o regime democrático.

Se, como escreve Duverger, se considera o sistema de partido único como a grande inovação do séc. XX, o enraizamento do mesmo em Angola, e de modo geral em África, representou a crença que se depositava na sua conjugação com certos costumes dos poderes tradicionalmente herdados dos antepassados, de carácter vitalício. Foram, por assim dizer, as ideias africanistas da *authenticité africaine*⁵⁵² defendidas, entre outros, por Mobutu Sésse Séko, no Ex-Zaire, que sustentava o princípio da inamovibilidade do soba⁵⁵³ cujo poder só se concebe na sua linha vitalícia, ou seja, transmitido de forma hereditária.

⁵⁵¹ DUVERGER, Maurice, *Los Partidos Políticos*, Madrid, 2002, p. 147.

⁵⁵² Cf. BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Vol. 2, p.208.

⁵⁵³ Mobutu criticava os ocidentais e defendia que «vós sois um mundo de oposições, mas nós, Zairenses, somos um mundo de justaposição. Citai-me uma só aldeia zairense em que haja dois chefes, um dos quais da oposição. Não existe». Nesta lógica, sustentou, «criando vários partidos políticos, os zairenses estariam a pecar contra a autenticidade». Veja: BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Vol. 2, pp. 208 e 211.

Na mesma linha, Armando Marques Guedes analisou aquele sistema tradicional de sobas, em Angola, e chegou à seguinte conclusão: «trata-se, por norma, de entidades que gozam de poderes amplos como “representantes” dos poderes “temporais” e “espirituais” reconhecidos pelas populações que “tutelam”, e são muitas vezes “chefes” tidos como de algum modo responsáveis pelo regular funcionamento das instituições políticas locais. Além disso, têm por via de regra poderes para resolver todas as questões conflituais que lhes forem apresentadas»⁵⁵⁴. Além de que os laços tradicionais impunham os seus reflexos na actividade política, a pressão dos aliados governos comunistas foi dando vitalidade aos partidos únicos instalados no poder por apoio daqueles países.

Em Angola, a adopção do sistema de partido único de ideologia marxista-leninista criou, para o país, terreno para a concentração de toda a investida da guerra civil, em conjugação com o impacto da Guerra Fria, transformando o Estado angolano numa zona de confluência de interesses políticos das grandes potências, pelo confronto das respectivas ideologias. Assim, a luta pelo poder do Estado, travada entre o MPLA-Governo e a UNITA-beligerante, teve o seu argumento e justificação na ideia da libertação nacional do povo angolano contra o imperialismo; enquanto por parte da UNITA, essa justificação sustentou-se com a ideia da luta contra o regime marxista-leninista, em ordem à instauração da democracia liberal e construção de uma sociedade inclusiva.

Em Angola, por exemplo, os Sobas, designados Autoridades Tradicionais, que nas aldeias e zonas rurais ou birros também são auxiliados por um conselho constituído pelos conselheiros (sekulos), representavam a máxima autoridade jurídico-administrativa das suas áreas ou aldeias (Kimbos). Essa autoridade régia tinha um carácter vitalício, sendo substituído apenas em caso de morte, por um seu herdeiro credível com experiência de vida e dos costumes reconhecida e provada por conselho do sobado. Os Sobas são hoje designados com o estatuto de “Autoridades Tradicionais” que, no actual sistema político, têm uma consagração constitucional, embora sem ainda uma regulação e delimitação das suas competências específicas, exercendo assim actividade administrativa que até pode ser considerada auxiliar da administração e a autoridade do Estado, nas zonas rurais. Sobre esta matéria, cf. também, GUEDES, Armando Marques et. al, *Pluralismo e Legitimação, a Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola*, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 103-112.

⁵⁵⁴ GUEDES, Armando Marques, *Entre Factos e Razões: Contextos e enquadramentos da Antropologia Jurídica*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 196.

Jardo Muekalia, um diplomata da UNITA, expôs os objectivos dessa luta resumindo-os do seguinte modo: «a) retirada de todas as forças estrangeiras do país; b) estabelecimento de negociações entre o MPLA e a UNITA; c) a formação de um Governo de unidade e reconciliação nacional que conduzisse à democracia e à realização de eleições multipartidárias regulares»⁵⁵⁵. Neste sentido, como explica este dirigente, para a UNITA, a «tomada do poder passou a ser associada também às campanhas militares como seu objectivo último»⁵⁵⁶.

Olhando para o que foram as hostis relações entre os três movimentos de libertação de Angola, o problema da oposição que não é própria dos sistemas monopartidários de governo motivou a transição da guerra de libertação para a guerra civil que ditou o afastamento total da governação dos dois movimentos, FNLA e UNITA, já derrotados a quando da independência nacional. Nas condições em que se ascendeu à independência, inviabilizou-se a multipartidarização da política angolana, sendo que os tradicionais movimentos de libertação nacional, tal como se tinham apresentado às negociações do Acordo de Alvor, não conseguiram constituir-se em partidos políticos desmilitarizados.

Partindo de toda a situação das questões militares, em Angola, passamos a reconstruir brevemente a história que marcou a origem de toda a crise política. Além da guerra civil já curso, o MPLA que já antes da independência tinha enfrentado divisão no seu seio provocada pela Revolta Activa ou Revolta de Leste. Enfrentara a luta de vários quadros e membros dissidentes que reivindicavam certos estatutos no interior do movimento. Constituído em governo da República, insurgiu-se uma oposição interna que consistiu numa tentativa de golpe liderado por Nito Alves⁵⁵⁷, marcando

⁵⁵⁵ MUEKALIA, Jardo, *Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, Sextante Editora/Porto Editora, Porto, 2010p. 149.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ Trata-se da revolta que deu origem aos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, em Luanda. Não entraremos em profundidade sobre o tema, pois, tal não constitui o objectivo de fundo do nosso estudo. No entanto, para uma leitura abrangente e desenvolvida sobre a matéria consultar, entre outros: ALMEIDA, Eugénio da Costa, *Angola. Potência Regional*

desta forma a primeira grande crise do MPLA, no período pós independência.

Perante a necessidade de consolidação das estruturas partidárias, como refere David Birmingham, «o tema central foi a luta pela criação dum credo ideológico coerente que pudesse funcionar como um foco de lealdade, de dinamismo e de conforto durante o período inevitavelmente longo da austeridade material, inadequação institucional e insegurança internacional»⁵⁵⁸ que exigia maior unidade do partido em torno dos ideais da luta progressista da sua liderança e da reconstrução nacional, políticas essas muito presentes nos discursos revolucionários da época. Não seria, de resto, desajustado considerar que ali residia a estratégia, na sua máxima efectividade, para o interesse nacional concebida pelo Partido-Estado, uma vez que nesses primeiros anos da independência nacional «Angola atravessou todas as formas de nacionalismo africano da forma mais aguda possível»⁵⁵⁹ muito pelas razões do sistema internacional.

5. Opção por um sistema ideológico do Estado e o problema da guerra civil como oposição a esse sistema

Nos pontos anteriores demonstrámos como o MPLA tentou chamar a si toda a responsabilidade da construção do Estado em Angola, nesta fase da I República. Para isso, a escolha de uma ideologia política como modelo para a construção do Estado, depois da independência nacional, foi da exclusiva responsabilidade política do MPLA Partido-Estado, pelo facto de ter sido o

em *Emergência*, pp. 67-74; ainda cf. MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola: O 27 de Maio de 1977*, Edições Asa, Lisboa, 2007.

⁵⁵⁸ A descrição que o autor faz dos acontecimentos revela o interesse geral de vários dos governos mundiais na mudança da liderança da política em Angola: «os interesses ocidentais no 27 de Maio foram naturalmente tingidos pelo embaraço que sentiam acerca de Angola desde o final de 1975. O Zaire estava pronto a acolher da melhor maneira qualquer mudança, mesmo uma que procurasse uma forma mais pura do marxismo. Os Sul-Africanos provavelmente concordavam. Os Estados Unidos procuravam há muito tempo sinais de cisão entre a população negra e as elites mestiças. E eles estariam seguramente prontos a servir de casamenteiros entre Nito Alves e a velha liderança FNLA-UNITA». BIRMINGHAM, David, *Portugal e África*, p. 184.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 192.

único que passou a definir a linha política do país. Como já referimos, neste estudo, essa orientação política do Estado tinha sido definido no quadro de um modelo, com todas as suas características, embora fosse de adaptação difícil aos condicionalismos sócio-políticos e às estruturas económicas de um Estado frágil politicamente. Porém, com todos os constrangimentos à volta de uma elite política coesa consigo própria para garantir a unidade nacional, no universo de um mosaico etno-cultural angolano. Assim, a ideologia do Partido era também a ideologia do Estado.

A ideia de que a consolidação das instituições do Estado é vital para a estabilidade do exercício da actividade política, de acordo com o desempenho dos diferentes sectores da esfera social, tornou cada vez mais substantiva a necessidade de definir quais as prioridades políticas que o Estado devia perseguir, sem coordenação com o domínio privado, todavia inexistente, a encontrar uma definição do regime de governo que reflectisse toda a administração pública que, por sua vez, melhor assegura a sobrevivência e a garantia do interesse nacional.

A realidade política da década de 1980 foi marcada por um conjunto de intensas campanhas e acções militares em todo o território de Angola, pelo que toda a oposição à orientação política oficial dos poderes estaduais ganhava também a forma de conflito e era energeticamente reprimida. Não era já uma oposição pacífica de luta pelo poder, mas um conflito armado, declarado por ambas as partes angolanas, MPLA e UNITA para, sob o rosto de combater o comunismo em Angola, razões invocadas pela UNITA; e defender a soberania do Estado, projecto do MPLA, o resultado foi a fragilidade a que foi empurrado o Estado, com o agravamento da pobreza e mortes das populações indefesas.

As acções políticas realizadas desde o período da proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975, pelo MPLA, evidenciavam a continuidade da guerra interna. Não obstante todos os esforços empreendidos pelo MPLA-Estado, quanto ainda ao problema da legitimidade perante às massas populares, a ideologia do partido assentava

sobre uma base culturalmente frágil dos seus militantes, que se esforçavam para absorverem o cerne da filosofia marxista-socialista com a qual se procurava instruir as populações através das formas expressas do «poder popular», passando pelas organizações institucionais das grandes cidades ou vilas, até às formas mais concentradas e localizadas dessa organização, através das Comissões de Bairros e dos Comitês Populares. Assim, as estruturas de base populares consolidaram-se com a criação, entre outras brigadas populares, das ODP (Organização da Defesa Popular), nos bairros e nas zonas rurais; OPA (Organização do Pioneiro Angolano), para a mobilização infantil; e OMA (Organização da Mulher Angolana), para a mobilização ideológica feminina.

Essas organizações eram definidas, como refere o sociólogo angolano Paulo de Carvalho, no quadro dos ideais de patriotismo em nome do qual se juntavam as pessoas para defender a sua terra e os seus bens⁵⁶⁰ perante o inimigo, onde todos os cidadãos do sexo masculino, sem limite precisa de idade, tinham o dever patriótico e militar de defesa do Estado.

Os problemas que introduziam a crise do Estado, em Angola, eram enormes e diversificados e, de certo modo, surgiam como produto das opções políticas e ideológicas das respectivas elites angolanas. Passamos a uma breve caracterização desses problemas para tentar perceber o seu impacto na crise nacional:

O primeiro é certamente a intensificação da guerra pela UNITA que procurava reforçar a sua resistência a partir das bases instaladas nas savanas e matos do interior do território, tendo por de trás desta grandes apoios externos da África do Sul do regime do Apartheid. A sua concentração no sul do país procurava estender-se a todo o território nacional, com grandes ambições de ocupação de centros urbanos importantes, bem como de aldeias e municípios, visando a destruição da máquina defensiva das FAPLA, exército oficial do Estado, e os seus aliados cubanos. O objectivo era, em primeiro lugar, devastar o sistema logístico, a arquitectura industrial e

⁵⁶⁰ Cf. CARVALHO, Paulo de, *Angola. Quanto Tempo Falta para Amanhã?: Reflexões sobre as Crises Política, Económica e Social*, Edições Celta, Lisboa, 2002, p. 5.

agrícola que servia de abastecimento daqueles exércitos, o que passaria pela ocupação de zonas municipais estratégicas, a partir do sul do país em progressão para o norte, estratégia quase sempre impossível.

A guerra, comumente definida como a continuidade da política por meios violentos da força armada⁵⁶¹ aumentava a devastação do tecido humano, económico e cultural do país. Uma franja dessa sociedade, a camada juvenil, não conheceria mais do que uma cultura de guerra que os afastava do sistema de ensino e de todas as formas possíveis de promoção humana. A análise da realidade feita por David Birmingham⁵⁶² ilustra um quadro desértico do sistema educativo que se impunha sobre a sociedade juvenil já a partir da infância, um quadro caracterizado pela ausência quer do material de ensino, quer da falta de professores, onde os jovens foram obrigados a alistarem-se nas fileiras armadas, como o único contributo político que lhes era reservado.

O segundo problema consistia numa outra insurreição armada no enclave de Cabinda, desencadeada pela FLEC, numa zona cuja integração em Angola era contestada por aquele movimento libertador que reclamava a sua autonomia. A posição geográfica do enclave de Cabinda, as suas riquezas naturais, fundamentalmente, o petróleo e a madeira criavam um sentimento de consciência do nativismo local que era invocada para reivindicar a independência do enclave por parte do movimento da FLEC e de outras facções.

Neste domínio, a ideia da unidade angolana como uma *só nação* era vista, não na óptica de uma ocupação pelo Estado angolano, mas de uma parcela do território nacional sendo que todas as formas de repúdio contra a integração do enclave na geografia política nacional eram combatidas localmente. Porém, com o esforço do Partido-Estado no poder em Angola, novo quadro ideologicamente integracionista foi definido numa palavra de ordem *de Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação*, reforçando desta forma, o carácter unitário do Estado e de que Cabinda é o prolongamento do

⁵⁶¹ Cf. BOBBIO, Norberto et. al, *Dicionário de Política*, p. 571.

⁵⁶² Veja: BIRMINGHAM, David, *Portugal e a África*, pp. 172-181.

território nacional. O enquadramento legal do princípio da unidade territorial e que fundamentava também o *direito de guerra* do Estado nacional contra as ideias separatistas consagrava-se na Constituição da República que definia «um Estado unitário e indivisível (...), sendo combatida energicamente qualquer tentativa separatista ou de desmembramento do seu território»⁵⁶³.

Entretanto, com a forte influência dos países vizinhos, nomeadamente, a República do Congo e a RDC, a FLEC instaurava uma campanha de sensibilização ideológico-doutrinária clandestina que procurava despertar e reforçar a consciência nacional cabindense das populações locais, negando, desta forma, a sua angolanização e integração política em Angola.

O terceiro problema, que é para nós um dos mais difíceis, no quadro da construção e consolidação do Estado angolano, tem a ver com a conjuntura internacional que consiste na conjugação de factores do sistema da Guerra Fria, visível na separação dos blocos políticos, Estados Unidos e União Soviética, pelo choque das ideologias de ambas as potências, reflectindo-se a nível geral da África, mas com particular incidência sobre a questão angolana. Este problema, como já referimos, está na origem da crise nacionalista, mas agora surge no contexto do Estado. A guerra Fria traz para o palco angolano o confronto ideológico dos maiores definidores da política mundial, que tem como enfoque a opção ideológica do Governo angolano pela via socialista. Através dos seus aliados e regimes satélites que operavam no território nacional, a União Soviética e os Estados Unidos envolveram-se no problema interno apoiando, respectivamente, os angolanos do MPLA-Estado e da UNITA.

Com efeito, por parte dos Estados Unidos, tratava-se de um regresso à doutrina Kennedy que norteava a definição de uma política externa que se afirmava como o único poder de balança contra a fúria e determinação soviética de penetrar no espaço das jovens soberanias. Neste sentido, Henry Kissinger explicou essa política no sentido de que «a América estava

⁵⁶³ Art. 4.º da Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975.

obrigada a lutar pelo que era justo, independentemente das circunstâncias locais e da geopolítica»⁵⁶⁴. A reafirmação da determinação americana tinha sido definida por John Kennedy, de que os Estados Unidos nunca haveriam de «permitir o lento desfazer dos direitos humanos que esta nação sempre defendeu e que hoje prometemos continuar a defender, tanto interna como externamente, em todo o mundo»⁵⁶⁵.

Para esta política americana, Henry Kissinger foi rebuscar as teses dos governos anteriores, para explicar o interesse da acção americana nos governos africanos comunistas. O diplomata americano afirmava: «que todas as nações, amigas ou inimigas, saibam que nós pagaremos qualquer preço, suportaremos qualquer fardo, enfrentaremos qualquer dificuldade, apoiaremos qualquer amigo, nos oporemos a qualquer inimigo, para garantirmos a sobrevivência e o triunfo da liberdade»⁵⁶⁶. Mais de uma década depois das ideias de Kennedy, a posição dos Estados Unidos e a decisão do seu envolvimento nas questões angolanas era explicada por Kissinger a partir das preocupações que o presidente zambiano Kenneth Kaunda tinha apresentado à Administração Ford, em 1975⁵⁶⁷. Kissinger relata o acontecimento do seguinte modo: «nessa ocasião, ele convenceu o Presidente Ford, e eu próprio, de que a União Soviética estava a intervir em Angola com conselheiros militares e armamento e de que deveríamos opor-nos a tal intrusão, em defesa dos seus vizinhos»⁵⁶⁸.

Seria, de resto, a constatação da análise que os Estados Unidos faziam sobre a situação de disputa pelas influências no Terceiro Mundo com o seu rival Socialista, numa fase em que a geopolítica mundial se configurava em zonas de confluência de interesses. Urge referir o aspecto que definiu as motivações norte-americanas no envolvimento do seu Governo nos assuntos angolanos. Os EUA intervieram na questão angolana, como em questões africanas em geral, numa posição da contra-ofensiva à União Soviética, o

⁵⁶⁴ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, p. 540.

⁵⁶⁵ Citado por: KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, p. 541.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ Cf. KISSINGER, Henry, *Anos de Renovação*, p. 701.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

que fez com que as suas intervenções surgissem como reacção à iniciativa russa. Assim, para os Estados Unidos, «a liberdade de toda e qualquer nação independente tornara-se o objectivo nacional, independentemente da importância estratégica dessa nação»⁵⁶⁹, o que explica que onde estivesse a URSS, os Estados Unidos davam maior atenção.

Sem pretensões de estabelecer aliados e instalar-se ideologicamente nos novos territórios que havia por penetrar, os Estados Unidos procuravam apenas evitar e combater não os regimes africanos no poder, mas o espaço que estes regimes davam aos soviéticos. Kissinger exprimiu essa ideia, quanto ao caso de Angola, dizendo: «o que estava em causa em Angola não era o surgimento de um governo marxista em Luanda, mas a sua vitória através de um influxo de armas soviéticas»⁵⁷⁰. Esta constatação americana levaria a CIA, em coordenação com o Gabinete americano dos Assuntos Africanos, a instaurar investigações para apurar a viabilidade da tomada de uma posição americana de uma política para Angola que passaria pela ajuda⁵⁷¹ aos países vizinhos, nomeadamente, o Zaire de Mobutu e a Zâmbia de Kenneth Kaunda.

O reflexo de tais ocorrências tinha os seus efeitos no comportamento das formações políticas angolanas. Empenhadas estas, em virtude dos anteriores compromissos celebrados, e agora renovados em forma de relações de cooperação entre Estados, com base nos seus interesses estratégicos, o MPLA-Governo e a UNITA armada apostariam, cada um, nos seus projectos em ordem à consolidação das suas posições, alimentando uma guerra que não se sabia qual seria o seu rumo, o seu desfecho, embora as suas consequências eram evidentes. Obviamente, para o partido titular do poder político do Estado, todas as atenções estariam concentradas, em primeiro lugar, no controlo político e administrativo de todo o território nacional angolano.

⁵⁶⁹ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, p. 540.

⁵⁷⁰ KISSINGER, Henry, *Anos de Renovação*, p. 706.

⁵⁷¹ Cf. MONTEIRO, Fátima, *A Génese do Estado-Nação em Angola*, in *Respublica* (Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais), nº 3, 2005, p. 32.

Para conseguir este objectivo, era necessário montar um plano, com contornos políticos e militares que passavam pelo reforço das assistências internacionais. Tanto mais que o controlo e a garantia do poder de Estado em todas as circunscrições provinciais possibilitava, por sua vez, uma melhor sensibilização de todas franjas da população para evitar a sua influência pelas campanhas da UNITA. Em Angola, a construção de uma sociedade fechada e ideologicamente afecta ao MPLA Partido-Estado entendeu-se que só seria possível eliminando ideias contrárias à doutrina oficial.

Desde a década de 80, este foi um dos maiores esforços do Partido que proclamou a independência nacional e definiu, de forma incondicional, a política de Estado em todas as suas vertentes. Neste sentido, foi orientada toda a política da guerra, na continuidade da palavra de ordem militar «a guerra continua, a vitória é certa». Este objectivo nacional justificava todos os compromissos internacionalmente celebrados com os parceiros que apoiassem esta causa. Como escreve Keith Somerville, com a intensificação da crise politico-militar «MPLA activities were concentrating on entrenching the party's hold on power and on economic reconstruction. Aid for reconstruction was being received from Soviet Union, Cuba and a number of Eastern European States»⁵⁷².

Como se pode compreender, a construção de um Estado que resulta como produto da revolução não podia proceder de forma mais liberal, como se de um processo de transição pacífica de poderes se tratasse, porquanto as forças opositoras se manifestavam cada vez mais ofensivas. Neste âmbito, rebusquemos a visão que se tinha do Estado emergente, nas circunstâncias em que se tenta construir: «a concepção de um Estado instrumento capaz de aplicar as orientações definidas pelo partido único implicava para o novo partido uma vigilância acrescida relativamente às formações rivais, prontas a camuflar a sua natureza contra-revolucionária por detrás de uma

⁵⁷² SOMERVILLE, Keith, *Angola, Politics, Economics and Society*, 1986, p. 51.

fraseologia esquerdista, como um centralismo democrático a toda a prova»⁵⁷³.

5.1. O Estado e a Guerra Civil: problema político ou influências étnicas?

O problema da construção do Estado, no contexto da composição do seu povo por uma diversidade étnica considerável pode muitas vezes levar, mediante a atuação dos actores políticos⁵⁷⁴, a que os conflitos dali emergentes tenham um pendor étnico ou ser compreendidos com essa conotação. No caso do Estado em Angola há que realçar que a realidade angolana da diversidade étnica⁵⁷⁵ é um facto evidente e, por isso, constitui um ponto a considerar, com grande preponderância, em qualquer estudo político e na análise de qualquer reflexão científica sobre qualquer aspecto da guerra civil angolana e da histórica recente da sua formação.

Existem várias etnias dentro do território, cada uma compreendendo traços característicos próprios que a distingue das demais. É neste sentido que se torna pertinente pôr a questão da cultura e da etnicidade para identificar a influência que exerceram na acção política, durante o processo da evolução do nacionalismo e da formação do Estado angolano.

Como é possível constatar, o aglomerado de etnias, onde cada uma se apegava aos seus valores específicos, caracteriza de modo geral todas sociedades africanas quer rurais, quer urbanas do passado e da actualidade.

⁵⁷³ COUTROIS, Stéphane, et. al, *O Livro Negro do Comunismo: crime, terror e repressão*, p. 791.

⁵⁷⁴ Cf. AKE, Claude, *The Feasibility of Democracy in Africa*, p. 96. De acordo com o autor, «there is nothing inherently conflictual about relations, that is relations between social groups who respond to different ethnic interpellations», cf. *Ibidem*, pp. 96-97; veja também: ENGLEBERT, Pierre, *State Legitimacy and Development in Africa*, London, 2000, p.143.

⁵⁷⁵ As etnias maioritárias em Angola são cerca de 8 grupos: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Fiote, Lingala, Tchokwe, Nganguela, Nhaneka, Kwanhama, Herero e kioko. Cada etnia inclui algumas sub-etnias, o que às vezes eleva o grau de diferenciação, não só entre elas, mas também dentro de cada uma delas.

Tal diversidade étnica tem sido apontada por vários autores⁵⁷⁶ como a causa principal dos conflitos armados e de grandes atrocidades contra pessoas indefesas, como a barbaridade cometida no genocídio do Rwanda⁵⁷⁷, além de outros problemas de carácter humanitário, em muitos países africanos.

No entanto, em Angola o problema coloca-se noutra nível devendo, desta feita, merecer outra leitura e abordagem diferenciadas do conjunto global africano, para evitar cair em certos pessimismos. A diversidade que, de certo modo, evidenciou o pendor étnico na formação dos movimentos nacionalistas angolanos reflectiu-se com muito negativismo na projecção política dos nacionalistas e nas campanhas empreendidas contra a dominação colonial, mas não parece ser este o factor determinante, muito menos a origem da divisão, do conflito e da falta de consenso dos respectivos movimentos em torno do que poderia ser tido como interesse nacional que, desse modo, representaria o universo simbólico da confluência dos interesses e objectivos comuns da luta levada a cabo.

Isto significa que a questão étnica em Angola ficou longe de ser o factor característico das guerras angolanas. Esta ideia, por sua vez, é também sustentada por Jaime Nogueira Pinto. O académico e investigador conhecedor da história recente de Angola considerou que «embora a formação de massas e a *constituency* dos partidos nacionalistas tivesse uma composição étnica, curiosamente, apesar da brutalidade da guerra, esta não teve uma linha étnica»⁵⁷⁸.

Numa outra visão, o Professor Armando Marques Guedes faz a mesma leitura, considerando irrelevante o factor étnico quer na guerra colonial, quer na guerra civil pós independência. Diz este Académico: «Angola continua diferente dos outros Estados porque não houve conflitos étnicos. Não foram os grupos etnolinguísticos que se mobilizaram, os grupos foram

⁵⁷⁶ Por exemplo é o que defendem os autores como THOMSON, Alex, *An Introduction to African Politics*, 2nd edition, Routledge, London, 2004, pp. 64-67; COOPER, Frederick, *Africa Since 1940, The past to the present*, pp. 139-141.

⁵⁷⁷ O genocídio do Rwanda foi extensamente estudado por: PRUNIER, Gérard, *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, London, 2002, pp. 213-295.

⁵⁷⁸ Depoimento do Doutor Jaime Nogueira Pinto em 1 de Fevereiro de 2011.

mobilizados por elites educadas em missões protestantes, onde já se encontravam. Portanto, não foram os grupos étnicos»⁵⁷⁹ a desencadear o conflito armado.

Podemos, no entanto, admitir algumas tendências iniciais. Assim, nos primeiros anos da formação dos movimentos nacionalistas angolanos, anos 50 e 60 do séc. XX, as divergências que opunham líderes provenientes de grupos etnolinguísticos diferentes deram origem não só a rupturas nos próprios movimentos nacionalistas, mas também inspiraram a sua formação segundo afinidades entre os respectivos indivíduos. É evidente que os problemas de conflito no interior dos movimentos nacionalistas existiam motivados pela disputa das lideranças internas. Neste aspecto, estamos também de acordo com Jaime Nogueira Pinto que avançou a seguinte opinião: «os movimentos embora, à partida, tivessem uma composição étnica, pela sua própria viabilidade política tiveram que se definir como movimentos políticos, [pois] tinham um certo sentido de unidade nacional»⁵⁸⁰, obviamente face ao problema colonial.

Considerando o estado da questão, tanto no período do nacionalismo anti-colonial em evolução, como no contexto do Estado já independente, a questão étnica do povo angolano apenas jogou alguma influência no início da formação dos movimentos nacionalistas, não tendo sido o factor fundamental no problema da guerra civil em todas as suas fases.

Os nacionalistas angolanos, no começo da insurreição colonial, evidenciavam níveis elevados de conflitualidade em torno da formação e da condução de uma linha de acção política que poderia ser de coordenação de todas as forças então emergentes. A dificuldade de viabilizar essa linha comum dominou o processo da luta pela conquista do poder de Estado, até à alvorada da independência nacional, em 1975. Por sua vez, não seria de ignorar que, se a causa comum do anti-colonialismo dos pobres se inspirava no ideal da libertação, o mesmo não correspondia à cultura dominante nos diversos escalões que, a nível interno ou externo de Angola seriam

⁵⁷⁹ Depoimento do Doutor Armando Marques Guedes em 2 de Fevereiro de 2011.

⁵⁸⁰ *Ibidem*.

realmente determinantes do ponto de vista da criação de uma cultura política de consenso.

A regionalização e poder podem ser factores a considerar. A partir destas categorias, torna-se claro compreender o problema da composição política dos movimentos nacionalistas que se identificavam como autênticos partidos políticos, formados em contextos também diversificados. Não seria de ignorar também o facto de que as estruturas políticas emergentes, num contexto de ditadura colonial de grande absorção da vida política em Angola não ofereciam outra forma de actuação para que, de modo coordenado, permitisse constituir uma frente comum nas lutas anti-coloniais. Tal facto deu origem à ideia da etnicização da guerra de libertação nacional que punha em confronto os movimentos contra si mesmos. De facto, é a visão de Carlos Serrano que afirma que «tanto a FNLA como a UNITA não conseguiram ultrapassar os limites do que poderíamos denominar um etnonacionalismo no interior das fronteiras étnicas dos grupos a que estavam ligadas»⁵⁸¹.

Neste caso específico, os mesmos factores que dominaram o período da luta anti-colonial deram continuidade depois da institucionalização formal do Estado angolano, sob a forma de guerra civil, de certa forma, subversiva. Vamos clarificar, com mais desenvolvimento, esta questão, a partir dos conceitos de subversão e de Estado subversivo.

Segundo o Professor António de Albuquerque, «o fenómeno da subversão será, assim, considerado como o processo social conducente a uma ruptura, total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de actuações e pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores de ordem jurídica instituídos, com vista a substituições dessa ordem por outra»⁵⁸². Neste sentido, há que considerar que determinadas formas, variações ou mudanças sociais que ocorrem num determinado território podem ser consideradas subversivas,

⁵⁸¹ SERRANO, Carlos, *Angola: O Nascimento de uma Nação*, p. 175.

⁵⁸² LARA, António de Sousa, *A Subversão do Estado*, p. 24.

sobretudo quando demonstram acções violentas como forma de forçar a inversão de determinada ordem estabelecida.

As formas de intervenção operadas por aqueles movimentos, bem como as intervenções externas auxiliares mudaram de rosto e actuação, já no quadro de um Estado que tentava também por si próprio sobreviver aos actos subversivos de outras forças com objectivos diferentes dos do poder formalmente instituído. O fenómeno da subversão começou a registar-se primeiro, no âmbito do Estado português, na luta contra o poder colonial em Angola, por parte de outras potências. É como afirma António Albuquerque: «devido aos renovados intervencionismos e apetites de grandes e médias potências, movidas por um heterogéneo conjunto de motivações que vão desde a ambição de conquista de novos territórios para o exercício de tutela da geopolítica (...), Portugal é palco de subversão violenta, desta feita nos seus territórios ultramarinos, em especial nos de África»⁵⁸³.

Com a independência, essa subversão impôs-se ao Estado angolano e apenas mudou de forma. Assim, quer em finais da década de 1970, quer ao longo de toda a década de 80, várias acções subversivas, com as invasões externas protagonizadas pelos exércitos estrangeiros e outras forças mercenárias, contra o Estado em Angola atingiram proporções alarmantes.

Num verdadeiro desenrolar do conflito angolano, a guerra subversiva apresentava-se com o rosto de uma guerra civil, pelo facto de que se tentou desviar das atenções e opiniões correntes a ideia de que se tratava de, por todos os meios, romper com o poder do Estado instituído pelo MPLA, devido à sua opção ideológica que não correspondia aos interesses das potências opositoras que deram razão à UNITA. Todo o processo decorrente da acção belicista em Angola, durante a I República oferece nas condições actuais um campo vasto de investigação, onde se pode analisar e aprofundar elementos novos, só experimentados no decurso da situação político-militar de uma guerra, estrategicamente, feita com várias tácticas combativas que combinava elementos de guerrilha e de guerra convencional.

⁵⁸³ *Ibidem*, p. 19.

Por parte do poder do Estado angolano, a definição da linha operativa era claramente expressa pela palavra de ordem assente na ideia da vitória sobre os inimigos. O efeito psicológico do slogan *a luta continua, a vitória é certa* reforçava a identidade do poder político instaurado com todos os generais de brigada e o exército oficial do Estado, nos seus diversos ramos militares.

5.2. Crise do Estado e a conjuntura regional: o interesse nacional e a acção das grandes potências

A situação da crise do Estado em Angola, durante o período que compreende a primeira República, pode analisar-se sob várias perspectivas da vida sócio-política angolana. No confronto com as forças políticas e militares internacionais, em estado de guerra civil, a força motora do Estado angolano começou a ser posta à prova, inevitavelmente, por todas as intervenções a seu desfavor. Num encontro sobre a situação político-militar em Luanda, em 23 de Agosto de 1983, o Presidente angolano descrevia assim a situação de crise que se vivia: «os nossos inimigos internos e externos intensificaram nos últimos meses a sua actividade criminosa e desestabilizadora contra a RPA»⁵⁸⁴. Em concreto, tratava-se de forças e regimes identificados, pelo que o Chefe de Estado dizia que eram «os círculos reacionários do imperialismo americano, em conluio com o regime racista da África do Sul [que] inseriram a revolução angolana e o MPLA-PT no programa da sua ofensiva generalizada. Se considerarmos a sua abrangência, esta crise, que se manifestou como um fenómeno altamente instabilizador, afectou a sociedade angolana, na sua totalidade, e estendeu-se a todos os sectores da cultura, da ciência, educação e do sector económico.

Com efeito, considerando o objecto do nosso estudo, procurámos desenvolver, neste trabalho, a problemática da crise do Estado na sua vertente eminentemente política e económica, analisando o seu impacto no

⁵⁸⁴ ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 27.

processo da construção do Estado. É de realçar, porém, que o ponto de convergência de todas as questões relacionadas com a mesma instabilidade política, para a qual as estruturas governativas angolanas diziam terem sido empurradas, tem a ver com questões políticas, como foi referido acima, de um Estado ainda na sua fase de consolidação, que se mostrava firme na defesa das suas instituições e da ideologia adoptada pelo aparelho do poder do Estado. Em 27 de Julho de 1980, José Eduardo dos Santos reafirmou tal determinação nos seguintes termos:

«Nós temos afirmado e reafirmamos que a não nos importa que as nossas opções políticas e ideológicas não agradem aos outros. O que importa é que elas sirvam ao nosso povo. Por isso, nem as hostilidades diplomáticas e militares, nem as pressões políticas impedirão que o povo angolano se afirme no mundo, com a sua personalidade própria, como Nação livre e soberana»⁵⁸⁵.

Assim, a crise política do Estado em Angola era reconhecidamente definida como sendo causada pela situação interna em conjugação com a conjuntura política regional⁵⁸⁶. A nível interno, para José Eduardo dos Santos, o problema maior consistia na agressão perpetrada pela África do Sul que combatia a ideologia do Estado angolano. O estadista defendia que «a nossa opção socialista, acrescida do facto de praticarmos com coerência o internacionalismo proletário, apoiando sem reservas, e na medida das nossas capacidades, os povos oprimidos do mundo e, em particular, os da África Austral, faz com que, desde a nossa independência, a África do Sul racista nos mova uma guerra não declarada, mas de extrema violência»⁵⁸⁷.

Num nível global, o Presidente de Angola mostrava que «o nosso país é agredido tanto no plano político e ideológico, como no plano militar e

⁵⁸⁵ *Ibidem*, p. 22.

⁵⁸⁶ Sobre o desenvolvimento do problema regional cf. PINTO, Jaime Nogueira, *A Guerra Civil Angolana (1975-2002) – Síntese Político Militar*, in MOTTA, Carlos C. L. e CORREIA, José De Matos, *Estudos Comemorativos dos 15 anos da Licenciatura em Relações Internacionais*, Volume I, pp. 103ss.

⁵⁸⁷ ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 23.

económico. Utilizando as suas poderosas agências de informação e a sua diplomacia o imperialismo pretende fazer crer à comunidade internacional, através de uma propaganda faciosa (...) que o Governo da RPA não independente e recebe ordens de Moscovo e de Cuba e que há grupos no seio do nosso partido e divergências entre responsáveis»⁵⁸⁸, tendo como objectivo de dividir para reinar⁵⁸⁹.

Assim, para garantir a defesa do interesse nacional e a consolidação do aparelho do Estado impunha-se maior necessidade de mobilizar a sociedade num esforço patriótico para conter o surto da insurreição opositora, ao mesmo tempo que, no plano diplomático algumas acções de grande significado eram alcançadas. Assim, desde que o Estado angolano conseguiu colocar a sua presença como membro de pleno direito nas grandes Organizações Internacionais conseguia jogar diplomaticamente, a seu favor, para convencer os parceiros internacionais com empréstimos financeiros que os custos do conflito exigiam⁵⁹⁰.

Parece-nos importante referir aqui a leitura de Adriano Moreira segundo a qual, «...a internacionalização do nosso tempo transforma em internacionais muitos aspectos dos conflitos internos»⁵⁹¹, facto que espelha de forma visível que, politicamente, as forças rivais angolanas deixaram-se pautar pela internacionalização do conflito interno. Por esta razão, também, a guerra civil angolana diferenciou-se de outras guerras africanas que podem ter tido origens étnicas, como são os casos mais recentes de alguns países vizinhos de Angola, a norte, o Ruanda⁵⁹², RDC, Uganda ou República Centro Africana.

Na política africana, o poder tem sido a razão da formação de muitos movimentos rebeldes com intuito de desafiar a autoridade instituída. É o

⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 25.

⁵⁸⁹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁹⁰ Veja: ANSTEE, Margareth Joan, *Órfão da Guerra Fria, Radiografia do colapso do Processo de Paz Angolano 1992/93*, Porto, 1997, p. 35.

⁵⁹¹ MOREIRA, Adriano, *Direito Internacional Público*, p. 98.

⁵⁹² O conflito ruandês de 1994 foi, em África, o mais etnicamente paradigmático dos conflitos étnicos do Continente, que opôs as etnias Tutsi e Hutu, tendo originado o maior genocídio da história dos povos africanos, hoje profundamente explicado em: PRUNIER, Gérard, *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, pp. 213-173.

que faz com que a beligerância, nos países africanos, seja vista como um recurso a usar para se opor ao poder do Estado. De acordo com Albino de Azevedo Soares, um grupo constitui-se como beligerante «quando uma parte da população [de um Estado] se subleva dando origem a uma guerra civil, pretendendo desmembrar-se do Estado de que faz parte ou ocupar definitivamente o poder»⁵⁹³.

À luz deste critério, a sublevação da UNITA foi, assim, também desencadeada para combater o que considerava ser a sua exclusão de participar na vida política angolana. A ocupação de largas parcelas do território nacional sob a sua administração e a pressão militar sobre a Ordem legal instituída pelo governo da República compreendem-se no sentido em que, desafiando a autoridade do Estado, não descartava a possibilidade de tomar de assalto o poder. Embora também se sabia das poucas possibilidades no equilíbrio de forças, uma oportunidade poderia ter-se registado, como foi manifesto na guerra das cidades depois das eleições de 1992.

5.3. Um Estado nacional de Partido único e a guerra civil: a defesa da soberania como garantia do Interesse nacional

O esforço do Estado angolano na organização e exercício efectivo do poder político primou pela defesa da ordem e do «Interesse nacional»⁵⁹⁴. Na teoria política contemporânea, o conceito de Interesse nacional tem sido encarado sob perspectivas nacional e internacional. Ou seja, a nível nacional⁵⁹⁵, o Estado define a sua orientação política em termos da

⁵⁹³ Cf. SOARES, Albino de Azevedo, *Direito Internacional Público*, p. 208.

⁵⁹⁴ O conceito teve maior desenvolvimento na escola do realismo político sob o impulso de Hans Morgenthau com o termo “National interest”, cuja principal tese desenvolve-se à luz da ideia segundo a qual «the idea of National interest [is] defined in terms of power as the central motif of State behaviour». EVANS, Graham e NEWNHAM, Jeffrey, *The Penguin Dictionary of International Relations*, London, 1998, p. 345; veja também MORGENTHAU, Hans J., *Politics among Nations, the Struggle for Power and Peace*, pp. 114-120.

⁵⁹⁵ Norberto Bobbio desenvolve a ideia em termos de política interna: «o Interesse nacional será, então, entendido como o interesse da generalidade dos habitantes de um país (...) interesse que contrapõe aos interesses particulares de cada um dos cidadãos e de cada um

organização do seu aparelho quer administrativo, quer burocrático, em ordem a manter funcionais os seus ideais sob o ponto de vista do que o poder político do Estado entende ser o seu sistema e regime políticos, bem como certos mecanismos de tomadas de decisão para concretizar os seus intentos.

Daí resulta uma consequência prática: quando, no plano teórico, as teorias de decisão estaduais reflectem a sua exequibilidade e adequação, na prática social, estrutural e conjuntural do seu universo político, económico e cultural, os níveis de estabilidade e de desenvolvimento podem apresentar um estado diferenciadamente peculiar quando comparados com os de outras sociedades. A ideia da independência política do Estado significa a sua autodeterminação e autonomia na definição de uma organização política, não se deixando levar por pressões exteriores. O interesse nacional, nesse sentido, revela-se na garantia da estabilidade e defesa da jurisdição plena sobre os seus governados e sobre o seu território geográfico.

Em segundo lugar, a nível internacional⁵⁹⁶, o Estado só tem que definir o seu interesse nacional a garantir pela diplomacia e pela política externa. Vários critérios podem ser adoptados: a competição e a luta pelo poder⁵⁹⁷ de influência do sistema entre Estados, o reforço do prestígio internacional (de que contam principalmente os factores internos), a credibilidade, por parte dos Estados, das suas instituições, melhor posição nos negócios internacionais entre outros.

dos grupos económico-sociais». BOBBIO, Norberto et. al, *Dicionário de Política*, vol. I, p. 642.

⁵⁹⁶ Quanto a este nível vejamos: «para poder defender os próprios interesses, económicos ou de qualquer outra natureza, quando em conflitos com os de outros Estados, e também para, em definitivo, poder definir autonomamente as questões internas, cada Estado deve prover, antes de tudo, à própria segurança, munindo-se do conveniente poder militar e desenvolvendo uma actividade diplomática que vise ao equilíbrio da força da potência ou grupos de potências com as quais existem ou é previsível que existam divergências e conflitos. Além dessa tendência geral, o Interesse nacional assim entendido pode definir, por outro lado, comportamentos diversos, segundo a situação histórica concreta, a força do Estado em questão, a sua estrutura económica e o seu regime político». BOBBIO, Norberto et. al, *Dicionário de Política*, vol. I, p. 641.

⁵⁹⁷ Segundo o autor supracitado, o conceito de interesse nacional pode ser assim desenvolvido: «no contexto das relações internacionais, onde a expressão é usada com mais frequência, o Interesse nacional é geralmente entendido como uma necessidade de segurança que cada Estado tem dentro das condições anárquicas das relações internacionais (...)». *Ibidem*, p. 641.

Em nosso entender, aplicada a questão a Angola, ela deve merecer uma leitura dentro daqueles parâmetros, a partir do momento em que o Estado angolano foi consolidando a sua soberania. É certo que o nosso estudo não é de política internacional, mas decorre da situação interna e, como já observámos, a organização do Estado e do exercício do poder têm a sua estreita relação com a ordem internacional vigente. Assim, a razão de ordem, quanto à gestão da política interna em Angola não era, de todo, separável dos factores da ordem política internacional. Noutro sentido, a crise política residia nas posições tomadas pelos principais responsáveis que tornaram inevitável a guerra e a violência armada, pelo que, perante a irreversibilidade da situação, simplesmente se procurou manter o equilíbrio sócio-político do Estado e a sua afirmação sobre todos os factores que atentavam contra as estruturas do poder.

No quadro político dos finais da década de 1970 e início de 80 não eram visíveis sinais de resolução do conflito angolano, por iniciativa das partes beligerantes que mantinham vivas as suas alianças estratégicas com o exterior. A rivalidade entre os dois partidos políticos, embora viesse da herança da guerra de vésperas da independência, tornava-se mais aguda durante o período da década de 1980. Nessa época, a UNITA derrotada em várias cidades ficou empurrada para o sul do país, onde ainda se encontrava no planalto central com a manifesta incapacidade de assegurar algumas localidades urbanas e rurais que seriam o seu bastião de vanguarda e de resistência.

Nestes termos, observa José Freire Antunes: «entretanto, a longa marcha de Savimbi redundou na conquista de uma significativa área de Angola, com quartel-general na Jamba (...). A UNITA apoiada pela África do Sul, impunha-se como um parceiro considerável no xadrez regional (...); veiculada clandestinamente, a ajuda militar dos Estados Unidos à UNITA, tornou-se mais efectiva e incluiu o fornecimento de mísseis *Stinger*, elevando a capacidade militar de Jonas Savimbi»⁵⁹⁸.

⁵⁹⁸ ANTUNES, José Freire, *O Facto Africano 1890-1990*, p. 126.

Entretanto, a nível interno, a UNITA tendo perdido acção e influência na vida política do Estado sentia-se excluída, vendo-se obrigada a confrontar por via da força o que pensava ser o desvio do projecto inicial da construção da nação angolana.

Do lado UNITA, Jonas Savimbi consegue também algumas projeções diplomáticas importantes. Depois de recebido por Ronald Reagan, na Casa Branca, em 1989 o Presidente Bush encontrava-se de novo com o líder da UNITA em Washington e desta vez falando-lhe da necessidade de pugnar pelas negociações⁵⁹⁹ em Angola. Outras ofensivas diplomáticas da UNITA movimentavam-se no sentido de convencer os governos, nomeadamente africanos, explicando as suas causas de resistências⁶⁰⁰.

Na sua obra já citada neste estudo *Memórias da luta pela Democracia*, Jardo Muekalia, afirma que o que, de facto, motivava a insurreição da UNITA «era a exclusão política, socioeconómica e cultural»⁶⁰¹ da cena política angolana. E indo mais longe, desenvolve a ideia dessa exclusão situando-a na «determinação de lutar pela afirmação e pela igualdade de direitos de todos os povos que ocupavam o espaço definido pela Conferência de Berlim, como Angola»⁶⁰². Entendiam os líderes daquele partido armado, que «a nação que se queria independente e indivisível devia reflectir e beneficiar todos os seus povos como cidadãos em pé de igualdade. Impunha-se, por isso, levar a cabo uma revolução para se alcançar estes objectivos, porque aqueles que detinham o poder não permitiram que se abrisse um debate nacional franco e pacífico sobre essa matéria (...) deixando apenas duas saídas aos adversários políticos: 1- submeter-se ao sistema imposto e perder a sua identidade político-cultural; 2- pegar em armas e fazer a revolução para permitir que, a seu tempo, as suas vozes fossem escutadas e

⁵⁹⁹ VALENTIM, Jorge, *Caminhos para a Paz e Reconciliação Nacional*, pp. 93-95.

⁶⁰⁰ Cf. *Ibidem*, p. 84; Cf. MUEKÁLIA, Jardo, *Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, p. 267ss.

⁶⁰¹ MUEKÁLIA, Jardo, *Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, p. 91. Sobre a ideia da “exclusão política”, o autor, que é um quadro da direcção da UNITA, vai de acordo com ideia de Marcolino Moco, quadro dirigente do MPLA, que no seu depoimento, em 21 de Setembro de 2011, afirmou que «todos nós partimos duma filosofia errada que é de exclusão».

⁶⁰² *Ibidem*, p. 91.

a sua identidade política e sociocultural afirmada no contexto de um sistema político plural, aberto e democrático»⁶⁰³.

No plano das relações internacionais de Angola com os Estados que apoiavam a UNITA, nomeadamente, a África do Sul, os Estados Unidos e outras ajudas mais clandestinas, o Governo de Luanda mantinha-se fiel aos seus princípios de não desenvolver relações diplomáticas quando não há reciprocidade de vantagens e respeito mútuo de soberania. As acções daqueles países eram definidas como ingerência nos assuntos internos angolanos e, deste modo, eram inaceitáveis. A decisão tomada pelo Governo angolano, nestas situações, consistiu na adopção de uma política de neutralidade em relação a esses governos, procurando alternativas aos países amigos.

Quanto à relação de Angola com Portugal, o clima político tinha também sobressaltos desfavoráveis a uma boa cooperação. No entanto, os laços históricos e culturais de Portugal em relação a Angola davam uma outra leitura mais branda da política externa deste país que fora a antiga potência colonial. Num contexto geral das relações dos países lusófonos em África, Freire Antunes referiu a esse respeito o seguinte: «além da sua relação privilegiada com o Leste, os países lusófonos encontraram alternativas a Portugal dentro da própria Europa Ocidental (França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Espanha) ou na América (Cuba e Brasil) aumentando a cooperação com esses países»⁶⁰⁴.

5.4. Da crise política à crise económica: as consequências socioeconómicas da guerra civil

Quando se fazia referência ao problema da crise económica em Angola a razão principal, apresentada pelo discurso oficial como sua causa principal, consistia no problema da guerra. Esta justificava tudo. Mas, em nossa análise, a questão tem de reflectir também outras componentes da

⁶⁰³ *Ibidem*.

⁶⁰⁴ ANTUNES, José Freire, *O Facto Africano 1890-1990*, p. 127.

crise, como: a fragilidade das instituições políticas não estando consolidadas nem a altura de responder às exigências que a sociedade impunha, a fraca formação técnica e não especializada, isto é, pouco qualificada dos quadros do Estado e dos recursos humanos, a inexistência do empreendedorismo empresarial privado e de outras iniciativas no sector económico⁶⁰⁵. O Presidente José Eduardo dos Santos descrevendo a situação, no seu discurso de 29 de Agosto de 1990, reconhecia a gravidade do problema económico e financeiro que o Estado enfrentava até à data:

«O nosso aparelho do Estado tem crescido imenso e de modo desordenado. A revogação do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino e o congelamento do Tribunal Administrativo ocorrido antes criaram um vazio que deu azo à admissão e promoção de funcionários públicos e quadros sem critérios uniformes, resultando daí injustiças e muitas práticas incorrectas, tais como o proteccionismo, o nepotismo e outras arbitrariedades. Foram admitidos funcionários sem se respeitar os quadros orgânicos e de pessoal, nem os orçamentos aprovados. (...) O Estado não tem receitas para pagar estes funcionários, quando há um número elevado de empresas deficitárias e a cobrança de impostos também não é feita devidamente, e por isso se impõe o saneamento financeiro e económico do sector empresarial do Estado e da economia nacional em geral»⁶⁰⁶.

O estudo de Manuel Ennes Ferreira realça as consequências nefastas da guerra como responsável pela grande porção da ruína do Estado:

«Na verdade, a crise em que o país permaneceu mergulhado explica-se, em primeiro lugar, pelos objectivos e pela política económica adoptados, intimamente ligada ao próprio sistema económico e político vigente, dada a sua relação umbilical evidente. A situação militar foi uma condicionante expressiva, é certo, mas jamais o elemento

⁶⁰⁵ Embora haja poucos estudos sobre a situação económica da década de 1980, a nossa leitura orientou-se além de poucas fontes existentes, essencialmente, pelos estudos feitos por autores como: FERREIRA, Manuel Ennes, *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-91)*, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1999; ROQUE, Fátima, *Construir a Paz em Angola*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000.

⁶⁰⁶ ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 40.

determinante no processo de desenvolvimento angolano. A situação militar contribuiu para o agravamento do contexto em que a política económica se desenrolou, mas não é a ela, porém, que se devem atribuir as responsabilidades primeiras pela catástrofe da situação económica e social do país»⁶⁰⁷.

O problema económico surge, por isso, como a grave consequência da ineficiência, em vários sectores de produção, das políticas económicas, no período pós independência. Como também refere Fátima Roque, «a introdução de um sistema económico de planeamento central, a expropriação da propriedade privada (incluindo a nacionalização de empresas produtivas) e a subordinação da tomada de decisões económicas a prioridades militares conduziram ao colapso da economia angolana nos finais da década de 1970»⁶⁰⁸, o que continuou nas décadas posteriores.

É certo que o problema da crise política tem sempre repercussões na vida económica de qualquer sociedade estadual provocando, desta forma, uma crise económica. Deste modo, a nossa análise sobre a crise de Angola, no processo da luta do Estado pela consolidação do poder e da sua soberania sobre todo o território, durante a I República, não pode dissociar-se daquele problema. O quadro geral da sociedade angolana, após a instauração do Estado angolano, é negativo quanto ao sistema de produção agrícola e desenvolvimento agrário, o sector administrativo dos serviços públicos, transportes e energia⁶⁰⁹.

Já fizemos alusão à elevada ausência de quadros e técnicos qualificados que faziam falta nos diversos serviços para dinamizar a administração do Estado, a educação, a saúde e outros sectores de produção de bens e serviços.

⁶⁰⁷ FERREIRA, Manuel Ennes, *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-91)*, p. 90.

⁶⁰⁸ ROQUE, Fátima Moura, *Construir a Paz em Angola: uma proposta política e económica*, p. 48.

⁶⁰⁹ Por outro lado, o retrato de Fátima Roque dá mais subsídios a esta análise: «as políticas governamentais encorajaram o êxodo da mão-de-obra especializada, destruíram a classe empresarial angolana emergente, desalojaram a economia de mercado, aceleraram o colapso das instituições sociais, económicas e financeiras, estimularam o desenvolvimento de uma burocracia ineficiente e a proliferação de controlos burocráticos, encorajaram a corrupção generalizada nos organismos estatais e paraestatais e estimularam actividades especulativas em detrimento do investimento produtivo», *Ibidem*, p. 48.

Depois da proclamação do Estado, o cenário económico angolano pode ser caracterizado com base na leitura que David Birmingham faz da situação: O maior problema que Angola enfrentou, durante aquele período da guerra civil foi o problema da produção agrícola e da distribuição alimentar. Em Angola, toda a rede de distribuição de alimentos falhou. Falhou a três níveis, na produção, no transporte e na venda a retalho. Por outro lado, a guerra danificou por completo as redes de comunicações, o sistema de transportes, os campos agrícolas e plantações de produtos vitais para a economia do país, como café, o milho e outros cereais⁶¹⁰.

Por exemplo, o caminho-de-ferro de Benguela operava apenas no litoral da província e outras vias de transportes, estradas e pontes tinham sido destruídos, limitando assim a capacidade económica do Estado. Doutro ponto de análise, refere Fátima Roque, que «o sistema de planeamento central seguido nos anos de 1980 e a distorções políticas liberais do passado recente promoveram a destruição da economia»⁶¹¹, elementos que no entender da autora vieram a ser agravados pelos efeitos corrosivos da corrupção⁶¹² pessoal e institucional.

Entretanto, o balanço apresentado pelo Governo angolano por ocasião da comemoração dos 30 anos de independência expresso num relatório síntese oficial fornece-nos um retrato, do ponto de vista político e económico, muito optimista em relação aos resultados alcançados e dos sacrifícios feitos depois da independência, apesar do conflito armado no país⁶¹³.

A análise das consequências da guerra civil na economia, constante no relatório acima referido, contrasta com os índices globais constantes nos relatórios internacionais sobre a pobreza e o desenvolvimento sustentável em Angola. Mas é o estudo de Manuel Ennes Ferreira que evidencia um

⁶¹⁰ Cf. BIRMINGHAM, David, *Portugal e África*, p. 187.

⁶¹¹ ROQUE, Fátima Moura, *Construir a Paz em Angola: uma proposta política e económica*, p. 76.

⁶¹² O estudo apresentado na referida obra desenvolve uma análise sobre as causas multifacetadas do conflito que envolve questões de natureza política, económica, social e cultural, apresentados como condicionantes da paz. Cf. ROQUE, Fátima Moura, *idem*.

⁶¹³ Para uma leitura integral, veja: BARREIRA, Ramiro (Coord.), *Angola, 30 anos*, Luanda, 2005, p. 23.

cenário que nos permite rebuscar a memória viva da realidade de finais da década de 80. Das várias razões da crise apontadas, a destruição das fontes de produção e o bombardeamento das áreas vitais para o Governo fazia parte da estratégia montada pela UNITA apoiada pelas tropas sul-africanas (SADF)⁶¹⁴, o que reflecte a influência da situação militar na economia angolana (1975-91)⁶¹⁵, durante a I República.

No quadro político-administrativo da construção do Estado, Marcolino Moco situa a origem da crise nos procedimentos feitos na altura da independência nacional. O político sustentou que «os movimentos nacionalistas tinham já cometido o grande erro de que, não se entendendo devido à discrepância tremenda, as suas ideologias impediram que a comunidade branca que tinha o domínio das instituições e da administração fosse integrada politicamente. Para estes serem integrados tinham que ser do MPLA ou da UNITA e esqueceu-se do elemento europeu que estava inserido na realidade angolana»⁶¹⁶.

6. A luta pela paz e a formação de uma consciência nacional: relações entre o Estado e outros entes sociais durante o conflito

Vimos a caracterização das questões políticas internas, regionais e internacionais do Estado angolano. A sociedade política angolana era dominada por uma crise de valores cívicos e morais a nível do tecido social e cultural do Estado. Quanto ao conflito, entrava em jogo o papel da diplomacia e as tentativas negociais ao mais alto nível para a sua resolução. Duas teses podem destacar-se neste debate: os defensores da continuidade

⁶¹⁴ O Presidente Eduardo dos Santos reconhecia em 1981 o impacto da crise: «os ataques sistemáticos e diários levados a cabo pelos racistas sul-africanos culminaram com a invasão de grande envergadura (...) que destruiu completamente as estruturas socioeconómicas das do Cunene (...) O inimigo penetrou e continua a penetrar de quando em vez, com a sua força aérea, atacando colunas militares, viaturas, pontes e estradas, para bloquear o abastecimento às populações da Huila, do Cunene e do Kuando-Kubango». ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, p. 380.

⁶¹⁵ Para a leitura completa, consulte: FERREIRA, Manuel Ennes, *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-91)*, pp. 180-237.

⁶¹⁶ Depoimento do Dr. Marcolino Moco em 21 de Setembro de 2011.

da guerra como via para fazer a paz, e os defensores da via diplomática e negocial⁶¹⁷, sendo que todas as atenções do Estado nacional estavam viradas para o problema da guerra civil, pelo que, em função desta, muitos sectores da vida política nacional ficavam em segundo plano. A nível psicológico, o esforço do Estado procurou incutir na consciência juvenil o dever patriótico da defesa do país e a juventude masculina era largamente educada nesse sentido. Neste clima, o Estado concentrava todas as formas de organização social, silenciando outros mecanismos de intervenção que não fossem declaradamente oficializados.

No decorrer deste cenário vigente em Angola, é certo que o poder político não poderia ser o todo-poderoso aparelho de sustentabilidade das acções sociais, nem mesmo da organização económica e de intervenção sócio-política e administrativa. É verdade que o Estado representa o poder único na sua esfera e, nesse sentido, exerce as suas funções políticas, jurídicas, administrativas e económicas. Mas não pode pretender dar resposta a todas as exigências da sociedade à semelhança do Estado-providência do passado, como refere Nuno Canas Mendes:

«O Estado não tem, pois, um papel sumamente importante na consolidação de uma identidade nacional que legitime a continuidade da sua existência e acção, que crie nexos por forma a aumentar a vontade de um destino comum. Por isso, haverá que verificar se o Estado será efectivamente capaz de produzir e conduzir uma identificação nacional acima de lealdades particulares e de uma multiplicidade de pertenças, disponibilizando recursos políticos e ideológicos para o fazer. Será prudente equacionar a participação de outros actores, por forma a promover uma visão mais integrada sobre os mecanismos de formação identitária»⁶¹⁸.

⁶¹⁷ Vejamos como descreve Alcides Sakala. O autor, que é dirigente da UNITA, relata a guerra de perseguição pelo Governo angolano contra aquela organização, naquilo que ele considerou a estratégia de Luanda que «optara por uma política de aniquilamento, do movimento liderado por Jonas Savimbi». SAKALA, Alcides, *Memórias de um Guerrilheiro*, 3ª edição, Dom Quixote, Lisboa, 2006, p. 7.

⁶¹⁸ MENDES, Nuno Canas, *A Construção do Nacionalismo Timorense*, in GUEDES Armando Marques e MENDES, Nuno Canas (eds.), *Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste*, Edição MNE, Instituto Diplomático, 2005, pp. 201-202.

Durante a vigência do estado de guerra declarada e para a qual se procurava, por todos os meios, mobilizar a opinião pública nacional e formar uma consciência de lealdade à ideologia da guerra como um dever patriótico, a relação do Estado com os que poderiam ser seus parceiros sociais não só foi complexa e de modo subordinante, como também vigiada de forma preventiva para garantir maior segurança contra eventuais conspirações. O cenário da sociedade civil angolana, de acordo com o estudo de Armando Marques Guedes⁶¹⁹ evidencia a absorção dessa franja activa da sociedade pelo poder político, durante a primeira República. Em parte, devido ao regime político que respeitava e fazia respeitar, como é óbvio, o modelo ideológico da organização do Estado e pautava por um centralismo estatal. Nesta situação, como é prática dos governos de Estados socialistas, o sector privado era inexistente e as instituições sindicais⁶²⁰, por exemplo, tinham que ser as oficialmente instituídas pelo próprio Estado. Ora, aqui se afastava o pluralismo social e, desta forma, evitou-se a participação cívica dos actores sociais, numa sociedade onde a liberdade de pensamento e de manifestação era inexistente.

6.1. O contributo da Igreja e as suas relações com o Estado

No primeiro capítulo deste estudo, analisámos o papel que as Igrejas cristãs tinham desempenhado durante o período das campanhas nacionalistas. Entre todas, David Birmingham reconheceu maior protagonismo à Igreja Católica. Diz ele que «a maior e a mais integrada nacionalmente de todas as Igrejas foi a Católica, que passou de Igreja oficial do Estado colonial à mais influente do Estado nacional»⁶²¹.

É nesta óptica que vamos agora, de modo especial e por razões de ordem prática, analisar a acção corajosa da Igreja Católica desenvolvida

⁶¹⁹ Para a leitura integral consulte: GUEDES, Armando Marques, *Sociedade Civil em Angola: O Estado e a Sociedade sobreviverão um ao outro?*, pp. 36-54.

⁶²⁰ Estas organizações podiam ser a UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), a OMA (Organização da Mulher Angolana), a OPA (Organização do Pioneiro Angolano) e, no ramo da defesa, ODP (Organização da Defesa Popular).

⁶²¹ BIRMINGHAM, David, *Portugal e África*, p. 111.

através das intervenções dos Bispos de Angola, pela publicação de Mensagens Pastorais, contendo críticas e contestações ao regime tanto do Governo como da UNITA, o que as demais instituições religiosas praticamente não fizeram, pelo menos com a firmeza demonstrada pelos Bispos angolanos. O objectivo fundamental foi a protecção das pessoas inocentes dos horrores da guerra e da procura de soluções pacíficas e de estabilidade do Estado como comunidade dos cidadãos, em Angola, no período entre 1975 a 1991. Analisaremos a situação com base em algumas daquelas Mensagens, as mais incisivas do episcopado católico angolano.

É histórico que a Igreja Católica⁶²² angolana desempenhou um papel inconfundível nos seus esforços de interpelação às autoridades do Estado sobre várias esferas da vida pública. Fê-lo como nenhuma outra instituição durante todo o período da crise político-social, em Angola, sem atender, muitas vezes, às más relações com as autoridades políticas, nem ceder a ameaças. Neste sentido, a Igreja Católica, durante o período da primeira República foi a Instituição mais activa e interventiva falando e escrevendo ao povo e aos dirigentes do Partido-Estado do MPLA e à UNITA.

Já desde 1975, a Conferência Episcopal dos Bispos de Angola intensificou os seus apelos e críticas contra certas posições políticas do Governo, pelo que de imediato passou a ser alvo de reacções enérgicas, tendo conduzido a um mal-estar nas relações com o poder político. Referindo-se a tais mensagens, o Cardeal Alexandre do Nascimento, então Arcebispo de Luanda, afirmava:

«Os problemas fundamentais da nossa sociedade foram encarados à luz da fé e do interesse comum. Por parte das autoridades civis, aconteceu que a maior parte das vezes a visão construtiva que a hierarquia católica foi apresentando não tivesse sido aceite de boa vontade, nem analisada com objectividade. Com pena dizemos: as

⁶²² Durante os 16 anos da guerra civil angolana, a Igreja Católica foi a que mais sofreu os efeitos do conflito, principalmente nas missões e igrejas do interior das províncias do país. Muitos missionários e religiosos foram mortos, raptados e presos. Dos vários raptos do pessoal missionário, mencionam-se também o do Cardeal Alexandre do Nascimento, então Arcebispo do Lubango, em 1983.

nossas Cartas pastorais quando apontaram soluções e chamaram a atenção para graves abusos e violações dos direitos fundamentais das pessoas, tiveram quase sempre reacção imediata, cheia de violência verbal, desproporcionada, por parte dos detentores do poder político»⁶²³.

Assim, a hierarquia católica, em Angola, mostrava-se claramente contra todos meios que viabilizavam a guerra e a violência, denunciava os actos autoritários manifestados pelas autoridades políticas, posição que foi objecto de muitas controvérsias institucionais com o poder político. Não seria, por outro lado, de questionar que solução pretendia a direcção da Igreja Católica quanto ao conflito angolano e a relação do Estado com a sociedade. Obviamente, como é sua natureza, a reconciliação pelo diálogo e a solução pacífica dos problemas eram o caminho que advogava, como se pode depurar da leitura das respectivas mensagens.

No campo das relações institucionais, a partir dali, a ruptura entre o Estado e a Igreja Católica passava a dominar os discursos políticos, com maior incidência a partir de 1977⁶²⁴, a que havia de seguir-se inúmeras «dificuldades para Igreja, como a recusa de entrada de missionários, o confisco da Rádio Ecclesia e uma pressão maior sobre trabalhadores e funcionários católicos»⁶²⁵.

O confisco da Rádio Ecclesia significou o seu definitivo silenciamento. Seguiram-se, em 1978, através de um Decreto de nacionalização de 25 de Janeiro do mesmo ano, assinado pelo Presidente da República⁶²⁶, outros confiscos de imóveis como escolas, colégios e outros bens da Igreja Católica. Foi, assim, um tempo difícil nas relações entre a Igreja e o Estado,

⁶²³ NASCIMENTO, Alexandre Cardeal do, *Apresentação*, in CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ (CEAST), *Igreja em Angola entre a Guerra e a Paz (Documentos Episcopais 1974-1998)*, Luanda, 1998, p. 3.

⁶²⁴ A Nota Pastoral que desencadeou a ruptura e mau estar definitivo nas relações Igreja-Estado foi a *Carta Pastoral no Cinquentenário de S.ta Teresa do Menino Jesus como Padroeira das Missões*, feita no Lubango a 14. 12. 1977. A Carta teve como resposta uma dura e violenta reacção publicada como Editorial do Jornal de Angola de 26. 01. 1978, com o título *Os Bispos e a Conspiração*. Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ (CEAST), *Igreja em Angola entre a Guerra e a Paz (Documentos Episcopais 1974-1998)*, Luanda, 1998, pp. 64-66.

⁶²⁵ *Ibidem*, p. 64.

⁶²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 66.

significando que este tinha deixado de reconhecer o papel social das instituições religiosas de forma declarada, por força da ideologia dominante. Sobre este confronto, o Bispo de Benguela, D. Óscar Braga, destacou a firmeza da Igreja, no seu confronto com as autoridades civis, perante os confiscos dos bens e imóveis pelo poder político: «tiraram-nos o nosso edifício do seminário e apoderaram-se de tudo. Foi assim a lutar sempre, durante vários anos. Apesar destas dificuldades, em Benguela, nunca fechei o seminário»⁶²⁷.

A década de 1980 veio revelar-se como o período de inúmeras publicações das Mensagens dos Bispos de Angola, dirigidas obviamente aos fiéis, em primeiro lugar, e a todos os intervenientes da sociedade angolana. A tónica sobre a «reconciliação»⁶²⁸, a «firmeza na esperança»⁶²⁹, a paz e justiça foi dominante nas Mensagens mais importantes que abordavam a real situação do momento, que apesar das tensas relações com o Estado, se mostravam como a única voz interventiva, embora também sempre ignorada pelo poder político.

Assim, quanto às relações entre Estado e Igreja, e esta sendo vítima da guerra, Jaime Nogueira Pinto escreve: «num país com a dimensão de Angola, com a actividade operacional da época, entre uma guerrilha de

⁶²⁷ CAPOCO, Zeferino, *D. Óscar Braga, Trinta anos de Missão*, Lisboa, 2005, p. 77.

⁶²⁸ Cf. *Ibidem*. O tema foi objecto de duas Mensagens de grande impacto social e política:

1. *Nota Pastoral sobre a Reconciliação*, de 17. 02. 1984, onde se pode ler: «Falamos a homens reais, no contexto das situações (...). O flagelo da fome generalizada, que assola o nosso país, representa uma das maiores contradições da nossa sociedade (...). A guerra e a fome criam um clima de irresponsabilidade, de falta de respeito pela vida e dignidade da pessoa humana. Surgem em consequência o desinteresse pelo trabalho e a degradação ético-social», in CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ (CEAST), *Igreja em Angola entre a Guerra e a Paz (Documentos Episcopais 1974-1998)*, p. 183.

2. *Mensagem Pastoral sobre a Reconciliação Nacional*, de 22. 07. 1989, por ocasião do acordo entre o Governo e UNITA em Gbadolite. Pode ler-se: «O bem das pessoas, e portanto do povo angolano, deve ser a bússola suprema a nortear as negociações de reconciliação e de paz em curso. É preciso subordinar a esta, todas as demais considerações. As filhas e os filhos de Angola querem a reconciliação e a paz. Este princípio de Gbadolite é sagrado e deve ser respeitado inviolavelmente (...). Por isso, pedimos encarecidamente a todos os homens armados que respeitem com lealdade o cessar-fogo, deixando de atacar, em absoluto, alvos inocentes, e tendo até a coragem de não responder a qualquer provocação real ou aparente».

⁶²⁹ *Carta Pastoral-Reflexão Pastoral Dez Anos após a Independência* (Firmes na Esperança), de 27. 02. 1986. Depois de um balanço em que se reconhece alguns feitos alcançados pela independência nacional, apela-se à esperança na possibilidade da paz, esperança no país, na Igreja e no futuro.

dezenas de milhares de combatentes, actuando em quase todo o território, com o exército governamental e os cubanos, e uma Igreja também com milhares de padres e religiosos e centenas de milhar de fiéis, era praticamente impossível evitar totalmente os incidentes»⁶³⁰.

Outro momento de reacção mais difícil nas relações Igreja-Estado aparece quando, depois da violação do acordo Gbadolite, em Julho de 1989, os Bispos publicavam a «Mensagem aos Responsáveis políticos do MPLA-PT e da UNITA, a todo o Povo de Deus e aos Homens de Boa Vontade»⁶³¹. O problema de conflitualidade permanente residia, e foi assim em todas Mensagens publicadas desde a Independência, na questão de a hierarquia católica se assumir-se como a voz do povo, na ausência de qualquer instituição ou organização que pudesse agir nestas situações de crise político-militar aguda.

No campo da acção religioso-pastoral, a Igreja fez acompanhar a publicação de mensagens com várias iniciativas e acções práticas dentro da sua esfera de intervenção. Em 1983, organiza em Luanda uma cerimónia com certo carácter público das celebrações do Ano Mariano em que dedica Angola a Nossa Senhora. Outros momentos interpelativos seguir-se-iam anos depois: em Benguela, D. Óscar Braga organiza o 1º Congresso Eucarístico em Julho de 1989, o que constituiu um acto inédito que fez deslocar àquela cidade todas entidades religiosas e individualidades internacionais. Assinala-se, nesse evento, além da mensagem dos Bispos ao país, a mensagem do Papa João Paulo II reconhecendo o esforço da Igreja em defesa da paz e o mérito da realização do Congresso.

⁶³⁰ PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos Africanos*, Edição Esfera dos Livros, Lisboa, 2008, p. 147. O autor refere a problemática do rapto dos seminaristas que seguiam de Benguela para Huambo, depois de uma emboscada montada pelos guerrilheiros da UNITA, no dia 25 de Agosto de 1988. Veja: *Ibidem*, pp. 147-155.

⁶³¹ Publicada por ocasião do Aniversário da Independência Nacional, 11. 11. 1989. À semelhança de 1977, esta Mensagem teve uma dura reacção da Direcção Nacional dos Assuntos Religiosos, considerando o documento “uma declarada intromissão que leva os Bispos Católicos a proposições manifestamente obstrutivas ao processo de paz”. Na mesma linha, o Jornal de Angola publicava um comentário crítico, com o título “A Deus o que é de Deus”, chamando a atenção para a não interferência da Igreja na esfera do Estado.

Anos seguintes, aparecem outras grandes acções pelas quais a Igreja lança mais um manifesto, conquistando assim grande reconhecimento por parte do poder político, como refere António Neves, «de 16 a 19 de Outubro, realizam-se, em Luanda, as comemorações dos Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas e, de 4 a 10 de Junho de 1992, Angola acolhe João Paulo II»⁶³².

Assim, fica patente que aquelas Mensagens representavam o pronunciamento denunciador de toda a situação da crise, fazendo constar a quem de direito para tomadas de posição favorável a uma solução, estando longe a pretensão de apelo e mediação que a Igreja Católica pudesse propor, considerando que o problema era conjuntural e que não se fixava apenas ao nível interno.

Noutro sentido, a UNITA fazia pouco eco da linha interventiva da Igreja. Como já vimos, os membros das igrejas vítimas de mortes e raptos mereciam da parte da organização um discurso marginal. Não obstante uma posição algo dúbia da oposição armada, durante a guerra, considerava a UNITA que «a relação com a Igreja passou a ser orientada por um entendimento implícito (...) em que a Igreja era livre de operar, desde que combinasse a adoração divina ao amor à pátria, incentivando a luta contra a ocupação do país pela coligação soviético-cubana, e não competisse com o Partido pela lealdade dos habitantes de Base Revolucionária de Apoio, sobretudo a juventude»⁶³³.

Era, certamente, uma posição que não se encaixa nos parâmetros de nenhuma Igreja se atendermos ao carácter condicionante que coloca sobre a sua neutralidade. Só com a mudança do regime, em 1991, normalizaram as

⁶³² NEVES, António Manuel dos Santos Sousa, *Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola 1989-2002*, (Tese de Doutoramento), p. 20. Depois da significativa visita do Papa João Paulo II, em 1992, outros eventos, podem ainda destacar-se como as organizações que, de certa forma, cimentaram a normalização das relações e, consequentemente, a cooperação institucional entre Igreja e Estado. É o caso do movimento Pro Pace (acções para a promoção da paz e da democracia), a organização inter-eclesial COIEPA e o movimento feminino PROMAICA, fundado em Benguela, em 1990. Para a leitura completa, cf. *Ibidem*, pp. 190-197.

⁶³³ MUEKALIA, Jardo, *Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, p. 151.

relações institucionais entre o Estado e a Igreja, contribuindo para isso a visita do Papa João Paulo II.

6.2. O papel da diplomacia a nível regional e internacional

Não é possível pôr de parte o papel da diplomacia na resolução do problema angolano. Neste sentido, as acções diplomáticas sempre seguiram a evolução do conflito interno. A diplomacia define-se, doutrinalmente, como um instrumento da política externa⁶³⁴ dos Estados. Na verdade, a diplomacia materializa acção dos Estados quando estes pretendem perseguir certos fins e objectivos fora das suas fronteiras políticas e geográficas, sendo assim indispensáveis os actos de negociação. Em caso de conflitos armados, essas negociações várias vezes requerem uma mediação. É neste caso em que a diplomacia se apresenta também como um dos meios para a solução de conflitos. As acções diplomáticas de Angola, tendentes à estabelecer relações de cooperação com todos os Estados, foram definidas de imediato após a independência nacional e encontram o seu fundamento jurídico na Lei Constitucional de 1975, nos seus artigos 14 e 15.

Numa generalizada crise política regional, acentuada pela acção do regime do Apartheid da África do Sul, Angola foi um dos países fundadores da Conferência para o Desenvolvimento dos países da África Austral, que surge, dentre outros, com o objectivo de equilibrar e combater o regime sul-africano e relançar laços de solidariedade entre os países membros. A nova comunidade passava a ser o mecanismo de esforço conjunto e a nível dos Estados fundadores também figurava como a 1ª Organização Regional do género, embora enfrentasse limites de carácter técnico e operacional no processo da sua consolidação. A história da organização resume-se no seguinte:

⁶³⁴ Cf. MAGALHÃES, José Calvet de, *Diplomacia Pura*, Bizâncio, Lisboa, 2005. p. 15; Cf. também, MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007, p. 29.

«A SADCC foi oficialmente formada em 1 de Abril de 1980, seguindo a adopção do Protocolo de Lusaka, e passou a funcionar em Lusaka, Zâmbia. Tornaram-se membros da SADCC Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Assim, a SADCC nasceu das experiências positivas de íntima cooperação entre governos e povos da África Austral na sua luta contra a resistência colonial e as políticas do apartheid na região. Fortes laços de solidariedade surgiram de um sentimento de propósito comum e acção conjunta contra o colonialismo e o racismo. Aquando da independência, a maioria desses países enfrentava pobreza em massa, atraso económico e ameaça de desestabilização da África do Sul na região. Dadas essas circunstâncias, a necessidade de trabalhar junto tornou-se um imperativo ainda mais urgente e foi vista como um instrumento de sobrevivência política, desenvolvimento económico e avanço social»⁶³⁵.

Além de inúmeras iniciativas diplomáticas empreendidas pelo Governo angolano no seu esforço da garantia da defesa do seu interesse nacional que passava pela necessidade de uma contenção interna da pressão agressora das forças inimigas coligadas, é possível compreender-se que toda a estratégia desse combate estivesse inserida num quadro mais amplo de coordenação com outros parceiros regionais, nomeadamente com o Governo moçambicano de Samora Machel e com as forças nacionalistas namibianas da SWAPO. Assim se construía uma estratégia entre vários Estados da região Austral de África que, perante o poderio económico e militar da África do Sul, procuravam uma solução conjunta, quer para equilibrar aquele poderio, quer para isolar o seu regime⁶³⁶. O objectivo era aprofundar maior aproximação entre governos e, por sua vez, responder à necessidade de uma maior coordenação e consolidação das infra-estruturas nacionais, a nível da região.

⁶³⁵ MURAPA, Rukudzo, *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e económica*, in Impulso n° 31, UNIMEP, S. Paulo, Julho/2002, p. 158, disponível em: <http://www.unimep.br/> (acesso em 10.12.2012).

⁶³⁶ Cf. BISSELL, Richard E. – RADU, Michael S., *Africa in the post-decolonization era*, p. 145.

Fiel ao princípio constitucional de solidariedade «com a luta dos povos pela sua libertação nacional»⁶³⁷, e depois de o Estado alojar no território angolano o líder da revolução namibiana Sam Nujoma e o seu movimento nacionalista, bem como as lides da resistência sul-africana do ANC, a dimensão internacional-regional do conflito tinha instaurado não só a crise entre os dois Estados, mas em toda região austral de África. Os dois movimentos, SWAPO e ANC, combatiam o regime racista do Apartheid que ocupava ilegalmente a Namíbia. Esta posição do Estado angolano foi o veículo para a concentração da estratégia combativa sul-africana, em Angola, com massivas invasões devastadoras do tecido de produção agrária e de exploração mineira, principalmente, no sul do país, nomeadamente nas províncias do Cunene, Huila e Kuando-Kubango.

A estratégia adoptada pelo país, que para todos os efeitos, contava com os seus tradicionais aliados, encontrou na SADCC um espaço diplomático para tornar visível a preocupação da luta pela legítima defesa. Richard E. Bissell e Michael S. Radu observam o seguinte:

«Since other African states cannot confront South Africa directly, they seek to isolate it, and isolate themselves from it by the same token. This role is particularly appropriate for the present front-line states, notably Angola, Zimbabwe and Mozambique, which after a long struggle need a time of consolidation to build their internal polities and economies»⁶³⁸.

A necessidade de coordenação regional, como já salientámos era visível não só na política económica do Estado angolano, mas também na estratégia regional do equilíbrio político e económico. Neste sentido, podemos notar que «the activities of the Southern Africa Development Coordinating Conference (SADCC) express the need to coordinate national consolidation along the

⁶³⁷ Art. 16º da Lei Constitucional de 1975.

⁶³⁸ BISSELL, Richard E. e RADU, Michael S., *Africa in the post- decolonization era*, p. 145.

front line and to construct infrastructural and training substitutes for the South African connection»⁶³⁹.

Entretanto, as iniciativas diplomáticas pelas quais o Governo procurava soluções com os parceiros internacionais/regionais multiplicaram várias acções, segundo o relatório do 30º aniversário da independência nacional, já acima referido, que apresenta o seguinte panorama:

«Em busca de paz, depois de secretas negociações, decorridas em diferentes locais, em Fevereiro de 1984, o Governo angolano assina na Zâmbia, com a África do Sul do apartheid os *Compromissos de Lusaka*. O documento estipulava a retirada da África do Sul das partes do território angolano que ocupava militar e ilegalmente e a aplicação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia, até 31 de Março do mesmo ano»⁶⁴⁰.

A isto seguiu-se uma tentativa de implementação pelas partes que não sortiu efeito. Considerando que a crise político-económica do Estado travava-se em duas frentes, nomeadamente, a guerra interna contra a UNITA e a guerra de agressão perpetrada pela África do Sul, os meios para tentar resolver o problema, no entender do Governo angolano, não seria outros que não fosse a combinação da diplomacia, no contexto da conjuntura política internacional, fortemente marcada pelas grandes potências, com o fortalecimento das posições combativas no terreno, a nível interno. Neste sentido, como em qualquer situação de conflito interno que conta com influência externa, o Estado enquanto poder político legalmente instituído costuma invocar o direito de soberania para fundamentar a sua legítima defesa.

O princípio de soberania sistematizado pela corrente de pensamento realista, nos termos em que foi definido por Hans Morgenthau⁶⁴¹, segundo o qual a política internacional (política externa) prima pela defesa do

⁶³⁹ *Ibidem*.

⁶⁴⁰ BARREIRA, Ramiro, (Coord.), *Angola, 30 anos*, p. 27.

⁶⁴¹ Cf. MORGENTHAU, Hans J., *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, p. 5.

interesse nacional, encontra, neste quadro, a sua aplicação pelo poder político em Angola. Para o Estado angolano e como foi definido na Lei Constitucional, era vital por todos os meios defender a sua soberania que, aliás, representava o seu maior interesse nacional. O período em causa registou grandes batalhas, no campo militar. As mais significativas foram as batalhas travadas no Cuito-Cuanavale, Mavinga e na província do Cunene, ambas províncias situadas no sul do país, como descreve George Wright, em meados da década de 1980:

«Em Agosto de 1987, as FAPLA lançaram uma contra-ofensiva a partir do Kwito-Kwanavale [...]. A intenção era tomar Mavinga e depois avançar sobre o quartel-general da UNITA, na Jamba. Desta vez, o governo equipara a defesa militar no sul de Angola, com armas modernas fornecidas pela União Soviética, onde se incluía um sistema defensivo de radar para contrariar, por meio de mísseis antiaéreos, o poder da aviação da África do Sul, aviões *Su-22* de ataque ao solo e helicópteros de combate».⁶⁴²

Como referimos, além desta acção no campo militar, a diplomacia continuava em movimento, já que a guerra dominava as relações internacionais de Angola. Com efeito, «no quadro dos esforços tendentes a alcançar a paz, em Maio de 1988, iniciaram-se conversações quadripartidas entre Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos. O principal ponto da agenda diplomática era a discussão sobre a retirada das forças invasoras sul-africanas de Angola, a independência da Namíbia e o repatriamento das tropas cubanas que, a pedido de Angola, ajudavam o país a defender-se⁶⁴³, negociações que culminaram com a assinatura de uma série de acordos

⁶⁴² WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, p. 252-253. Sobre a larga participação das tropas russas e cubanas e o papel que desempenharam na Batalha do Kwito-Kwanavale leia: MILHAZES, José, *Angola: o Princípio do Fim da União Soviética*, pp. 107-128.

⁶⁴³ Cf. BARREIRA, Ramiro, (Coord.), *Angola, 30 anos*, p. 28. Este acordo entre Angola, Cuba e África do Sul e Estados Unidos foi assinado sob os auspícios da ONU em Nova Iorque, no dia 22 de Dezembro de 1988, conduzindo à retirada de cerca de 50 mil soldados cubanos de Angola e à independência de Namíbia, sob a supervisão da ONU. A resolução 626 do Conselho de Segurança estabeleceu a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM I que se compunha de 70 observadores militares e 20 funcionários civis, para a monitorização do processo da retirada das forças estrangeiras.

tripartidos entre Angola, Cuba e África do Sul; e bilaterais entre Angola e Cuba, sobre as tropas cubanas. Estes foram os factores externos cruciais e de elevado sentido diplomático, na órbita de todo o processo de pacificação e de busca da estabilidade interna do Estado angolano na primeira República.

Nesta fase em que o problema político angolano de guerra entrecruzava-se com a questão namibiana e a agressão sul-africana com o cenário global do problema ideológico, era óbvio que qualquer solução que pudesse dar fim à guerra civil de luta pelo poder do Estado entre a UNITA e o MPLA não se alcançariam resultados sem o recurso aos meios diplomáticos, conforme prevê a doutrina da teoria da resolução de conflitos⁶⁴⁴. Se a UNITA lutava com o objectivo de combater a ideologia marxista-leninista, o Partido-Estado defendia o poder e a soberania, com todas as ajudas que bem entendesse solicitar, no quadro da legitimidade e cooperação entre Estados soberanos.

Nas rondas diplomáticas empreendidas ao longo de todo o processo da luta pela consolidação do poder do Governo do MPLA contra as forças adversárias, os países vizinhos, nomeadamente, do norte não estiveram isentos do problema. Nesta ordem de acontecimentos, o Presidente zaireense Mobutu Sésse Séko tentou uma acção diplomática com as partes angolanas de que foi ele mediador, a 22 de Julho de 1989, dando origem ao mal sucedido acordo de Gbadolite⁶⁴⁵.

Quanto à acção das Organizações Internacionais, destaca-se a ONU através do Conselho de Segurança que emitia resoluções tendentes à solução da situação, como veremos mais adiante. Por agora, cumpre-nos observar que se devemos admitir que as grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, envolvidas no problema angolano tinham assento permanente no Conselho de Segurança, a oposição destas tornava ainda mais complexa uma

⁶⁴⁴ A resolução de conflitos pode compreender os meios diplomáticos usando tipologias diplomáticas como diplomacia preventiva evolutivamente, como refere Maria Regina Mongiardim, «desenvolvimento posterior sequencial lógico que deve passar pela manutenção da paz (*peacekeeping*) e pela sua consolidação (*peacebuilding*). A panóplia de actividades inseridas nestas categorias de intervenção, destinadas à resolução dos conflitos envolve uma pluralidade de recursos materiais e humanos, designadamente civis, militares e paramilitares». MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, p. 310.

⁶⁴⁵ ANSTEE, Margareth Joan, *Órfão da Guerra Fria, Radiografia do colapso do processo do processo de paz angolano*, 1992/93, p. 36.

rápida saída da crise. No quadro das acções das organizações internacionais urge considerar que estas só agem em territórios estaduais com anuência das respectivas autoridades governamentais, respeitando as normas do Direito Internacional da inviolabilidade do território sob pena de ingerência⁶⁴⁶.

6.3. O contributo das Organizações Internacionais

A política externa dos Estados constituiu, ao longo do séc. XX, o modo de estes conviverem com base em certa inter-relação de soberanias, como forma de equilibrar a complexidade resultante das limitações que se impõem a todos os Estados, perante desafios locais e globais. Não seria de fazer excepção no que se refere à necessidade de dar resposta aos problemas gerais da política internacional, partindo dos mecanismos internos de um certo Estado.

É neste quadro que as acções das organizações internacionais, principalmente as organizações de base estadual como a ONU, passaram a ser cada vez mais activas na vida internacional e mais interventivas nas questões internas dos Estados membros. Tal prática foi efectivada ao longo da segunda metade do séc. XX, em parte devido ao agravamento da situação de conflitos internos e internacionais. O Continente Africano situava-se já na linha da frente, em tais operações, pela vulnerabilidade e instabilidade política verificada por quase todos os Estados africanos.

Assim, se as organizações internacionais resultam da vontade dos Estados que os criam ou que a elas aderem, é no âmbito dos próprios Estados membros que aquelas poderão actuar em caso de resolução de problemas políticos que tendem a desestabilizar a política interna com

⁶⁴⁶ Nos termos do Art. 2º da Carta da ONU consagra-se o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados pressupõe o respeito mútuo e relações em igualdade de circunstâncias, pelo que qualquer intervenção de uma organização internacional deve ser operada com base no consentimento do respectivo Estado mediante, por outro lado, o direito de soberania.

consequências internacionais. O próprio conceito de organizações internacionais a isto nos permite concluir.

Assim, como se pode depurar da doutrina, «uma organização internacional é uma associação de Estados constituída por tratado, dotada de uma constituição e de órgãos comuns, e possuindo uma personalidade jurídica distinta da dos Estados membros»⁶⁴⁷. Embora a definição demonstre um carácter de exclusividade dos Estados, deixando de lado a ideia de uma organização internacional não-estadual, interessa-nos referir aquelas de natureza estadual, tendo em conta a análise do nosso tema.

Vimos neste trabalho, as iniciativas diplomáticas referentes ao reconhecimento e admissão do país. Angola é membro de grandes organizações internacionais de vocação universal como a ONU e de âmbito particular ou regional como a OUA, hoje União Africana (UA). Não sendo, porém, Estado fundador, a pertença de Angola a estas organizações, como já referimos, foi pelo critério de adesão, a partir do reconhecimento formal da sua independência e das formalidades próprias e diplomáticas que o processo acarreta.

É importante sublinhar que as organizações internacionais, nomeadamente a ONU, não tiveram grande actuação na resolução do problema angolano⁶⁴⁸, durante o período da Guerra Fria, a seguir à independência, acção manifestada só na fase final daquele conflito global. Não vamos aprofundar esta questão por não ser tema principal da nossa análise, mas queremos somente referir a ideia de que a pertença a estas organizações conferia direitos e obrigações ao país, no âmbito do direito internacional que dele originou. Em virtude dessas suas múltiplas pertenças, o Estado angolano registou na história da sua construção política,

⁶⁴⁷ DINH, Nguyen Quoc et. al, *Direito Internacional Público*, p. 592.

⁶⁴⁸ A actuação das Nações Unidas em Angola, durante o período da primeira República, não se baseou na mediação do conflito, como veio acontecer a partir de 1988. E não houve muitas organizações a actuar nesse âmbito. Ou seja, «até 1991, a Cruz Vermelha Internacional e a Caritas, junto com diversos organismos do sistema da Nações Unidas, foram as únicas grandes ONGs a operar em Angola». GUEDES, Armando Marques, *As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na Política Externa de Angola, 1975-2002*, In PAVIA, José Francisco (Coord.), *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Quid Iuris, Lisboa, 2011, p. 29.

enquanto nação soberana, certo apoio daquelas organizações e de outras regionais ou sub-regionais como a União Europeia (UE), SADC e CPLP, para a solução do seu problema interno.

A história de todas estas organizações é recente. A ONU aparece em 1945, como produto do fim da Segunda Guerra Mundial, para revitalizar num novo formato a falida Sociedade das Nações que tinha tentado erguer a sociedade internacional das ruínas da Primeira Guerra Mundial, em 1919. No intuito da luta contra a colonização europeia em África e para promover a libertação do continente daquele fenómeno, como já referimos, tinha sido instituída a OUA, em 1963, e mais tarde transformada em UA, em 2002.

A UE data de 1957, em virtude do Tratado de Roma que instituíu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) que foi evoluído pelo aumento do número de Estados aderentes até à sua transformação em Comunidade Económica Europeia (CEE) e fixando a sua designação definitiva em União Europeia.

Quanto à CPLP, define-se como uma organização transnacional de Estados cuja Língua Oficial é o Português. A Comunidade foi fundada em 1996 e tem vindo a evoluir para um tipo de organização que tem por base factores históricos, culturais, com aumento de um leque maior de interesses comuns. Desta organização ainda se pode, num nível mais continental africano, distinguir os PALOP compostos apenas por Estados africanos de Língua Portuguesa sem, entretanto, ter um papel dinâmico e actuante nas relações internacionais africanas.

Estas organizações tiveram o seu papel de intervenção no problema interno angolano, durante a guerra civil, embora a sua influência para a solução do conflito tivesse efeitos bastante limitados, sempre em concertação diplomática com o Governo angolano e com a UNITA beligerante. O envolvimento mais directo foi, sem dúvida, da ONU através das suas Instituições como o Conselho de Segurança e as suas Agências como o Programa Alimentar Mundial (PAM) e ainda a Cruz Vermelha Internacional.

Importa sublinhar que, pelo seu carácter geral a nível das relações internacionais, a ONU interveio na resolução do conflito e na construção do Estado angolano fiel aos seus princípios de promoção da paz e segurança internacionais⁶⁴⁹, bem como velar pela harmonia, estabilidade e desenvolvimento da democracia em Angola. Com base nestes princípios, em finais da década de 1980, a Nações Unidas concentraram a sua atenção para o problema da guerra em Angola através de várias resoluções do Conselho de Segurança que resultariam no envio de missões de verificação, tomando assim um papel activo mais do que qualquer organização de natureza semelhante. Para a melhor compreensão da sua acção, a primeira representante do Secretário-Geral da ONU em Angola, Margareth Joan Anstee, traçou assim o envolvimento da organização:

«A primeira Missão de verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) foi definida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas em 20 de Dezembro de 1988 (Resolução 626 do Conselho de Segurança). A tarefa da UNAVEM era verificar a deslocação das tropas cubanas a norte, junto da fronteira com a Namíbia, e a sua retirada faseada e total de Angola, a qual deveria estar terminada até 1 de Julho de 1991»⁶⁵⁰.

Terminada a missão da retirada das tropas estrangeiras, em 1991, o Ministro angolano das Relações Exteriores, Vandúnen Loy, propôs ao Secretário Geral da ONU o prolongamento da UNAVEM para acompanhar a implementação dos acordos de paz, até à realização das eleições de 1992. Foi então definida a UNAVEM II incluindo um contingente militar da ONU (Capacetes Azuis) para a manutenção da paz durante o período das campanhas eleitorais, e para ajudar na formação do exército único das FAA (Forças Armadas Angolanas) que incluiriam militares da UNITA e do

⁶⁴⁹ Cf., art. 33º, 1 da Carta da ONU.

⁶⁵⁰ ANSTEE, Margareth Joan, *Órfão da Guerra Fria, Radiografia do colapso do processo do processo de paz angolano*, 1992/93, p. 36.

Governo, e ainda coordenar o aquartelamento, o desarmamento e a desmobilização das tropas da UNITA bem como do Governo⁶⁵¹.

Este envolvimento das Nações Unidas no processo de pacificação de Angola representava uma elevação do problema que durante anos ficou tratado isoladamente pelos maiores e influentes Estados líderes da Guerra Fria e que tinham maior poder de decisão e intervenção nos problemas regionais africanos.

7. Mudança do regime político e o fim da I República

Passaremos agora a analisar os factos políticos que levaram ao fim do regime político definido pelo Estado angolano e que sustentou a I República. Ao longo do nosso trabalho, desenvolvemos a ideia de que dois factores marcantes, politicamente, seguiram a evolução da vida nacional angolana desde a independência até 1991: o problema interno da guerra civil e o impacto da Guerra Fria.

Mas é importante considerar a mudança do sistema político a partir da sua base jurídico-constitucional, pois foi nesse quadro que se definiu toda a orgânica da reconfiguração do regime. Referimo-nos à revisão constitucional de 1991 que permitiu introduzir alterações de fundo na Lei Constitucional, com a consagração de um Estado democrático e multipartidário, a implantação da economia de mercado e a criação de uma sociedade pluralista e participativa. E isto dava início à II República que entrou num novo clima político com os acordos de paz de Bicesse e as eleições gerais de 29 e 30 de Setembro de 1992.

A hipótese de que a guerra angolana, a partir da sua fase das campanhas nacionalistas até ao nascimento e construção do Estado saído da descolonização, tinha sido uma guerra de luta pelo poder, com efeitos de uma guerra ideológica, parece ser mais evidente, na fase final do sistema

⁶⁵¹ Cf. *Ibidem*, pp. 37ss e 103ss; cf. ainda: PINTO, Jaime Nogueira, *A Guerra Civil Angolana (1975-2002) – Síntese Político Militar*, in MOTTA, Carlos C. L. e CORREIA, José De Matos, *Estudos Comemorativos dos 15 anos da Licenciatura em Relações Internacionais*, Volume I, pp. 107ss.

comunista que entrou em colapso com a fragmentação da URSS, marcando assim o fim da Guerra Fria, em 1989.

As evidências eram claras. Como já vimos anteriormente, depois das negociações de Gbadolite no antigo Zaire, assinou-se um acordo de cessar-fogo entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, que não sortiu efeito. Nada havia mudado no quadro do conflito em curso. Tal, porém, não parecia ser um encontro com base nos princípios da boa fé entre os signatários do acordo.

Para Jaime Nogueira Pinto, «Gbadolite era uma coisa que quer o Presidente José Eduardo dos Santos, quer o Dr. Savimbi foram equivocados, porque o presidente Mobutu queria ter um papel activo para reforçar a sua posição política perante os seus aliados americanos e, por outro lado, perante os aliados africanos. Convenceu mais ou menos as partes com coisas diferentes, isto é, eram posições que não correspondiam às suas convicções»⁶⁵².

Na mesma linha vai o testemunho de Jorge Valentim que afirma o seguinte: «os chefes de Estado africanos estavam informados sobre o projecto da cimeira, incluindo o ponto fulcral e contraditório do exílio voluntário e temporário do presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Só o líder da UNITA parecia ser a personalidade menos informada e ausente nos preparativos a não ser que, nós, os membros do Bureau Político e do Comité Central da UNITA, tivéssemos sido completamente ignorados pelo Dr. Savimbi sobre esta situação»⁶⁵³.

Com efeito, vários sinais de saturação internacionais decorrentes do acelerado fracasso das ideologias dominantes em África indicavam também certos ventos de mudança de estratégias, a nível interno. No plano mais regional, os acordos de Nova Iorque⁶⁵⁴ começavam a dar sinais da sua

⁶⁵² Depoimento do Doutor Jaime Nogueira Pinto em 1 de Fevereiro de 2011.

⁶⁵³ VALENTIM, Jorge, *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional: de Gbadolite a Bicesse (1989-1992)*, Mayamba Editora, Luanda, 2010, p. 41.

⁶⁵⁴ Estes acordos vincularam os três principais: a República Popular de Angola, a África do Sul e a República de Cuba, «para estabelecer a paz na região sudoeste de África» e visaram ainda reforçar os compromissos das partes no sentido da «aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU». Veja o documento em Anexos 6 e 7.

implementação. Esta possibilidade que se via desenhar-se na arquitectura das relações regionais de Angola com os vizinhos, de modo especial, com África do Sul e com a Namíbia, era importante para a normalização do problema interno angolano, razão pela qual Luanda tanto se batera nas negociações internacionais pela implementação da resolução das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

Do ponto de vista político, representava o início do fim da pressão externa sobre Angola, o que, sem dúvida, permitiria um desenrolar diferente da situação da guerra interna. A viabilidade aparente da retirada gradual das tropas sul-africanas e cubanas aliviava a complexidade da acção de outras forças externas nas questões internas de Angola.

O resultado foi que as diligências políticas empreendidas pelo Governo angolano deram início, já em 1990, a importantes acontecimentos que começaram a registar-se na África do Sul, com a legalização do ANC, a libertação de Nelson Mandela; a desocupação total pelos sul-africanos e a consequente independência da Namíbia⁶⁵⁵.

Quanto ao fim do regime comunista na URSS, o cenário, que em termos de influência, recaía sobre a política angolana parece-nos consistir na questão dos modelos ideologicamente constituídos como quadros simbólicos do sistema político. Neste sentido, vários enquadramentos que antes eram vistos como simbolicamente importantes e viáveis para a sustentabilidade das forças motoras do Estado, como por exemplo, a ideia de um Partido dirigente do Estado, uma política centralizada no aparelho do Estado e uma democracia popular, pareciam desacreditados e deixavam de ser aplicados⁶⁵⁶. Esta foi a grande consequência do fim do bloco comunista soviético na política interna angolana. Se a nível internacional o desmoronamento da União Soviética dava desfecho à Guerra Fria, para

⁶⁵⁵ Cf. CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, p. 197.

⁶⁵⁶ Como refere Raul Araújo, o país entrava na 1ª fase do processo de democratização, marcado pela «liberalização política, de negociações da paz militar, de preparação de condições para a reconciliação nacional e de realizações de eleições multipartidárias». ARAUJO, Raul, *Evolução Constitucional e a Justiça em Angola*, in SANTOS, Boaventura de Sousa – VANDUNEN, José Octávio Serra (Orgs.), *Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2012, p. 166.

Angola tal representou não só a abertura para novas negociações de paz com a UNITA, como também o sentido da democratização multipartidária através de um novo enquadramento da revisão da Lei Constitucional.

Este novo cenário político tem o seu significado que importa sublinhar, no que diz respeito ao poder de Estado: como é evidente, o Estado não pode ser um ente isolado da conjuntura internacional, muito menos alheio e imune de todos acontecimentos resultantes da acção dos seus pares. Vistas as coisas objectivamente, nas relações inter-estaduais há que contar com os efeitos colaterais que acontecem noutros Estados e que as suas influências não podem passar despercebidas e nem se lhes pode colocar resistência, sob pena do isolamento. Um aspecto importante, nas relações internacionais, reside na forma como os Estados fazem a sua política externa orientada, muitas vezes, pelo interesse nacional, o que torna complexa a solução de muitos assuntos pontuais.

A hipótese colocada por Margareth Anstee, Mediadora do processo de paz em Angola, parece ter certa consideração. Na visão da diplomata, «não se podia encontrar nenhuma solução para a questão de Angola isoladamente dos problemas inter-relacionados na região, e não se conseguiram progressos no contexto da Guerra Fria»⁶⁵⁷, o que prova a mudança gradual da referida situação logo que aqueles factores começaram a abrandar, a partir de 1989.

Depois das tentativas falhadas de trazer à mesa das negociações as partes angolanas, inicialmente com os EUA e com a União Soviética, como diz Margareth Anstee, foi o mérito de Portugal, antiga potência colonial, que abriu caminho para os acordos de Bicesse, cuja mediação coube ao antigo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Portuguesa, José Manuel Durão Barroso⁶⁵⁸.

Este cenário influenciou a situação militar no interior do país, levou a novas conversações de paz entre o Governo Angolano e a UNITA, no primeiro semestre de 1991, que viria a culminar com a assinatura dos

⁶⁵⁷ ANSTEE, Margareth Joan, *Órfão da Guerra Fria, Radiografia do colapso do processo do processo de paz angolano*, 1992/93, p. 36.

⁶⁵⁸ Cf. *Ibidem*, p. 37.

acordos de paz de Bicesse, a 31 de Maio de 1991. O fim do que foi um longo período de turbulência política em Angola e as vicissitudes das relações na política internacional conheciam, desta forma, uma mudança política de fundo, com os acordos de paz.

O desfecho deste primeiro conflito interno em Angola significava, sem antever os futuros acontecimentos pós eleitorais de 1992, o fim de uma era. Neste sentido, como testemunhou o Embaixador português António Monteiro, finalmente, «aquando da assinatura dos Acordos de Paz em Portugal, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, James Baker e Aleksandr Bessmertnykh, declararam o fim da Guerra-Fria em África»⁶⁵⁹.

A nível da governação e do processo da construção do Estado, profundas mudanças foram introduzidas no próprio aparelho do poder político, decorrentes da definição do novo sistema de governo⁶⁶⁰ e do Estado constitucional. À luz da Lei Constitucional de 1991, definiu-se o Estado democrático de Direito⁶⁶¹ e a composição dos órgãos do Estado registou uma clara formação com base na separação de poderes e de competências, no quadro da teoria da interdependência de funções.

A nova Lei Constitucional traz uma abertura maior da sociedade que passa, assim, aos poucos, a assumir características do pluralismo político, ideológico e social, embora, como é próprio da transição de um sistema fechado, se veem ainda lentos. E tudo isto constitui na sociedade angolana, novas formas de olhar e construir um país que sentiu o abalo da destruição, divisão e mortes resultado da guerra civil e internacional. De facto, a guerra

⁶⁵⁹ MONTEIRO, António, *Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana*, in *Negócios Estrangeiros*, nº 6, Dezembro de 2003, p. 17.

⁶⁶⁰ O conceito de sistema de governo, como o define Jorge Miranda, «é o modo como o poder se organiza internamente, o modo como, dentro dele, se dispõem os governantes; ou em termos mais restritos e rigorosos, o sistema dos órgãos da função política do Estado, com o inerente estatuto dos seus titulares, os governantes»; MIRANDA, Jorge, *Formas e Sistemas de Governo*, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2007, p. 4. No que concerne à forma de Estado, que preenche também um conceito de como este de predispõe, o autor supra citado afirma: «o modo de o Estado dispor o seu poder em face de outros poderes de igual natureza (em termos de coordenação e subordinação) e quanto à comunidade e ao território (que ficam sujeitos a um ou a mais de um poder político), referindo-se à composição geral do Estado». *Ibidem*, p. 5.

⁶⁶¹ Cf. Art. 1.º da Lei Constitucional de 1991.

que Angola enfrentou ao longo dos 16 anos a seguir a independência teve características de um conflito internacional por, no palco dos confrontos, se terem envolvido forças e potência internacionais.

A Lei de revisão Constitucional⁶⁶² de 1991 definia o seguinte: “os principais objectivos da presente revisão visam fundamentalmente, por um lado, consagrar o pluripartidarismo e a despartidarização das Forças Armadas e, por outro, dar dignidade constitucional às importantes transformações que têm vindo a ser introduzida na área económicas”.

Era preciso recuperar esse tempo longo e difícil politicamente que teve, a nível jurídico, um grande entrave no processo constitucional do Estado. Em 1992, surgem os partidos políticos que, a bem da verdade, começaram a sua formação em meados de 1991, ao abrigo do Acordo rubricado em Bicesse. Muitos dos antigos nacionalistas e políticos angolanos que estavam no exílio regressam ao país e fundam partidos ou, simplesmente, retomam a sua vida política. Mas em 1992, a nova Lei Constitucional consagrou a liberdade de criação de partidos em função de um projecto social⁶⁶³.

A Lei fundamental mostrava-se inequívoca quanto à consagração da democracia formal, deixando para atrás a democracia interna que vigou em 1975. Em 1992, o pluralismo político permite o “debate aberto” e divergências político-partidárias são demonstradas (e tornam-se visíveis de facto) em campanhas eleitorais que tomam espaço com vista às eleições de 29 e 30 de Setembro desse ano.

Em suma, se tivéssemos que resumir esta fase constitucional que Angola atravessa com a Constituição de “92”, ela caracterizava-se mais pela sobrevivência⁶⁶⁴ da Constituição do que, propriamente, de consolidação do sistema.

⁶⁶² Lei n. 12/91, de 6 de Maio.

⁶⁶³ Cf. Art. 9.º da Lei Constitucional de 1992.

⁶⁶⁴ Em grande medida, os acontecimentos políticos resultantes do comportamento dos grandes partidos políticos em oposição não permitiu uma efectivação da Lei Constitucional quanto à sua influência no processo político em curso e, mesmo, quanto ao seu cumprimento.

A figura do Primeiro-Ministro foi introduzida, como chefe do Governo, com atribuições específicas. O novo Governo formado tinha como Primeiro-Ministro, o Dr. Marcolino Moco, que antes ocupava a pasta de Secretário-Geral do MPLA, num sistema de governo semi-presidencial⁶⁶⁵, com maior preponderância para a figura do Presidente da República e Chefe do Estado.

As primeiras eleições realizadas em Setembro de 1992 constituíram o marco histórico, como acto que fechava uma era, um regime político, ao mesmo tempo que abriam para novos tempos e instauravam a segunda República, em Angola. Independentemente da forma em que se processaram, os resultados que se apuraram e dentro de uma situação complexa em que tiveram lugar, as eleições de 1992 tinham sido um alcance político de grande importância, no percurso da construção do Estado em Angola. Entretanto, a fase posterior dessas eleições democráticas no país veio trazer inesperadamente outras situações de crise política e militar que perturbou durante todo o período da II República.

⁶⁶⁵ Sistema que veio ser alterado com a Constituição de 2010, consagrando-se um presidencialismo-parlamentar, com amplos poderes do Presidente da República. Cf. art. 108.º da Constituição da República de Angola (2010).

CONCLUSÃO

O tema que procurámos descrever neste trabalho orienta-nos para uma conclusão geral que vai no sentido de que o nacionalismo moderno está sempre relacionado com a ideia de Estado que, no caso de Angola, a sua instituição materializou-se por uma conjugação do sentimento nacionalista com o problema da guerra. Assim, é plausível concluir que o Estado em Angola surgiu através do nacionalismo revolucionário empreendido pela via da guerra pelos Movimentos Independentistas e arquitetou-se durante a I República numa continuidade discursiva da ideia da libertação, porém orientada para a implantação do Poder e da revolução do MPLA anti-imperialista. Da pesquisa levada a cabo neste trabalho, foram apurados vários pontos de vista que confirmam a cientificidade de um estudo fundamentado em aspectos políticos, jurídicos, económicos, religiosos e diplomáticos de Angola no período em análise.

A consequência prática deste estudo reside na resposta ao problema político principal de que o Estado em Angola nasceu da acção de um nacionalismo bélico e continuou o seu processo de consolidação com a guerra civil. E porque a guerra na recente historiografia política de Angola explica muitos critérios de decisão política adoptados pela estrutura do poder para sobreviver à pressão internacional que se registou no período estudado.

Sendo o nacionalismo um produto do Ocidente a partir do qual se expandiu através do domínio euromundo do Estados-Nações da Europa, no âmbito do domínio colonial, em África constituiu o principal sentimento que motivou revoltas, fundamentou atitudes e em vários casos despoletou em violências praticadas contra o domínio e jurisdição europeus, para constituição de novos Estados no continente.

Se na Europa o processo evoluiu no sentido de a nação ser criadora do Estado e este, por sua vez, desenvolveu um nacionalismo em ordem à exaltação dos seus valores históricos e interesses nacionais; em África o processo foi inverso e teve variações de acordo com as especificidades de cada povo. Assim, o interesse dos impérios europeus por África e o domínio que ali se impôs suscitou o sentimento nacionalista que evoluiu como forma para a constituição de Estado soberano. Ou seja, é o nacionalismo que sustenta a luta para a conquista da independência, fundando o Estado para a partir deste pressuposto o poder constituído se desenvolver no sentido da sua defesa.

Foi com a Conferência de Berlim que, ao legitimar a ocupação efectiva que deu origem à divisão fronteiriça de África, definiu os termos jurídicos da extensão do Estado colonial para, a partir daí, se formarem as matrizes jurídico-administrativas em cada território por parte do império ocupante. Mas, tendo-se registado grandes querelas em torno deste objectivo entre os grandes poderes mundiais de finais do séc. XX, nomeadamente a Grã-Bretanha, Alemanha, França, Portugal e a Bélgica, o problema da delimitação das fronteiras foi colocado como o pressuposto fundamental, não só por questões políticas nas relações entre aqueles impérios, mas, principalmente, para lhes conferir direitos exclusivos de soberania nos territórios ocupados.

Portugal teve de negociar com a Bélgica, Grã-Bretanha e Alemanha para a fixação das fronteiras de Angola. Este acto afigurou-se para o asseguramento do seu direito e cumprimento da sua «missão civilizadora» em África de colonizar e administrar os territórios ultramarinos.

Por parte da sociedade angolana, ainda em formação, as primeiras camadas sociais de intelectuais começavam a dar sinais de contestação ao Poder Metropolitano, reivindicando as consideradas políticas excessivas de um centralismo administrativo, a partir de Lisboa, pensando assim a hipótese de uma autonomia da colónia de Angola. No princípio do séc. XX, as

políticas de Norton de Matos visaram efectivar esse centralismo, tendo originado reacções da ala progressista a exigir maior liberalização.

Para o despertar da consciência salienta-se o contributo afro-americano encabeçado entre outros por William Du Bois, que, depois da Primeira Guerra Mundial, se afirmou dando origem às correntes africanistas do Pan-africanismo, muito activas no período entre-Guerras, insurgindo-se contra a presença e domínio europeus em toda África. Estas ideias assentaram no continente por obra de activistas africanos como Kwame Nkrumah e Léopold Sédhor que desenvolveram com o seu dinamismo, respectivamente, o Pan-africanismo e a Negritude como valores africanos que tinham que sustentar os fundamentos da autodeterminação dos povos.

Este contexto geral das campanhas empreendidas como o sonho de projectar uma África colonizada para a África de Estados evoluiu com aqueles movimentos para a formação da consciência nacional e contribuiu para que, em Angola se comesasse a desenvolver o despertar dessa consciência. Por obra dos intelectuais da época, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, o amadurecimento da consciência nacionalista das elites luso-angolanas, por sua vez, evoluiu até ao aparecimento de várias formas de manifestos e protestos contra o Estado colonial em Angola. Depois da Segunda Guerra Mundial, registam-se tremendas mudanças a nível internacional, materializadas pelo novo ambiente político na arena global. A bipolarização do mundo acontece e caminha em simultâneo com o fenómeno da Guerra Fria, o surgimento da ONU imprime novas dinâmicas na forma como os Estados deviam relacionar-se e o domínio colonial passava a ser encarado como problema político balizado por um quadro jurídico constante na Carta das Nações Unidas.

Na senda da correlação de forças e entrando em jogo o confronto ideológico cujas potências definiam zonas de maior interesse geoestratégico, a África passava a figurar nestas rotas pelo que o problema angolano inseria-se cada vez mais na estratégia da persistência portuguesa em continuar a manutenção do império.

Assim, o início das independências na África subsaariana, na década de 50 do séc. XX, representou a constituição dos primeiros Estados que uma vez admitidos na Assembleia Geral da ONU elevariam o debate do problema colonial ao abrigo do art. 73º da Carta, numa onda de solidariedade pan-africana. A Conferência de Bandung, realizada em Abril de 1955, veio dar um ímpeto maior ao condenar toda a espécie de colonização europeia, fundamentando-se na Carta dos Direitos do Homem e exigindo assim o fim do imperialismo ocidental.

Na sequência deste clima político internacional, Portugal decidira prevalecer a sua política. Daí que, quando confrontado na Assembleia Geral da ONU, em 1955, afirmava que os territórios que possuía em África «eram independentes com a independência da Nação», afirmando-se alheia à colonização em África. Daí que com o início em Angola da revolução perpetrada pelos guerrilheiros, em 1961, com o início da luta armada, a declaração do Presidente do Governo, António de Oliveira Salazar, «para Angola já e em força» visou fazer vincar a determinação do regime na continuidade da luta pelo território.

A acção dos movimentos nacionalistas anti-coloniais pretendeu afirmar-se como resposta àquela persistência do regime do Estado colonial, o que levou estes movimentos a recorrer à força para lutar a favor dos seus ideais. Neste contexto, enquadra-se a pretensão levada a cabo por estas forças no sentido de terem mobilizado não só as massas populacionais, a nível interno, mas também a sua projecção externa que chegou a atrair as grandes potências a um envolvimento directo com apoios de toda a índole. Para esta mesma causa viriam contribuir também as igrejas, nomeadamente Católica e Protestante, em Angola, que se revelaram decisivas na forma como abordaram o problema colonial no seio das populações pela voz crítica de vários membros do clero.

Antes da insurreição armada, isto é, até 1961, a hipótese de instituir o Estado independente em Angola pela via da descolonização não fazia parte do debate político na sociedade portuguesa do tempo, nem mesmo na

oposição ao regime. Este debate passa a acontecer, como vimos, a partir de meados da década de 1960, com Mário Soares a assumir uma postura crítica contra o regime colonial, de grande influência até nos círculos internacionais.

Para a ideia de que o impacto deste nacionalismo revolucionário forçou a mudança de atitude no pensamento político das autoridades portuguesas face à gravidade da situação da luta pela independência, os três Movimentos de Libertação Nacional, MPLA, FNLA e UNITA, intensificaram a acção da guerra de libertação nacional, acreditando que dessa forma seria possível instituir um Estado soberano em Angola, separando-o do Estado colonial. Com as influências da conjuntura internacional, Portugal viu altamente pressionado, passando a admitir a ideia da descolonização, numa altura em que as manobras de sobrevivência do regime eram diminutas.

A análise de todos os seus pressupostos da defesa da soberania lusa em Angola conduz à ideia de que o reconhecimento do direito à autodeterminação e a ideia de que a solução do problema da luta pela independência não era militar mas política só foi equacionada quando a sociedade lusa entrou numa crise política mais profunda: em parte devido à ditadura do Estado Novo e, por outro lado, a intensidade do problema ultramarino.

Até ao início dos anos de 1970, a opinião pública portuguesa estava dividida entre os que tinham confiança numa solução política da guerra colonial e defensores da continuidade do regime em Angola, evitando a autodeterminação; e, doutro lado, os defensores da descolonização. Mas Portugal tinha também a noção da vasta onda nacionalista que se abatia sobre o resto da África já descolonizada. Como já referimos, na política internacional, o regime português enfrentava uma opinião pública favorável à descolonização, e o problema tinha um alcance menos manobrável nas Nações Unidas. Os movimentos nacionalistas aproveitando-se destas influências procuravam reforçar a sua pressão no teatro das operações motivados por todas as forças que iam a seu favor.

Historicamente, o 25 de Abril de 1974 marcou o ponto de viragem na política interna portuguesa e, consequentemente, a política ultramarina. A queda do regime em Portugal continental tinha tornado irreversível a mudança do sistema político português. A solução, em todas estas proporções, que a situação portuguesa em Angola tinha tomado, passava a ser de carácter negocial, chamando os movimentos independentistas para uma saída política do problema, o que durante mais de uma década não se considerava como hipótese. Chagava-se, por isso, às rondas negociais que juntaram todas as partes envolvidas na luta pela independência com o governo português, dando origem aos acordos de Alvor de 15 de Janeiro de 1975.

A grande questão residiu nos próprios movimentos independentistas. A falta de entendimento face ao ideal de independência em fase de concretização nos termos do Acordo de Alvor deveu-se à sua responsabilidade como clara manifestação de ambições do poder. Novas tentativas de resolver a crise levariam as três partes angolanas, MPLA, FNLA e UNITA, a negociarem o processo que produziu o acordo de Nakuru, de 21 de Junho 1975, o qual seria incapaz de impedir a proliferação de um conflito que provocou o fracasso definitivo do processo da descolonização, destruindo a normalidade com que este devia ser conduzido.

Os interesses unilaterais dos três movimentos nacionalistas ditaram o seu comportamento belicista, chegando a inviabilizar a transição pacífica de poderes. Foi determinante em todo este cenário o envolvimento das forças estrangeiras, nomeadamente, zairenses e sul-africanas, que motivadas pelas alianças com a FNLA e com a UNITA, respectivamente, digladiavam-se do norte ao sul com o objectivo de alcançar Luanda, o centro do poder, envidando todos os esforços para que tal fosse possível à data da independência, o que passava por derrotar o MPLA e expulsá-lo de uma área onde tinha considerável domínio. Diante da gravidade da situação, o recurso do MPLA ao apoio do exército cubano foi a decisão que completou o triângulo da internacionalização da guerra da independência de Angola.

O objectivo passava a ser a disputa pela capital, como centro do poder, para possibilitar a declaração formal da independência na hora exacta, 24h do dia 11 de Novembro. Quem iria consegui-lo? Os líderes dos movimentos independentistas tinham consciência de que, com suspensão do Acordo de Alvor e face à impotência de Portugal em restabelecer o equilíbrio de forças, quem vencesse a batalha da capital tinha o poder em sua posse e proclamava o Estado soberano.

Dos três movimentos independentistas em confronto, aquele que foi mais dominante porque contava a nível da sua localização geográfica com a acção da massa popular – o MPLA – conseguiu afirmar-se sobre os outros dois – FNLA e UNITA – e sagrou-se vencedor da batalha, proclamando assim a independência. Nascia, com este efeito, o Estado em Angola, a 11 de Novembro de 1975, e dava-se um novo processo da construção das novas instituições políticas. Para responder às exigências dos novos tempos e da conjuntura interna e internacional, o novo Estado definiu a sua política de Partido-Estado único.

Neste sentido, a construção do Estado saído de uma descolonização precipitada pela guerra entre movimentos independentistas cedo entrou num conjunto de vicissitudes que marcaram toda a fase que compreendeu a I República. Dadas as circunstâncias do seu nascimento, e tendo por base um processo por si já conturbado e cheio de complexidades, como foi possível perceber neste estudo, a situação que daí resultou não podia ser diferente daquela que marcou a primeira fase do Estado republicano – crise político-militar, crise económica e crise sócio-cultural – em várias frentes: a arena internacional e regional.

Este desprovido de todos os meios humanos, técnicos e materiais, para a consolidação das suas instituições e encetar o rumo equilibrado do desenvolvimento entrou, quase sem alternativas, na dependência dos seus aliados como forma de garantir a sua sobrevivência. O desaparecimento da FNLA da cena política, no início da I República reduziu o grau de

conflitualidade, mas a reorganização da UNITA na segunda metade da década de 70 do séc. XX revitalizou-o transformando-se numa guerra civil.

Isto causou profundas crises em várias dimensões da vida política nacional, o que em conformidade com a nossa investigação evidenciou a defesa do poder do Estado pelo Partido-Estado no governo. Mas, o peso da Guerra Fria engajou o partido único a confrontar-se com a oposição armada que lutava pelo direito de participação política e pela democracia.

O Estado era regido por um único partido, um Governo, longe de qualquer da coabitação e oposição políticas. Para garantir esta posição inabalável reforçou-se a identidade do partido que se autoidentificou como a «força dirigente da Nação angolana» inspirado na ideologia marxista-leninista que priorizava o poder popular e a acção das massas operárias camponesas. Esta construção da imagem do Partido-Estado recebeu a consagração constitucional, em 1977.

Com esta orientação ideológica, o Poder político passou a combater todas as forças sociais e a neutralizar as tendências contestatárias, de forma a consolidar a construção de «uma sociedade socialista» em que o Estado se identifica com o Partido. Também isto explica a conflituosidade do aparelho do poder com a Igreja Católica que, como vimos, foi a única instituição firme na defesa da paz, da justiça e do equilíbrio social. Sobre este ponto, nas nossas investigações analisámos os documentos dos Bispos angolanos, depoimentos de alguns membros da Conferência Episcopal, e concluímos que a Igreja se dedicou a apontar caminhos e soluções pacíficos que contemplariam o diálogo, resistindo a todos os ataques, mas firme nos seus ideais.

Num contexto político e ideológico onde todas as formas contrárias de opinião não podiam ser deixadas à solta, durante os dezasseis anos em que durou a I República, o Estado angolano, não permitiu que vozes não autorizadas falassem em nome da sociedade e da opinião pública nacional, controlando e reprimindo todas as formas de contestação. Somente com a viragem na política internacional, aos reflexos da queda do regime defendido

pelo bloco Soviético associaram-se esforços que estavam em curso por parte das autoridades angolanas que passaram a movimentar diplomacias ao mais alto nível para negociações tripartidas (Angola, África do Sul e Cuba), com os auspícios dos Estados Unidos e União Soviética, o que culminou com os acordos de Nova Iorque que determinaram a retirada de tropas estrangeiras e a independência da Namíbia.

Estavam abertos caminhos para mudanças profundas nas políticas do Partido-Estado angolano. Às tentativas negociais falhadas em Junho de 1989 seguiu-se a ronda negocial de 1991, e desta vez, com o envolvimento da diplomacia portuguesa. Tais entendimentos levaram a assinatura do Acordo de Bicesse, a 31 de Maio de 1991. Com estes acordos, o Estado angolano entrou numa fase nova da sua construção: a consagração do multipartidarismo e a democracia pluripartidária que levaram às eleições gerais de 29 e 30 de Setembro de 1992.

Como referimos na introdução, o trabalho desenvolveu-se dentro do tempo que vai de 1961 até ao ano de 1991. Concluímos que este período foi interessante na medida em representou para a política e relações internacionais de Angola o principal capítulo desta história, tendo coincidindo com o início e o fim do envolvimento directo em Angola da União Soviética que se afirmou como a potência que maior influência exerceu no processo da construção do Estado dirigido pelo aliado MPLA.

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

ABRANTES, José Mena (Org.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista – 1979/2004*, Vol. I, 1ª edição, Edições Maianga, 2004.

ABSHIRE, David M. e SAMUELS, Michael A., *Portuguese Africa, a Handbook*, London, 1969.

AGUIAR, Luiz, *O Livro Negro da Descolonização*, Editorial Intervenção, Lisboa-Braga, s/d.

AKE, Claude, *The Feasibility of Democracy in Africa*, Great Britain, 2003.

ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano: Séculos XIX e XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2000.

ALLUM, Percy, *State and Society in Western Europe*, Policy Press, Cambridge, 1995.

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa, *Cultura Tradicional Banta*, Edições Paulinas, Lisboa, 2006.

ALMEIDA, Eugénio da Costa, *Angola. Potência Regional em Emergência*, Edições Colibri, 2011.

AMARAL, Diogo Freitas do, *História das Ideias Políticas*, Volume I, Almedina, Coimbra, 2009.

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities*, London, 1991.

_____, *Comunidades Imaginadas*, Edições 70, Lisboa, 2005.

ANDRADE, Mário e OLLIVIER, Marc, *La guerre en Angola: Étude socio-économique*, Paris, 1971.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961 (Caminhos da memória)*, 1ª edição, Dom Quixote, Lisboa, 1997.

_____, *Liberté pour l'Angola*, Paris, 1962.

- ANSTEE, Margareth Joan, *Órfão da Guerra Fria, Radiografia do colapso do processo do processo de paz angolano*, 1992/93, Campo das Letras, Porto, 1997.
- ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar, o leão e a raposa*, Difusora Cultural, Lisboa, 1991.
- _____, *O Facto Africano 1890-1990*, Bertrand Editora, Lisboa, 1990.
- ARISTÓTELES, *Política*, (edição bilingue), Vega Universidades, Lisboa, 1998.
- ARRIFES, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2004.
- ARON, Raymond, *Paz e guerra entre as nações*, 2ª edição, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- _____, *In Defence of Decadent Europe*, London, 1996.
- _____, *Thinking Politically, a liberal in the Age of Ideology*, London, 1997.
- AVINERI, Shlomo, *O Pensamento Político e Social de Karl Marx*, Coimbra Editora, 1978.
- BAPTISTA, Eduardo Correia, *Direito Internacional Público, Vol. II (Sujeitos e Responsabilidade)*, Almedina, Coimbra, 2004.
- BARADAT, Leon B., *Political Ideologies, their Origins and Impact*, 6th edition, 1997.
- BATES, Robert H., *Prosperity and Violence: The Political Economy of Development*, second edition, New York-London, 2010.
- BARREIRA, Ramiro (Coord), *Angola, 30 anos*, Luanda, 2005.
- BENDER, Gerald J., *Angola sob o domínio Português: Mito e Realidade*, Lisboa, 1980.
- BEER, Max, *História do Socialismo e das Lutas Sociais: Da antiguidade aos tempos modernos*, Lisboa-Luanda, s/d.
- BENEMELIS, Juan F., *Castro – Subversão e Terrorismo em África*, Editora Europress, Odivelas, 1987.
- BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*, Vol 1 e 2, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1969.

- BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira, *Introdução à Ciência Política: Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 2002.
- BEST, Anthony et. al, *International History of the Twentieth Century*, Routledge, London, 2006.
- BIRMINGHAM, David, *Portugal e África*, 1ª edição, Vega, Lisboa, 2003.
- _____, *Kwame Nkrumah, the father of African nationalism*, Ohio University Press, 1998.
- BISSEL, Richard E. e RADU, Michel S., *Africa in the Post-Decolonization Era*, London, 1984.
- BOAHEN, A. Adu (Org.), *Historia General de Africa, Africa bajo el dominio colonial (1880-1935)*, Vol. VII, UNESCO, 1985.
- BRANDÃO, Fernando da Costa, *História Diplomática de Portugal: uma cronologia*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- BRANDON, Henry, *In Search of New World Order, The future of U. S. – European Relations*, Washington DC, 1992.
- BRÁSIO, A., *História e Missiologia*, Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1973.
- BRIDGLAND, Fred, *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, edição Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1988.
- BRITTEN, Victória, *Morte da Dignidade, a guerra civil em Angola*, Dom Quixote, Lisboa, 1999.
- BUCHMANN, Jean, *L'Afrique Noire Indépendante*, Paris, 1962.
- BUCHANAN, Allen E., *Marx and Justice, the Radical Critique of Liberalism*, London, 1982.
- CABRAL, Amílcar, *Nacionalismo e Cultura*, Edicións Laiovento, Galiza, 1999.
- CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1973.
- CAPITÃO, J. Pedro, *O Problema Colonial (notas para uma tomada de posição)*, Edição de Assírio e Alvim, 1974.

- CAPOCO, Zeferino, *D. Óscar Braga, Trinta Anos de Missão*, Lisboa, 2005.
- CARDOSO, Pedro (Dir.), *Atlas da Lusofonia – Angola*, Prefácio Editora, Lisboa, 2004.
- CASTRO, Luís Filipe de Oliveira e, *Anti-colonialismo e Descolonização (Ensaio)*, Lisboa, 1963.
- CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Dom Quixote, Lisboa, 1996.
- CARVALHO, Manuel Proença de, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, Quid Juris-Sociedade Editora, Lisboa, 2005.
- CARVALHO, Paulo de, *Angola. Quanto Tempo Falta para Amanhã?: Reflexões sobre as Crises Política, Económica e Social*, Edições Celta, Lisboa, 2002.
- CHABAL, Patrick, et. al, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, 2002.
- CLEMENTE, Manuel, *Os Papas do Século XX*, Paulus Editora, Lisboa, 2004.
- CONNOLLY, William E., *The Terms of Political Discourse*, 2nd edition, Oxford, 1983.
- COOPER, Frederick, *Africa Since 1940, The Past of the Present, New Approach to African History*, Cambridge University Press, 2002.
- CORREIA, Pedro de Pezarat, *Angola do Alvor a Lusaka*, Lisboa, Hugin Editores, 1996.
- CORREIA, Adérito e SOUSA, Bornito de, *Angola: História Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1996.
- COSTA, Pereira da, *Um Mês de Terrorismo (Angola, Março-Abril de 1961)*, Editorial Polis, 1969.
- COTTA, Gonçalves, *Grito de Angola: Carta aos senhores Kennedy e Khrutchev*, Lisboa, 1961.
- COUTROIS, Stéphane et. al, *O Livro Negro do Comunismo, Crimes, Terror e Repressão*, 4^a edição, Lisboa, 1999.

- CRAIG, G. A. e GEORGE, A. L., *Force and statecraft, diplomatic problems of our time*, 3rd edition, Oxford University Press, Oxford, 1995.
- DECRAENE, Philippe, *Le Panafricanisme*, Paris, 1961.
- DINH, Nguyen Quoc et. al, *Direito Internacional Público*, 2^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L., *Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey*, Longman, New York-London, 2001.
- DUVERGER, Maurice, *Los Partidos Políticos*, Madrid, 2002.
- ECO, Umberto e COSTA, Hamilton, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Editorial Presença, Lisboa, 2003.
- EGERTON, F. C. C., *Angola without Prejudice*, Lisbon, 1955.
- E. E. Evans e PRITCHARD, Fortes M., *Sistemas Políticos Africanos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d.
- E. H. Carr, *The Twenty Years' Crisis 1919 – 1939*, London, 2001.
- ELEY, Geoff e SUNY, Ronald Grigor, *Becoming National: A Reader*, Oxford University Press, 1996.
- ENDERS, Arnelle, *História da África Lusófona*, Edições Inquérito, Mem Martins, 1994.
- ENGLEBERT, Pierre, *Africa: Unity, Sovereignty, and Sorrow*, London, 2009.
- _____, *State Legitimacy and Development in Africa*, London, 2000.
- FANON, Frantz, *Em Defesa da Revolução Africana*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1980.
- _____, *Les damnés de la terre*, Paris, 1985.
- FERNANDES, António Teixeira, *A Sociedade e o Estado – Sociologia das Formações Políticas*, Edições Afrontamento, Porto, 1997.
- FERNANDES, António José, *As Relações Internacionais e Portugal (Da Europa do Mundo ao Mundo da Europa)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2008.
- FERREIRA, Manuel Ennes, *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-91)*, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1999.

FINER, S. E., *The History of Government from the Earliest Times, Empires, Monarchies, and the Modern State*, Volume III, Oxford University Press, 2003.

FONSECA, Isabel, *Da Luz às Luzes, Cultura e Nação*, Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

FONSECA, Ana Mónica, *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, Edição do MNE, Lisboa, 2007.

FOOT, Rosemary e HURRELL, Andrew – GADDIS, John Lewis, *Order and Justice in International Relations*, Oxford University Press, 2003.

_____, *A Construção de Estados, Governação e Ordem Mundial no Século XXI*, Gradiva, 1ª Edição, Lisboa, 2006.

FORTUNATO, José, *Angola: Documentos do MPLA*, Vol. I, 1977.

FRAY, Michael Graham, GOLDSTEIN, Erik, LANGHORNE, Richard, *Guide to international relations and diplomacy*, London-New York, 2002.

FREITAS, Amadeu José de, *Angola – O Longo Caminho da Liberdade*, Moraes Editores, Lisboa, 1975.

FUSI, Juan Pablo, *La Patria Lejana, el Nacionalismo en el siglo XX*, Taurus, Madrid, 2003.

GADDIS, John Lewis, *We now Know: Rethinking Cold War History*, Oxford University Press, 1997.

GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2003.

GELLNER, Ernest, *Encounters with Nationalism*, Blackwell, Oxford, 1997.

_____, *Nações e Nacionalismo*, 1ª edição, Lisboa, 1993.

GERVASE, Smith Clarence, *O Terceiro Mundo (1825-1975)*, Teorema Editora, Lisboa, 1985.

GOMES, Francisco Manuel, *Memórias de uma Guerra Inacabada: Portugal, os Estados Unidos e o Processo de Descolonização Angolano*, Edições Colibri, Lisboa, 2006.

GONÇALVES, António Custódio, *Tradição e Modernidade na (Re)Construção de Angola*, Ed. Afrontamento, Porto, 2003.

- GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Constitucional*, Vol. I, 2^a edição, Almedina, Coimbra, 2007.
- GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Almedina, 2005.
- GRAY, Richard, *The Cambridge History of Africa, Vol. 4 (1600-1790)*, Cambridge University Press, 1975.
- GUEDES, Armando Marques, *Entre Factos e Razões: Contextos e enquadramento da Antropologia Jurídica*, Almedina, Coimbra, 2005.
- _____, *Sociedade Civil e Estado em Angola, o Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ou outro?*, Almedina, Coimbra, 2005.
- _____, *O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos*, Estado, Sociedade Direito e Poder, Almedina, Coimbra, 2004.
- GUEDES, Armando Marques et. al, *Pluralismo e Legitimação, a Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola*, Almedina, Coimbra, 2003.
- GUEVARA, Gisela, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África (Finais do Século XIX e Inícios do Século XX)*, Edição do MNE, Lisboa, 2006.
- GUIMARÃES, Fernando Andresen, *The origins of the Angolan Civil War – Foreign intervention and domestic political conflict*, Macmillan, 2001.
- HAMPSHSHER, Iain, *A History of Modern Political Thought, Major political thinkers from Hobbes to Marx*, Blackwell, Oxford, 1992.
- HARVEY, Roy e BANNET, *The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents*, New York, 1972.
- HELD, David, *Models of Democracy*, 2nd ed. Cambridge, 2002.
- HEYWOOD, Andrew, *Politics*, Macmillan Press, London, 1998.
- _____, *Political ideas and concepts, An introduction*, Macmillan Press, London, 1994.
- HOBSBAWN, Eric J., *Nations and Nationalism since 1980, programme, myth, reality*, Cambridge University Press, 1991.
- _____, *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX 1914-1991*, Editorial Presença, 3^a Ed., Lisboa, 2002.

_____, *A Era do Capital 1848-1875*, Editorial Presença, 2ª edição, Lisboa, 1988.

_____, *A Era do Império 1875-1914*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1990.

HUIBREGTSE, Dr. P. K., *Angola, the Real Story*, s/d.

HUME, David, *Ensaio Morais, Políticos e Literários*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2002.

_____, *Tratados Filosóficos II: Dissertação sobre as paixões, Investigação sobre os Princípios da Moral*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P., *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, London, 2002.

HYDEN, Goran, *African Politics in Comparative Perspective*, Cambridge University Press, 2006.

ILIFFE, John, *Os Africanos, História dum Continente*, 1ª edição, Terramar, Lisboa, 1995.

JELLINEK, George, *Teoría General del Estado*, Editorial Albatros, Buenos Aires, s/d.

JIKA, *Reflexões sobre a Luta de libertação Nacional*, União dos Escritores Angolanos, Luanda, 1976.

JOELLE, Kuntz, *Les Fuzils et le Urnes*, ed. Denoel, Paris, 1975.

JOHNSON, Haynes, *In the Absence of Power, Governing America*, The Viking Press, New York, 1975.

JUDD, Peter, *African Independence, The exploding emergence of the new African Nations*, New York, 1963.

JÚNIOR, Miguel, *As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, 1º Exército Nacional (1975-1992)*, Prefácio Editora, Lisboa, 2007.

KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, (Tradução portuguesa de Artur Mourão), Edições 70, Lisboa, 1995.

KEATING, Michael, *The Politics of Modern Europe, The State and Political Authority in the Major Democracies*, 2nd edition, 1999.

- KELSEN, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, S. Paulo, 2005.
- _____, *Teoria Pura do Direito*, Almedina, 2008.
- KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. e STANLEY, Hoffman, *After Cold War, After Cold War: International Institutions and State Strategies in Europe, 1989 – 1991*, Harvard University Press, 1993.
- KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*, Vol. II, 3ª edição, Edições Europa-América, 2002.
- KIMBLE, George H. T., *Tropical Africa, Society and Polity*, Vol. 2, New York, 1960.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, 2ª edição, Gradiva, Lisboa, 2002.
- _____, *Anos de renovação*, 1ª edição, Gradiva, Lisboa, 2003.
- _____, *Precisará a América de uma política externa? Uma diplomacia para o século XXI*, 1ª edição, Gradiva, Lisboa, 2003.
- KNUTSEN, Torbjörn L., *A history of international relations theory*, 2nd edition, Manchester University Press, 1997.
- LARA, António de Sousa, *A Subversão do Estado*, ISCSP, Lisboa, s/d.
- _____, *Imperialismo, Descolonização e Dependência*, ISCSP, Lisboa, 2002.
- LAL, Deepak, *O Elogio dos Impérios, Globalização e Ordem*, edições Europa-América, Mira-Sintra, 2007.
- LITTLE, Richard e SMITH, Michael, *Perspectives on World Politics*, Third edition, 2006.
- LOCKE, John, *Questions Concerning the Law of Nature*, Cornell University Press, 1992.
- _____, *Dois Tratados do Governo Civil*, (Tradução portuguesa de Miguel Morgado), Edições 70, Lisboa, 2006.
- LOPES, José Alberto Azeredo, *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Universidade Católica Editora, Porto, 1999.
- LÓPEZZ, José Luís Cortés, *Historia Contemporánea de Africa* (Desde 1940 hasta nuestros días), Editorial Mundo Negro, 2ª edición, Madrid, 2001.
- MACHEL, Samora, *A Luta Continua: Antologia de discursos do Presidente da Frelimo*, Edições Afrontamento, Porto, 1974.

- MAGALHÃES, José Calvet, *Diplomacia Pura*, Bizâncio, Lisboa, 2005.
- MALTEZ, José Adelino, *Ensaio sobre o Problema do Estado, Tomo I, a procura da República Maior*, ISCSP, Lisboa, 1991.
- _____, *Ensaio sobre o Problema do Estado, Tomo II, Da razão de Estado ao Estado-Razão*, ISCSP, Lisboa, 1991
- MAQUIAVEL, *O Príncipe*, Guimarães Editores, 6ª edição, Lisboa, 1994.
- MARCOS, Daniel da Silva Costa, *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, edição do MNE, Lisboa, 2007.
- MARCUN, John A., *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, Vol. I, Massachusetts, 1978.
- _____, *The Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Vol. II, Massachusetts, 1976.
- MARQUES, Mário Reis, *Introdução ao Direito*, 2ª edição, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2007.
- MARX, Karl, *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*, Lisboa, 1993.
- _____, *O Capital*, Vol. I e II, Edições Delfos, Lisboa, 1974.
- MARX, K. e ENGELS, F., *Manifesto do Partido Comunista*, Edições Avante, Lisboa, 1975.
- MASSELMAN, George, *The Cradle of Colonialism*, Yale University Press, 1963.
- MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*, edições Asa, Lisboa, 2007.
- MATUMONA, Muanamosi, *Cristianismo e Mutações Sociais, Elementos para uma Teologia Africana da Reconstrução*, SEDIPU, Uíje, 2005.
- _____, *A Reconstrução de África na Era da Modernidade: Ensaio de uma Epistemologia e Pedagogia da Filosofia Africana*, SEDIPU, Uíje, 2004.
- _____, *Teologia Africana da Reconstrução como Novo Paradigma Epistemológico, Contributo Lusófono num Mundo em Mutação*, Roma Editora, Lisboa, 2008.

- MAYALL, James, *Nationalism and International Society*, Cambridge University Press, 1993.
- M'BOKOLO, Elikia, *África Negra. História e Civilizações, Tomo I – Até Século XVIII*, Editora Vulgata, 2003.
- _____, *África Negra. História e Civilizações, Tomo II – Do Século XIX aos nossos dias*, Edições Colibri, 2ª edição, 2007.
- MEDINA, Maria do Carmo, *Angola: Processos Políticos da Luta pela Independência*, Almedina, Coimbra, 2005.
- MELO, António et. al, *Colonialismo e Lutas de Libertação*, 1971.
- MENGISTEAB, Kidane e DADDIEH, Cyril, *State Building and Democratization in Africa, Faith, Hope, and Realities*, 1999.
- MESTRE, Tomás, *Africa como conflicto*, Madrid, 1968.
- MEZZAROBBA, Orides (Org.), *Gramsci, Estado e Relações Internacionais*, Florianópolis, 2005.
- MICHELS, Robert, *Para uma sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, Edições Antígona, Lisboa, 2001.
- MILHAZES, José, *Angola: o Princípio do Fim da União Soviética*, Vega, Lisboa, 2009.
- MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, Edições 70, Lisboa, 1999.
- _____, *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Edições 70, Lisboa, 1998.
- MINONGUE, Martin e MOLLOY, Judith, *African aims and attitudes, selected documents*, Cambridge University Press, 1974.
- MINTER, William, *Os Contrastes do Apartheid. As raízes da guerra em Angola e Moçambique*, edição do Arquivo Histórico de Moçambique, 1ª edição, 1994.
- MIRANDA, Jorge, *Formas e Sistemas de Governo*, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2007.
- MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2ª edição, ISCSP, Lisboa, 2001.

- MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis*, Livro XI, (Tradução portuguesa de Jean Melville), Editora Martin Claret, S. Paulo, 2003.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 4ª edição Almedina, Coimbra, 2002.
- _____, *Ciência Política*, 3ª edição, Almedina, Coimbra, 2006.
- _____, *O Novíssimo Príncipe*, Prefácio Editora, Lisboa, 2003.
- _____, *Direito Internacional Público*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 1983.
- MORGENTHAU, Hans J., *Politics among nations, the struggle for power and peace*, Brief edition, 1993.
- MUEKALIA, Jardo, *Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia*, Sextante Editora/Porto Editora, Porto, 2010.
- NETO, Agostinho, *Ensaio Biográfico*, Tomo II, Luanda, 2000.
- _____, *Sagrada Esperança*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1976.
- _____, *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, Edições Avante, Lisboa, 1978.
- NETO, António Agostinho, *Textos Políticos Escolhidos*, Luanda, 1985.
- NEVES, Fernando, *Negritude e Revolução em Angola*, edições ETC, Paris, 1974.
- NKRUMAH, Kwame, *I speak of freedom, a statement of African ideology*, 1961.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Dir.), *A Descolonização Portuguesa: Aproximação ao seu Estudo*, edição do Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, 1979.
- PACHECO, Carlos, *Repensar Angola*, 1ª edição, Vega, Lisboa, 2000.
- PADMORE, George, *Panafricanism ou Communism? La Prochaine Lutte pour l'Afrique*, Paris, Présence Africaine, 1960.
- PAIN, Rodrigo de Souza, *Por onde vão os angolanos? Os desafios da democratização e a importância da participação da sociedade civil angolana*, Universidade Cândido Mendes (CEAA/UCAM – RJ), s/d.
- PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa: White Man's conquest of*

- the Dark Continent from 1876 to 1912*, New York, 1992.
- PANICHAS, George A., *Modern Age, the First Twenty Five Years: A Selection*, Liberty Press, Indianapolis, 1988.
- PATERSON, Thomas G. et al, *American Foreign Relations, A History to 1920*, Vol. 1, 5th edition, New York, 2000.
- PAVIA, José Francisco (Coord.), *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Quid Juris, Lisboa, 2011.
- PEDRO, A. M., *As Missões Ultramarinas*, Sociedade de Geografia, Lisboa, 1970.
- PELLISTRANDI, Benoît, *As Relações Internacionais de 1800 a 1871*, Edições 70, Lisboa, 2000.
- PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, 3^a edição, Almedina, 2009.
- PIMENTA, Fernando Tavares, *Branços de Angola, Autonomismo e Nacionalismo (1900 – 1961)*, 1^a edição, Minerva, Coimbra, 2005.
- _____, *Angola, os Brancos e a Independência*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2008.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos Africanos*, 2^a edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008.
- PINTO, Maria do Céu, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz*, Almedina, Coimbra, 2007.
- POTHOLM, Ch. P. e DALE, Richard, *Southern Africa in perspective, essays in regional politics*, New York, 1972.
- POSSETI, Vittorino, *A Boa Sociedade: sobre a Reconstrução da Filosofia Política*, Lisboa, 1986.
- PRADOS, Alfredo Cruz, *El Nacionalismo: una Ideología*, Tecnos, Madrid, 2005.
- PRUNIER, Gérard, *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, London, 2002.
- QUEIRÓS, Manuel (Dir.), *Textos do MPLA sobre a Revolução Angolana*, 1965.

- QUINTINHA, Santana, *O Terrorismo e os Partidos Subversivos no Ultramar Português*, Lisboa, 1973.
- QUIVY, Raymond, *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva, Lisboa, 1998.
- RANDAR, Vicky, *Political parties in the third world*, Sage Publications, London, 1988.
- RAY, J. Lee e KAARBO, Juliet, *Global Politics*, 8th edition, Boston-New York, 2005.
- RÉMOND, René, *Introdução à História do nosso Tempo, do Antigo Regime aos nossos Dias*, Gradiva, Lisboa, 2002.
- RIBEIRO, Orlando, *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1978.
- RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, Inquérito, 2002.
- ROBERTS, J. M., *História do Século XX*, Volume I, Editorial Presença, Lisboa, 2007.
- ROCHA, Edmundo, *Angola – Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Angolano (Período de 1950-1964), Testemunho e Estudo Documental*, Lisboa, 1999.
- ROCHA, J. Marques, *A Descolonização, 24 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975. Os Mensageiros da Guerra – Angola*, Edição Grafibraga, 1^a edição, Braga, 2002.
- RODNEY, Walter, *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Serra Nova, Lisboa, 1975.
- RODRIGUES, Eugénia, *A Geração Silenciada. A Liga Nacional Africana e a Representação do Branco em Angola na Década de 30*, Edições Afrontamento, Porto, 2003.
- ROQUE, Fátima Moura, *Construir a Paz em Angola*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2000.
- _____, *África, a NEPAD e o Futuro*, Texto Editores, 1^a edição, Luanda, 2007.

- ROTBURG, Robert I., *A Political History of Tropical Africa*, New York, 1965.
- ROUSEAU, Jean-Jacques, *Contrato Social*, (Tradução portuguesa de Manuel João Pires), Lisboa, 1973.
- SAKALA, Alcides, *Memórias de um Guerrilheiro*, 3ª edição, Dom Quixote, Lisboa, 2006.
- SALAZAR, Oliveira, *Posição portuguesa em face da Europa, da América e da África*, Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, 1959.
- SANTOS, António de Almeida, *15 meses no Governo ao serviço da descolonização*, Edições ASA, Porto, 1975.
- SANTOS, Eduardo dos, *Panafricanismo de ontem e de hoje*, edição do autor, Lisboa, 1968.
- _____, *Negritude e Luta pelas Independências na África Portuguesa*, Editorial Minerva, 1ª edição, Lisboa, 1975.
- _____, *Ideologias Políticas Africanas*, Lisboa, 1968.
- SANTOS, Fernando Barciela, *Angola, na hora da descolonização*, Lisboa, 1975.
- SANTOS, José Cassanji, *Repensar o Homem na Angola do séc. XXI, Uma Antropologia em Perspectiva*, Editora Chá de Caxinde, Luanda, 2009.
- SANTOS, Martins dos, *A História de Angola através dos seus personagens principais*, Lisboa, 1967.
- SCHNEIDMAN, Witney W., *Confronto em África, Washington e a queda do Império Colonial Português*, edição Tribuna da História, Lisboa, 2005.
- SCHULZE, Hagen, *Estado e Nação na História da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1997.
- SENGHOR, Léopold Sédar, *Negritude et Civilization de Universel*, Éditions du Seuil, Paris, 1974.
- _____, *Nation et voie africaine du socialisme*, Éditions du Seui, Paris, s/d.
- SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de um Nação, um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*, Edições Kilombelombe, Luanda, 2008.
- SERRA, Antonio Truyol y, *La Sociedad Internacional*, Alianza Editorial, Madrid, 2006.

- SIERRA, Lázaro Cádenas, *Angola e África Austral, Apontamentos para a História do Processo Negocial para a Paz (1976-1992)*, 1ª edição, Mayamba Editora, Luanda, 2010.
- SILVA, Carlos C. L. Mota e CORREIA, José de Matos (Org.), *Estudo Comemorativo dos 15 Anos de Licenciatura em Relações Internacionais*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2002.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política I e II*, Lisboa, 2004.
- SKINNER, Quentin, *The Foundations of Modern Political Thought, Volume I: The Renaissance*, Cambridge University Press, 1996.
- _____, *The Foundations of Modern Political Thought, Volume I: The Age of Reformation*, Cambridge University Press, 1998
- SKINNER, Quentin e STRATH, Bo, *State and Citizens, History, Theory, Prospect*, Cambridge University Press, 2003.
- SMITH, Anthony D., *The National Identity*, London, 1991.
- _____, *A Identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa, 1997.
- _____, *Nacionalismo*, Edições Teorema, Lisboa, 2001.
- _____, *Nationalism and Modernism*, Routledge, London, 1998.
- SMITH, B. C., *Understanding third world politics, theories of political change & development*, 2nd edition, Palgrave, London, 2003.
- SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, 4ª edição, Coimbra Editora, 1996.
- SOMERVILLE, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*, London, 1986.
- SOUSA, Marcelo Rebelo, *Direito Constitucional (Introdução à Teoria da Constituição)*, Braga, 1979.
- SPÍNOLA António de, *Ao Serviço de Portugal*, Edições Ática/Bertrand, Lisboa, s/d.
- _____, *Portugal e o Futuro, Análise da Conjuntura Nacional*, Arcádia, Lisboa, 1974.
- _____, *País sem Rumo, Contributo para a História de uma Revolução*, SCIRE, 1978.

- STAAR, Richard F., *Year Book on International Communist Affairs 1977*, Hoover Institution Press, California, 1977.
- STEBBINS, Richard P., *The United States in World Affairs*, New York, 1962.
- STILWELL, Peter, *Caminhos de Justiça e de Paz: Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, 4ª edição, Rei dos Livros, 2002.
- STOCKWELL, John, *A CIA contra Angola*, Luanda, 1979.
- TALI, Jean-Michel Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977): Ensaio de história política*, IIº Vol., Luanda, 2001.
- TAYLOR, Philip M., *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*, London, 2002.
- THOMAS, Nicholas, *Colonialism's Culture, Anthropology, Travel and Government*, Polity Press, Cambridge-Oxford, 1994.
- THOMSON, Alex, *An Introduction to African Politics*, 2nd edition, Routledge, London, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da democracia na América*, 1ª edição, Principia, Cascais, 2001.
- TUTU, Desmond, *No future without forgiveness*, London, 1999.
- UNGER, Roberto Mangabeira, *Knowledge and Politics*, London, 1984.
- VAÏSSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, Edições 70, Lisboa, 2005.
- VALAHU, Mugur, *Angola, Chave de África*, Lisboa, 1968.
- VALENTIM, Jorge, *1954/1975 Esperança, época de Ideias da Independência e Dignidade*, Editorial Nzila, Luanda, 2005.
- _____, *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional: de Gbadolite a Bicesse (1989-1992)*, Mayamba Editora, Luanda, 2010.
- VENANCIO, José Carlos, *O Facto Africano, Elementos para uma Sociologia de África*, Vega, 2000.
- VAZ, Carmo (Dir.), *Angola rumo à independência: o governo de transição (documentos e personalidades)*, Livrangol Editores, Luanda, s/d.

- VICENT, Andrew, *Modern Political Ideologies*, Blackwell, Oxford, 1993.
- VILE, M. J. C., *Constitutionalism and the Separation of Powers*, 2nd edition, Indianapolis, 1998.
- VINÍCIOS, M. e SALDANHA, M. J., *Jonas Savimbi, um desafio à ditadura comunista em Angola*, 2^a edição, edições Armasilde, Amadora, 1977.
- WAALS, Ws van Der, *Portugal's War in Angola 1961-1974*, Rivonia, 1993.
- WATSON, A. Cynthia, *Nation-Building. A Reference Handbook (Contemporary World Issues)*, California, 2004.
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, 1^a edição, Lisboa, 2009.
- WOOD, A. J. R. Russell, *Um Mundo em Movimento, os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Difel, 1998.
- WRIGHT, George, *A destruição de um país, a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*, Editorial Caminho, Lisboa, 2001.

CONTRIBUIÇÕES EM MONOGRAFIAS

- ARAÚJO, Raul, *Evolução Constitucional e a Justiça em Angola*, in SANTOS, Boaventura de Sousa e VANDUNEN, José Octávio Serra (Orgs.), *Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2012.
- PINTO, Jaime Nogueira, *A Guerra Civil Angolana (1975-2002) – Síntese Político Militar*, in MOTTA, Carlos C. L. e CORREIA, José De Matos, *Estudos Comemorativos dos 15 anos da Licenciatura em Relações Internacionais*, Volume I, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2001.
- MENDES, Nuno Canas, *A Construção do Nacionalismo Timorense*, in GUEDES Armando Marques e MENDES, Nuno Canas (eds.), *Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste*, Edição MNE, Instituto Diplomático, Lisboa, 2005.
- GUEDES, Armando Marques, *As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na Política Externa de Angola, 1975-2002*, In PAVIA, José

Francisco (Coord.), *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Quid Iuris, Lisboa, 2011.

GUEDES, Armando Marques et. al, *Pluralismo e Legitimação, a Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola*, Almedina, Coimbra, 2003.

MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto, (Coord.), *Legado Político do Ocidente: O Homem e o Estado*, Vol. VIII, Estratégia, Lisboa, 1995.

TESES

CAPOCO, Zeferino, *O Nacionalismo Africano como Paradigma do Independentismo Angolano (1945-1975)*, (Tese de Mestrado), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2007.

LEAL, Ernesto S. Mesquita, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens Simbólicas, Ideológicas e Políticas do Estado Novo (1890-1940)*, (Tese de Doutoramento) Lisboa, 1997.

MACHETE, Pedro, *Estado de Direito Democrático e Administração Paritária*, (Dissertação de Doutoramento), Almedina, Coimbra, 2007.

MOREIRA, Américo Montes, *The Role of Marxism in the Anti-Colonial Revolution in Black Africa* (Tese de Doutoramento), Boston College, 1989.

NEVES, António Manuel dos Santos Sousa, *Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola 1989-2002*, (Tese de Doutoramento) Universidade Lusófona de Lisboa, 2011.

RIZZI, Kamilla Raquel, *Relações Brasil-Angola no pós Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral* (Tese de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2005.

ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

- CAPOCO, Zeferino, *Origem do Nacionalismo Anti-colonial em Angola: Da Primeira Guerra Mundial à década de 1950*, in MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (Coord.) *Estratégia*, Vol. XIX, Lisboa, 2010.
- FELGAS, Major Hélio, *Alguns aspectos dos acontecimentos no norte de Angola*, in *Revista Militar*, nº 11.
- MELO, Ovídio de Andrade, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, In *Comunicação & política*, Vol. VII, n. 2.
- MONTEIRO, António, *Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana*, in *Negócios Estrangeiros*, nº6, Dezembro de 2003.
- MONTEIRO, Fátima, *A Génese do Estado-Nação em Angola*, in *Respublica* (Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais), nº 3, 2005.
- MURAPA, Rukudzo, *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e económica*, in *Impulso* nº 31, UNIMEP, S. Paulo, Julho/2002.
- VIANA, Suhayla Mohamed Khalil, *A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos*, In *Revista África e Africanidades* - Ano I – nº 3 - Nov. 2008.
- BARREIRA, Ramiro (Coord.), *Angola, 30 anos*, 2005.
- SENGHOR, Léopold Sédar, *Negritude et Civilization de l'Universel*, in *Presence Africaine*, Paris, Vol. XLVI, 2º trimestre, 1963.

SÉRIES MONOGRÁFICAS

- COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 1º Volume (1940-1966), Edição CDIH, Luanda, 2008.
- COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DO MPLA, *História do MPLA*, 2º Volume (1967-1976), Edição CDIH, Luanda, 2008.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA, *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*, 1º Vol., Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1988.

GRUPO DE PESQUISA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA, *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, Instituto de Democracia e Liberdade, Vol. 2, Lisboa, 1979.

COMUNICAÇÕES E ACTAS DE CONGRESSOS

NETO, Agostinho, *Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA*, edições Avante, Lisboa, 1978.

MATIAS, Alm. Nuno Vieira, *De Westfália a Nova York, um longo caminho para a paz, (conferência proferida na XIV International Annual Meeting in Political Studies, Cascais, 29 de Junho de 2006)*.

PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

Boletim Semanal do MPLA Nº 8 – 13 de Outubro de 1962.

Le Courier D’Afrique, 31 de Março e 1 de Abril de 1962.

O Eco d’África, Folhetim nº 8

O Negro, nº 1, 21 de Março de 1911.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

Acordo de Alvor, 15 de Janeiro de 1975.

Carta da Organização das Nações Unidas, S. Francisco, 1948.

Carta da OUA, Addis Abeba, 1963.

Decreto-Lei nº 30207, de 5 de Maio de 1941.

Decreto nº 1-A/75 de 3 de Fevereiro, *Boletim Oficial de Angola*, I Série, nº 28, Suplemento da mesma data.

Lei Constitucional de 1975.

Lei Constitucional de 1978.

Lei n. 12/91, de 6 de Maio.

Lei Constitucional de 1991.

Lei Constitucional de 1992.

Constituição da República de Angola de 2010.

Resolução 180 de 31 de Julho de 1963 do Conselho de Segurança da ONU.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 567/60-GU.

INF. N° 631/61-GU.

INF. N° 448/60-GU.

INF. N° 561/60-GU.

INFORMAÇÃO N° 1039/61-GU.

AN/TT, Arquivo Salazar, AOS/CO/UL – 32A1.

AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 448/60-GU.

AN/TT, Arquivo Salazar, 4ª sub. AOS/CO/UL-30D.

AN/TT, Arquivo Salazar, INF. N° 352/62-GU.

AN/TT, Arquivo Salazar, 26ª AOS/CO/UL-30D.

AN/TT, Arquivo Salazar, 38ª AOS/CO/UL-30D.

SÍTIOS NA INTERNET

<http://www.unimep.br/> (acesso em 10.12.2012).

DICIONÁRIOS

BOBBIO, Norberto et. al, *Dicionário de Política*, Dinalivro Universidade de Brasília, Vol. I, Brasília, 2004.

EVANS, Graham e NEWNHAM, Jeffrey, *The Penguin Dictionary of International Relations*, London, 1998.

HILLMANN, Karl-Heinz, *Dicionário Enciclopédico de Sociologia*, Barcelona, 2001.

SOUSA, Fernando de (Dir.) *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, 2005.

Enciclopédia Brasileira de Mérito, S. Paulo, Vol. 13, 1958.

DOCUMENTOS ECLESIAIS

Da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé):

Carta Pastoral no Cinquentenário de S.ta Teresa do Menino Jesus como Padroeira das Missões, Lubango a 14. 12. 1977.

Carta Pastoral-Reflexão Pastoral Dez Anos após a Independência (Firmes na Esperança), Luanda, 27. 02. 1986.

Nota Pastoral sobre a Reconciliação, Luanda, 17. 02. 1984.

Da CEP (Conferência Episcopal Portuguesa):

Anuário Católico do Ultramar Português, 1964.

LEÃO XIII, *Carta Encíclica Rerum Novarum*, 1891.

NASCIMENTO, Alexandre Cardeal do, *Apresentação*, in CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ (CEAST), *Igreja em Angola entre a Guerra e a Paz (Documentos Episcopais 1974-1998)*, Luanda, 1998.

ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS

Adriano Moreira – Lisboa, 3 de Fevereiro de 2011. Ministro do Ultramar (1961-62). Professor universitário do IEP da Universidade Católica Portuguesa e Presidente do Conselho Nacional da Avaliação do Ensino Superior.

Armando Marques Guedes – Lisboa, 2 de Fevereiro de 2011. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Assunção dos Anjos – Luanda, 1 de Dezembro de 2011. Ministros das Relações Exteriores de Angola (2008-2011). Declarações ao programa Manhã Informativa da RNA, Luanda, 1 de Dezembro de 2011.

Francisco Ramos da Cruz – Luanda, Dezembro de 2011. Docente universitário. Comentários ao programa *África Magazine* (análises políticas) conduzido pelo Jornalista Amílcar Xavier da Rádio Nacional de Angola.

Jaime Nogueira Pinto – Lisboa, 31 de Janeiro de 2011. Professor Doutor do ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa.

Marcolino Moco – Angola (Lobito), 21 de Setembro de 2011. Primeiro-ministro de Angola (1992-1997). Actualmente, é Professor universitário da Universidade Lusíada de Angola em Luanda.

Luís Neto Kiambata – Luanda, 2011. Antigo Embaixador de Angola em países como a Zâmbia, Grã-Bretanha, etc. Entrevista por Amílcar Xavier, no programa *África Magazine* (análises políticas) da Rádio Nacional de Angola.

ANEXOS

Documentos históricos relativos ao período abordado

Introdução

Os anexos que se seguem são documentos que têm uma importância histórico-política fundamental no período estudado. Serviram-nos para enquadrar aspectos desenvolvidos na dissertação o que confere um carácter documental a muitos dos factos analisados.

Podemos agrupá-los de acordo com a estrutura do trabalho, isto é, obedecendo a forma como foram tratados nos respectivos capítulos.

Assim, os anexos 1 a 4 apresentam-se como documentação sobre o problema do nacionalismo, marcando a primeira fase da luta pela independência e soberania do Estado em Angola, questões abordadas no primeiro e segundo capítulos do trabalho. São visíveis as diversas reacções suscitadas sobre o problema colonial, pelo que a documentação reflecte as acções empreendidas no quadro do confronto com poder português.

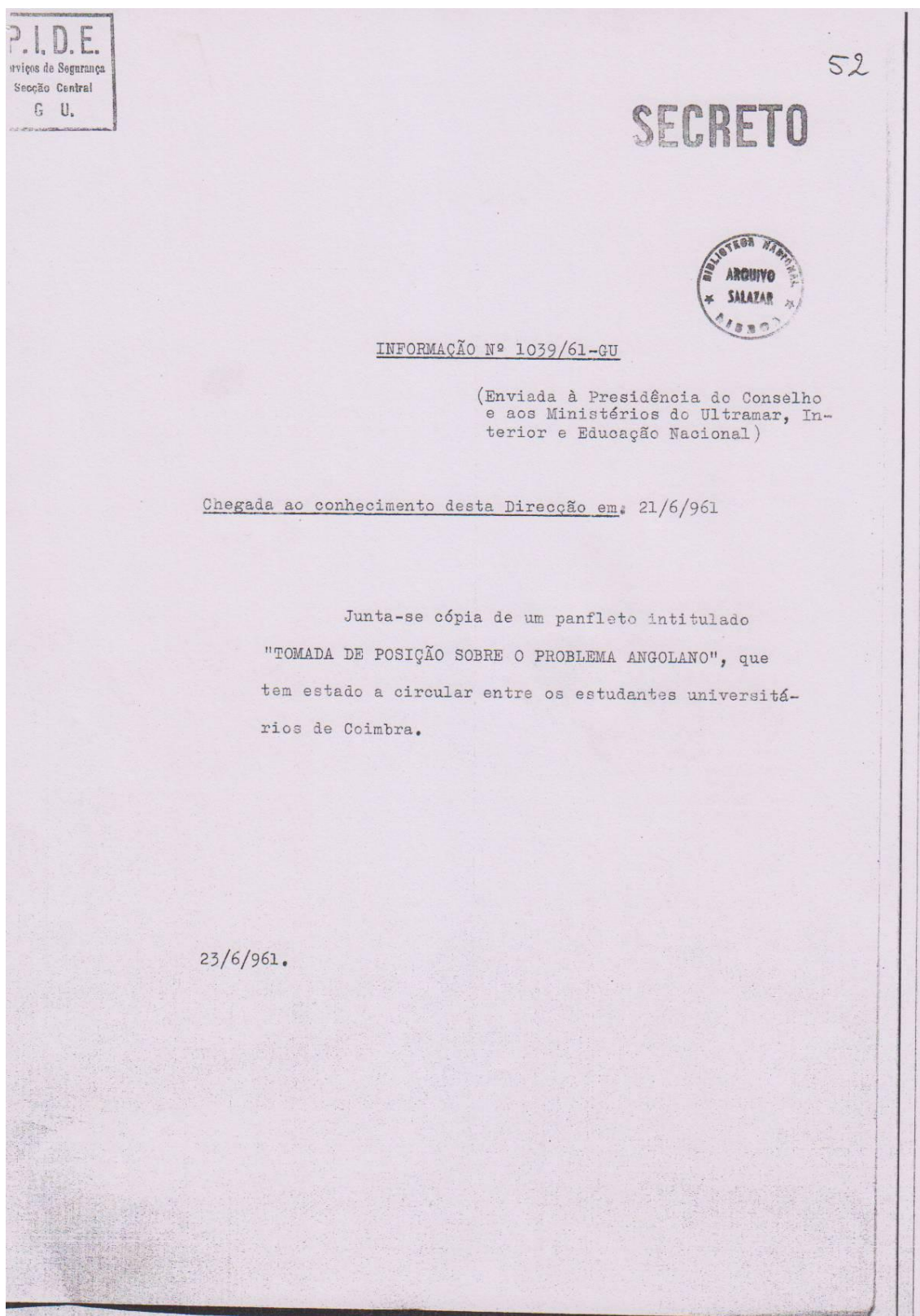
O anexo 5 é sobre o primeiro acordo de paz (designado Acordo de Alvor de 15 de Janeiro de 1975) entre o Estado Português e os Movimentos Nacionalistas angolanos relativo ao processo da descolonização e independência de Angola, questão analisada no segundo capítulo da dissertação.

Como foi demonstrado, o Acordo de Alvor constitui o primeiro instrumento legal sobre a hipótese de instituir o Estado em Angola, resultando do reconhecimento, por parte do Estado Português, do direito de soberania angolana, o que viabilizou o nascimento de Angola como Estado soberano com a independência de 11 de Novembro de 1975.

Finalmente, os anexos 6 a 8 foram abordados no terceiro capítulo da dissertação, e inserem-se no contexto político da construção do Estado angolano em estado de guerra civil na qual a intervenção externa foi um facto. Para a resolução do conflito a nível regional houve a necessidade de usar os meios diplomáticos que puseram em negociações três países principais: Angola, África do Sul e Cuba, como se pode ver nos anexos 6 e 7.

Anexos 1

Tomada de posição sobre o problema angolano





53
SECRETO

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O PROBLEMA ANGOLANO

A razão do aparecimento do presente documento é, antes de qualquer outra, a necessidade urgente de falar e discutir o problema angolano. A impossibilidade de haver um debate público na Imprensa e a repressão sobre qualquer tentativa de reunião em que se esclarecessem as atitudes e definissem livremente as posições tornam o manifesto o único recurso para todos aqueles que tenham saber dos factos e interpretações além das notícias oficiais e das versões internacionalmente viciosas de uma imprensa corrupta e venal. Informações como as de que os levantamentos são unicamente originados por elementos estrangeiros infiltrados em território nacional e simultaneamente as do desmantelamento de células agitadoras em Luanda, Malange, Uíge, Cabinda, Huambo, Benguela, Silva Porto, notícias como as de que o movimento de libertação é de nítida influência comunista e ao mesmo tempo as da prisão de vários sacerdotes católicos e pastores protestantes como inspiradores da luta são, no todo, reveladoras do tipo de crédito que merecem os órgãos da imprensa e outros meios de informação nacionais.

Este documento é um contributo para a desmistificação da guerra em Angola e uma proposta para que todos os Portugueses verdadeiramente honestos façam, agora e já, uma análise tanto quanto possível fria e rigorosa de um problema que é nacional, não apenas pelas suas consequências materiais como pôr em jogo a consciência de toda a Nação. As conclusões apresentadas parecem-nos ser as basicamente possíveis e defensáveis. No entanto achamos que elas não devem ser aceites nem incondicionalmente nem de forma apaixonada, sem que haja uma reflexão prévia para que uma vez tomada a decisão, ela o seja em toda a sua gravidade consciente e responsável e desde logo preparada para os sacrifícios que nos vão ser exigidos.

A responsabilidade nacional no que respeita ao colonialismo é um facto que não é possível excluir e de que não nos podemos esquecer.

- A responsabilidade é nacional na medida em que embora conhecendo o erro, a tortura ou a exploração, os não denunciámos mais cedo e relegámos para um futuro indeterminado a sua eliminação.
- A responsabilidade é nacional na medida em que todos, em maior ou menor grau, aproveitámos a exploração das colónias quer pelo jogo do sistema económico nacional quer pela incentivada fixação de colonos cujo futuro depende também da solução justa que é forçoso encontrar.
- A responsabilidade é nacional na medida exacta em que somos responsáveis pela ainda-existência de um regime que nos impede qualquer possibilidade de participação na gestão dos nossos interesses e que, neste caso, age contra a consciência e vontade nacionais.

A exploração económica agravada por injustificáveis privilégios e benefícios concedidos a escasso número de grandes empresas, a analfabetização para além do limite mais complacente, a fome específica através da obrigatoriedade de culturas industriais em regime de monocultura e o trabalho forçado foram outras tantas armas para submeter as aspirações naturais e permanentes das populações africanas de que a actual



crise é reflexo. A agitação em Angola - como nas outras colónias não é portanto nem momentânea nem inesperada como se pretende fazer acreditar. Pelo contrário, tem de ser considerada como uma fase aguda de uma situação que se arrasta e que era perfeitamente previsível.

Os resultados da tensa situação em Angola tornaram-se patentes em Fevereiro deste ano quando os locais de Luan-da em que estavam detidos os presos políticos foram atacadas simultaneamente. Atribuídos os ataques pelas entidades oficiais a um esforço desesperado - tão desesperado quanto irrelevante - de elementos vindos do exterior estas mais graves perturbações vieram desmentir o falso clima de paz e harmonia de cuja existência efectiva não se permite a ninguém duvidar, sob pena de acusação de traição e conivência com inconfessáveis interesses. Com efeito em meados de Março deu-se levantamento geral de extensas zonas do Congo, Quanza Norte e Malange com ramificações espalhadas pelo território angolano.

Perante a impossibilidade de manter a manipulação arbitrária da informação, até pelos fortes protestos da população branca chocada com a falsidade das notícias, os jornais tiveram então que reflectir melhor a realidade. Deste modo puderam chegar até às descrições de ataques em massa de que participaram inclusivamente mulheres e crianças, cercos a grandes centros de população de origem europeia, notícias, de recontros; recontros em que pareceram centenas de pessoas e de prisões nos mais diversos povos de Angola, dando-se assim ao movimento o seu carácter de insurreição geral pela permanência do regime colonialista. Esta é de facto a hora de (segue-se uma linha ilegível) inovação do nosso tempo. É do conhecimento comum que há toda uma galeria de figuras mistóricas, muitas delas ainda recentes, que se arvoraram a esta posição exactamente por que se empenharam em difíceis e prolongadas campanhas tendentes a esmagar pela força a resistência dos povos negros ao domínio português. O que é novo na história é a progressiva caminhada do Continente Africano para a emancipação política e o apoio moral e material que esses mesmos povos podem encontrar nas grandes correntes que modelam a marcha dos acontecimentos mundiais.

Em segundo lugar, se alguma coisa se fez de bom, se há legítimos interesses humanos - que não só os da população branca - a acautelar, nada pode justificar os erros cometidos, muitos dos quais têm sido reforçados de alguns anos a esta parte. A chocante desigualdade de oportunidades que pendem exclusivamente a favor dos elementos de origem europeia, a constante violação dos direitos humanos, nomeadamente nos capítulos de desenvolvimento das formas culturais próprias e do acesso aos benefícios da instrução, da participação responsável na vida política e social, do trabalho e da assistência, em síntese, as limitações e atentados que caracterizam toda a política colonialista teriam forçosamente de conduzir a um levantamento geral.

Afirma o Presidente do Conselho que do Minho a Timor tudo são províncias, partes indiferenciadas de um mesmo todo. Os dissemelhantes estatutos jurídico, político e económico aplicáveis à Metrópole e ao Ultramar fazem deste argumento um artifício legal sem correspondência na realidade sociológica. De resto, assim o comprovou o próprio Governo porque a altera-



54
SECRETO

- 3 -

ção constitucional da denominação de "colónia" para a de "provincia ultramarina" não foi acompanhada de consequências práticas. É esta também a interpretação dos mais diferentes países, vindos de todos os quadrantes e posições, alguns dos quais com responsabilidades bem maiores que as de Portugal na pretensa defesa daqueles interesses que orientam o Governo. Ou alguém poderá aceitar a alternativa de que, neste problema, apenas Portugal, a Espanha e a União Sul Africana se encontram do lado da verdade, assediadas pela má fé de todo o resto do mundo?

Postas estas questões que nos permitem definir a conjuntura, vejamos agora um problema extraordinariamente delicado que ameaça comprometer as bases morais em que se alinha a solidariedade nacional. Não é segredo para ninguém que a repressão dos levantamentos vem sendo acompanhada de liquidações em massa. Evitar a perda de vidas humanas rodeando a descolonização das necessárias garantias parece-nos certo. Agora que o Estado se transforme em organizador ou em impulsionador de práticas de genocídio e tortura já nos parece tratar-se de inadmissível via que só pode ter como resultado o guindar Portugal a uma nova Alemanha Nazi, no que ela teve de mais condenável.

Sabemos por exemplo que junto do cemitério de Luanda, a quando dos acontecimentos de Fevereiro, se deram cenas indescritivas em que foram massacradas, pessoas vítimas de uma explosão racial unicamente por serem negras. O governo, através da imprensa referiu-se-lhes vagamente chamando-lhes "desmandos da população branca", sem se ter preocupado em esclarecer a opinião pública do apuramento de responsabilidades. Ainda em Fevereiro, na zona da cultura do algodão na Baixa do Cassange, a Força Aérea bombardeou aldeias inteiras, sem razão justificativa, morrendo centenas de negros. Este facto foi referido numa nota do Ministério do Ultramar na qual se dava conta nessa região de incidentes classificados como lutas inter-tribais.

A aceitação negligente das versões oficiais transfere para a responsabilidade da Nação actos que vêm saldando pelo extermínio sistemático de populações inteiras.

Um outro aspecto da oficialização do assassinio organizado é a legislação que regulamenta as milícias civis, a qual isenta os possíveis autores de crimes da total responsabilidade dos seus actos. Assim pode-se ler, no decreto-lei nº 43568, que institucionaliza a criação de corpos voluntários em todas as Colónias Portuguesas e publicado no Diário do Governo I série, nº 72 de 28/3/61:

Art. 24 § único. Quando os meios de defesa empregados forem excessivos, ou se tiver havido provocação por parte do voluntário que se defende, mas insuficiente para razoavelmente justificar a agressão ou se a defesa se realizar depois da agressão consumada, ainda que não haja receio de nova agressão poderá o voluntário ser isento de pena se proceder num estado de exaltação desculpável.

Art. 25 § único. Se houver excesso na execução por motivo de exaltação desculpável poderá o voluntário ser isento de pena.



A reprovação e o desgosto que o povo português sente pela crueldade de certos acontecimentos não pode ser tomada como indicação de que está tácitamente aprovado e justificado o desprezo pelas mais elementares normas de conduta humana.

Como civilizados que somos não nos pode ser perdoada, e não nos podemos perdoar a nós próprios, a matança ainda que legalizada e a tortura ainda que oficialmente aceite.

Faça a tais ordens grandes sectores da juventude, chamados às fileiras das forças armadas, veem-se perante a alternativa de colaborar em tais práticas ou recusar a legitimidade de um poder que não aceita limites morais. Este parece-nos ser o atentado mais sério que até hoje se perpetrou contra a unidade moral de Portugal pois que faz tábua rasa do próprio fundamento ético da obediência civil. Dachau, Auschwitz, Oradour-Sur Glane tornaram claro de uma vez para sempre que há ordens cujo cumprimento ninguém tem o direito de exigir.

Tendo medido o absurdo e crueldade que a guerra em Angola reflecte e impondo-se à nossa consciência tomar uma atitude essa não poderá ser a de abdicar em massa resolver um problema pelo seu "desconhecimento" é não o resolver e a nossa abdicção mental ou física sob a capa de uma pretensão não adesão revela ainda cumplicidade. O tentar manter pela força as nossas possessões em África é absurdo pela impossibilidade moral de defender no 3º quartel do século XX a manutenção de colónias ainda que recorrendo ao artifício da designação de Províncias Ultramarinas, arbitrariamente unidas à Metrópole. O fim material da colonização é a descolonização. Se Portugal neste momento alega que Angola faz parte integrante do seu território sem que este seja o resultado de uma decisão voluntária do povo africano, o termo a empregar é "conquista" e só de conquista se trata e se estamos e estivermos em Angola pela força então é porque esquecemos que desde o século XII até ao século XVII Portugal foi forçado a lutar pela sua própria independência e liberdade.

Não podemos pois ir legitimar em nossa consciência os crimes praticados pelo Governo em Angola. Não existe uma luta entre dois Estados mas sim entre um povo que se quer livre e um exército exercendo uma repressão policial com todos os aspectos odiosos que esta situação acarreta.

Portanto a solução militar não serve, pelo contrário agrava a situação seja qual for o prisma porque se examine o futuro de Portugal e de Angola.

Este documento não pretende traduzir a opinião particular de alguns sectores até agora alheados da vida política nem de outros que queiram aproveitar a gravidade do presente estado de coisas para prosseguir fins partidários. Pelo contrário, esta mesma circunstância obriga-nos em consciência a abdicar das nossas posições pessoais na medida em que tal sirva os defensáveis interesses da Nação.

A actual conjuntura reflecte-se em todos os sectores e actividades do País. No entanto deve salientar-se que, do ponto de vista moral atinge de maneira particular as camadas mais jovens que se pretende transformar em instrumento de acções odiosas e inaceitáveis. Torna-se obrigação fundamental que todos contribuam para uma solução satisfatória que será tanto mais di-

fácil quanto mais tarde for alcançada. Assistimos ao agravar da tensão racial e as medidas arbitrárias da Administração que nunca poderão criar condições para um futuro em que se respeitem os direitos humanos dos habitantes de Angola. Mas não é suficiente a formulação puramente teórica da determinação de não sermos espectadores passivos de acontecimentos que tão duramente atingem o povo português.

Portanto tomando de frente o dever de encarar activa e construtivamente este problema, propomos as nossas condições:

- 1ª Uma vez que o actual regime não oferece alternativa para a sua política de "pacificação militar" é condição e consequência da defesa de uma solução justa a substituição urgente do Governo por outro responsável perante a Nação.
- 2ª A condição básica a preparação duma solução por acordo livremente aceite pelas forças em presença, ou seja, o reconhecimento do princípio da negociação.
- 3ª A maioria do povo português que compreenda ou comece a ter consciência da sua responsabilidade na manutenção do regime deve organizar-se uma Frente Nacional que empreenda o estudo das condições de descolonização assegurando os contactos com as correntes e organismos poderão contribuir para a aplicação de medidas políticas e sociais mais prementes.
- 4ª Todos aqueles que estejam integrados nas Forças Armadas ou que venham a ser mobilizados se recusem a cumprir as determinações que, em sua consciência violem os direitos humanos fundamentais.
- 5ª Paralelamente deve-se procurar o esclarecimento de outros elementos militares do absurdo procedimento de uma política de antemão fracassada e empreender a organização da Frente Nacional dentro das próprias Forças Armadas que favoreça uma evolução legítima da Política Portuguesa.

GRUPOS UNIVERSITÁRIOS DE ACÇÃO PATRIÓTICA



Anexo 2

Criação da Frente Nacional para a libertação de Angola (FNLA)

P.I.D.E.
Serviço de Segurança
Secção Central
G. U.

199

SECRETO

INFORMAÇÃO Nº. 352/62-G.U.

ASSUNTO: CRIAÇÃO DA "FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA - FNLA"
DATA DE ORIGEM: 29/3/62

Consta que representantes da "UPA - UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA" e do "PDA - PARTIDO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA", anunciaram no dia 29 do mês de Março findo, numa conferência de imprensa realizada em Leopoldville, a formação de uma frente comum, a que deram o nome de "FNLA - FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA".

Esta "frente" que se propõe unificar as forças da "UPA" e do "PDA" com vista à independência de Angola, tem como órgão supremo um "conselho nacional".

HOLDEN assume, na FNLA a chefia do respectivo "comité executivo".

NOTA: Esta informação é do conhecimento do Governo-Geral, Comando Militar e Região Aérea de Angola.

5/4/962.

SECRETO

198

LE COURRIER D'AFRIQUE - 31/3/62 e 1/4/62

A UPA E O PDA UNEM-SE NUMA FRENTE DE LIBERTAÇÃO (F.N.L.A.)



Os representantes da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA (UPA) e o PARTIDO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA (PDA), ex-ALIAZO anunciaram na quinta-feira, 29 de Março, no decorrer de uma conferência de imprensa, que decidiram, conjuntamente reunir as suas respectivas organizações numa frente nacional para a libertação de Angola ou FNLA.

Revelaram ainda que tal decisão havia sido tomada quando de uma sessão extraordinária no fim da qual ficou estabelecido que as duas organizações "PDA e UPA", se propunham atingir os seguintes objectivos:

- 1) - Unificar as suas forças numa única frente nacional de libertação para apressarem a independência do país;
- 2) - Agruparem, numa frente nacional de libertação de Angola, todas as organizações válidamente representativas do povo angolano que aceitem a política geral da "frente". Cada candidatura deverá ser o objecto dum estudo meticoloso;
- 3) - Orientarem a luta pela independência nacional de Angola, numa base de colaboração fraternal entre todas as etnias de Angola, respeitando os princípios democráticos e a integridade territorial do país;
- 4) - Implantarem, numa Angola independente, um regime democrático que respeite as cláusulas da declaração universal dos direitos do homem, aplique a lei da reforma agrária baseada no princípio da distribuição da terra aos que a trabalham, a planificação económica, a industrialização do país e que contribua para a liquidação total do regime colonial, sob todas as formas, no continente africano, a fim de que a Unidade Africana seja uma realidade e uma força actual;
- 5) - Adoptarem a política do não alinhamento e não adesão, como princípio básico da política exterior do governo, com a plena reafirmação da vontade do mesmo governo, em colaborar lealmente com todos os países que respeitem a sua soberania e que se inspirem nos princípios de igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas, igualmente interessadas na manutenção da paz mundial.

Falando dos órgãos directivos e das suas prerrogativas, os representantes da UPA e do PDA declararam que a FNLA será constituída por um conselho nacional, por uma comissão e por um comité executivo.

O Conselho Nacional, órgão supremo da FNLA e que definirá a sua política geral, será composto por 10 membros de cada partido (UPA e PDA), por 5 representantes do exército e dirigido por um presidente eleito.

- 2 -

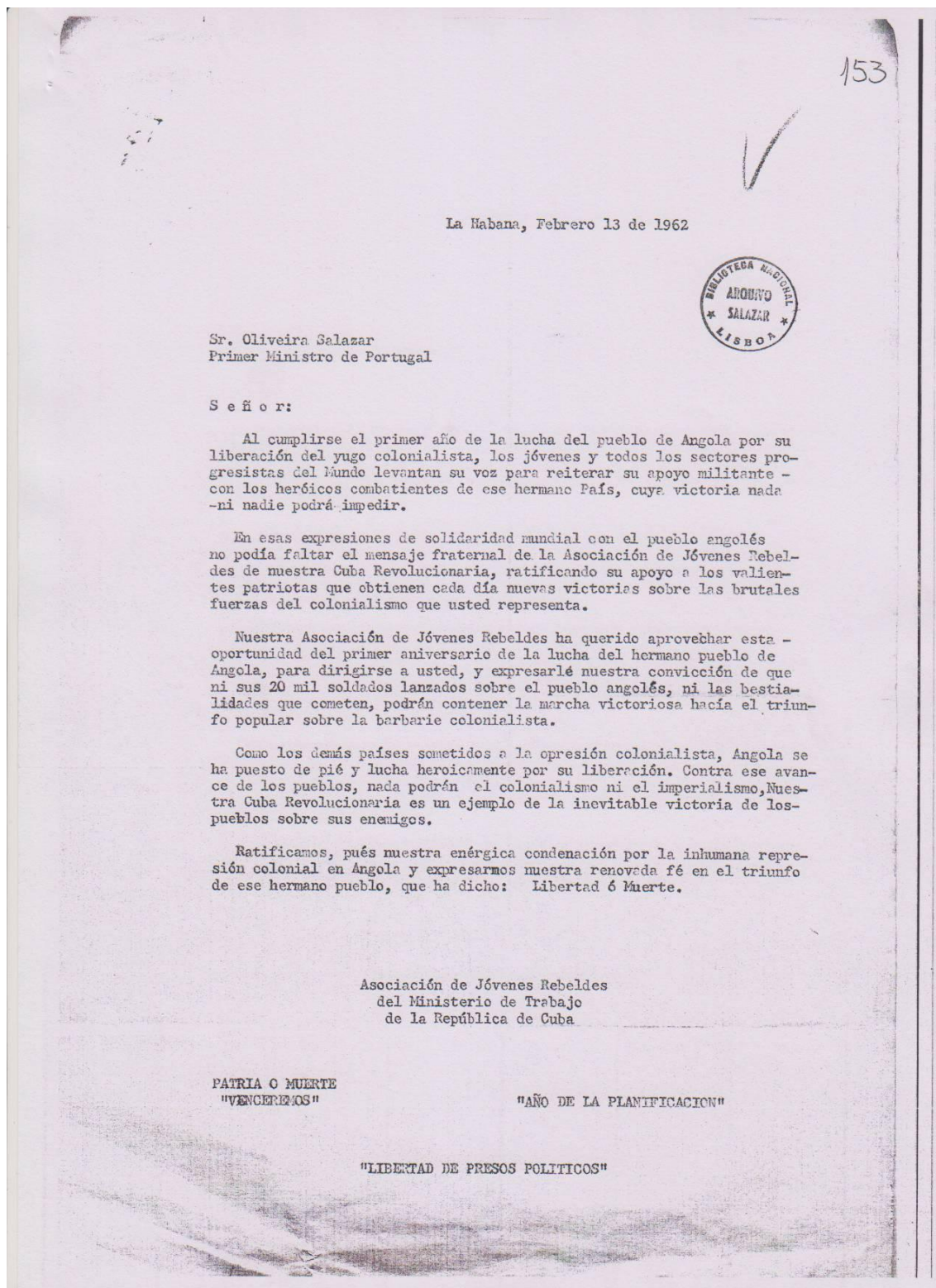
A comissão, que será criada no seio do conselho nacional, servirá de intermediária ao conselho nacional e comité executivo, e com o encargo de supervisar este último.

Finalmente, o comité executivo será composto por 6 membros, três de cada partido, e dirigido por um presidente, assistido por um vice-presidente, por um secretário-geral, por um secretário adjunto, por um comissário de contas e por um tesoureiro. É o órgão que aplicará as decisões do conselho nacional.



Anexo 3

Carta dos Jovens Revolucionários de Cuba ao Dr. Oliveira Salazar



Informação sobre a Conferência de Imprensa de Mário Pinto de Andrade, Presidente do MPLA

160

(M.P.L.A.)

Presidente do M.P.L.A.

Primeiro, em 4 de Fevereiro de 1961, os ataques às prisões militares e civis de Luanda foram dirigidos por combatentes cuja missão exacta era libertar os dirigentes nacionalistas presos desde Março de 1959. Depois, um certo número dos nossos adeptos, tendo escapado aos mortifínios destes dias trágicos de Fevereiro, organizou os trabalhadores empregados nas plantações de algodão da Baixa do Cassange, no distrito de Malange.



Esta farsca foi o que incendiou o mato.

Verificou-se enfim, que a população do norte do país, estimulada por estes exemplos tomou também parte na luta armada com o apoio concreto das formações políticas angolanas.

Eis um relatório da nossa acção neste domínio.

As regiões mais importantes das nossas guerrilhas situam-se nos distritos de

CUANZA NORTE - Uíge, Quitexe, Lucala, Quibexe, Nova Caipemba.

LUANDA - Luanda, Nambuangongo, Caxito, Catete, Funda, Ucuá, Pango-Aluquem, Cambamba.

CONGO - Ambrizete, 31 de Janeiro, Tomboco,

MALANGE - Baixa de Cassange.

As tácticas utilizadas tiveram uma fase ofensiva e uma fase defensiva.

No princípio das operações militares as nossas milícias empregaram uma táctica que aspirava a paralisar a economia colonial, a liquidar o aparelho administrativo e de resistência militar do inimigo. A finalidade foi realizada em todas as regiões, onde as nossas milícias agiram, em certas localidades houve ocupação total e efectiva. Citemos entre outras:

NAMBUANGONGO - Ocupação total durante cinco meses (Março a Julho)

UÍGE - Paralisação da economia dos colonos que foram forçados a abandonar os locais e de se refugiarem em Luanda. É de notar que o Uíge foi a única cidade de Angola atacada pelas nossas milícias, desde o princípio das operações militares.

QUITEXE, UCUA, TOMBOCO - Ocupação total durante cinco meses. O contra ataque do inimigo organizou-se com o envio de vários contingentes militares, cerca de 40.000 homens equipados com armamento clássico mais moderno

Perante o aparelho destrutivo das forças portuguesas, as nossas milícias resolveram evacuar as regiões ocupadas e levar as populações civis para o mato protegida por elementos das nossas milícias.

Bases de resistência nos lugares pouco acessíveis ao inimigo foram estabelecidas.

As forças repressivas portuguesas, desprezando as leis mais elementares da guerra, utilizam todos os meios, na sua tentativa de exterminar as populações combatentes: de Angola: cães polícias, bombardeamentos com gases napalm, envenenamento das águas dos rios e do gado, torturas físicas.

Apesar disso, os nossos colonos continuam a efectuar ataques de curta duração às posições do inimigo, esperando melhores condições para os ataques de grande envergadura.

A estrutura da nossa organização militar é a seguinte:

COMITE REVOLUCIONÁRIO - Responsável da conduta de

Anexo 5

ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

(Acordo de Alvor, 1975)

O Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, no Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para discutir e firmar o acesso de Angola à independência, acordam no seguinte:

Capítulo I Da independência de Angola

Artigo 1.º

O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

Artigo 2.º

O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano a Independência.

Artigo 3.º

Angola constitui uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

Artigo 4.º

A Independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola pelo Presidente da República Portuguesa ou por um representante seu, expressamente designado.

Artigo 5.º

O poder passa a ser exercido até à proclamação da Independência pelo Alto-Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

Artigo 6.º

O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar-fogo geral, já observado de facto pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes, com vista a Impedir a violência interna ou a agressão externa.

Artigo 7.º

Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes a sua implantação actual até que se efectivem as disposições especiais, previstas no capítulo 4.º do presente acordo.

Artigo 8.º

O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.

Artigo 9.º

Com a conclusão do presente acordo, consideram-se amnistiados para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis na legislação vigente na data em que tiveram lugar.

Artigo 10.º

O Estado Independente de Angola exercerá a sua soberania total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

Capítulo II Do Alto-Comissário

Artigo 11.º

O Presidente da República e o Governo Português são durante o período transitório representados em Angola pelo Alto-Comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

Artigo 12.º

O Alto-Comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse e responde politicamente.

Artigo 13.º

Compete ao Alto-Comissário:

- a) Representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei.
- b) Salvaguardar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição.
- c) Assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os Movimentos de Libertação e o Estado Português.
- b) Garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola.
- d) Ratificar todos os actos que interessem ou se refiram ao Estado Português.
- e) Assistir as sessões do Conselho de Ministros quando entender conveniente, podendo participar nos respectivos trabalhos sem direito de voto.
- f) Assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-lei e os decretos elaborados pelo Governo de Transição.
- h) Assegurar, em conjunto com o Colégio Presidencial a direcção da Comissão Nacional de Defesa.
- i) Dirigir a política externa de Angola, durante o período transitório, coadjuvado pelo Colégio Presidencial.

Capítulo III Do governo de transição

Artigo 14.º

O Governo de Transição é presidido e dirigido pelo Colégio Presidencial.

Artigo 15.º

O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação que tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

Artigo 16.º

O Colégio Presidencial poderá sempre que o desejem consultar o Alto-Comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

Artigo 17.º

As deliberações do Governo Transitório são tomadas por maioria de dois terços, sob a presença rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

Artigo 18.º

O Governo de Transição é constituído pelos seguintes ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças, Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura e Recursos Naturais.

Artigo 19.º

São desde já criadas as seguintes secretarias de Estado:

- a) Duas secretarias de Estado no Ministério do Interior.
- b) Duas secretarias de Estado no Ministério da Informação.
- c) Duas secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- d) Três secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas respectivamente por Secretaria do Comércio e Turismo, Secretaria da Indústria e Energia e Secretaria das Pescas.

Artigo 20.º

Os ministros do Governo de Transição são designados em proporção igual pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e pelo Presidente da República Portuguesa.

Artigo 21.º

Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita pelo seguinte modo:

- a) Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, e dos Transportes e Comunicações.
- b) Á FNLA cabe designar os ministros do Interior, Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura.
- c) Ao MPLA cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça.
- d) Á UNITA cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

Artigo 22.º

Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) Á FNLA cabe designar um Secretário de Estado para a Informação, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretário de Estado de Comércio e Turismo.
- b) Ao MPLA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretário de Estado da Indústria e Energia.
- c) Á UNITA cabe designar um Secretário de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para a Informação e um Secretário de Estado das Pescas.

Artigo 23.º

O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e de subsecretários de Estado respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

Artigo 24.º

Compete ao Governo de Transição:

- a) Zelar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização ate a Independência Total.
- b) Superintender no conjunto da Administração Pública assegurando o seu funcionamento e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade.
- c) Conduzir a política interna.
- d) Preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola.
- e) Exercer por Decreto-Lei a função legislativa e elaborar o decreto, regulamento e instruções para a boa execução das leis.
- f) Garantir em cooperação com o Alto-Comissário a segurança das pessoas e bens.
- g) Proceder à reorganização judiciária de Angola.
- h) Definir a política económica, financeira e monetária, criar as estruturas necessárias ao máximo desenvolvimento da Economia de Angola.
- i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais e colectivas.

Artigo 25.º

O Colégio Presidencial e os Ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

Artigo 26.º

O Governo de transição não poderá ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os Movimentos de Libertação.

Artigo 27.º

O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolverem espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as dificuldades resultantes da acção governativa.

Capitulo IV Da Comissão Nacional de Defesa

Artigo 28.º

É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: Alto-Comissário, Colégio Presidencial, Estado Maior Unificado.

Artigo 29.º

A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo Alto-Comissário sobre todos os assuntos relativos à Defesa Nacional, tanto no plano Interno como no Externo, com vista a:

- a) Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo.

- b) Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola.
- c) Garantir a paz, a segurança e a ordem pública.
- d) Zelar pela segurança das pessoas e dos bens.

Artigo 30.º

As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, sendo o Alto-Comissário que preside, voto de qualidade.

Artigo 31.º

É criado o Estado Maior Unificado que reunira os comandantes dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas em Angola e três comandantes dos Movimentos de Libertação. Este Estado Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do Alto-Comissário.

Artigo 32.º

Forças Armadas dos três Movimentos de Libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos: 8 000 combatentes da FNLA, 8000 combatentes do MPLA, 8000 combatentes da UNITA, 24000 militares das Forças Armadas Portuguesas.

Artigo 33.º

Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à Integração progressiva das Forças Armadas nas Forças Militares Mistas referidas no artigo anterior devendo em princípio respeitar o calendário seguinte:

De Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados por mês quinhentos combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 1.500 militares portugueses; de Junho a Setembro inclusive serão integrados por mês 1.500 combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 4.500 militares portugueses.

Artigo 34.º

Os efectivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32 deverão ser evacuadas de Angola até 30 de Abril de 1975.

Artigo 35.º

A evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas Forças Militares Mistas deverá iniciar-se a partir de 1 de Outubro de 1975 e ficar concluída até 29 de Fevereiro de 1976.

Artigo 36.º

A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de Polícia encarregadas de manter a ordem pública.

Artigo 37.º

O comando Unificado da Polícia, constituído por três membros — um de cada Movimento de Libertação — é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

Capitulo V

Dos refugiados e das pessoas reagrupadas

Artigo 38.º

Logo após a instalação do Governo de Transição, serão constituídas comissões paritárias mistas designadas pelo Alto-Comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos requeridos para acolher os angolanos refugiados. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará e coordenará a acção destas comissões.

Artigo 39.º

As pessoas concentradas nas "sanzalas da paz" poderão regressar aos seus lares de origem. As comissões paritárias mistas deverão propor ao Alto-Comissário e ao Governo de Transição medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades da vida económica do país.

Capitulo VI

Das eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola

Artigo 40.º

O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua Instalação.

Artigo 41.º

As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — únicos representantes legítimos do povo angolano.

Artigo 42.º

Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma comissão central constituída em partes iguais por membros dos Movimentos de Libertação, que elaborará o projecto da Lei Fundamental e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

Artigo 43.º

Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo Colégio Presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá:

- a) Elaborar o projecto de Lei Eleitoral.
- b) Organizar os cadernos eleitorais.
- c) Registrar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte, apresentadas pelos Movimentos de Libertação.

Artigo 44.º

A Lei Fundamental que vigorará até a entrada em vigência da Constituição de Angola não poderá contrariar os termos do presente acordo.

Capítulo VII

Da nacionalidade angolana

Artigo 45.º

O Estado Português e os três Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a FNLA, o MPLA e a UNITA, reafirmam a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de angolano se, define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana, através de uma opção consciente.

Artigo 46.º

A FNLA o MPLA e a UNITA assumem desde já o compromisso de considerarem angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua actual nacionalidade, ou optar por outra.

Artigo 47.º

Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste País é garantida a faculdade de requerem a cidadania angolana de acordo com a regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na lei fundamental.

Artigo 48.º

Acordos especiais, a estudar ao nível de uma, comissão partidária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses, domiciliados em Angola e o estatuto dos cidadãos portugueses residentes

Capítulo VIII

Natureza económica e financeira

Artigo 49.º

O Estado português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente, da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por força a facilitar a transferência desses bens ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

Artigo 50.º

A FNLA, o MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros recebidos pela parte portuguesa em nome e em relação a Angola, desde que tenha sido no efectivo interesse do povo angolano.

Artigo 51.º

Uma comissão paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no artigo 50.º procederá às avaliações que tiver convenientes e proporá àquele Governo as soluções que tiver por justas.

Artigo 52.º

O Estado Português assume o compromisso de facilitar à Comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma Comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito e legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

Artigo 53.º

O Estado Português assistirá o Estado Angolano na criação e instalação de um banco central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para Angola as atribuições, ao activo e o passivo do departamento de Angola do Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da Comissão mista para os assuntos financeiros. Esta comissão estudará igualmente todas as questões referentes ao Departamento de Portugal do mesmo banco, propondo as soluções na medida que se refiram e interessem a Angola.

Artigo 54.º

A FNLA, a UNITA e o MPLA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

Capítulo IX

Da cooperação entre Angola e Portugal

Artigo 55.º

O Governo português por um lado e os movimentos de libertação pelo outro, acordam estabelecer entre Portugal e Angola, laços de cooperação construtiva e duradoura, em todos os domínios, nomeadamente, nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

Capítulo X

Das comissões mistas

Artigo 56.º

Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária, nomeadas pelo Alto-Comissário, de acordo com o Colégio Presidencial, que terão por tarefa, estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação activa, entre Portugal e Angola, nomeadamente, nos seguintes domínios:

- a) Cultural, Técnico e Científico;
- b) Económico e Comercial;
- c) Monetário e Financeiro;
- d) Militar;
- e) Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

Artigo. 57.º

As Comissões referidas no artigo anterior, conduzirão os trabalhos e negociações, num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento. As conclusões a que chegarem, deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do Alto-Comissário; do Colégio Presidencial, com vista à elaboração de acordos entre Portugal e Angola.

Capítulo XI

Das disposições gerais

Artigo 58.º

Quaisquer questões que surjam na interpretação e aplicação do presente Acordo, e que não possam ser solucionadas nos termos do Art. 27.º, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação.

Artigo 59.º

O Estado Português, a FNLA, o MPLA e a UNITA, fiéis ao ideário sócio-político repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrado, pela Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu activo repúdio de todas as formas de discriminação racial, nomeadamente do "apartheid".

Artigo 60.º

O presente Acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As Delegações do Governo Português, da FNLA, do MPLA e da UNITA realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente Acordo que dá satisfação às justas aspirações do povo angolano e este orgulho do povo português, a partir de agora ligado por laços de profunda amizade e propósitos de cooperação construtiva, para bem de Angola, de Portugal, da, África e do Mundo.

Assinado em Alvor, Algarve, aos quinze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e setenta e cinco em quatro exemplares língua portuguesa.

Anexo 6

PRINCÍPIOS PARA UMA SOLUÇÃO PACÍFICA NO SUDOESTE DA ÁFRICA

Nova Iorque, 20 de Julho 1988

Os Governos da República Popular de Angola, República de Cuba e da República da África do Sul chegaram a um acordo sobre um conjunto de princípios essenciais para estabelecer a base para a paz na região sudoeste da África. Eles reconhecem que cada um desses princípios é indispensável para uma solução global.

1 - Aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

- A. As partes acordam e recomendam ao Secretário-Geral das Nações Unidas uma data para o início da aplicação da Resolução 435/78.
- B. Os Governos da República Popular de Angola e da República da África do Sul, em conformidade com as disposições da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deverão cooperar com o Secretário-Geral com vistas a assegurar a independência da Namíbia, através de eleições livres e justas, abstendo-se de qualquer acção que possa impedir a execução da referida Resolução.
- C. Readaptação em direcção ao Norte e retirada total, por etapas, das tropas cubanas do território da República Popular de Angola, com base de um acordo entre a República Popular de Angola e da República de Cuba e da decisão de ambos os países para solicitar a verificação “in situ” dessa retirada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- D. Respeito à soberania, igualdade soberana e à independência dos Estados e à integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras.
- E. Não-interferência nos assuntos internos dos Estados.
- F. Abstenção da ameaça e da utilização da força contra a integridade territorial e a independência dos Estados.
- G. A aceitação da responsabilidade dos Estados de não permitir que o seu território seja usado para actos de guerra, a agressão ou violência contra outros estados.

- H. Reafirmação do direito dos povos da região do sudoeste da África à auto-determinação, independência e igualdade de direitos.
- I. Verificação e fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos acordos que possam ser estabelecidos.
- J. Compromisso do cumprimento de boa fé das obrigações assumidas nos acordos que se adoptem e a resolver as diferenças pela via de negociações.
- K. O reconhecimento do papel dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas como garantes da implementação dos acordos que possam ser estabelecidos.
- L. O direito de cada estado ao desenvolvimento, à paz e ao progresso social.
- M. Cooperação africana e internacional para a resolução dos problemas do desenvolvimento da região sudoeste da África.
- N. O reconhecimento do papel mediador do Governo dos Estados Unidos da América.

Anexo 7

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, REPÚBLICA DE CUBA E A REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Nova Iorque, 22 de Dezembro de 1988

Os Governos da República Popular de Angola, a República de Cuba e da República da África do Sul, doravante designados como "Partes",

Tendo em conta os "Princípios para uma solução pacífica no sudoeste de África", aprovado pelas partes em 20 de Julho de 1988, e negociações subsequentes com relação à implementação destes Princípios, cada um dos quais indispensável para uma solução global,

Considerando a aceitação pelas partes da aplicação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 435 (1978), adoptada em 29 de Setembro de 1978, adiante designado por "Resolução 435/78",

Considerando a conclusão do acordo bilateral entre a República Popular de Angola e da República de Cuba, que prevê a reconversão em direcção ao Norte e à retirada gradual e total das tropas cubanas do território da República Popular de Angola,

Reconhecendo o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas na implementação da Resolução 435/78 e no apoio à implementação do presente Acordo,

Afirmando a soberania, a igualdade soberana e independência de todos os Estados do sudoeste da África,

Afirmando o princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados,

Afirmando o princípio de abstenção da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados,

Reafirmando o direito dos povos da região do sudoeste da África à autodeterminação, independência e igualdade de direitos, e dos Estados do sudoeste da África para a paz, desenvolvimento e progresso social,

Manifestando o seu apreço pelo papel mediador do Governo dos Estados Unidos da América,

Desejando contribuir para o estabelecimento da paz e da segurança no sudoeste da África,

Concordam com as disposições abaixo.

1. As partes devem solicitar imediatamente ao Secretário-Geral das Nações Unidas para procurar a autoridade do Conselho de Segurança para iniciar a implementação da Resolução 435/78 em 01 de Abril de 1989.
2. Todas as forças militares da República da África do Sul devem retirar-se da Namíbia, em conformidade com a Resolução 435/78.
3. Em consonância com as disposições da Resolução 435/78, a República da África do Sul e a República Popular de Angola devem cooperar com o Secretário-Geral para garantir a independência da Namíbia, através de eleições livres e justas e devem abster-se de qualquer acção que possa impedir a execução da Resolução 435/78. As partes devem respeitar a integridade territorial e inviolabilidade das fronteiras da Namíbia e assegurar que os seus territórios não sejam utilizados por qualquer Estado, organização ou pessoa, em conexão com actos de guerra, agressão ou violência contra a integridade territorial ou a inviolabilidade das fronteiras da Namíbia ou qualquer outra acção que possa impedir a execução da Resolução 435/78.
4. A República Popular de Angola e a República de Cuba devem aplicar o acordo bilateral, assinado na data da assinatura do presente acordo, que prevê a reconversão em direcção ao Norte e à retirada gradual e total das tropas cubanas do território da República Popular da Angola e os acordos com o Conselho de Segurança das Nações Unidas para a verificação no local da retirada.
5. Coerentes com suas obrigações ao abrigo da Carta das Nações Unidas, as partes se abstenham de recorrer à ameaça ou uso da força, e assegurar que os seus territórios não sejam utilizados por qualquer Estado,

organização ou pessoa, em conexão com quaisquer actos de guerra, agressão ou violência, contra a integridade territorial, a inviolabilidade das fronteiras, ou a independência de qualquer Estado do sudoeste da África.

6. As partes devem respeitar o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados do sudoeste da África.

7. As Partes devem cumprir de boa fé com todas as obrigações assumidas no presente acordo e resolver através da negociação e em espírito de colaboração qualquer disputa com relação à interpretação ou aplicação.

8. Este acordo entra em vigor na data da assinatura.

Assinado em Nova Iorque, em triplicado, com os idiomas Português, Espanhol e Inglês, cada língua fazendo fé, neste dia 22 de Dezembro, 1988.

PELA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA: (Assinado) Afonso Van Dúnem M'BINDA

PELA REPÚBLICA DE CUBA: (Assinado) Isidoro MALMIERCA PEOLI

PELA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL: (Assinado) Roelof F. BOTHA

Anexo 8

Acordos de paz para Angola

(Bicesse, 1991)

O Governo da República Popular de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA),

Com a mediação do Governo Português e a participação de observadores dos Governos dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

Aceitam como obrigatório os documentos seguintes, que constituem os acordos de Paz para Angola:

- 1) Acordo de cessar-fogo (incluindo os anexos I e II)
- 2) Princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola (incluindo o Anexo I, relativo à Comissão Conjunta Político-Militar);
- 3) Conceitos para resolver as questões ainda existentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA;
- 4) Protocolo do Estoril;

Os presentes Acordos de Paz foram rubricados a 1 de Maio de 1991 pelos respectivos chefes de delegação e posteriormente aprovados pelo Governo da República Popular de Angola e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (tal como consta da comunicação dirigida ao Primeiro-Ministro de Portugal até às 24 horas de 15 de Maio de 1991, a qual implicou a suspensão “de facto” das hostilidades em Angola a partir dessa data) e entrarão em vigor imediatamente após a sua assinatura.

José Eduardo dos Santos

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Jonas Malheiro Savimbi

**O PRESIDENTE DA UNIÃO NACIONAL PARA A
INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA**

Lisboa, 31 de Maio de 1991.

ACORDO DE CESSAR-FOGO

I – DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS

1 – O cessar-fogo consiste na cessação das hostilidades entre o Governo da RPA e a UNITA, tendo em vista a paz em todo o território nacional.

2 – O cessar-fogo deve ser total e definitivo em todo o território nacional.

3 – O cessar-fogo deve garantir a livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

4 – O controlo político global do cessar-fogo será da responsabilidade do Governo da RPA e da UNITA, actuando no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), criada nos termos de Anexo I ao documento de “Princípios Fundamentais para a Instauração da paz em Angola”. A ONU será convidada a enviar fiscalizadores para apoiar as partes angolanas, a pedido da RPA.

5 – O cessar-fogo compreende a cessação de toda a propaganda hostil entre o Governo da RPA e a UNITA, tanto a nível interno como internacional.

6 – O cessar-fogo obrigará, após a sua entrada em vigor, a abstenção por parte do Governo da RPA e da UNITA da aquisição de material letal. Os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas informaram o Governo da RPA de que apoiarão a aplicação do cessar-fogo através da cessação do fornecimento de material letal a qualquer parte angolana e do encorajamento a outros Países procederem da mesma forma.

II – EFECTIVAÇÃO DO CESSAR-FOGO

1 – A plena efectivação do cessar-fogo implica o acatamento estrito dos compromissos assumidos por parte do Governo da RPA e da UNITA, bem como das decisões emanadas dos órgãos competentes para a sua verificação e fiscalização.

2 – A observância do cessar-fogo não põe em causa o abastecimento logístico não letal as forças militares em presença.

3 – O cessa fogo compreende a libertação de todos os prisioneiros civis militares detidos em consequência do conflito entre Governo da RPA e da UNITA, cuja verificação deverá ser feita pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha.

4 – O cessar-fogo aplica-se a todas as forças estrangeiras existentes no território angolano.

5 – A efectivação do cessar-fogo não poderá pôr em causa a soberania e a integridade territorial do país.

6 – A efectivação do cessar-fogo implica a partir da data e hora acordada para a sua entrada em vigor:

- a) A cessação de todos os ataques armados, aéreos, terrestres ou marítimos, bem como de todas as acções de sabotagem;
- b) A cessação de todo o movimento ofensivo de tropas ou grupos armados;
- c) A cessação da tentativa de ocupação de novas posições no terreno e do movimento de forças e meios militares de uma área para outra sem prévio acordo entre as partes;
- d) A cessação de todas as manobras militares que visem a instalação de armamento susceptível de pôr em perigo a segurança de povoações e infra-estruturas económicas, administrativas e militares;
- e) A cessação das acções de patrulhamento fora das áreas a delimitar em redor das áreas de localização das tropas do Governo da RPA e da UNITA;
- f) A cessação de todas as acções de violência contra as populações civis;
- g) A cessação da colocação de novas minas e de acções que visem impedir as operações de desminagem;
- h) A cessação da recepção de material letal, seja qual for a sua origem.

7 – O não cumprimento de quaisquer das disposições acima estabelecidas constitui violação ao cessar-fogo, sem prejuízo das decisões tomadas pelos órgãos de verificação e fiscalização no exercício das suas atribuições.

III – VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1 – Será constituída, antes da entrada em vigor do cessar-fogo, uma Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF) composta por representantes do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, como membros, e por representantes de Portugal, Estados Unidos de América e da União Socialistas Soviéticas, como observadores. Além disso, um representante das Nações Unidas será convidado para as reuniões da CMVF.

2 – A Comissão Mista de Verificação e Fiscalização responderá perante a Comissão Conjunta Político-Militar.

3 – Competirá à CMFV criar as estruturas que considere adequadas ao desempenho das suas funções, designadamente os grupos de fiscalização necessários ao integral cumprimento do cessar-fogo em todo o território nacional, que lhe ficarão subordinados.

4 – Os grupos de fiscalização, a estabelecer antes a entrada em vigor do cessar-fogo, serão compostos por um número igual de representantes do Governo da República Popular de Angola e da UNITA.

5 – O pessoal das Nações Unidas, que terá a sua própria estrutura de Comando, verificará se os grupos de fiscalização estão a assumir as suas responsabilidades. Tal incluíra o apoio da ONU a investigação e resolução de alegadas violações do cessar-fogo. Os Governos que enviaram fiscalizadores das Nações Unidas serão seleccionados com a participação do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, trabalhando no âmbito da CCPM.

6 – Os órgãos e os mecanismos criados para a verificação e fiscalização do cessar-fogo terão carácter temporário cessando a sua existência no termo do cessar-fogo.

7 – Outras disposições relativas à verificação e fiscalização do cessar-fogo estão contidas no Anexo I do presente Acordo.

IV – REGULAMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1 – A CMVF terá a competência necessária para assegurar o efectivo cumprimento do cessar-fogo, cabendo-lhe, nomeadamente, conhecer as áreas de localização das tropas, controlar o cumprimento das normas de conduta previamente acordadas para as tropas nas áreas de localização, coordenar a

actividade dos grupos de fiscalização e de decidir sobre as queixas e reclamações apresentadas em relação a eventuais violações do cessar-fogo.

2 – A CMVF decidirá sobre o seu próprio regulamento, competindo-lhe ainda definir as funções e aprovar os regulamentos dos grupos de fiscalização que vier a estabelecer.

3 – Os grupos de fiscalização controlarão “in loco” o cumprimento do cessar-fogo, cabendo-lhes especificamente prevenir, verificar e investigar eventuais violações.

V – CALENDARIZAÇÃO DO CESSAR-FOGO

1 de Maio – Rubrica do Acordo.

Até às 24 horas do dia 15 de Maio – Notificação ao Governo Português da sua aceitação pelas partes.

24 horas do dia 15 de Maio – Suspensão “de facto” das hostilidades.

29 a 31 de Maio

- a) Assinatura e entrada em vigor do acordo de cessar-fogo.
- b) Tomada de posse da CCPM e da CMVF.
- c) Início da deslocação dos Grupos de Fiscalização para os locais pré-determinados.
- d) Início das operações de verificação da ONU.

15 de Junho

- a) Conclusão do estabelecimento dos Grupos de Fiscalização nos locais pré-determinados e informação a CMVF de que estão operacionais;
- b) Entrada em funcionamento do sistema de fiscalização.

Até 30 de Junho – Conclusão da instalação do sistema de verificação da ONU.

1 de Julho – Início do movimento das forças para as áreas de localização. Cada movimento de forças deve ser objecto de prévia comunicação aos grupos de verificação e de fiscalização.

1 de Agosto – Conclusão do movimento das forças para as áreas de localização.

Dia de realização das eleições – Conclusão do processo de cessar-fogo e extinção dos órgãos de verificação e fiscalização.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A INSTAURAÇÃO DA PAZ EM ANGOLA

Ponto 1

Reconhecimento pela UNITA do Estado angolano, do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo angolano até às eleições gerais.

Ponto 2

No momento da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito de realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária.

Ponto 3

O Governo angolano conduzirá discussões com todas as forças políticas a fim de auscultar as suas opiniões acerca das alterações propostas à Constituição. O Governo angolano trabalhará então com todos os partidos para elaborar as leis que regularão o processo eleitoral.

Ponto 4

Eleições livres e justas para um novo Governo terão lugar após o registo eleitoral sob a fiscalização de observadores internacionais de eleições, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e que os resultados foram oficialmente proclamados. No momento de assinatura do acordo de cessar-fogo as partes determinarão o período dentro do qual se deverão realizar as eleições livres e justas. A data exacta da sua realização será estabelecida através de consultas com todas as forças políticas em Angola.

Ponto 5

Respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito de livre associação.

Ponto 6

O processo de criação do Exército Nacional iniciar-se-á com a entrada em vigor do cessar-fogo e estará concluído à data das eleições nos termos a acordar entre o Governo da RPA e a UNITA. A neutralidade do Exército Nacional no processo será garantida pelas partes angolanas actuando no âmbito da CCPM, com o apoio do grupo de fiscalização internacional.

Ponto 7

Declaração e entrada em vigor do cessar-fogo em todo o território nacional, em conformidade com o acordo a concluir sobre a matéria entre o Governo da RPA e a UNITA.

ANEXO I

1 – O Governo da RPA e a UNITA concordam na constituição de uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), a estabelecer em Luanda no momento da assinatura dos “Princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola”.

2 – A CCPM será composta por representantes do Governo da RPA e da UNITA, como membros, e por um representante de Portugal, dos Estados Unidos e da União Soviética, como observadores. Para além disso um representante das Nações Unidas poderá ser convidado a participar nas reuniões da CCPM.

3 – A CCPM caberá velar pela aplicação dos acordos de paz garantido o estrito cumprimento de todos os entendimentos políticos e militares e decidindo em última instância sobre eventuais violações dos mesmos.

4 – A CCPM terá competência necessária para aprovar todas as normas relativas ao seu funcionamento, nomeadamente o seu próprio regulamento interno. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o Governo da RPA e a UNITA.

CONCEITOS PARA RESOLVER AS QUESTÕES AINDA EXISTENTES ENTRE O GOVERNO DA RPA E A UNITA

1 – No momento da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito de realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária. No momento da assinatura do

cessar-fogo, as partes determinarão o período dentro do qual se deverão realizar as eleições livres e justas. A data exacta da sua realização será estabelecida através de consultas com todas as forças políticas em Angola.

2 – O Governo angolano conduzirá discussões com todas as forças políticas a fim de auscultar as suas opiniões acerca das alterações propostas à Constituição. O Governo angolano trabalhará então com todos os partidos para elaborar as leis que regularão o processo eleitoral.

3 – O acordo de cessar-fogo obrigará as partes a deixar de receber material letal. Os EUA, a URSS e todos os outros países apoiarão a aplicação do cessar-fogo abster-se-ão de fornecer material letal a qualquer das partes angolanas.

4 – O acordo político global do processo de cessar-fogo será da responsabilidade das partes angolanas actuando no âmbito da CCPM. A verificação do cessar-fogo será da responsabilidade do grupo internacional de fiscalização. A ONU será convidada a enviar fiscalizadores para apoiar as partes angolanas, a pedido do Governo de Angola. Os Governos que enviaram fiscalizadores serão escolhidos pelas partes angolanas actuando no âmbito da CCPM.

5 – O processo de criação do Exército Nacional iniciar-se-á com a entrada em vigor do cessar-fogo e estará concluído à data das eleições. A neutralidade do Exército Nacional no processo eleitoral será garantida pelas partes angolanas actuando no âmbito da CCPM, com o apoio do grupo da fiscalização internacional. As partes angolanas reservam para ulteriores negociações a discussão sobre a assistência estrangeira que possa ser necessária para formar o Exército Nacional.

6 – Eleições livres e justas para o novo Governo terão lugar sob a fiscalização de observadores internacionais de eleições, que permanecerão em Angola até certificarem que as eleições foram livres e justas e que os resultados foram oficialmente proclamados.

PROTOCOLO DO ESTORIL

O Governo da República Popular de Angola e a UNITA, reunidos no Estoril, Portugal com a mediação do Governo Português e a presença de observadores dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, chegaram aos seguintes acordos e entendimentos relativos a assuntos políticos e militares:

- I. Eleições
- II. Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM)
- III. Princípios relativos à questão da segurança interna durante o período desde a entrada em vigor do cessar-fogo até à realização das eleições.
- IV. Direitos Políticos a exercer pela UNITA após o cessar-fogo.
- V. Estruturas administrativas.
- VI. Formação das Forças Armadas Angolanas.

I. ELEIÇÕES

1 – Eleições terão lugar em Angola para escolher o Presidente da República e a Assembleia Nacional. A questão da simultaneidade ou não destas eleições será decidida através de consultas entre todas as forças políticas angolanas.

2 – O presidente será eleito por sufrágio directo e secreto, através de um sistema maioritário, com recurso a uma segunda volta, se necessário.

3 – A Assembleia Nacional será eleita por sufrágio directo e secreto, através de um sistema de representação proporcional a nível nacional.

4 – As eleições serão precedidas por um período oficial de campanha eleitoral, cuja duração será determinada após um processo de consultas entre todas as forças políticas angolanas. Recorrer-se-á a um parecer técnico de um organismo internacional especializado, como por exemplo as Nações Unidas, sobre a questão da duração desejável da campanha eleitoral em Angola parecer esse que não serão, porém, considerado vinculativo por nenhuma das partes.

5 – Todos os cidadãos angolanos de idade adulta poderão votar, participar na campanha eleitoral e apresentar-se às eleições sem qualquer discriminação ou intimidação. A definição do que se deverá entender por “idade adulta” será contemplada pela lei eleitoral, a elaborar a seguir ao cessar-fogo, após um processo de consultas entre o Governo da RPA e todas as forças políticas angolanas.

6 – O voto será secreto, com disposições especiais a aplicar aos que não saibam ler ou escrever. Estas disposições serão incluídas na lei eleitoral, a elaborar a seguir ao cessar-fogo, após um processo de consulta entre o Governo da RPA e todas as forças políticas angolanas.

7 – Todos os partidos políticos e pessoas interessadas terão oportunidade de se organizar e de participar no processo eleitoral em condições de igualdade, independentemente das suas posições políticas.

8 – Serão garantidas a total liberdade de expressão, associação, e acesso aos meios de comunicação social.

9 – As partes aceitaram a proposta tripartida das delegações de Portugal, na sua qualidade de mediador, e dos Estados Unidos e da União Soviética, como observadores, de 1 de Setembro a 30 de Novembro de 1992 para o período dentro do qual se deverão realizar eleições livres e justas em Angola, sendo o cessar-fogo assinado em Maio de 1991. As partes chegaram ao entendimento de que, na discussão da data exacta para a realização das eleições, tomarão em consideração a seguinte declaração tripartida:

“Tendo em consideração as dificuldades logísticas da organização do processo eleitoral, designadamente a conveniência de o acto eleitoral decorrer ainda no período da estação seca, e a necessidade de reduzir os altos custos que a Comunidade Internacional terá de suportar na fiscalização do cessar-fogo, as delegações de Portugal, dos Estados Unidos e da União Soviética recomendam vivamente que as eleições se realizem dentro da primeira parte do período sugerido, de preferência, entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1992”.

II. COMISSÃO CONJUNTA POLÍTICO-MILITAR (CCPM)

1 – De acordo com os “Conceitos para resolver as questões ainda existentes entre o Governo da RPA e a UNITA” e o Anexo I aos “Princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola”, a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) tem por missão o controlo político global do processo de cessar-fogo; caber-lhe-á velar pela aplicação dos Acordos de Paz, garantido o estrito cumprimento de todos os entendimentos políticos e militares e decidindo, em última instância, sobre eventuais violações dos mesmos.

2 – A CCPM terá a competência necessária para aprovar todas as normas relativas ao seu funcionamento, nomeadamente o seu próprio regulamento interno. As suas decisões serão tomadas por consenso entre o Governo da RPA e a UNITA, ouvidos os observadores.

§ Único – A CCPM não visa substituir o Governo da RPA.

3 – Pelo acima enunciado, a CCPM, com sede em Luanda, deve estruturar-se de forma a:

3.1 – Garantir as condições de paz para a realização de eleições livres justas, multipartidárias e internacionalmente verificáveis;

3.2 – Velar pelo cumprimento de todos os entendimentos políticos decorrentes dos Acordos de Paz relativos ao processo eleitoral;

3.3 – Supervisionar a implementação do Acordo de Cessar Fogo no âmbito da CMVF e cooperar com os representantes da ONU;

3.4 – Conhecer de possíveis ameaças a integridade territorial do país;

3.5 – Discutir, dentro do âmbito da sua competência, questões relativas a angolanos exilados.

4 – A CCPM é constituída aquando da assinatura do Acordo de cessar-fogo.

5 – A CCPM será composta por representantes do Governo da RPA e da UNITA, como membros, e por representantes de Portugal, EUA e URSS, como observadores. A ONU poderá estar representada, na qualidade de convidada.

5.1 – Membros e observadores serão apoiados por adjuntos e conselheiros técnicos para as áreas que lhes estão consignadas, a saber:

a) Comissão Mista de Verificação e Fiscalizadora do Cessar-Fogo (CMVF);

b) Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas (CCFA);

c) Comissão Política.

§ Único – No caso dos membros da CCPM, os adjuntos e conselheiros técnicos terão que ser angolanos.

6 – As reuniões da CCPM serão alternadamente presididas, de acordo com o princípio da rotatividade, pelo Governo da RPA e pela UNITA, sem prejuízo do princípio de consenso na tomada de decisões.

7 – À CCPM caberá elaborar o seu Regulamento Interno, bem como determinar o respectivo orçamento.

8 – O mandato da CCPM termina na data da tomada de posse do Governo eleito.

III. PRINCÍPIOS RELATIVOS À QUESTÃO DA SEGURANÇA INTERNA DURANTE O PERÍODO DESDE A ENTRADA EM VIGOR DO CESSAR-FOGO ATÉ À REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

1 – Todos os angolanos terão direito de realizar e participar em actividades políticas sem intimidação, de acordo com a Constituição revista, as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária e o estabelecido nos Acordos de Paz.

2 – A neutralidade da Polícia, cujas funções e actividades são da responsabilidade do Governo da RPA, será objecto de verificação e fiscalização por equipas de fiscalizadores, compostas por 2 membros designados pelo Governo da RPA e 2 membros designados pela UNITA e por 1 perito em assuntos de Polícia a designar e subordinado à estrutura de Comando da ONU.

2.2 – No âmbito da sua competência as equipas de fiscalização terão como mandato específico visitar instalações da Polícia, examinar as suas actividades e investigar eventuais violações de direitos políticos pela Polícia, podendo movimentar-se livremente por todo o território angolano.

2.3 – As equipas de fiscalização estão subordinadas à CCPM, devendo apresentar-lhe relatórios das suas actividades.

2.4 – Haverá em princípio três equipas de fiscalização por cada Província angolana. A CCPM poderá modificar o número de equipas de fiscalização de acordo com as necessidades de cada Província.

3.1 – Em concordância com o convite do Governo, a UNITA participará na Polícia responsável pela manutenção da ordem pública.

3.2 – Para este efeito, logo após a entrada em vigor do cessar-fogo e como medida para reforçar a confiança entre as partes, serão garantidas no efectivo da Polícia vagas a preencher por efectivos designados pela UNITA aos quais será concedido treino adequado.

4 – A UNITA será responsável pela segurança pessoal dos seus mais altos dirigentes. O Governo da RPA concederá estatuto policial aos membros da UNITA encarregados de garantir aquela segurança.

IV. DIREITOS POLÍTICOS A EXERCER PELA UNITA APÓS O CESSAR-FOGO.

1 – De acordo com as disposições contidas no documento de “Conceitos para resolver as questões ainda existentes entre o Governo da RPA e a UNITA” e no documento de “Princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola”, no momento da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito de realizar e participar livremente em actividades políticas, de acordo com a Constituição revista e as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária, incluindo nomeadamente os seguintes direitos:

- a) Liberdade de expressão;
- b) O direito de apresentar, publicar e livremente debater o seu programa político;
- c) O direito de recrutar e inscrever membros;
- d) O direito de realizar reuniões e manifestações;
- e) O direito de acesso aos meios de comunicação social estatais;
- f) O direito à livre movimentação e à segurança pessoal dos seus membros;
- g) O direito de apresentar candidatos às eleições;
- h) O direito de abrir sedes e representações em todo o país.

V. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

1 – No que se refere às áreas de Angola que presentemente se encontram fora do alcance da Administração Central. Ambas as partes aceitam o princípio da extensão da Administração Central a essas áreas.

2 – Ambas as partes reconhecem que tal extensão não se deverá fazer de forma abrupta nem pôr em causa a livre circulação de pessoas e bens, a actividade das forças políticas e a execução das tarefas relacionadas com o processo eleitoral.

3 – Ambas as partes concordam em deixar para mais tarde o estudo da implementação concreta de tal extensão, que será levado a cabo, no âmbito da CCPM, por equipas competentes integrando representantes do Governo da RPA e da UNITA, que poderão recorrer ao apoio de conselheiros técnicos internacionais.

VI. FORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

A – Identificação e Princípios Gerais

Considerando que o processo de paz entre o Governo da RPA e a UNITA pressupõe a necessidade de formação das Forças Armadas.

O Governo da RPA e a UNITA acordam:

1 – Na formação das Forças Armadas Angolanas.

2 – Que as Forças Armadas Angolanas:

- a) Terão por missão geral a defesa e a salvaguarda da independência e da integridade territorial.
- b) Poderão, em obediência a disposições legais, desempenhar outras missões de interesse geral a cargo do Estado ou colaborar nas tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, sem prejuízo da missão geral referida.
- c) Se compõem exclusivamente de cidadãos angolanos e a sua organização é única para todo o território nacional.
- d) Terão a composição, estrutura superior de comando, efectivos, dispositivo e equipamento a definir de acordo com as ameaças externas previsíveis e com as condições sócio-económicas do País.
- e) São apartidárias e obedecem aos órgãos de soberania competentes, dentro do princípio da subordinação ao poder político.
- f) Assumem o compromisso público de respeitarem a Constituição e as demais Leis da República.

3 – Os militares no activo gozarão de capacidade eleitoral activa, não podendo realizar as suas funções ou as estruturas das Forças Armadas Angolanas para qualquer outra intervenção político-partidário e sindical.

4 – O processo de formação das Forças Armadas iniciar-se-á com a entrada em vigor o cessar-fogo e estará concluído na data das eleições.

5 – O processo de formação das Forças Armadas deverá evoluir em simultâneo com a localização, o desarmamento e a integração na vida civil dos efectivos progressivamente desmobilizados em consequência do cessar-fogo.

6 – O recrutamento para as Forças Armadas Angolanas no período até às eleições será feito de acordo com o princípio do voluntariado, a partir dos actuais efectivos da FAPLA e FALA.

7 – Todos os militares incorporados nas Forças Armadas Angolanas até à realização de eleições, frequentarão obrigatoriamente cursos de formação profissional com vista à unificação de doutrinas e procedimentos, conducentes à criação do indispensável espírito de corpo.

8 – A neutralidade das Forças Armadas no período até à realização de eleições será garantida pelas partes angolanas actuando no âmbito da CCPM e da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas.

9 – Na altura da realização das eleições existirão apenas as Forças Armadas Angolanas, não podendo existir quaisquer outras tropas. Todos os elementos das presentes Forças Armadas de cada parte que não venham a pertencer às Forças Armadas Angolanas serão desmobilizados até à realização das eleições.

10 – As duas partes concordam que os direitos individuais adquiridos pelos militares das Forças Armadas Angolanas no período até às eleições devem continuar a ser assegurados e que devem ser salvaguardadas as estruturas até então criadas para consolidação dessas mesmas Forças Armadas.

11 – A formação das unidades das FAA deverá ser feita a partir do nível pelotão.

B – Efectivos

1 – As partes concordam que os efectivos das Forças Armadas Angolanas até às eleições deverão ser os seguintes:

Exército – 40.000

Força Aérea – 6.000

Marinha – 4.000

2 – Os efectivos do Exército distribuir-se-ão de acordo com o seguinte esquema:

- 15.000 praças operacionais, dos quais 7.200 pertencerão às Regiões Militares, 4.800 às Unidades da Reserva Geral do Exército e 3.000 às Forças Especiais.

- 15.000 praças para apoio de serviços e administração.

- 6.000 Sargentos.

- 4.000 Oficiais.

3 – Cada uma das partes fornecerá ao Exército um total de 20.000 homens, assim distribuídos:

- 15.000 praças (das quais 7.500 operacionais)

- 3.000 Sargentos.

- 2.000 Oficiais.

4 – Os efectivos iniciais destinados à Força Aérea e à Marinha serão fornecidos pelos ramos respectivos das FAPLA, tendo em atenção que as FALA não dispõem desses ramos. Logo que iniciado o processo de formação das FM, a UNITA poderá participar nas estruturas da Força Aérea e da Marinha, nos termos a definir no âmbito da CCFA.

5 – A Marinha e a Força Aérea estarão sujeitas a verificação e fiscalização, sem prejuízo de poderem realizar missões controladas, de modo a assegurar a sua operacionalidade e a defesa dos interesses económicos. Logo que as unidades da Marinha e Força Aérea passem a fazer parte das FM ficarão subordinadas no Comando Superior das FAA.

C – Estruturas de Comando das Forças Armadas Angolanas

1 – Princípios Gerais

- a) Criada especificamente para dirigir o processo de formação das FM, existirá a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas (CCFA), na dependência da CCPM.
- b) A Estrutura de Comando das FM, compreendendo o Comando Superior das FM e os Comandos dos 3 Ramos (Exército, Força Aérea e Marinha) é a representada esquematicamente no Anexo I.
- c) Toda a Estrutura do Comando das FM, embora no período de formação das FM seja originária das FAPLA e FALA, passa a ser

rigorosamente apartidária, recebendo apenas directivas e ordens da CCPM, da CCFA e do canal hierárquico das FM.

- d) As nomeações para o Comando Superior das FM e para os Comandos dos 3 Ramos das FM são propostas pela CCFA e aprovadas pela CCPM.
- e) A logística das FM será conjunta, sendo para o efeito criando o Comando Logístico e de Infra-estruturas, da dependência do Comando Superior das FM.

2 – Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas:

- a) Na dependência directa da CCPM, e CCFA constitui o órgão de transição, até à data das eleições, entre o escalão político-militar e o escalão FAA.
- b) A CCFA é constituída por representantes das FAPLA e das FALA como membros, assistidos por representantes do(s) país(es) escolhidos assessorarem no processo de formação das FAA.
- c) Entre outras que lhe forem, atribuídas pelas CCPM, a CCFA terá as seguintes funções:
 - Propor à CCPM as normas aplicáveis às FAA;
 - Propor à CCPM o envelope orçamental a atribuir às FAA até à data das eleições;
 - Efectuar o planeamento estratégico das FM até à data das eleições;
 - Propor à CCPM os critérios de selecção de pessoal das FAPLA e FALA para a formação das FAA;
 - Propor à nominalmente à CCPM os princípios comandantes das FAA até ao escalão brigada inclusive;
 - Elaborar directivas sobre o faseamento do levantamento as estruturas das FAA.

3 – Comando Superior das FAA

- a) Tem por missão geral detalhar as directivas genéricas recebidas da CCFA, tendo em vista o levantamento das estruturas e o apoio das forças.
- b) E constituído, até às eleições, por dois oficiais gerais com a mesma categoria, indicados por cada uma das partes. As suas decisões só serão válidas quando assinadas por aqueles dois oficiais gerais.
- c) E assistido pelo EMGFAA, com pelo menos as seguintes repartições, chefiadas por oficiais gerais ou oficiais superiores:

- Repartição de Gabinete;
- Repartição de Planeamento e Organização;
- Repartição de Doutrina e Ensino Militar;
- Repartição de Legislação;
- Repartição de Informações;
- Repartição de Relações Públicas;
- Repartição de Justiça e Disciplina;
- Repartição de Operações.

4 – Comando do Exército:

- a) O Comando do Exército será estruturado pelo Comando Superior das FAA na devida oportunidade, no quadro da CCFA, sob aprovação da CCPM.
- b) A estrutura de Comando de exército integrará as Regiões Militares e Zona (s) Militar (es) na dependência directa do General CEME, com funções a definir, mas que poderão incluir: organização e preparação de forças, instrução, justiça e disciplina, apoio logístico às forças atribuídas.
- c) Cada Região Militar será comandada por um General Comandante assistido por um General Adjunto e por um Quartel-general. As Zonas Militares serão comandadas por Oficiais Gerais.
- d) As sedes das Regiões e Zona(s) Militares são as seguintes:
 - Região Militar Norte com sede no Uíje;
 - Região Militar Centro no Huambo;
 - Região Militar Leste em Luena;
 - Região Militar Sul em Lubango;
 - Zona Militar de Cabinda.
- e) O sistema de Forças será constituído com base em unidades de escalão Brigada e outras Forças que podem ser atribuídas às Regiões|Zona(s) Militares ou mantidas em Reservas do Exército ou Reserva das FAA.

5 – Força Aérea:

A Força Aérea será formada tendo por base a Força Aérea das FAPLA, em conformidade com o disposto em B 4 e 5, detalhado por directivas da CCFA.

6 – Marinha

A Marinha será formada tendo por base a Força Aérea das FAPLA, em conformidade com o disposto em B 4 e 5, detalhado por directivas da CCFA.

7 – Comando Logístico e de Infra-estruturas:

- a) É criado o Comando Logístico e de Infra-estruturas (CLI), na dependência directa do Comando Superior das FAA.
- b) O CLI terá por função geral planear e propor o apoio administrativo-logístico às FAA e garantir a sua execução através dos serviços comuns às FAA. Será em particular responsável pela logística de produção e de procura-aquisição.
- c) O CLI é comandado por um General, assistido por um segundo Comandante (Oficial General) e por um Estado-Maior inicialmente com:
 - Repartição de Infra-estruturas;
 - Repartição de Serviços Comuns;
 - Repartição de Reequipamento;
 - Repartição de Finanças.

d) O CLI tem sob o seu comando as unidades de apoio que lhe forem atribuídas.

8 – Faseamento e Calendarização do Processo.

- a) O processo das Forças Armadas Angolanas será faseado da seguinte forma:
 - 1.ª fase: Nomeação da CCFA – até à entrada em vigor do cessar-fogo;
 - 2.ª fase: Nomeação do Comando Superior das FAA;
 - 3.ª fase: Nomeação dos Comandos das sub-unidades;
 - 4.ª fase: Nomeação dos Comandantes das Regiões Militares e Comandantes de Brigadas.
 - 5.ª fase: Nomeação dos Comandos dos 3 ramos.

b) Imediatamente após a nomeação de cada Comando são organizados os respectivos Estados-Maiores.

c) O sistema administrativo-logístico é organizado dentro do princípio de transformação, sem quebras nem rupturas das estruturas actualmente existentes, em conformidade com planos do EMGFM aprovados pela CCFA.

D – Assistência Técnica de Países Estrangeiros

As partes informarão o Governo Português, até ao dia da notificação da aceitação dos acordos, qual o país ou países que irão ser convidados para prestar assistência ao processo de formação das FAA.

E – Desmobilização

O enquadramento das forças desmobilizadas constitui um problema nacional que deverá ser estudado conjuntamente pelas duas partes e submetido, para apreciação e decisão, a CCPM. O mesmo tratamento deverá ser dado ao problema dos mutilados de guerra.

QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS

Perguntas dirigidas a figuras relevantes e intervenientes no projecto nacional angolano até ao fim da I República

As questões que se seguem foram e/ou seriam dirigidas a figuras políticas intervenientes no projecto/processo nacionalista Estado em Angola até ao fim da I República (1991).

O critério adoptado para a realização das entrevistas foi o da relevância e influência dos entrevistados no processo político angolano. Como já referimos na introdução, a indisponibilidade dos alvos previstos da política angolana condicionou a exploração profunda das questões formuladas, realçando o carácter complementar das mesmas.

ENTREVISTAS

1. Como caracteriza a formação do Estado em Angola?
2. Na sua opinião que análise faz do papel do nacionalismo desenvolvido pelos movimentos nacionalistas angolanos no processo da independência e da afirmação da soberania do Estado?
3. Porquê que Portugal não reconheceu já de início os movimentos nacionalistas e definir uma solução política?
4. Considera que o problema da guerra que acompanhou toda fase definida como revolucionária teve base étnica?
5. Porque é que os movimentos nacionalistas optaram pela guerra na luta pelo poder de Estado na altura da independência?
6. Depois da independência, o MPLA vitorioso usou a exclusão política e implantou o autoritarismo, fazendo o Estado sozinho.
7. Qual foi o discurso oficial do Poder político sobre o projecto do Estado face às forças opositoras?
8. Quais foram as razões de o Partido-Estado do MPLA excluir da acção governativa a participação das forças sociais?
9. Como analisa a guerra entre o MPLA-Estado e a UNITA-rebelde durante a I República?
10. No plano político, como caracteriza o Estado angolano nas suas relações com outros organismos nacionais e internacionais antes da paz de 91?

